

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)  
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS E PRÁTICAS EM JORNALISMO

MARY SANDRA LANDIM PINHEIRO

**A TV Antares e o processo de construção do modelo de TV Pública  
no Brasil**

Teresina (PI)  
2017

MARY SANDRA LANDIM PINHEIRO

**A TV Antares e o processo de construção do modelo de TV Pública  
no Brasil**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Área de concentração: Processos e práticas no jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacqueline Lima Dourado.

Teresina (PI)  
2017

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação  
Serviço de Processamento Técnico

P654t Pinheiro, Mary Sandra Landim.  
A TV Antares e o processo de construção do modelo de TV  
pública no Brasil / Mary Sandra Landim Pinheiro. – 2017.  
242 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,  
Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação  
em Comunicação, 2017.

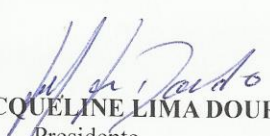
“Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacqueline Lima Dourado.”

1. Comunicação Pública - Brasil. 2. Economia Política da  
Comunicação. 3. Cidadania. 4. TV Antares. 5. Empresa Brasil  
de Comunicação (EBC). I. Título.

CDD 384.554 981 22

**MARY SANDRA LANDIM PINHEIRO**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
da Universidade Federal do Piauí, em  
cumprimento às exigências para obtenção do  
título de Mestre em Comunicação**

  
**PROFA. DRA. JACQUELINE LIMA DOURADO**  
Presidente

  
**PROF. DR. MURILO CÉSAR OLIVEIRA RAMOS**  
Examinador

  
**PROF. DR. PAULO FERNANDO DE CARVALHO LOPES**  
Examinadora

A Deus, que sempre me fortaleceu nos momentos desafiadores;  
Aos meus pais, Aparecida Landim e José Pinheiro Silva, que abdicaram de muitos sonhos para apostarem que aplicar nos nossos estudos seria o maior investimento que poderiam ter;  
Ao meu irmão gêmeo, Márcio Sicéleg Landim Pinheiro, sempre me incentivando a seguir em frente;  
Ao meu amor, cúmplice e companheiro, Alan Sobral Garcia, sem o seu apoio esta trajetória não seria possível, ao seu lado as batalhas são comemoradas a cada conquista.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Lima Dourado, que, ao longo da trajetória acadêmica, repleta de desafios e muitos aprendizados teóricos, ofereceu todo apoio e incentivo para avançar nos conhecimentos. Também proporcionou enxergar o mundo de forma mais crítica e diferenciada. Em meio ao processo do mestrado cultivamos uma amizade que, entre os assuntos mais comentados, estavam desde questões políticas, aos melhores temperos e aromas que podiam vir do prazer que temos pela culinária.

À Juliana Teixeira, por ter contribuído diretamente com os aprendizados científicos, amizade, confiança e carinho depositados em mim, nessa etapa crucial. Parceria que levarei para além do ambiente acadêmico. Um anjo carioca, cheio de “nordestinidade”.

Aos integrantes do Grupo Comum, a doutoranda, em breve doutora Denise Moura, por todo carinho e auxílio nessa jornada de desafios. Agradeço também a acolhida do Ms. Renan Marques quando ingressei no time. Aos mais recentes membros, Denise Freitas, Cristal Sá, assim como as bolsistas do PIBIC, Thaís Souza e Vitória Oliveira, amplio os agradecimentos aos demais parceiros que integram esse grupo cheio de ideias, desafios e acolhimento.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFPI), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Regina Rêgo e Prof. Dr. Paulo Fernando Lopes, pela atenção constante. Também aos funcionários do programa Fátima Melo e Mario Lustosa pela atenção e disponibilidade.

Aos professores do PPGCOM, que auxiliaram na construção de conhecimentos ao longo do mestrado: Dr. Paulo Fernando Lopes; Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Rodrigues; Dr.<sup>a</sup> Nilsângela Cardoso; Dr.<sup>a</sup> Martha Azevedo; Dr. Gustavo Said; Dr.<sup>a</sup> Monalisa Xavier.

Ao professor Paulo Fernando Lopes, pelas boas vibrações e encorajamento, participando de etapas importantes da minha trajetória, desde o ingresso como aluna especial até a minha qualificação.

A contribuição do Prof. Dr. Ricardo Alaggio, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, e da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalva Macêdo, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, foram fundamentais para ampliar os olhares para a realização da dissertação.

Ao governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, e ao diretor da Fundação Antares, Humberto Coelho, pela atenção e disponibilidade em encontrar tempo nas agendas para concederem as entrevistas que foram fundamentais para a realização do trabalho.

A todos os professores, colegas e amigos que participaram da terceira edição da Escola de Verão “Pesquisa em Comunicação na América Latina”, promovida por uma rede de universidades e pela Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC). Os momentos propiciaram aprendizados que levarei para toda a vida. Também amizades que foram grandes presentes para a minha trajetória pessoal: a acolhida e carinho de Luma Poletti, aos textos partilhados por Vivianne Lindsay, que, com todo o incentivo, foram imprescindíveis.

A CAPES pela concessão da bolsa que permitiu que eu pudesse me dedicar ao mestrado.

Aos meus amigos do mestrado, pois entramos juntos nesse barco e vamos conquistar nosso objetivo, sem vocês não teria tido o mesmo sabor.

A Cantídio Filho, por todo incentivo para não desistir da submissão ao Comitê de Ética e pelas boas vibrações, dizendo o tempo todo uma frase que virou um mantra: “Vai dar tudo certo!”.

A todos que compõem a Superintendência de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí e Coordenadoria de Comunicação da UFPI. Obrigada por todo carinho.

Ao meu amigo, Manoel Eduardo, pelo apoio em tirar dúvidas para melhorar os fluxogramas, assim como a gravação da entrevista com o governador.

Ao Dr. Stanley Juan Chavez Gutierrez, pelas sempre bem animadas consultorias para que eu melhore o meu espanhol.

Ao reitor da UFPI, Dr. Arimatéia Dantas Lopes, e à vice-reitora, Dr.<sup>a</sup> Nadir Nogueira, pela motivação para seguir adiante, professores titulares que têm a humildade e o brilho no olhar de professores que estão iniciando na trajetória acadêmica.

Aos meus amigos que não permitiram que eu desanimasse diante das turbulências que apareciam diante do meu caminho. Vocês merecem mesmo ser guardados do lado esquerdo do peito. Valeu demais, minha contadora querida, Iaponyra Afonso, e às minhas companheiras de docência, Carol Reis e Socorro Cruz.

À minha amiga Alyne Ramos, que sempre acreditou que seria possível ingressar no mestrado, agora chego ao término dessa etapa e lembro-me do quanto você foi importante. Nunca permitiu que eu desanimasse.

Aos alunos da disciplina Estética e Crítica da Mídia, que me instigaram a aprender mais. Os olhares curiosos e perguntas, muitas vezes desafiadoras, foram e são motivadores para que eu tenha vontade de estudar mais.

À minha segunda mãe, em amor, carinho e atenção, minha madrinha Dolores Landim Macêdo, e ao meu padrinho Antônio Macêdo de Jesus (*in memorian*). Às minhas tias, Socorro Landim e irmã Trindade Landim (*in memorian*), que sempre torceram por cada passo dado.

À minha prima-irmã, Edilane Landim Macêdo, que acredita tanto no meu potencial, que busco não desapontá-la. Você é especial demais. Juan José Guerrero Sánchez, um peruano que trouxe mais que a alegria desse povo, proporcionou para a nossa família Juan Felipe e Liz de Maria.

Ao meu primo-irmão, Prof. Dr. Cibério Landim Macêdo, pelo incentivo, carinho, sei da sua vibração a cada passo que eu consigo galgar. A família linda que construiu ao lado de Elane Santos Landim, nossas princesas Antonella e Sarah.

À minha sogra, uma mãezona, que sempre me orienta sobre a conduta que devo ter no meio acadêmico, para a paciência para colher os frutos e os desafios constantes. Aos meus cunhados e sobrinhos.

Ao meu “sogrão” Matheus Garcia Neto, grande incentivador desse processo.

A todos os professores que contribuíram com os aprendizados que permitiram que eu pudesse chegar até aqui, pois sem os primeiros desenhos, rabiscos coloridos e palavras ainda desconexas não seria possível conectar autores ao objeto e às reflexões teóricas. Incluo entre os exemplos no exercício da docência o Dr. Luiz Custódio da Silva, orientador das atividades de extensão, que fez despertar em mim a paixão pela Comunicação Comunitária. Serei sempre sua eterna pupila! O Dr. Cidoval Moraes de Sousa, por ter sido um entusiasta constante dos meus passos na vida acadêmica, sua orientação na graduação foi fundamental. A Ms.<sup>a</sup> Waleska James Sousa Felix, que na especialização me conduziu na realização de um trabalho sobre um programa radiofônico da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, espaço que me instigou a ser jornalista aos doze anos. Todo caminho percorrido até aqui foi essencial!!



PINHEIRO, Mary Sandra Landim. **A TV Antares e o processo de construção do modelo de TV Pública no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Comunicação- PPGCOM, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

## RESUMO

A dissertação trata do *locus* da TV Antares no campo da radiodifusão pública brasileira, em meio ao contexto atual, com a Lei 13.417/2017 que modifica dispositivos da lei 11.652/2008 que criou a EBC (Empresa Brasil de Comunicação). O foco da análise são os conteúdos produzidos pela emissora estadual em prol da construção de uma cidadania piauiense. Será investigado como a programação televisiva apresenta os indicadores que apresentam características voltadas ao serviço público, assim como os “desvios” nessas condutas de produção de conteúdos. Foram elencados os indicadores: Prestação de Serviços; Defesa dos Direitos das Minorias; Propaganda Governamental; Política; Saúde Pública; Publicidade Comercial; Publicidade Governamental; Esporte Regional; Discussão da religião em estado laico; Educação; Cultura; Cultura Regional; Estímulo à interatividade. Para àquelas produções que não se enquadram nesses indicadores foi criada a categoria outros.

A conjuntura atual do canal público piauiense, em termos de investimentos, estrutura de funcionamento e quadro profissional, é apresentada por meio de comparativo com o que é exposto nas leis e decretos estaduais que normatizam a Fundação Radio e Televisão do Piauí- Fundação Antares, instituição mantenedora da TV Antares, objeto da presente pesquisa.

Também compõe a investigação documentos e entrevistas que apresentam como os pressupostos da radiodifusão pública são ofertados para propiciar a qualidade necessária para a prestação serviço público. Para isso, são feitas análises tendo por base os pressupostos preconizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e contribuições de pesquisadores que estudam o tema. O referido estudo busca compreender em âmbito regional como o segmento público, atua para cumprir com o que está previsto na Constituição Federal Brasileira, em complementaridade aos sistemas estatais e privados.

**Palavras-Chave:** TV Antares. EBC. Economia Política da Comunicação. Comunicação Pública. Cidadania.

PINHEIRO, Mary Sandra Landim. **TV Antares and the process of construction of the Public TV model in Brazil.** 2017. Dissertation (Master degree) - Postgraduate Program in Communication - PPGCOM, Federal University of Piauí, Teresina, 2017.

## **ABSTRACT**

The dissertation analyses the place of TV Antares in the field of Brazilian public broadcasting, within the current context of the implementation of the Law 13.417 / 2017 which modifies provisions of the law 11.652 / 2008 that created the EBC (Empresa Brasil de Comunicação). The focus of the analysis is the content produced by the state broadcaster in favor of building a Piauí citizenship. It will be investigated how the television programming presents the indicators that present features oriented to the public service, as well as the "deviations" in these conducts of content production. It were listed the following indicators: Service Provision; Defense of Minorities Rights; Government Propaganda; Policy; Public Health; Commercial Advertising; Governmental Publicity; Regional Sports; Discussion of Religion in a Secular State; Education; Culture; Regional Culture; Stimulus to Interactivity. For those productions that do not fit these indicators, the category other was created.

The present situation of the Piauí public channel, in terms of investments, structure of operation and professional framework, is presented by means of comparative with what is exposed in the laws and state decrees that normalize the Radio and Television Foundation of Piauí - Fundação Antares, Maintainer institution of TV Antares, object of the present research.

It also composes the research corpus documents and interviews that present how the assumptions of public broadcasting are offered to provide the necessary quality for the provision of public service. For this, analysis are made based on the assumptions advocated by United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and contributions of researchers who study the theme. This study seeks to understand at the regional level how the public segment acts to comply with what is provided in the Brazilian Federal Constitution, in complementarity to state and private systems.

**Keywords:** TV Antares. EBC. Political Economy of Communication. Public Communication. Citizenship.

Pinheiro, Mary Sandra Landim. **Antares de televisión y el proceso de construcción del modelo de televisión pública en Brasil**. 2017. Tesis (Maestría) - Programa de Posgrado en Comunicación-PPGCOM, Universidad Federal de Piauí, Teresina, 2017.

## RESUMEN

La tesis de maestría aborda el *locus* de la televisión Antares en el campo de la radiodifusión pública brasileña, en medio del contexto actual, con la Ley 13.417/2017 se modifican las disposiciones de la Ley 11.652 / 2008 que creó la EBC (Empresa Brasil de Comunicación). El foco del análisis son los contenidos producidos por el canal de televisión estatal para la construcción de una ciudadanía Piauiense. Se investigó, como la programación de televisión presenta los indicadores que tienen características destinadas a los servicios públicos, así como "desvíos" en las conductas de producción de tales contenidos. Fueron contemplados los siguientes indicadores: prestación de servicios; defensa de los derechos de las minorías; propaganda del gobierno; política; salud pública; publicidad comercial; publicidad oficial; deporte regional; discusión de la religión en el estado laico; educación; cultura; cultura regional y estimular la interactividad. Para aquellas producciones que no se encajan en estos indicadores, se creó la categoría de otros.

La situación actual del canal público Piauiense en términos de inversión, estructura operativa y personal profesional, es presentada en comparación con lo que se establece en las leyes y decretos estatales que regulan la Fundación Radio y Televisión de Piauí-Fundación Antares, institución responsable por gerenciar la televisión Antares, objeto de esta investigación.

También hacen parte de esta investigación, documentos y entrevistas que muestran cómo se ofrece lo que es presupuesto por la radiodifusión pública para proporcionar la calidad necesaria para prestar servicio público. Para esto, se realizaron análisis baseándose en presupuestos recomendados por la Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y las contribuciones de los investigadores que estudian el tema. El estudio busca entender a nivel regional, como el sector público actúa cumplir con lo previsto en la Constitución Federal, complementando los sistemas estatales y privados.

**Palabras-clave:** TV Antares. EBC. Economía Política de Comunicación. La comunicación pública. La ciudadanía.

## LISTA DE FIGURAS

Tabela 1: Código de Conduta dos profissionais da EBC .....	39
Tabela 2: Competências apresentadas para os serviços de radiodifusão da Fundação Antares – Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí. Conforme Lei Ordinária nº 4.178 .....	68
Tabela 3: Finalidades básicas da Fundação a exploração e a execução dos serviços de comunicação. Lei Complementar nº 30 de 17/07/2003 .....	69
Tabela 4: Quadro de Pessoal Efetivo da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí. Lei Complementar nº 81 de 29/12/2006.....	75
Tabela 5: Estrutura organizacional TV Antares 2016 .....	76
Figura 1: Reprodução Youtube: Comradio do Brasil.....	86
Quadro 1: Categorias e Gêneros dos Programas na TV Brasileira.....	97
Figura 2: Programação – Julho 2016 .....	98
Figura 3: Novos horários – Divulgação outubro 2016. ....	99
Quadro 2: Grade transversal da programação estudada .....	100
Fluxograma 1: <i>Antares Notícia</i> – 11 de julho/2016 .....	101
Fluxograma 2: <i>Interpretação</i> – 12 de julho/2016.....	102
Fluxograma 3: <i>Sob Outro Olhar</i> – 12 de julho/2016 .....	103
Fluxograma 4: <i>Esporte Antares</i> – 13 de julho/2016.....	103
Fluxograma 5: <i>Jornal Antares</i> – 14 de julho/2016.....	104
Fluxograma 6: <i>Curta Antares</i> – 14 de julho/2016.....	105
Fluxograma 7: <i>Interferência</i> – 15 de julho/2016.....	105
Fluxograma 8: <i>Semana Antares</i> – 16 de julho/2016 .....	106
Gráfico 1: Grade transversal da programação estudada (11 a 16 de julho de 2016) .....	107
Fluxograma 9: <i>Jornal Antares</i> – 16 de janeiro/2017 .....	124
Fluxograma 10: <i>Antares Notícia</i> – 17 de janeiro/2017.....	125
Fluxograma 11: <i>Interpretação</i> – 18 de janeiro/2017.....	125
Fluxograma 12: <i>Interferência</i> – 20 de janeiro/2017 .....	126
Fluxograma 13: <i>+Comradio</i> – 18 de janeiro/2017 .....	127
Fluxograma 14: <i>Fique por Dentro</i> – 17 de janeiro/2017 .....	128
Figura 4: Programa <i>Interferência</i> .....	129

Figura 5: <i>Sob Outro Olhar</i> e Fundação Antares (Dia 17 de janeiro/2017) .....	130
Figura 6: Fundação Antares (Dia 19 de janeiro/2017) .....	130
Figura 7: Reprises Fundação Antares .....	131
Figura 8: Fundação Antares (Dias 23 e 28 de novembro/2016) .....	131
Figura 9: Fundação Antares (Dia 18 de janeiro/2017) .....	132
Gráfico 2: Grade transversal da programação estudada (16 a 21 de janeiro de 2017) .....	133
Gráfico 3: Análise comparativa da programação estudada (16 a 21 de janeiro de 2017) e (11 a 16 de julho de 2016) .....	140

## LISTA DE SIGLAS

ABEPEC – Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais

ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária

ASTRAL – Associação Brasileira das Televisões e Rádios Legislativas

ABCcom – Associação Brasileira de Canais Comunitários

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

BBC – *British Broadcast Corporation*

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

CCOM – Coordenadoria de Comunicação Social do Estado do Piauí

CONFECOM – Conferência Nacional de Comunicação

CEAPI – Central de Abastecimento do Piauí

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CONSAD – Conselho de Administração

CPB – *Corporation for Public Broadcasting*

EPC – Economia Política da Comunicação

FAPEPI – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Piauí

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FISTEL – Fundo de Fiscalização de Telecomunicações

FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa

FUESPI – Fundação Universidade Estadual do Piauí

FUNDAC – Fundação Cultural do Piauí

FUNDESPI – Fundação de Esportes do Piauí

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LAPCOM – Laboratório de Políticas de Comunicação

MP – Medida Provisória

MOHAN – Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase

PSB – *Public Service Broadcaster*

PPG-FAC-UnB – Pós-graduação em Comunicação, da Universidade de Brasília

PPGCOM- UFPI – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PP – Partido Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura

SINE – Sistema Nacional de Empregos

STJD – Superior Tribunal de Justiça Desportiva

SUS – Sistema Único de Saúde

TVU – TV Universitária Recife

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UnB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>16</b>
<b>1 Um percurso cidadão por meio da Comunicação Pública.....</b>	<b>24</b>
1.1 Economia Política da Comunicação e a compreensão da sociedade midiaticizada .....	24
1.2 As disputas do governo pelos meios de comunicação públicos .....	25
1.2.1 TV no Brasil e a relação entre emissoras educativas, públicas e estatais.....	30
1.3 Uma análise do modelo público de radiodifusão no Brasil .....	36
<b>2 Comunicação Pública no Brasil e Cidadania.....</b>	<b>39</b>
2.1 Reflexões sobre a EBC .....	39
2.2 Revogados, incluídos e alterados pela MP 744/2016 .....	43
2.3 Lei nº 13.417/2017 (vetos e retrocessos).....	50
2.4 O percurso da cidadania em prol de melhorias sociais.....	55
2.5 Comunicação Pública e Cidadania .....	58
2.6 TV Pública como espaço referencial da Cidadania .....	64
<b>3 Aspectos históricos e organizacionais da emissora pública piauiense .....</b>	<b>67</b>
3.1 Histórico .....	67
3.2 O modelo atual da TV Antares .....	71
3.3 Natureza Jurídica .....	74
3.4 Estrutura organizacional .....	74
3.5 Forma de gestão.....	76
3.6 Modelo de financiamento .....	77
3.7 O Conselho .....	79
3.8 Indicadores de Qualidade, na TV Antares.....	82
3.8.1 Sobre a missão e os propósitos da empresa ou da instituição. ....	82
3.8.2 Sobre a Administração de Recursos .....	83
3.8.3 Sobre o nível de diálogo com a sociedade.....	84
3.8.4. Diversidade Cultural.....	86
3.8.5 Cobertura geográfica e oferta de plataformas.....	87
3.8.6 Padrão público (democrático e republicano) de jornalismo .....	87



3.8.7 Pressupostos da independência.....	88
3.8.8 Independência na operação de linha da emissora.....	88
3.8.9 Caráter público do financiamento.....	90
3.8.10 Grau de satisfação da audiência .....	91
3.8.11 Experimentação e inovação de linguagem .....	92
3.8.12 Padrões técnicos .....	93

#### **4 Conteúdos sobre Cidadania na TV Antares.....95**

4.1 Procedimentos de análise .....	95
4.2 Procedimentos de coleta e análise de dados .....	95
4.3 Jornalismo público na TV Antares .....	97
4.3.1 Análise Grade Transversal 11 a 16 de julho de 2016.....	100
4.3.2 Definição de indicadores para análise .....	106

#### **5 Uma apropriação crítica dos indicadores a partir da programação da TV Antares .....108**

#### **6 Uma análise comparada: a compreensão da TV Antares na configuração atual da Comunicação Pública no Brasil .....124**

6.1 Análises Grade Transversal de 16 a 21 de janeiro de 2017.....	124
6.2 Análises Comparativas das Grades Julho e Janeiro.....	140

#### **Conclusões .....142**

#### **Referências .....150**

#### **Anexos.....161**

I Capítulo V da Comunicação Social – Constituição de 1988 .....	161
II A Lei Ordinária nº 4.178/1987 – Instituir a Fundação Antares – Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí. ....	164
III Lei Estadual nº 4.546/1992 – Institui o regime jurídico único para servidores civis da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do estado .....	168

IV Demonstração dos fluxos de caixas – Fundação Rádio e Televisão educativa do Piauí – Governo do Estado do Piauí .....	172
V Lei Complementar nº 81, de 29/12/2006 – Criação do Quadro de Pessoal Efetivo da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí e dá outras providências.....	173
VI Lei Complementar nº 30, de 17/07/2003 – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí e da outras providencias.....	176
VII Decreto nº 11.757, de 09/06/2005 – Aprova o Estatuto da Fundação Radio e Televisão Educativa do Piauí.....	179
VIII Estatuto da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí.....	180
IX Indicadores de qualidade nas emissoras públicas.....	183
X Lei Ordinária nº 5.309, de 17/07/2003 .....	190
XI Lei nº 6.973, de 11/04/2017 .....	193
<b>Apêndices.....</b>	<b>194</b>
I Entrevista com Humberto Coelho Silva – Presidente da Fundação Antares .....	194
II Autorização de publicação – Presidente da Fundação .....	201
III Entrevista com José Wellington Barroso de Araújo Dias – Governador do Estado do Piauí .....	202
IV Autorização de publicação – Governador do Estado do Piauí.....	207
V Grade analisada em julho/2016 .....	208
VI Grade analisada em janeiro/2017 .....	225
VII Solicitação de informações para a direção da Fundação Antares .....	242

## Introdução

Em 1986 surgia, nas telas das TVs do Piauí, a primeira emissora com forma jurídica original de caráter educativo, com sede na capital Teresina. O Piauí recebeu as transmissões desse modelo televisivo quase duas décadas após a implantação no Brasil. E isso 14 anos após a instalação da primeira emissora privada de concessão pública, no caso a TV Clube – Canal 4, que ocorreu em 1972. No início, as atividades ocorreram com base em uma outorga educativa,<sup>1</sup> e recebeu o nome de TV Educativa do Piauí, com uma caracterização voltada à educação, cultura e informações variadas. Em 2003 passou por uma reformulação em sua estrutura organizacional, o que proporcionou, inclusive, a modernização de equipamentos.

A criação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação) ocorreu em 2007 e, no ano seguinte, já com o nome de TV Antares<sup>2</sup> a emissora piauiense torna-se vinculada à TV Brasil, veículo componente da EBC.

Um levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2015, com o título *Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal*, revela dados sobre o acesso à TV.<sup>3</sup> A pesquisa apresenta que o percentual de domicílios com sinal digital de TV aberta no Piauí é de 26,4%; já as residências com o serviço de televisão por assinatura, estão com o percentual de 10,3%, e os moradores que optam pela recepção de sinal de televisão por antena parabólica, 67,8%.

Segundo Pesquisa Brasileira de Mídia 2016,<sup>4</sup> divulgada pelo Departamento de Pesquisa de Opinião Pública da Secretaria de Comunicação do Governo Federal, ao serem questionados sobre qual meio de comunicação os entrevistados mais se informam sobre o Brasil, a televisão aparece com um percentual de 63%. Na avaliação regional, no Nordeste, o veículo de comunicação é mencionado por 69% dos participantes. Já no Piauí, 70% das pessoas que participaram do levantamento utilizam a TV para se informar.

---

<sup>1</sup> Outorga concessão à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí (FADEP) para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Teresina, Estado do Piauí. Decreto nº 91.316, de 11 de junho de 1985. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=205194&norma=218765>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

<sup>2</sup> O nome está relacionado à estrela Alpha de Escorpião, que chama-se Antares, e representa o Estado do Piauí na Bandeira Nacional.

<sup>3</sup> Com informações do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad\\_internet\\_celular\\_2015](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad_internet_celular_2015)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

<sup>4</sup> Pesquisa Brasileira de Mídia 2016. Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Disponível em: <<http://www.pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

Os dados apresentados mostram o quanto é imprescindível ampliar o acesso da população a uma programação regional, sobretudo em uma emissora pública, aprofundando, dessa forma, conteúdos plurais, diversos e informativos que possam defender a construção de uma cidadania piauiense.

O Piauí possui 224 municípios. De acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, o estado possuía uma população formada por 3.118.360 habitantes. Em projeção para 2017, o número de habitantes chegou a 3.218.485, sendo 1.648.489 mulheres e 1.569.996 homens.<sup>5</sup>

Assim, surgiram os seguintes questionamentos: a TV Antares cumpriria com o papel enquanto prestadora de serviço público, favorecendo a valorização do espaço local, com a população conseguindo se reconhecer nos produtos televisivos veiculados? Ou apareceu como mais um canal pronto para reprodução de lógicas hegemônicas, reproduzindo padrões que são institucionalizados pela grande mídia? Diante disso, a pesquisa se desenvolveu por meio de reflexões teóricas, análise de documentos e dados coletados.

Em virtude da crise política que resultou no processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, ocorreram alterações em diversos aspectos da sociedade brasileira, entre eles o do segmento da Comunicação Pública. A aprovação da Lei nº 13.417/2017, sancionada após a Medida Provisória nº 744/2016, alterou dispositivos da Lei nº 11.652/2008, que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Desse modo, torna-se imprescindível compreendermos qual a situação atual da TV Antares e sabermos quais os investimentos para digitalização e manutenção da estrutura para que sejam desenvolvidos os programas que atualmente compõem a grade televisiva, assim como a possibilidade de ampliação das produções já veiculadas, com instruções normativas que possam assegurar a independência e autonomia da emissora diante de alternâncias do governo estadual.

A Comunicação Pública é, de certa forma, um modelo comunicacional apresentado como um expediente capaz de abranger diversas temáticas de discussão e também segmentos variados da sociedade, tanto no processo de construção das informações veiculadas quanto como um espaço de construção cidadã. Levando-se em consideração o princípio básico, de que os canais devem servir às necessidades e interesses de informação do público, existem elementos fundamentais que necessitam ser seguidos no serviço público de radiodifusão, tendo em vista esses princípios norteadores.

---

<sup>5</sup> Projeção da população residente no Piauí. Com referência ao ano de 2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=projecao2013>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

Faz-se mister apresentar como está traçado o modelo público de radiodifusão no Brasil, os esforços para ampliar os espaços de comunicação, ocupados em grande parte pelos oligopólios comunicacionais, que ditam o jeito de fazer TV. Também o panorama, na configuração atual, da Empresa Brasil de Comunicação.

A implementação das emissoras públicas no país ocorreu de maneira tardia, ou seja, apenas em 1967, com a Televisão Universitária de Pernambuco, circunscrita na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), enquanto os canais comerciais tomaram conta do espectro comunicacional desde 1950. Somente após 17 anos foi iniciado oficialmente o sistema de radiodifusão de serviço público no Brasil.

Na Inglaterra, a TV surgiu com o *Public Service Broadcaster* (PSB), com o objetivo de atender as necessidades e os interesses informativos da população. Esse modelo foi seguido pela *British Broadcast Corporation* (BBC), em 1936, que apresenta como missão “informar, educar e entreter”. E no caso dos Estados Unidos a rede pública de televisão surgiu com o *Public Broadcasting Service* (PBS).

De acordo com Silveira (2002), a TV pública foi criada com o objetivo de interconectar emissoras e promover que programas fossem produzidos. Ainda de acordo com o pesquisador, o objetivo era ter um modelo público de televisão aberta, com financiamento dado por emissoras afiliadas, governo federal, doações, patrocínios privados e a *Corporation for Public Broadcasting* (CPB), uma entidade destinada à promoção da qualidade e responsável por formar uma rede de televisões públicas. Silveira (2002) incluiu ainda que os principais modelos de televisão do mundo estão baseados nos princípios normativos do interesse e do serviço público. Sobre os padrões, ele menciona:

De um lado o europeu, melhor representado pelo modelo inglês de origem pública, com a presença forte do Estado, na forma da *British Broadcast Corporation* (BBC). De outro, o americano, com a exploração da televisão como negócio, livre da ação direta do Estado. Deste debate entre os modelos e suas propriedades, surge o sistema americano de televisão pública, respondendo a ausência de vozes, de opiniões que estavam à margem da televisão por sua inviolabilidade do modelo adotado (SILVEIRA, 2002, p. 8).

A Constituição de 1988 assegura o critério público para os veículos de comunicação. Nos artigos 220 a 224<sup>6</sup> são tratadas especificações voltadas aos serviços de radiodifusão, desde a liberdade de expressão, passando pela programação e também pelas outorgas e

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

renovação das mesmas, até os mecanismos de regulação, com destaque para o artigo 223, que prevê a complementaridade entre os sistemas: público, privado e estatal.

Importante destacar que o serviço de comunicação, enquanto concessão pública, deve estar a serviço dos interesses dos cidadãos, auxiliando na formação crítica dos atores sociais, com pluralidade de informações e vozes, tendo como prioridade oferecer espaços para temáticas que não têm lugar em outros veículos de comunicação, os quais estão interessados em atender aos interesses comerciais. Existem também outros aspectos fundamentais para o tipo de comunicação citada, que é a regionalização dos conteúdos, enfoque dado aos direitos de minorias, marginalizadas no processo comunicacional e a apresentação das diversidades culturais do país.

A cidadania é explorada enquanto um elemento marcante para aproximar os vários segmentos sociais das discussões e também das iniciativas de forma prática. As ações cidadãs são apresentadas como mecanismos importantes para ampliar os espaços dos mais diversos segmentos da sociedade, nos veículos públicos, em prol de uma programação com maiores contribuições populares e temáticas discutidas de forma mais abrangente.

A democratização do acesso à informação e a construção da cidadania, enquanto um processo social, são questões centrais que marcam a discussão sobre esses espaços, vistos como *locus* de interação entre uma discussão ampliada dos temas e os cidadãos, muitas vezes, compreendidos apenas como meros consumidores de produtos televisivos, não sendo reconhecidos como cidadãos no processo de difusão das informações.

O Brasil passa por um momento de perda de referencialidade da Comunicação Pública, em virtude da Lei nº 13.417/2017, que modifica a Lei nº 11.652/2008, que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Pesquisadores, jornalistas e representantes da sociedade civil articularam debates em prol da Comunicação Pública, tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, por meio da Comissão Mista da Medida Provisória nº 744, de 2016, para discutir a referida MP. Mas, apesar de todas as iniciativas, o Presidente Michel Temer sancionou a lei com aspectos que desmontam o sistema de radiodifusão pública brasileira.

A problematização da inovação e criatividade aplicadas nos conteúdos produzidos, tendo um diferencial do que é apresentado em canais comerciais, se faz necessária para compreender, com o auxílio dos contextos locais, o que diz respeito às emissoras de públicas, como espaços de experimentação de novos formatos.

Diante do contexto nacional por qual passa a EBC e, dessa forma, também todos os veículos ligados à empresa de forma direta ou por meio de parcerias, surgiu o interesse de ter como objeto deste trabalho a TV Antares.

A questão norteadora desta pesquisa consistiu em investigar a partir da seguinte pergunta: Como a TV Antares se posiciona, enquanto uma emissora regional, diante dos ataques sofridos pelo sistema de radiodifusão pública brasileiro no processo de construção do modelo de TV Pública no Brasil?

Em seguida, foram elaboradas as outras seguintes:

- a) Qual o *locus* da TV Antares, no cenário nacional, como emissora pública estadual, diante dos conteúdos cidadãos que são veiculados para o público piauiense?
- b) Como a cidadania é representada nos programas da TV Antares?
- c) Como o Estado atua nos processos decisórios da emissora? Há transparência de gestão?
- d) Existe independência financeira e editorial na TV Pública piauiense?

O objetivo geral foi refletir sobre a relação Comunicação Pública sob a ótica da Economia Política da Comunicação (EPC) e compreender como a cidadania foi apresentada nos conteúdos da emissora, para verificar se há ou não uma construção cidadã refletida na grade televisiva. Importante salientar que o entendimento de construção está relacionado a um processo social. Buscou-se com a pesquisa investigar como a TV Antares contribui em seu processo de institucionalização e em seus produtos para uma cidadania piauiense. Os objetivos específicos foram:

- a) Investigar como a TV Antares, uma emissora pública e regional, se posiciona no cenário capitalista para oferecer conteúdos que possam fomentar a construção de uma cidadania do Piauí;
- b) Analisar a grade de programação da TV Antares para verificar, de acordo com os gêneros televisivos, como os conteúdos com fomento à cidadania foram apresentados;
- c) Estudar a emissora pública local, sob a ótica da Economia Política da Comunicação, com a verificação dos documentos relativos ao canal televisivo;
- d) Verificar, por meio de documentos e da análise de programação e de entrevistas, se há independência financeira e editorial na emissora.

A pesquisa levantou algumas hipóteses, diante das questões relativas ao veículo de comunicação:

a) A TV Antares se configura como uma mediadora de causas sociais, mas, apesar de ser uma emissora pública, não atende a um processo sistemático e sim a pequenas inserções que não provocam mudanças sociais em função da construção de cidadania;

b) A cidadania é apresentada de forma pulverizada, sem uma reflexão aprofundada das questões que deveriam possuir abordagens mais amplas;

c) O estado atua como centralizador das decisões da emissora, desde os cargos até a destinação de recursos;

d) A emissora pública estadual é dependente do governo, em aspectos relativos aos recursos. A falta de autonomia foi encontrada em conteúdos que abordam ações governamentais.

Foi verificado o portal da emissora na *internet*, assim como as plataformas nas redes sociais *Facebook* e *Youtube*, que disponibilizam informações para o público. Como protocolo, para nortear algumas informações importantes para a pesquisa, foram utilizados indicadores, conforme Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012). Os “Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas” – uma avaliação contemporânea – apresentam um conjunto de ferramentas capazes de mensurar o trabalho desempenhado pelas emissoras públicas de radiodifusão, em vertentes que vão desde a transparência da gestão ao diálogo com a sociedade e o padrão público de jornalismo.

Foram analisados, durante duas semanas, os programas exibidos na programação da TV Antares. Para verificarmos os conteúdos, foi realizado um estudo comparado da programação, com amostras colhidas em períodos diferenciados. As coletas permitiram a elaboração de um panorama dos programas locais que são veiculados pela emissora, auxiliando assim na compreensão dos principais conteúdos que figuram nas produções televisivas para o público que busca nela uma alternativa para informação, entretenimento e questões de cunho educativo.

A primeira coleta foi realizada de 11 a 16 de julho de 2016, com oito programas, contendo os nomes e os horários descritos a seguir. Na segunda-feira, *Esporte Antares* (11h40), *Jornal Antares* (12h30), *Antares Notícia* (19h); na terça-feira, *Interpretação* (16h30) e *Sob Outro Olhar* (20h); na quinta-feira, *Curta Antares* (19h30); na sexta-feira, o programa *Interferência* (19h30); e no sábado *Semana Antares*, que foi apresentado ao meio dia.



No mês de janeiro foi realizada nova análise da amostragem. Para isso, foram acompanhados entre os dias 16 e 21 de janeiro de 2017 todos os programas citados acima, que haviam sido anunciados como pertencentes à grade televisiva. Vale ressaltar que algumas produções tiveram o horário de exibição alterado, conforme descrição a seguir: na segunda-feira, *Jornal Antares* (11h50) e *Antares Notícia* (18h15); na terça-feira, *Sob Outro Olhar* (14h); na quarta-feira, *Interpretação* (16h30); na quinta-feira, *Curta Antares* (17h30); na sexta-feira, *Interferência* (17h30); e no sábado *Semana Antares* (10h30). Também foram incluídos o *+Comradio*, na quarta-feira às 14h, e o *Fique por dentro*, com veiculações de segunda a sexta-feira, às 11h45 e às 18h10.

Foram categorizados indicadores, de acordo com a programação veiculada, conforme a observação que ofereceram um caminho de investigação no campo do jornalismo em sintonia com a linha de pesquisa “Processos e práticas no jornalismo”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí- PPGCOM-UFPI.

No primeiro capítulo, intitulado *Um percurso cidadão por meio da Comunicação Pública*, são apresentadas discussões teóricas que permeiam a Economia Política da Comunicação, assim como a abordagem sobre os veículos públicos, de acordo com a normatização para as emissoras que prestam esse serviço.

O segundo capítulo, denominado *Comunicação Pública no Brasil e cidadania*, propõe a discussão dos principais elementos que culminaram com a Empresa Brasil de Comunicação, assim como a Lei nº 11.652/2008, a MP nº 744/2016 e, por fim, a Lei nº 13.417/2017, que rompeu com alguns dispositivos previstos anteriormente para a EBC. Nesse mesmo item são expostas questões teóricas vinculadas à cidadania.

No terceiro capítulo, nomeado *Aspectos históricos e organizacionais da emissora pública piauiense*, são apresentadas questões relativas à TV Antares, com um panorama histórico da emissora, até o momento atual. É apresentada uma avaliação da mídia pública por meio de indicadores que buscam compreender como está a estrutura organizacional e os parâmetros necessários para o funcionamento do canal, enquanto um prestador do serviço de radiodifusão pública.

O quarto capítulo desta dissertação, *Conteúdos sobre cidadania na TV Antares*, discutiu como a cidadania foi apresentada aos telespectadores que acompanham a emissora. Foram realizadas amostras da pesquisa e análises, tendo por base a grade da emissora, veiculada aos telespectadores em dois períodos distintos (julho de 2016 e janeiro de 2017).

No quinto, *Uma apropriação crítica dos indicadores a partir da programação da TV Antares*, foram traçados indicadores que norteiam as dinâmicas que condizem com o que está estabelecido para Comunicação Pública.

No sexto capítulo, *Uma análise comparada: a compreensão da TV Antares na configuração atual da Comunicação Pública no Brasil*, a programação da TV Antares foi analisada novamente, no período entre 16 e 21 de janeiro de 2017, a fim de verificarmos como os indicadores se apresentam diante do contexto político, social e econômico do Brasil.

Por fim, as conclusões apresentam o panorama da emissora pública estadual, como o canal contribui para a construção de uma cidadania piauiense, assim como sugestões para o aprimoramento e reordenação da estrutura vigente.

## **1 Um percurso cidadão por meio da Comunicação Pública**

O presente capítulo trata dos pressupostos teóricos da Economia Política da Comunicação e o quanto o campo de estudo auxilia na compreensão em meio ao cenário capitalista, no qual estão imersos os veículos de comunicação. Aborda ainda os sistemas públicos na América Latina, em especial o caso brasileiro, por meio do cenário atual da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da TV Brasil. São incluídos conceitos de poder simbólico (BOURDIEU, 1989), esfera pública (HABERMAS, 1997), assim como a democratização da comunicação. Foram pontuados aspectos relacionados à TV no Brasil, no cenário atual, e a relação entre emissoras educativas, públicas e estatais.

### **1.1 Economia Política da Comunicação e a compreensão da sociedade midiaticizada**

Os veículos de comunicação apresentam as realidades regionais nas quais estão inseridos. Os canais públicos têm uma responsabilidade maior, tendo em vista a missão que possuem de transmitir conteúdos cidadãos, capazes de promover uma mudança na realidade dos telespectadores, em virtude da inclusão da participação social e valorização dos espaços onde vivem os atores sociais.

A definição de Economia Política da Comunicação (EPC), tomada como base no desenvolvimento da pesquisa, tem como ponto de partida a abordagem de Mosco (1999), diante dos enfoques propostos de forma geral à disciplina como “o estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos de comunicação” (MOSCO, 1999, p. 98). O pesquisador chama a atenção para o circuito institucional de produtos de comunicações, que são ligados por vários segmentos que vão desde os produtores aos distribuidores e consumidores. Daí a necessidade de cuidado com um uso da terminologia. E acrescenta como “uma definição mais abrangente e ambiciosa de economia política e o estudo do controle e sobrevivência na vida social” (MOSCO, 1999, p. 98).

O referido campo de estudos une pesquisadores em busca de uma maior compreensão da sociedade midiaticizada, em meio ao cenário capitalista, na qual se encontram diversas questões. De acordo com Bolaño e Brittos, cabe destacar alguns princípios inerentes à EPC, em virtude dos enfoques das pesquisas estarem voltados:

à totalidade das relações sociais que formam os campos econômico, político, social e cultural, objetivando compreender a mudança social e a transformação histórica e

como ela repercute e se imbrica com o mundo da comunicação em todos os sentidos (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p. 49).

Para explicar, por meio de um recurso didático, Marques de Melo (2013) expõe duas linhas de pensamento para a EPC. A pragmática, que está direcionada a potencializar as abordagens voltadas à preservação do sistema econômico na sociedade; em seguida, como outra vertente está a crítica, preocupada com a problematização das estruturas vigentes e que traz consigo, na maioria dos casos, uma forte inspiração marxista.

Adilson Cabral, ao discutir sobre o campo teórico da EPC, inclui a necessidade de uma “recomposição da participação dos setores sociais nos diversos processos de produção comunicacional, compreendendo a atual dinâmica de circulação de mercadorias e recomposição dos mercados na assim chamada sociedade da informação” (CABRAL, 2014, p. 69).

Ao mencionar avanços em algumas áreas de estudos na América Latina, Rebouças (2005) cita as pesquisas desenvolvidas sobre os modelos de regulação e de regulamentação, que favorecem o debate sobre a propriedade e democratização dos meios de comunicação, assim como a concentração da produção e da distribuição de bens culturais e o fluxo informacional.

## **1.2 As disputas do governo pelos meios de comunicação públicos**

Na América Latina, os sistemas públicos de comunicação têm se tornado espaços de conflito com disputas do governo pelo domínio desses meios. Em aula pública com o tema “O Futuro da EBC e da Comunicação Pública no Brasil”, realizada no dia 23 de maio de 2016 pela linha de pesquisa Políticas de Comunicação e de Cultura e do Laboratório de Políticas de Comunicação (LAPCOM), do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade de Brasília (PPG-FAC-UnB), foram reunidos pesquisadores, profissionais e estudantes da graduação e pós-graduação interessados pelos rumos da Comunicação Pública no Brasil.

Entre os participantes estava presente Murilo César Ramos, que enfatizou a importância da discussão do tema no contexto político brasileiro. Ramos (2016a) retomou fatos históricos que aconteceram ao longo do século XX, em países da América Latina (quando os governos que assumiam realizavam, entre as primeiras medidas, a ocupação das rádios e das TVs Públicas), e chamou a atenção para a importância do simbólico nesse contexto.

Bourdieu (1989) traz a compreensão do espaço simbólico de luta entre os agentes sociais, a partir do poder simbólico e força do *habitus*. Compreendendo essa força dos campos como agentes de mudanças, enfatiza que o campo de produção simbólica se constitui como um espaço de luta simbólica entre as classes. Segundo o autor, “a função propriamente ideológica do campo de produção ideológica realiza-se de maneira quase automática na base da homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo de luta de classes” (BOURDIEU, 1989, p. 13).

A discussão sobre o poder nas relações sociais está envolta na compreensão de processos hegemônicos, levando-se em consideração as relações que são dadas em vários campos e momentos históricos. Para Bourdieu (1989), um discurso só consegue convencer dependendo da legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia. E a legitimidade é inerente àquele indivíduo que tem o poder do discurso, de convencer a sociedade do que ele fala.

Ainda de acordo com Bourdieu (1989), a imposição do significado dos símbolos legitima a ordem vigente, pois os detentores do poder eram aqueles que tinham o porte de maior capital. Para o autor:

As relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Tais afirmações permitem reconhecer que as formas de convivência e *habitus* recebem influência de elementos simbólicos. É no campo simbólico que a política utiliza seu mais alto grau de persuasão. Neste campo é possível que mentiras sejam transformadas em verdades, sendo tidas como reais.

Em uma avaliação sobre as dinâmicas do poder vigentes, cabe a reflexão sobre o uso de recursos variados para a produção e transmissão do capital simbólico. Conforme Lima (2006):

O campo político está ligado à aquisição e ao exercício do poder político através do uso, dentre outros do poder simbólico. O exercício do poder político depende do uso do poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade (LIMA, 2006, p. 10).

Habermas (1997) busca compreender o processo de institucionalização da imprensa, como as implicações sobre a mudança da esfera privada para a pública. O pesquisador direciona o processo de institucionalização da comunicação na sociedade. O estudioso cita o espaço público como um local de disputa entre princípios divergentes da organização social:

Esfera pública constitui-se principalmente como uma *estrutura comunicacional* do agir orientado para o entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as *funções*, nem com os *conteúdos* da comunicação cotidiana (HABERMAS, 1997, p. 92, grifo do autor).

Segundo Novelli (2006), existem barreiras a serem transpostas para a formação de uma nova esfera pública, com instrumentos mais democráticos e participativos, pois, de acordo com a perspectiva habermasiana, na atualidade, o entendimento de esfera pública está “feudalizada”. No entanto, com o auxílio e incremento de canais de comunicação, garantindo transparência às ações públicas, “nos veículos de Comunicação Pública, quando conduzida de forma ética e responsável, tem a possibilidade de promover e consolidar o engajamento ativo dos cidadãos nas definições e implantações de políticas públicas” (NOVELLI, 2006, p. 88). Para Pêrsigo e Fossá (2015), o cidadão deve cumprir um papel fiscalizador, não meramente atrelado ao papel de eleitor. A vigilância deve estar na prática comunicacional com um enfoque voltado ao compromisso coletivo.

O comunicador deve visar discussões mais amplas, não somente estar voltado a quaisquer interesses, mas ter como missão o que é necessário para que a sociedade possa compreender com os assuntos apresentados nos produtos veiculados, quer seja mediante os problemas urbanos, quer seja pela prestação de serviços, com todas as informações que possam completar o ciclo de atendimento. A informação é vista como um serviço de utilidade pública capaz de modificar realidades locais, por meio do senso crítico mais apurado. Até a valorização das produções independentes e regionais, que possam apresentar a cultura e as realidades nas quais as pessoas que vivem naquele espaço, estão inseridas no cotidiano.

Na sociedade atual se age de forma diferente, em função dos novos espaços que são oferecidos para a Cidadania e a participação popular, com a opinião pública oferecendo ao indivíduo formas de agir, participar de debates diversificados. Sodré (2002) inclui essa identidade integrante de uma nova forma de esfera pública, que possibilita, de forma democrática, compromissos diferenciados entre o coletivo e o Estado, mas sem se permitir deixar levar pelos interesses do mercado.

Martín Barbero (2002) enfatiza o quanto o caráter público tem se tornado mais impreciso politicamente, na medida em que a plateia passa a se identificar com as audiências. O pesquisador aborda o quanto a opinião pública produzida pelos veículos de comunicação, por meio de pesquisas e levantamentos, encontra mais fingimentos. Isso se deve à perda em questões heterogêneas pela sociedade, em virtude da redução a dados estatísticos. Para o estudioso, a competência comunicativa deve ser compreendida como a capacidade de convocação e integração da sociedade civil, e acrescenta:

Nos últimos anos, começamos a compreender a necessidade de inserir a compreensão do caráter público num mapa atravessado por três eixos: o da atual reconstrução conceitual do caráter público; a reconstituição dos meios e das imagens no espaço de reconhecimento social, e as novas formas de existência e exercício da cidadania (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 50).

Lippman (2008) expõe que a Opinião Pública (OP) é uma ilusão, em função da impossibilidade das pessoas chegarem a um propósito unificado de fatos e ocorrências. Ao citar a democracia, menciona o predomínio da luta simbólica pelo controle social, enfatizando que a OP trata-se de um processo de animação social; portanto, com interessados no controle social. Ao abordar a imprensa, ressalta que a oferta de informações não é a principal preocupação, mas sim a conquista do público. Para isso, oferece o que o autor chama de “dieta” de informações para assegurar leitores, onde a oferta diária de informações busca atender os desejos e expectativas de pessoas com estereótipos<sup>7</sup> já cultivados.

Lippman argumenta que as opiniões públicas precisam ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa, como acontece atualmente. Para ele, esta é a função da ciência política, que ganhou seu próprio lugar de formuladora.

Giddens (1996) menciona a contribuição das comunicações eletrônicas nas mudanças de 1989, em decorrência de eventos que aconteceram em vários países que buscaram substituir governos ou regimes, em outros casos introduzir o constitucionalismo e as instituições parlamentares democráticas. Enfatiza a importância dos meios de comunicação para a difusão das informações “sem a instantaneidade conferida pelo rádio e especialmente pela televisão devido à capacidade deste meio de dar forma visual dramática a acontecimentos esparsos que, de outra forma, só poderiam ser entendidos de maneira abstrata” (GIDDENS, 1996, p. 128).

---

<sup>7</sup> O estereótipo é fruto da interação social dos indivíduos. Uma importante contribuição teórica da obra com o título Opinião Pública é a definição do fenômeno da estereotipia mental. “Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados, e dos hábitos de nossos olhos. Na maior parte dos casos, nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos” (LIPPMANN, 2008, p. 66).

O sociólogo britânico pontua que o desenvolvimento econômico amplia as condições de autonomia individual e que a democracia liberal e o capitalismo estão unidos. Ao tratar sobre a “luta por reconhecimento”, apresenta as contribuições de Fukuyama na abordagem de diferenças presentes na democracia e no capitalismo em um ponto importante:

Ele não pressupõe que o individualismo econômico faça ligações entre os dois. Não é a busca de interesses pessoais nos mercados competitivos que explica a difusão da democracia; a democratização tem origens bastante independentes, que têm a ver com o desejo de autonomia e respeito (GIDDENS, 1996, p. 125).

Partindo da reflexão sobre o quanto é importante que uma mídia ofereça espaços para a difusão de informações, Vieira (2001) traz as incertezas do tempo em uma caracterização de “pós-moderno” ou “pós-nacional”,

Que os cidadãos do mundo deparam com os riscos da nova ordem internacional, esgrimindo, em nome do interesse público, os valores da democracia e da sustentabilidade, agrupados em torno a uma sociedade civil emergente e operando em um nascente espaço público transnacional, onde enfrentam as forças dominantes do Estado e do mercado. Do resultado desse embate, depende o destino da democracia, a sustentabilidade do planeta e a sorte de seus habitantes (VIERA, 2001, p. 273).

Ramos (2005) aplica o direito à comunicação como uma premissa fundamental de reconhecimento da política social: “tal direito, decisivo para a democratização das sociedades contemporâneas que tem na informação e na comunicação seus principais motores políticos, econômicos e culturais” (RAMOS, 2005, p. 251). Sobre o papel da comunicação, o autor elenca alguns pontos, citados a seguir: que deve ser conformadora do espaço público, decisivo para o exercício da cidadania e para a prática da democracia; como importante instrumento de educação pública formal, cívica e política; instrumento de formação cultural ampla; instrumento de preservação e afirmação de valores culturais e nacionais, como defesa da língua, manifestações literárias e expressão artística; projeção do poder nacional, por meio da afirmação da cultura nacional em ambientes transnacionais e globalizados.

Há também a necessidade da ação institucional nas discussões, entre as atividades que incluem o debate e o estudo do Capítulo da Comunicação Social na Constituição Federal. A nova legislação para o rádio e televisão substituirá o antigo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/62), atualmente revogado pela Lei Geral das Telecomunicações (Lei nº 9.472/97), com o acolhimento e revisão das normas para os serviços de radiodifusão comunitária.



Cabe ressaltar que são vários pontos apresentados que permeiam também a diferenciação e regulamentação dos sistemas estatal, público e privado, tais como a presença do capital estrangeiro nos meios de comunicação. Entre outros aspectos importantes, para oferecer uma gama de vozes aos processos comunicacionais, muitas vezes impostos por aqueles que detêm o poderio, quer seja econômico ou político. Melo (2011) afirma:

As políticas públicas de comunicação devem prever o controle social da mídia através de regulação, regulamentação e fiscalização de forma que se torne possível a criação e incentivo de meios de comunicação públicos, controlados pela sociedade civil e financiados segundo o princípio da economia solidária. A produção midiática não pode ser regida apenas pela lógica do lucro, mas pela lógica da arte de resistência, no mercado que se supõe sensível à democratização da comunicação (MELO, 2011, p. 40-41).

Em uma sociedade marcada por oligopólios comunicacionais é preciso que sejam apresentados canais, como alternativas aos veículos que estão disponíveis pela lógica vigente, marcada por acertos financeiros, acordos publicitários com o objetivo de ofertar cada vez mais produtos mercadológicos. Os meios públicos de comunicação devem possuir conteúdos diversos que possam ampliar o senso crítico daqueles que acompanham a programação. As produções devem ir além do que está associado ao senso comum, com discussões amplas, que levem em consideração a formação crítica da sociedade e os princípios democráticos, previstos na Constituição Cidadã.

### **1.2.1 TV no Brasil e a relação entre emissoras educativas, públicas e estatais**

Ao longo dos 66 anos da implantação da TV no Brasil, várias narrativas foram produzidas e circuladas por meio dos profissionais que construíram o conhecimento sobre a elaboração das reportagens tanto nas universidades quanto no dia a dia das redações. Cabe ressaltar que ambos os meios são importantes para a formação do profissional que atua no segmento. Após mais de seis décadas, o veículo de comunicação ganhou formas das mais variadas, nas quais foram construídos e desconstruídos paradigmas quanto ao jeito de fazer TV, levando-se em consideração os programas e gêneros que são apresentados aos telespectadores.

Desde o primeiro telejornal exibido no mesmo ano de implantação da TV no Brasil até os dias atuais, muitas características mudaram. Sampaio (1971) cita o noticiário “Imagens do dia”, que foi ao ar um dia após a chegada da televisão, e as reportagens não seguiam regras, pois o conceito sobre a construção do material ainda não havia sido definido.

O fluxo dos produtos exibidos tem moldes bem diferentes dos apresentados aos primeiros telespectadores. Mattos (2010) expõe o perfil da televisão brasileira desde o início das transmissões no país até os dias atuais. O autor classifica as fases da seguinte forma: elitista, populista, do desenvolvimento tecnológico, da transição e da expansão internacional, da globalização e da TV paga, até o momento vigente conceituado como da portabilidade e da interatividade digital.

Sobre o histórico televisivo nacional, Mattos (2002) ressalta o quanto a TV brasileira está intrinsecamente ligada aos oligopólios desde o seu nascedouro, com os Diários Associados, quando a então TV Tupi (pertencente a este grupo) transmitiu as primeiras imagens em 18 de setembro de 1950, passando pela hegemonia da Rede Globo, iniciada nos anos de repressão do regime militar e mantida até os dias atuais.

Bourdieu (1997) aborda a questão televisiva sob a ótica dos veículos comerciais, que estão direcionados a atender as lógicas do mercado, vorazes por audiência e atração de lucros. Sobre o veículo televisivo, aborda que:

A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população. Ora, ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer seus direitos democráticos (BORDIEU, 1997, p. 23-24).

Nota-se, desse modo, o quanto tem ocorrido uma elevação do peso simbólico da televisão, enquanto meio, assim como diante das emissoras concorrentes. Exemplo disso está nas questões ligadas ao sensacionalismo, esportes e variedades que buscam se impor ao campo jornalístico. Segundo o autor, um campo que age sobre outros campos, vinculado às amarras econômicas ditadas pelas pressões dos índices de audiência, também sobre os jornalistas para que, aos poucos, permitem que a imposição recaia sobre eles. “E, da mesma maneira, através do peso do conjunto do campo jornalístico, ele pesa sobre todos os campos de produção cultural” (BORDIEU, 1997, p. 81).

Os canais dispostos nas emissoras abrangem uma gama maior de proprietários, que vão desde empresários, grupos religiosos, até o Estado. Outro segmento que também tem sido explorado é o da TV a cabo, mas que vem sendo acompanhado com bastante atenção pelo segmento mais popular de difusão de imagens.

Conforme Brittos (2000), a revalorização do espaço local é uma consequência do processo de globalização, no qual as emissoras de TV aberta cada vez mais procuram ampliar o público por meio da popularização e valorização do local. Essa realidade

convive com um fenômeno recente, como é o da TV paga, tendo em vista também o avanço das emissoras de sinal fechado.

Esse avanço também pode ser atribuído ao que Brittos (2000) denominou Fase da Multiplicidade de Oferta, que é caracterizada pelo oferecimento de maior quantidade de canais ao consumidor. Tal conceito está relacionado ao período que se concentra em meados da década de 1990.

Valente (2009) cita, em pesquisa, que 1967 deve ser considerado o ano que delimita historicamente o início da TV pública no Brasil. Segundo o autor, o fato deve-se à criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) e ao início das atividades da TV Universitária de Pernambuco (TVU-PE), marco das emissoras educativas. Desde esse ano vem sendo elencado o artigo 13 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que apresenta que os veículos educativos têm por objetivo a veiculação de programas educacionais: transmissões de aulas e outras atividades com o intuito de transmitir conhecimentos, a citar, conferências, palestras e debates. Ainda estão previstos em parágrafo único deste Decreto-Lei a complementação e a modificação da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que: “A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos” (DECRETO-LEI nº 236/1967).

O pesquisador explica ainda como a fundação que marcou o pioneirismo das transmissões de radiodifusão pública foi articulada:

A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) foi criada por meio da Lei nº 5.198 com o objetivo de ‘produção, aquisição e distribuição de material audiovisual destinado à televisão educativa, contribuindo, direta ou indiretamente, para a expansão e o aperfeiçoamento do sistema de televisão educativa no país’ (BRASIL, 1967). Transparece aí um modelo semelhante ao *Public Broadcasting Service* (PBS) estadunidense, no qual a corporação pública tem como centro não a exploração direta das emissoras, mas a produção e disponibilização de material para o conjunto de TVs exploradas por governos estaduais e municipais ou por entes privados (VALENTE, 2009, p. 61).

Na segunda edição da Revista do Conselho Curador da EBC, publicada em dezembro de 2013, a socióloga Sayonara Leal comenta em entrevista que aborda a estética do público. Na reportagem trata sobre o quanto a sociedade brasileira é bem exigente e que a Empresa Brasil de Comunicação precisa ir onde o público está, saber o que ele quer, comenta ainda o quanto os telespectadores ainda estão imersos em um modelo vigente. “O Brasil está firmado

no padrão Globo. Se você quer emplacar algo, tem que levar em conta o padrão estético. É pretensioso dizer que a sociedade não sabe o que é bom. A EBC tem que sair do pedestal e ir ver o que o usuário quer. Ele é quem decide!” (LEAL, 2013, p. 17).

Nesse sentido, é possível apontar o padrão Globo de qualidade, que se constitui como uma barreira ao desenvolvimento de programações regionais no Brasil (BOLAÑO, 1988). Isso porque passa a ser instituída a exigência de uma estrutura aos programas, a qual só poderia ser desenvolvida pelas emissoras que possuíam um maior aparato tecnológico.

É importante salientar os aspectos que são relativos à Rede Globo. Conforme Mattos (2002), desde o final dos anos 60 a emissora, que surgiu no Brasil com incentivo do capital estrangeiro do grupo *Time-Life*, já possuía grande audiência pelo fato de buscar nas camadas econômicas mais populares seu nicho de mercado. A ascensão do grupo comunicacional ocorreu no período brasileiro de maiores restrições às emissoras. Foi durante a ditadura militar brasileira que a vênus platinada avançou, chegando em 1969 com a consolidação de seu patamar enquanto Rede Nacional, com transmissões simultâneas em várias cidades por meio de micro-ondas. Enquanto o Brasil amargava os anos de repressão, o grupo de comunicação consolidava hegemonia e poder.

A televisão é considerada um meio de destaque entre as indústrias culturais. Conforme sugere Vizeu (2005), é uma indústria cultural que tem uma participação decisiva na formação de identidades e no crescimento econômico dos países. Trata-se, ainda, de um veículo com baixo custo aos telespectadores, fator que o torna competitivo à publicidade, embora exija custos elevados de manutenção para manter o seu funcionamento.

Diante do panorama apresentado, cabe explicar as diferenças existentes entre emissoras educativas, públicas e estatais, as quais podem parecer sutis, mas são relevantes. Aspectos que talvez não sejam explícitos para os telespectadores comuns, que veem os produtos televisivos, mas que, do ponto de vista das relações imbricadas de poder, da luta de classes, de democracia, dos direitos e dos modelos, se apresentam de forma clara, conforme serão explicitados.

Azambuja (2008) menciona que o jornalismo educativo vai além das seis perguntas básicas para a construção da reportagem de forma objetiva, amparadas pelos questionamentos do lide. Consiste em um segmento jornalístico que “oferece mais: nele estão a informação, claro, e outros dados explicativos para que o telespectador tenha condição de aprender novos conceitos, adquirir mais conhecimento ou se interessar e ir em busca destes conhecimentos” (AZAMBUJA, 2008, p. 6). É uma relação similar ao que acontece com os tipos de jornalismo

classificados como: Científico, Ambiental, Público, e a Comunicação em Saúde, que podem receber a classificação de Jornalismo Educativo.

Cabral (2012) assevera que os países da América Latina precisam compreender a importância efetiva de um sistema de comunicação que esteja desvinculado de características públicas e estatais. Para o professor, é de extrema importância que os estudiosos do campo comunicacional compreendam a necessidade de um debate amplo sobre o sistema público de comunicação, concebido como:

Um sistema comprometido com a apropriação e a afirmação do processo regulatório por seus realizadores e demais ativistas; com a formulação e aplicação de políticas para garantir a viabilidade e a sustentabilidade das iniciativas em curso e de capacitação de distintos atores; e com o fomento de novas experiências relacionadas aos mais diferenciados grupos, organizações e movimentos nos mais distintos contextos. Em resumo, um sistema público de comunicação (CABRAL, 2012, p. 1).

No documento “Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea”, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012, p. 21) consideram que toda emissora estatal é pública, mas nem toda emissora pública é estatal. Assim, a televisão estatal não deve ser vista como um sinônimo de uma:

emissora de propaganda partidária empenhada na defesa dos interesses eleitorais ocasionalmente instalados no governo. [...] a definição de emissora estatal resulta do atendimento de três requisitos: sua propriedade e sua natureza jurídica a vinculam direta ou indiretamente ao Estado, nos termos da legislação que rege a administração pública do país; sua gestão cotidiana está subordinada a autoridades de um dos três poderes da República; e sua programação sofre limites decorrentes dos dois requisitos anteriores, estando, portanto, mais a serviço das necessidades de divulgação decorrentes da lógica interna do Estado do que a serviço de refletir livremente o debate e a diversidade cultural que resulta das dinâmicas não-estatais típicas da vida social (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 21-22).

Rey (2002) sustenta que existe uma mudança na noção do caráter público, em que a semelhança do caráter estatal passa a ser questionada, para que sejam abertos espaços de debate de questões de interesse comum, os quais possam expressar diferenças e interesses de representantes de diversos setores. “As comunicações sofreram o impacto dessas mudanças no Estado e no caráter público. Em primeiro lugar, se desestabiliza o modelo predominante da televisão pública. No grau mais extremo, as televisões públicas eram televisões estatais” (REY, 2002, p. 89).

De acordo com a análise conceitual apresentada por Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), na legislação da administração pública, a propriedade e natureza jurídica não estão vinculadas direta ou indiretamente ao Estado, tampouco está caracterizada como empresa comercial,

tendo em vista que não visa à lucratividade e não possui financiamento do mercado de anúncios. Os recursos que financiam as emissoras são de natureza pública, a sobrevivência vem de dotações regulares provenientes do Estado ou da sociedade, e podem ser resultantes de uma taxa, compulsória (*license fee*), ou de doações voluntárias. A lei deve prever o financiamento e expressar a não vinculação da emissora a autoridades externas que componham o corpo funcional da emissora, sobretudo no que se refere aos conselhos curadores – órgãos internos que fazem parte das emissoras e que possuem membros das instituições, como universidade e representantes da sociedade.

O que contraria sua natureza de emissora pública não é a existência de conselhos, nem a existência de representantes da sociedade nos conselhos, mas a subordinação, legal ou informal, tácita, a uma autoridade do Poder Executivo, do governo ou de outro poder estatal (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 23).

Um ponto considerado importante é analisar os canais públicos, não como “o outro” dos canais comerciais, ou pior ainda, como a sua versão “pobre”, e sim levar em consideração sua presença no panorama televisivo, para aprender de suas contribuições e se diferenciar de suas estratégias (REY, 2002, p. 94).

A noção de independência é crucial para a autonomia das emissoras, tanto em relação ao Estado quanto aos governos. Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) pontuam que as emissoras só podem ser consideradas públicas caso sejam de fato independentes, tanto em relação ao Estado e aos governos quanto em relação ao mercado.

A UNESCO, no documento *Rádio e Televisão Pública: Por quê? Como?*,<sup>8</sup> publicado em 2011, apresenta, entre os princípios fundamentais para os veículos que prestam o serviço público, a independência, que deve ser compreendida como liberdade de interesses políticos e comerciais. Afinal, esses espaços devem ser compreendidos enquanto fóruns livres, para que possam fluir informações, opiniões e críticas.

Ainda, de acordo com a obra:

Na verdade, se a informação divulgada pelo serviço público é associada com as vontades de poder, a maioria das pessoas não vai acreditar nele. Se o programa oferecido pelo serviço público é concebido de acordo com os interesses comerciais, as pessoas não vão entender por que você está convidado a financiar um serviço cujos programas não são suficientemente distintos serviços que oferecem emissoras privadas. Este último exemplo nos conduz precisamente a propor um outro princípio

---

<sup>8</sup> *La Radio y Televisión Pública: ¿Por qué? ¿Cómo?* (Tradução livre).

particularmente importante em países onde a radiodifusão pública coexiste com serviços comerciais privados (UNESCO, 2001, p. 14-15).<sup>9</sup>

Também são acrescentados a esses princípios a universalidade com uma programação acessível para a população, envolvendo os cidadãos, independente da classe social a qual pertencem. E a diversidade, que engloba abordagens diferenciadas por meio da programação que deve ir de noticiários até outros conteúdos. Em outras palavras: a universalidade e a diversidade são complementares, levando ao público conteúdos que possam incluir pessoas de vários segmentos da sociedade.

A diferenciação das emissoras marca a importância de cada veículo quanto aos conteúdos que devem ser apresentados ao público, cumprindo as leis vigentes. É preciso levar em consideração a importância desses mecanismos se apresentarem como alternativas aos telespectadores, para que possam ampliar os conhecimentos sobre a dinâmica social, auxiliando na formação do senso crítico e de uma formação cidadã.

### **1.3 Uma análise do modelo público de radiodifusão no Brasil**

No Brasil, a discussão existente entre os veículos públicos e privados é decisiva pela escolha do modelo de mídia, que tem origem nos Estados Unidos e foi o adotado tanto no rádio quanto na televisão. Segundo Lima (2011, p. 28), “compete à União a exploração de um serviço, que é delegado para administração e operação de terceiros. O rádio e a televisão são, em sua maioria, outorgas do Poder Público para a iniciativa privada”. A Inglaterra, por exemplo, optou por outro modelo, que ofereceu ao Estado as funções de operar e executar a atividade de radiodifusão. Cabe ressaltar que, na Europa, as TVs surgiram por iniciativa do Estado com grande controle público, distantes dos governos e dos mercados.

Um marco para o início das ações voltadas ao sistema público de comunicação em âmbito brasileiro, com o interesse voltado aos mais diversos segmentos sociais, está na Constituição promulgada em 1988, também intitulada de Cidadã. A Carta Magna se dedica, nos artigos 220 a 224, à temática *Da Comunicação Social*. Mattos (2002) ressalta a

---

<sup>9</sup> *En efecto, si la información difundida por el servicio público se ve asociada a las voluntades del poder, la gente no creerá más en él. Si el programa ofrecido por el servicio público se concibe conforme a imperativos comerciales, la gente no comprenderá por qué se le pide que financie un servicio cuyos programas no se distinguen suficientemente de los servicios que proponen las emisoras privadas. Este último ejemplo, justamente, nos lleva a plantear otro principio particularmente importante en los países donde la radio y televisión pública coexiste con servicios privados comerciales (UNESCO, 2001, p. 15, tradução livre).*

necessidade de se ampliar a discussão sobre a temática com relação aos diversos segmentos sociais:

A carta de 1988 também fixou normas para a produção de uma programação das emissoras de rádio e televisão. De acordo com o artigo 221, as emissoras devem promover programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, procurando estimular a produção independente, visando a promoção da cultura nacional e regional (MATTOS, 2002, p. 118).

Em uma reflexão sobre as Políticas Nacionais de Comunicação, Marques de Melo (2010) cita que, apesar do marco histórico e das garantias constitucionais, ainda faltam instrumentos legais que possam implementar os princípios fundamentados. Poucos avanços podem ser contabilizados; porém, é possível assinalar o respeito à liberdade de expressão pública como uma grande conquista. Deve-se salientar a importância da compreensão da liberdade de expressão enquanto um direito humano, garantido no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, este direito implica a liberdade de manter as suas próprias opiniões sem interferência e de procurar, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio de expressão independentemente das fronteiras (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *online*).

A livre manifestação do pensamento deve ser um preceito assegurado além do documento. É preciso que faça parte também da conjuntura dos veículos de comunicação. Pensar o espaço das emissoras públicas, com a pluralidade de conteúdos e de participação de atores sociais é considerar que esses espaços devem servir como *locus* para que as pessoas possam se sentir componentes do sistema comunicacional, capazes de participar de forma efetiva.

A aprovação da Lei nº 11.652/2008<sup>10</sup> foi outro passo importante para o sistema público, pois foi responsável pelos princípios e objetivos norteadores para a criação da Empresa Brasil de Comunicação. Desde o início, foram instituídos o Conselho Curador e a Ouvidoria, mecanismos autônomos criados para o desenvolvimento das ações da EBC. Conforme exposto no artigo 17 da referida lei, está entre as competências do Conselho Curador, a responsabilidade de zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos na lei. No que se refere à linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria

---

<sup>10</sup> Lei que constitui a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).



Executiva da EBC, o Conselho deve também atuar para que tenha aplicação prática. Como outra competência ligada ao órgão está vinculado à eleição do Presidente.

Em entrevista concedida no programa “O público na TV”, exibido no dia 16 de fevereiro de 2012, apresentado por Regina Lima, ouvidora da EBC, o professor da UnB, Murilo César Ramos, que nesse ano era membro do conselho curador da EBC, destacou a importância do Conselho Curador como a alma pública da emissora, tendo como competência zelar e assegurar a autonomia da sociedade civil. Ramos (2012) enfatiza a garantia do caráter público e autônomo, configurando-se como um elemento capaz de impedir interferências governamentais.

O artigo 20, da Lei nº 11.652/2008, que permaneceu inalterado, apesar da Lei nº 13.417/2017, trata a respeito da Ouvidoria, que tem sob a direção 1 (um) ouvidor, com a missão de realizar a crítica interna da programação produzida ou veiculada, para que os conteúdos atendam os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública.

Paulino (2013), em pesquisa desenvolvida sobre a iniciativa brasileira, cita que “a experiência da EBC demonstra que a atuação dos *ombudsmen* é capaz de motivar o debate dos leitores, ouvintes e telespectadores, assim como de fomentar uma cultura de maior prestação de contas por parte dos profissionais e gestores” (PAULINO, 2013, p. 67).

O panorama permite avaliar algumas das principais conquistas na radiodifusão pública do Brasil, levando-se em consideração que a Empresa Brasil de Comunicação é constituída por oito emissoras de rádio e a TV Brasil. Espaços que buscam oferecer aos ouvintes e telespectadores opções cidadãs, que vão além de conteúdos, que atendem a lógica do consumo, ofertados pelos oligopólios comunicacionais. Estabelecer a relação entre a Comunicação Pública e a cidadania é, inclusive, um dos objetivos do capítulo que se segue.

## 2 Comunicação Pública no Brasil e Cidadania

Neste capítulo será discutido o momento histórico de ameaças às garantias alcançadas pela Comunicação Pública no Brasil. As discussões em torno dessa temática têm reunido pesquisadores, jornalistas, assim como representantes de diversos segmentos da sociedade civil em defesa dos direitos garantidos pelos veículos públicos que compõem a EBC. Foram abordadas, além das dinâmicas que resultaram no projeto da empresa, as alterações decorrentes da Lei nº 13.417/2017, sancionada após discussões da MP 744/2016, que modificou vários dispositivos da Lei nº 11.652/2008, que a criou. Reflexões teóricas sobre a cidadania e as práticas cidadãs em prol de uma Comunicação Pública efetiva também serão apresentadas. Os conceitos de cidadania (MARSHALL, 1967; LUCA, 2003; DOURADO; ANDRES, 2009; CARVALHO, 2004) encontram-se articulados em uma perspectiva comunicacional.

### 2.1 Reflexões sobre a EBC

A EBC está em um momento delicado, inclusive com a possibilidade de extinção. O estilo público constituído em lei há menos de uma década, com mecanismos de autonomia, participação social e luta por pluralidade de conteúdos na programação, ainda com avanços necessários a serem desenvolvidos.

Em 2003, a EBC apresentou o Manual de Jornalismo, no qual mais de 30 colaboradores se reuniram para articular o Código de Conduta dos profissionais que atuam no meio de comunicação. Foram apresentados os valores, objetivos e diretrizes que devem ser seguidos, tanto pela rede quanto pelos canais que estão vinculados a ela, que estão pontuados a seguir:

**Tabela 1: Código de Conduta dos profissionais da EBC**

<b>Pluralidade</b>	<b>Imparcialidade</b>	<b>Liberdade</b>	<b>Discernimento</b>
Promover o acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo	Os jornalistas, comunicadores e todos aqueles que atuam no processamento de informação que a EBC oferece ao público tem o dever de evitar o partidarismo, a	Valorizar e defender a liberdade de imprensa e de expressão como fundamento da democracia	Contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualificada e contextualizada

pregação religiosa, o tom promocional e qualquer finalidade propagandística. A informação deve refletir a verdade dos fatos			
<b>Regionalismo</b>	<b>Educação</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Família</b>
O regionalismo das pautas, dos sotaques e do idioma é essencial ao jornalismo da EBC. Está nos fundamentos de seus veículos, pelo seu caráter público e pelo acolhimento à diversidade cultural do país	Por meio da informação, o jornalismo deve cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão	Apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento, garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes	Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família

Fonte: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A, 2013, p. 23.

O Brasil vive um contexto político e econômico delicado que culminou com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o qual teve início no dia 29 de agosto de 2016 e término em 1º de setembro do mesmo ano. Em 12 de maio de 2016, Michel Temer assumiu o governo de forma interina, após abertura do processo de cassação do mandato da líder do executivo federal pelo Senado.

Entre as ações desde o início do governo, demissões e exonerações de profissionais de diversos setores do Governo Federal. Entre os nomes, o diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação, o jornalista Ricardo Pereira de Melo, que ficou afastado do dia 17 de maio a 2 de junho de 2016. No entanto, após recorrer à Justiça, uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, garantiu o retorno de Melo à presidência da EBC, no dia 3 de junho de 2016, assim como garantindo a legalidade do mandato de quatro anos, com previsão para término em maio de 2020.

Em nota divulgada pelo Conselho Curador da EBC, antes da publicação em Diário Oficial da exoneração do diretor-presidente, foram enfatizados elementos do artigo 19 da Lei nº 11.652/2008, que instituiu a empresa. Entre eles, está o fato de que o mandato do nomeado ao cargo de diretor-presidente, após nomeação, não pode ser destituído, exceto em casos específicos que incluem questões como a decisão por vontade própria do mandatário ou grave desrespeito aos ditames legais que regem suas funções e responsabilidades, e só por

deliberação do Conselho Curador.<sup>11</sup> No caso da exoneração do jornalista, os fatores relacionados não foram levados em consideração e não houve diálogo com o conselho.

No dia 13 de junho de 2016 foi emitida uma nota<sup>12</sup> pelo Conselho Curador da EBC, em virtude de medidas tomadas por auxiliares do governo, que incluem desde a mudança da lei ou da empresa pública, com a distribuição de trabalhadores para outros setores, até a extinção da EBC. Na publicação, os membros do Conselho manifestam o repúdio à tentativa de desestabilização da empresa pública e ressaltam a importância dos veículos que fazem parte da EBC, cuja responsabilidade é informar e entreter, comprometidos com a cidadania.

Ainda de acordo com o informe, a responsabilidade do governo é no sentido de que a autonomia seja mantida, sem a subordinação das atividades a interesses governamentais, partidários ou do mercado. Por fim, solicita-se que a Lei nº 11.652/2008 seja observada, preservada e respeitada pelo governo, então interino de Michel Temer. Tais medidas foram divulgadas a fim de que a complementaridade dos sistemas públicos, privado e estatais, previstos na Constituição Federal, não fosse ameaçada.

No entanto, um dia após o *impeachment* que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República, entrou em vigor a Medida Provisória nº 744, datada de 1º de setembro de 2016, assinada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, no exercício da presidência (tendo em vista que Michel Temer estava em viagem oficial para a China). A MP 744 altera a lei que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo. Também inclui aqueles que são outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a EBC.

A medida provisória retira a Lei nº 11.652/2008, convertida em março de 2017 na Lei nº 13.417/2017, altera dispositivos que garantiam a autonomia em relação ao governo e que também asseguravam a participação social na empresa, tal como a extinção do Conselho Curador. São assegurados, ainda, ao presidente da República, poderes de nomear e exonerar membros da diretoria executiva. A vinculação à Casa Civil foi também alterada, na medida em que antes era ligada à Secretaria de Comunicação do Planalto. Acrescenta-se ainda a

---

<sup>11</sup> Conselho Curador se posiciona contra mudanças na direção da EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/05/nota-conselho-curador-se-posiciona-contramudancas-na-direcao-da>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

<sup>12</sup> Nota pública: Conselho Curador exige respeito à Lei da EBC e rechaça ameaças de extinção. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/06/nota-publica-conselho-curador-exige-respeito-a-lei-da-ebc-e>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

publicação do Decreto 8.846/2016,<sup>13</sup> que altera o Estatuto Social da empresa, mais um aspecto que reduziu a autonomia e o controle social.

Alguns estudiosos da área discordam da vinculação. Segundo Bucci (2016), a EBC está atrelada de forma indevida à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, quando o local correto seria ao Ministério da Cultura, assim como ocorre nas principais democracias que prestam o serviço de radiodifusão pública. Lopes (2016) sustenta que os recentes fatos demonstram o quanto a Comunicação Pública se fragiliza institucionalmente diante de um governo autoritário. No nosso entender, a maior debilidade da TV Brasil, principal emissora da EBC, consiste em não chegar gratuitamente no canal aberto a todos os cantos do país. Disponibilizar o sinal não é suficiente se não houver uma programação atraente com formatos diversos (informativos, entretenimento, teledramaturgia e esportes, etc.) para construir uma ampla audiência (LOPES, 2016, p. 36).

No programa *Cidadania*, da TV Senado, publicado no *Youtube* no dia 12 de dezembro de 2016, o atual presidente da EBC (Laerte Rímoli) e o ex-conselheiro da empresa (Murilo César Ramos), em entrevista ao jornalista Paulo Acrísio, debateram sobre a mudança de rumos da Comunicação Pública no país projetada pela Medida Provisória 744/2016 para a Empresa Brasil de Comunicação.

Ramos (2016 b) aborda a temática na condição de ex-conselheiro e estudioso do tema. O pesquisador destaca a criação do Conselho Curador, por meio da lei como o principal instrumento para assegurar a autonomia, levando-se em consideração a representação da sociedade, para garantir essa autonomia nas relações com o governo, com o poder executivo, e acrescenta um modelo de televisão de serviço público. Sobre o conselho, na ocasião, Rímoli (2016a) abordou que o antigo Conselho Curador poderia tirar o presidente ou diretor com dois vetos, e que também havia interferências no campo administrativo. Entre os assuntos abordados, Rímoli respondeu sobre o Plano de Demissão Voluntária (PDV), que deve ser feito para reduzir o quadro de pessoal. O presidente alega que existe um número elevado de trabalhadores: atualmente são 2.150 servidores concursados da EBC e a estimativa conta com a adesão de 600 funcionários.

O quadro de servidores, segundo Bucci (2016), é uma consequência desastrosa de concursos públicos. De acordo com o pesquisador, em levantamento feito em julho de 2016, a folha de pagamento deveria custar em torno de 550 milhões de reais para os cofres públicos.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8846.htm)>. Acesso em: 5 fev. 2017.

Pode-se traçar um comparativo com a Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura de São Paulo, em que foram gastos 140 milhões de reais, sendo 93,4 milhões de receitas do governo e 46,6 milhões resultantes de publicidade e operações comerciais.

A problemática da autonomia já foi discutida por Ramos (2012), que discorda da nomeação monocrática pelo presidente da República e apresenta como exemplos os indicados por titulares dos ministérios para as agências, que necessitam da anuência do Senado Federal, após submissão à sabatina e votação em plenário. Há, portanto, a necessidade de mediação para a escolha do diretor-presidente da EBC, quer seja por meio do Congresso Nacional, seja pelo Conselho Curador, em virtude da responsabilidade pública da pessoa que assume a presidência da EBC. É de suma importância que a empresa seja uma instância autônoma:

Autonomia diante do governo, acima de tudo, mas também diante dos partidos políticos e de qualquer interesse singular – de classe social, de religião ou culto, de gênero, raça, e assim por diante – que a ameace. A essência do respeito à coisa pública está na capacidade de saber diferenciá-la da coisa meramente privada (RAMOS, 2012, p. 22).

A presidente destituída do Conselho Curador da EBC, Rita Freire afirma que o curso da democracia brasileira é posto em questão pelo agitado processo de *impeachment* e pelos fatos que decorreram posteriormente. Segundo Freire (2016), o futuro da empresa pública é duvidoso. “O certo é que a volta da EBC autônoma e participativa, capaz de articular uma Rede Nacional de Comunicação Pública, com a sociedade civil em sua governança, é uma questão chave para a defesa da democracia” (FREIRE, 2016, p. 62-63).

As emissoras devem ser compreendidas enquanto prestadoras de serviço público de rádio e televisão. Para isso devem refletir a multiplicidade de vozes da sociedade, sem atender aos ditames governamentais. Devem, portanto, ter a autonomia necessária para trilhar a programação livre de intervenções. Somente assim é possível que haja um sistema de radiodifusão pública.

## **2.2 Revogados, incluídos e alterados pela MP 744/2016**

A Lei nº 11.652/ 2008 foi instituída para normatizar princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública e refere-se àqueles explorados pelo Poder Executivo ou outorgados por entidades de administração indireta, além de incluir a constituição da Empresa Brasil de Comunicação. Conforme já mencionado, após o término do processo de *impeachment* que culminou com a saída da presidenta Dilma Rousseff e posse de Michel Temer, foram

apresentadas mudanças para o sistema de radiodifusão pública brasileira. Com a Medida Provisória 744, a nova redação modificou 13 pontos da lei.

A configuração da empresa foi alterada. Antes, a conjuntura era formada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, contando na composição com um Conselho Fiscal e um Conselho Curador. Tal estrutura deu lugar a uma administração formada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria-Executiva e um Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração teve a constituição modificada. O presidente desse setor, que antes era indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, passa a ser indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O inciso II do artigo 13 sofreu uma pequena alteração na redação (apenas um hífen entre as palavras); mas a denominação do cargo permanece inalterada (diretor-presidente da Diretoria-Executiva).

Mudanças mais importantes ocorreram no formato do Conselho de Administração. Antes um Conselheiro era indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; agora, a indicação passa a ser por um membro apontado pelo Ministro de Estado da Educação.

O Conselheiro, indicado pelo ministro de Estado das Comunicações, passa a ser indicado pelo ministro de Estado da Cultura. Também na lei antes da MP havia um Conselheiro, indicado conforme o Estatuto, o que passa a ocorrer por meio de um representante indicado pelo ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Porém, a alteração que pode, no âmbito da presente dissertação, ser considerada de maior impacto, é a ocorrida no art. 18, em que estava descrita a atuação do Conselho Curador, assim como em órgãos de administração da EBC.

Inclui-se, nesse caso, a responsabilidade editorial e as ações relacionadas à seleção e de direção da programação, em conformidade ao que prevê o § 2º do art. 222 da Constituição Federal, que apresenta como privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, para que seja incluído em qualquer meio de comunicação social. A nova redação apenas nos termos da Medida Provisória oferece para esse item os mesmos critérios estabelecidos, mas direcionados somente para os órgãos de administração da EBC, tendo em vista a extinção do Conselho Curador.

A Diretoria-Executiva ficou com um diretor-presidente, um diretor-geral e quatro diretores. Na lei sancionada em 2008 possui um diretor-presidente e um diretor-geral, que deveriam ser nomeados pelo Presidente da República, e até seis diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. Os integrantes deste setor, que antes poderiam ser destituídos pelo Conselho Curador, passam a ser nomeados e exonerados pelo Presidente da República. O mandato é de quatro anos, sem a possibilidade de recondução; antes o mandato do diretor-presidente estava estabelecido em quatro anos.

Na MP, “os membros da Diretoria-Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a legislação, com o Estatuto da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração” (Lei nº 11.652/2008, art. 19, § 3º). Na lei original, poderiam ser destituídos por dois votos de desconfiança, no período de 12 meses do Conselho Curador.

A Ouvidoria e os itens descritos com relação a esse instrumento permaneceram, com exceção do inciso III, do art. 20, que altera o envio de relatórios: antes era para o Conselho Curador, agora para o de Administração. A MP 744 incluiu ao conselho de administração um representante apontado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e também representação dos funcionários da EBC, que deve ter a escolha realizada conforme o Estatuto.

Ao todo 40 itens, entre artigos, capítulos e incisos foram revogados pela Medida Provisória 744. Serão elencados os itens que foram abolidos da lei, incluindo a extinção do Conselho Curador. No artigo 8º que apresenta as competências da EBC foi retirado o capítulo VIII, que estabelecia o exercício de atividades afins, as quais fossem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC.

Foram retirados os artigos 15, 16 e 17 e os itens relacionados ao Conselho Curador. Nos termos da lei, havia deliberações quanto à quantidade de representantes. Dos 22, quatro seriam Ministros de Estado; um indicado pelo Senado Federal e outro pela Câmara dos Deputados; um representante dos funcionários, escolhido na forma do Estatuto; e 15 (quinze) representantes da sociedade civil, também com indicação conforme o Estatuto, com o respeito à diversidade cultural e variedade de experiências profissionais. Cada região do Brasil deveria ser representada por pelo menos um membro.

A lei previa o veto à indicação de membros para o Conselho Curador. Estavam proibidos de participação: pessoas com vínculo parental com membro da Diretoria Executiva de até terceiro grau; agente público com cargo eletivo ou no exercício de cargo em comissão



de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com exceção daqueles que estavam previstos em itens já mencionados.

O mandato estabelecido para funcionários estava previsto para dois anos, sem a permissão de recondução; já para os titulares do Conselho Curador era de quatro anos, com a possibilidade de renovação por uma única vez. Os representantes da sociedade civil, escolhidos e designados pelo presidente da República, com mandatos de dois ou quatro anos, de acordo com o estabelecido no Estatuto.

Estava previsto que as determinações expedidas pelo Conselho Curador deveriam ser cumpridas integralmente pelos órgãos de administração. As reuniões deveriam ocorrer a cada dois meses, ordinariamente, e extraordinariamente mediante convocação do presidente, ou por dois terços dos membros. Deveriam participar das reuniões, mas sem o direito de votar, o diretor-presidente, o diretor-geral e o Ouvidor da EBC.

Os funcionários e representantes da sociedade civil podem perder o mandato em casos relacionados à renúncia, processo civil judicial com decisão definitiva: ausência em três sessões do colegiado em um período de 12 meses, sem justificção; mediante a provocação de três quintos dos membros.

No artigo 16, a participação dos integrantes do Senado, Câmara Federal e representante dos funcionários da EBC nas reuniões era remunerada mediante *pro labore*, para despesas de deslocamento e estadia. O valor determinado não poderia ultrapassar 10% do total recebido pelo diretor-presidente por mês.

Outro ponto que foi abolido mediante medida provisória está relacionado às competências do Conselho Curador presentes no art. 17. Segundo a lei, estava previsto que o mesmo deveria deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas, integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC; ter responsabilidades quanto ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos na Lei nº 11.652/2008; emitir opinião sobre as matérias relacionadas em conformidade com a lei. Assim como decidir sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e aplicação; encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as determinações adotadas em cada reunião e “deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos desta Lei” (Lei nº 11.652/2008, art. 16, VII) e escolher o seu presidente, entre seus representantes.

Também estava assegurada como responsabilidade do Conselho Curador coordenar o processo de consulta pública a ser implementado pela EBC, na forma do Estatuto, para a renovação de sua composição, relativamente aos membros da sociedade civil. No que se referia ao processo de consulta pública, a EBC receberia indicações da sociedade, na forma do Estatuto, formalizadas por entidades da sociedade civil constituídas como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas, ainda que parcialmente, aos critérios mencionados a seguir: à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos ou da democracia; à educação ou à pesquisa; à promoção da cultura ou das artes; à defesa do patrimônio histórico ou artístico; à defesa, preservação ou conservação do meio ambiente; à representação sindical, classista e profissional.

Sobre as competências desse mecanismo estavam previstas no art. 17, entre as principais deliberações, o acompanhamento dos conteúdos apresentados ao público, assim como novas produções e atenção às iniciativas tomadas pela Diretoria-Executiva para que a lei de 2008 fosse cumprida.

No dia 19 de outubro de 2016 foi instalada a Comissão Mista da Medida Provisória nº 744, de 2016, no Congresso Nacional (Senado Federal). Foram realizadas duas Audiências Públicas Interativas. No dia 24 de novembro de 2016 com a participação do atual presidente da EBC Laerte Rímoli e ex-presidente Ricardo Melo. Na ocasião, Rímoli disse que a empresa registrou um déficit 94,8 milhões para 2016 e, durante a exposição, alegou que o Conselho Curador interferia na administração e não cuidava da programação.

Na opinião de Rímoli (2016 b), existe uma grande dependência do Tesouro Nacional. São 80 milhões de reais resultantes de recursos próprios, de um total de 600 milhões; desse valor, 390 milhões para o pagamento de pessoal e o restante destinado para custeio e investimento.

O ex-presidente discorda da informação de que a EBC é deficitária. Melo (2016) alega que a empresa foi criada em uma parcela do FISTEL<sup>14</sup> (Fundo de Fiscalização de Telecomunicações) que previa o financiamento. No entanto, com a contestação das operadoras de telefonia, o valor que consta em depósito judicial já está em torno de dois

---

<sup>14</sup> A contribuição foi criada em 2008, na lei de criação da EBC, entre os aspectos a determinação que 75% do Fundo de Fiscalização de Telecomunicações (FISTEL) deveria ser repassado para a empresa. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) teria o percentual de 2,5% e 22,5% destinados para as demais emissoras públicas. No entanto, como o pagamento do fundo é feito por operadoras de telefonia, o recolhimento foi questionado desde 2009. E desde esse período os recursos estão sendo depositados em juízo. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/12/ebc-devera-receber-parte-dos-recursos-do-fistel-retidos-desde-2009>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

bilhões de reais, além dessa quantia 800 milhões foram recolhidos pelo Tesouro Nacional de operadoras, mas não tiveram a quantia destinada para a Comunicação Pública contestada. Ainda conforme Melo (2016), parte dessa quantia está retida pelo governo para fazer superávit primário, fato que ocorreu nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, seguindo agora pelo mandato de Michel Temer. Quanto à extinção do Conselho Curador afirma que:

A EBC como empresa pública de Comunicação a partir da medida provisória ela deixou de existir. Ela é uma empresa governamental, é uma empresa que professa os interesses do palácio do planalto, que professa os interesses da casa civil, que professa os interesses da secretaria de governo. Essas questões precisam ser discutidas (MELO, 2016).

No dia 29 de novembro de 2016, ocorreu a quarta audiência pública da Comissão Mista, com a presença do presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, Miguel Ângelo Cançado; do representante dos trabalhadores da EBC, Akemi Nitahara; da jornalista e primeira presidente da EBC, Tereza Cruvinel; da coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Renata Mielli; da jornalista e ex-presidente do Conselho Curador da EBC, Rita Freire; do jornalista e ex-membro do Conselho Curador da EBC, Venício Lima; e do Coordenador-Executivo da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), Gilberto Rios. Na ocasião como Representante de Flávio Gonçalves, vice-presidente da ABEPEC.

Após as discussões na comissão, o texto foi enviado para a Câmara dos Deputados e aprovado em plenário, no dia 14 de dezembro de 2016. O parecer aprovado, de autoria do senador Lasier Martins (PDT-RS), relator da comissão, delibera que o Conselho Curador será substituído por um Comitê Editorial e de Programação. Este comitê deve ser constituído por onze membros, que devem ser representantes dos cursos superiores de Comunicação e de Educação e ainda representantes da comunidade científica e tecnológica, dos empregados da EBC e de minorias, como as pessoas com deficiência, entre outros.

Todos os integrantes do Comitê deverão possuir notório saber na área de comunicação social e não podem possuir filiação partidária. Segundo o novo texto, cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por, pelo menos, um membro do Comitê.

Outra alteração contida no novo texto é que em suas reuniões não serão remuneradas participação dos integrantes do Comitê Editorial e de Programação, cabendo à EBC arcar com as despesas relativas ao deslocamento e estadia para o exercício de suas atribuições. A MP original não previa mecanismo em substituição ao Conselho extinto.

A prerrogativa da permissão do presidente da República demitir o diretor-presidente da empresa a qualquer momento foi mantida no novo relatório. O documento prevê que o diretor-presidente terá que passar por sabatina do Senado, após indicado pelo presidente para que seja aprovado.

A matéria com prazo final para análise no Senado até o dia 9 de fevereiro entrou na agenda de votações no dia 7 de fevereiro, e foi aprovada por 47 votos favoráveis e 13 votos contra. O texto seguiu para sanção presidencial com modificações. O comitê editorial proposto deve ser composto por onze membros, sem direito a pró-labore, com a função de deliberar sobre os planos editoriais propostos pela diretoria executiva para os veículos da EBC, também sobre alterações na linha editorial da programação. Entre as responsabilidades do “novo Conselho”, a convocação de audiências, e elaborar uma forma de aferir a audiência da EBC.

Os representantes devem ser ligados aos setores: emissoras públicas de rádio e televisão; cursos superiores de Comunicação Social; setor audiovisual independente; veículos legislativos de comunicação; comunidade cultural; comunidade científica e tecnológica; entidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes; entidades de defesa dos direitos humanos e das minorias; entidades da sociedade civil de defesa do direito à comunicação; cursos superiores de Educação; e empregados da EBC.

Os membros do comitê editorial, conforme sugestão, são indicados por entidades representativas da sociedade, mediante lista tríplice, e posteriormente designados pelo presidente da República, com mandato de 2 anos, com permissão para que sejam reconduzidos.

No relatório emitido pela Comissão, o Conselho de Administração passaria a ter novos representantes que devem ser: um indicado pelo ministro do Planejamento; um representante apontado pelo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; um representante dos empregados da EBC; e dois membros independentes, indicados na forma da lei de dirigentes das estatais (13.303/2016).<sup>15</sup>

O presidente indicado pelo presidente da República deve passar por sabatina no Senado Federal para posterior nomeação. A diretoria da EBC passa a ter mais quatro membros indicados pelo chefe do executivo.

---

<sup>15</sup> Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13303.htm)>. Acesso em: 7 fev. 2017.

Outro aspecto que segue para aprovação presidencial é a divulgação, de no mínimo de um minuto, das 18 às 22 horas diariamente, de fotos de pessoas desaparecidas que estão cadastradas da base de dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

### **2.3 Lei nº 13.417/2017 (vetos e retrocessos)**

A Lei nº 13.417/2017, de 1 de março de 2017, consiste na conversão da Medida Provisória nº 744/2016 em lei que altera a estrutura da EBC. O texto sancionado pelo presidente Michel Temer e publicado no Diário Oficial da União (DOU) apresenta vetos às medidas propostas pela Comissão Mista que propôs a mediação de alguns dispositivos que foram extintos da lei que criou a EBC por meio da MP.

Entre os aspectos que impactam fortemente na autonomia da emissora, em relação ao Governo Federal, está o fim do Conselho Curador. Em substituição a este mecanismo foi proposto o Comitê Editorial e de Programação, que deverá ser integrado por 11 profissionais da área de comunicação que representarão segmentos da sociedade. O mandato dos membros, que não poderão ter filiação partidária, será de dois anos, sem a possibilidade de recondução.

O presidente Michel Temer vetou trechos da lei que permitiam ao Comitê Editorial e de Programação decidir sobre planos editoriais propostos pela Diretoria Executiva para os veículos da EBC, o que garantiria maior autonomia do mecanismo. Também retirou a parte que trata das alterações na linha editorial e de convocações de audiências e consultas públicas sobre conteúdos produzidos. Na lei encaminhada para a sanção havia o seguinte dispositivo: “§ 6º Em caso de descumprimento, pela Diretoria Executiva, de suas determinações, o Comitê acionará a comissão temática pertinente do Senado Federal, que tomará as providências cabíveis” (Lei nº 13.417/2017, trecho vetado).

No art. 17, dedicado às Competências do Comitê Editorial e de Programação, foram vetados os seguintes incisos:

- I - deliberar sobre os planos editoriais propostos pela Diretoria Executiva para os veículos da EBC, na perspectiva da observância dos princípios da radiodifusão pública;
- II - deliberar sobre alterações na linha editorial da programação veiculada pela EBC;
- IV - convocar audiências e consultas públicas que oportunizem a ampla discussão sobre os conteúdos produzidos e que permitam qualificar o desempenho do serviço prestado (Lei nº 13.417/2017, trecho vetado).

A justificativa apresentada pela presidência para o veto dos aspectos relativos ao Comitê Editorial e de Programação citados anteriormente foi que os dispositivos contrariavam a motivação central da Medida Provisória que passava a vigorar como lei. Como principais características estavam a flexibilidade e a eficiência para a gestão da EBC. Já no trecho atribuído à Advocacia-Geral da União, sobre veto ao § 11 do art. 15, da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão que trata sobre o § 11, relacionado ao Comitê Editorial e de Programação, contará com uma Secretaria Executiva.

Expõe que o dispositivo elencado geraria uma despesa pública em projeto de iniciativa exclusiva da Presidência da República, aspecto que violaria o art. 63, inciso I, da Constituição de 1988, que proíbe gastos, exceto em casos dispostos no art. 166, parágrafos 3º e 4º, que versam sobre emendas e projetos de lei do orçamento anual ou projetos que devem ser modificados apenas em alguns casos, citados a seguir: compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, indicação de recursos necessários que sejam admitidos apenas quando as despesas forem anuladas, desde que os mesmos incidam sobre dotações de pessoal e encargos, serviço da dívida, ou transferências tributárias para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou que estejam relacionadas com a correção de erros ou omissões; ou com os dispositivos do texto do projeto de lei. O parágrafo 4º expressa que “as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão acrescentou veto aos parágrafos 2º e 5º do art. 19, da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, alterados pelo art. 1º do projeto de lei de conversão:

§ 2º O prazo máximo da ocupação de cargo na Diretoria Executiva é de quatro anos, vedada a recondução.

§ 5º O diretor-presidente será nomeado pelo presidente da República, após aprovação do Senado Federal, nos termos da alínea *f* do inciso III do art. 52 da Constituição Federal. (Lei nº 13.417/2017, trecho vetado).

Como razões para os vetos foi apresentado que os dispositivos estão em desacordo com o regime jurídico das empresas estatais, que estabelece que a eleição da diretoria deve ser estabelecida pelo Conselho de Administração, assim como o prazo de gestão dos diretores que deve estar em conformidade com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No art. 2, da Lei nº 13.417/2017, foram incluídos os parágrafos X e XI relacionados à atualização de equipamentos e à formação e capacitação continuadas dos trabalhadores, para que a programação veiculada possua excelência. O art. 3 incluiu ao texto já existente, em parágrafo único que expressava obstrução a qualquer forma de proselitismo, que esse impedimento estava previsto para as emissoras públicas de radiodifusão. Já no parágrafo 2º estabelece que todos os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo estão obrigados a veicular informações da base de dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, incluindo fotografias. A divulgação deverá ser diária entre 18h e 22h e terá duração mínima de um minuto.

A EBC, antes vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, torna-se atrelada à Casa Civil da Presidência da República, outro fator que demarca a passagem da empresa a uma ligação mais próxima do governo. No art. 12 está expressa a forma como a EBC será administrada. A estrutura passa a ser composta por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva e, em sua composição, contará com um Conselho Fiscal e um Comitê Editorial e de Programação, sendo que o último fora inserido após as discussões que abordaram a MP 744/2016.

A estrutura do Conselho de Administração, com membros nomeados pelo presidente da República, conforme texto original, sofreu alterações. O inciso I mantém o que foi proposto na medida provisória, com a nomeação do presidente pelo ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, assim como os dispositivos seguintes que inserem na referida estrutura organizacional, com a seguinte estrutura: diretor-presidente da Diretoria Executiva; um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação; um membro indicado pelo ministro de Estado da Cultura; um membro indicado pelo ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; um membro indicado pelo ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; um representante dos empregados da EBC, escolhido na forma estabelecida por seu Estatuto.

O marco legal inseriu ainda dois membros independentes, indicados em conformidade com o art. 22 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que expressa que:

O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou por pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários,

nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976<sup>16</sup> (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016).

O Conselho Curador foi substituído pelo Comitê Editorial e de Programação, caracterizado como órgão técnico de participação institucionalizada da sociedade na EBC, com natureza consultiva e deliberativa, formado por onze componentes indicados por entidades representativas da sociedade, após formação de lista tríplice e posterior escolha do presidente da República.

Para integrar o Comitê é preciso que os membros sejam escolhidos entre brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, respeitada também a condição de que possuem reputação ilibada e conhecimentos na área de Comunicação Social. Deve o Comitê ser constituído por representantes pertencentes a emissoras públicas de rádio e televisão, que possuam cursos superiores em Comunicação Social, que sejam do setor audiovisual independente, dos veículos legislativos de comunicação, da comunidade cultural e da comunidade científica e tecnológica.

A representação também incluiu entidades voltadas à defesa dos direitos de crianças e adolescentes, à defesa dos direitos humanos e das minorias e da sociedade civil de defesa do direito à Comunicação. Foram inseridos no novo texto um representante dos cursos superiores de Educação e uma representação dos empregados da EBC.

Entre os participantes vetados para indicação ao Comitê Editorial de Programação, conforme a lei sancionada em 2017, estão agentes públicos que atuam em cargos eletivos ou investidos exclusivamente em cargos em comissão de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios. Ainda sobre o Comitê foi deliberado que todas as regiões do país devem ser representadas com, pelo ou menos, um membro.

O integrante terá mandato de 2 anos, sem a possibilidade de recondução. Devem ocorrer reuniões, mensalmente, ou sempre que haja convocação pelo presidente, ou por dois terços dos membros. As reuniões serão acompanhadas pelo diretor e pelo Ouvidor da EBC, ambos sem direito a voto.

Como critérios para que os representantes do Comitê percam o mandato, figura a ausência em mais de três reuniões sem justificativa, em um período de um ano, assim como a decisão de três quintos dos integrantes. Para participar está vedada a indicação de partidos

---

<sup>16</sup> Art. 141. Na eleição dos conselheiros, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) do capital social com direito a voto, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.



políticos, instituições religiosas ou até mesmo que sejam voltadas à disseminação de crenças ou que demonstrem devoção ou práticas a algo, geralmente de cunho religioso.

A participação no Comitê Editorial e de Programação não será remunerada, sendo a EBC responsável por arcar com as despesas para os membros, que inclui deslocamento e estadia para o desenvolvimento das atividades. No extinto Conselho Curador, os integrantes atuavam mediante pró-labore, conforme o Estatuto.

Entre as competências desta comissão designada para tratar de assuntos editoriais e de programação estão a deliberação de diretrizes voltadas para educação, cultura, aspectos artísticos e informativos da política de comunicação proposta pela Diretoria Executiva da EBC; o zelo para que a lei seja cumprida; as propostas de pautas que abordem a importância da mídia pública no Brasil, com a deliberação sobre a linha editorial, a produção e a programação apresentadas pela Diretoria Executiva da EBC, com a manifestação das práticas implantadas, elaborando um mecanismo capaz de aferir a audiência da EBC por meio da construção de indicadores, em consonância com os objetivos da radiodifusão pública e de acordo com as diferenças regionais e particularidades de recepção do sinal; e a elaboração e aprovação do regimento interno e eleição do presidente.

Para integrar esse setor anteriormente descrito faz-se necessário que sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. A composição da Diretoria Executiva será dada por um diretor-executivo, um diretor-presidente e quatro diretores, nomeados e exonerados pelo presidente da República. A indicação deve atender ao que está previsto no art. 17 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.<sup>17</sup>

Os representantes da Diretoria Executiva terão a responsabilidade por atos que descumpram a legislação, o Estatuto e as diretrizes institucionais que partam do Conselho de Administração. As atribuições dos membros desse setor estão definidas em Estatuto.

A nova legislação incluiu como função do Ouvidor a elaboração de relatórios bimestrais sobre a atuação da EBC. O documento deve ser encaminhado para os integrantes do Comitê Editorial e de Programação, mediante o prazo de até cinco dias anteriores às reuniões ordinárias.

---

<sup>17</sup> Art. 17. Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III.

## 2.4 O percurso da cidadania em prol de melhorias sociais

O conceito de cidadania apresentado por Marshall (1967) é caracterizado por algumas vertentes sociais. Como primeiro aspecto, o elemento civil, que é composto dos direitos necessários à liberdade individual dos sujeitos, incluindo o direito de ir e vir, a liberdade de imprensa, pensamento e fé, os direitos à propriedade, de concluir contratos válidos, assim como o acesso à justiça. Como segundo ponto está o elemento político que está relacionado ao eleitor dos membros de tal organismo, das instituições, a citar o parlamento e os conselhos do Governo local. Como último ponto, o social, que está relacionado desde o direito ao mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar na sociedade, de acordo com os padrões regulamentados. Como instituições ligadas ao elemento, o pesquisador cita o sistema educacional e os serviços sociais.

O papel do pensamento socialdemocrata é um aspecto importante na construção do conceito de cidadania, que se desenvolveu em alguns países, como um “pacto político” estabelecido entre as classes sociais. Na obra *O Estado do bem-estar social na idade da razão*, Kerstenetzky (2012) enfatiza o chamado *welfare state* como uma construção social, posto como uma invenção política, não pode ser considerado fruto da democracia, nem da social-democracia. Porém, a autora elenca como a melhor obra da social-democracia, em virtude da resistência dos laços sociais pelas forças mercantis, em busca do reconhecimento do *status* de igualdade proposto pela cidadania.

A compreensão de cidadania, conforme se tem entendimento na atualidade, de acordo com Luca (2003), teve início nos Estados nacionais, em função das intensas transformações sociais decorrentes do capitalismo. Ao tratar a cidadania em uma configuração moderna, Dourado e Andres (2009) expõem que são cada vez mais complexas as relações existentes entre o princípio de igualdade social e os elementos que fazem parte da cidadania. As autoras mencionam o conflito entre dois tipos específicos de direitos, o civil submetido ao social, tendo em vista a preocupação do Estado em oferecer garantias de bem-estar social de todos que compõem determinada comunidade. “Essa é uma igualdade válida para todos, mesmo que isso implique desigualdade individual, o que não representa, necessariamente, destituição do direito civil, mas uma sobreposição do direito social” (DOURADO; ANDRES, 2009, p. 123).

Os caminhos para a cidadania são vários, e assim trilharam por países e processos históricos. José Murilo de Carvalho, na obra *Cidadania no Brasil – o longo caminho* menciona como fator importante o quanto a definição da rota afeta diretamente o produto final.

Carvalho (2004) reflete sobre o caso brasileiro sintomas e mudanças trazidos pelo renascimento liberal, onde há o desenvolvimento de uma cultura do consumo na população, onde estão incluídos “os excluídos”.

O historiador cita o exemplo de um grupo sem-teto que invade um *shopping center* no Rio de Janeiro frequentado pela classe média, com a intenção de denunciar o Brasil que separa ricos e pobres, mas também reivindicar o direito de consumir, ou seja, uma cidadania regada pelos novos princípios liberais.

“Se o direito de comprar um telefone celular, um tênis, um relógio da moda consegue silenciar ou prevenir os excluídos a militância política, o tradicional direito político, as perspectivas de avanço democrático se veem diminuídas” (CARVALHO, 2004, p. 228).

Ao concluir a obra, o pesquisador comenta a afirmação de José Bonifácio sobre as desigualdades no Brasil, em representação encaminhada à Assembleia Constituinte de 1983, “que a escravidão era um câncer que corroía nossa vida cívica nos impedia a construção da nação” (CARVALHO, 2004, p. 229), logo em seguida complementa:

A desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática. A escravidão foi abolida 65 anos após a advertência de José Bonifácio. A precária democracia de hoje não sobreviveria a espera tão longa para extirpar o câncer da desigualdade (CARVALHO, 2004, p. 229).

Na sociedade atual, faz-se necessário também compreender o papel que deve ser ocupado pelos atores sociais no cenário comunicacional.

Comunicação Pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e a expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável. (DUARTE, 2009, p. 61).

Em outro estudo, são apresentados por Duarte (2011) quatro eixos centrais para a Comunicação Pública. Segundo o autor, devem ser considerados pré-requisitos para os agentes e as instituições que atuam com a comunicação voltada para o interesse público.

Como primeiro aspecto está a transparência, em que o compromisso com questões públicas, como a disponibilização de informações e prestação de contas, deve ser cumprido de forma responsável. Em seguida, está o acesso que passa pela oferta de informações e estímulo ao acesso, fiscalização e prestação de contas, no qual a sociedade deve estar motivada a opinar, fiscalizar e contribuir na gestão do bem público.

Entre os pontos está também a interação, “com a criação de produtos, serviços, ambientes e situações que permitam estimular e viabilizar o acesso, a compreensão, cooperação, participação e crítica” (DUARTE, 2011, p. 132). Por último, a Ouvidoria social, que deve estar interessada em atender às expectativas da sociedade. Para isso deve buscar saber e compreender a opinião pública diante do material veiculado.

Leal Filho (2016) destaca a importância de mecanismos que garantam a participação da sociedade nos veículos, para assegurar se os mesmos serão mais ou menos públicos. A participação deve ser assegurada em setores que prestem orientação ou suporte administrativo. “Exercem esse papel conselhos curadores, audiências públicas, ouvidorias, grupos de assessoramento, sociedades de ouvintes e telespectadores, entre outros” (LEAL FILHO, 2016, p. 24-25).

A Comunicação Pública tem muitos conceitos relativos a sua prática, Nobre e Gil (2013) citam a importância da diferenciação de papéis e atores em cada dimensão. “Nosso entendimento é o de que são significativas todas as iniciativas de se exigir que o exercício da comunicação em órgãos públicos se volte especificamente para o interesse da sociedade e não segundo a perspectiva de governos ou de estratégias políticas” (NOBRE; GIL, 2013, p. 16).

Já Miguel e Macamo (2013) veem uma possibilidade de modificar a estrutura vigente apresentada. Para isso, deve haver uma mudança na forma como os meios de comunicação trabalham, deixando a forma industrial e tornando-se um serviço público, tendo a obrigação de prestar contas à sociedade das atitudes tomadas.

Em se tratando de possibilidades de alterar o atual sistema, há um conjunto de esforços refletindo a lógica atual do processo de difusão da informação, em um dos discursos trazidos por teóricos:

Os meios de comunicação são elementos de orientação social. Desse modo, é premente a transparência na divulgação de informações. Para isso, faz-se necessária a independência da mídia em relação às lógicas econômicas e aos organismos governamentais. O fortalecimento da sociedade civil organizada, com o propósito de propor pautas alternativas e a criação de uma legislação que contemple elementos de interesse social e supra as lacunas existentes no setor, o expoente da EPC, a reflexão pela formação de uma cidadania autônoma nas democracias modernas (BRITTOS; DOURADO, 2013, p. 50).

Diante da exposição sobre uma lógica conceitual, cabe pontuar aspectos sobre os conteúdos do telejornalismo público, partindo primeiro das notícias, conteúdos essenciais na lógica comunicacional. Para isso, faz-se necessário pensar a atualidade no contexto

jornalístico, que é uma preocupação ressaltada na tese de Carlos Franciscato (2003), a qual expõe o quanto esse aspecto de interação social deve construir sociabilidades.

Sociabilidades essas que têm o potencial de conduzir à produção de ações públicas, que ultrapassem as ações racionais e resultantes de um debate com informações trazidas pelo jornalismo e tragam, por conseguinte, conteúdos que contemplem tragédias e mazelas da humanidade (FRANCISCATO, 2003, p. 301).

A cidadania apresentada em uma perspectiva histórica, vai desde a garantia dos direitos, passando pela discussão do estado de bem-estar social, até o conceito moderno. Fragmentos de uma teia teórica, que culmina com a reflexão de vertentes da Comunicação Pública, em prol da oferta de espaços democráticos voltados para uma cidadania alicerçada também na esfera midiática.

## **2.5 Comunicação Pública e Cidadania**

No caso do jornalismo televisivo, as temáticas abordadas são variadas: cada vez mais, a participação popular tem sido discutida nesse espaço comunicacional. Conforme Coutinho (2012), houve uma maior utilização do povo fala, em que o cidadão comum tem maior destaque e tempo nas falas editadas nos telejornais, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Ao refletir sobre a prática do telejornalismo, Temer (2010) apresenta que:

Embora não contemple toda a complexidade filosófica- epistemológica da atividade profissional do telejornalismo esta definição deixa claro que o jornalismo se caracteriza por ser uma atividade social que busca entender, a partir dos limites éticos predefinidos, parte da essência do que é ser humano: a curiosidade do ser humano de saber sobre os outros homens. O jornalismo é um elemento de articulação entre o indivíduo e o coletivo, o homem e suas necessidades para sobrevivência, a ação humana e seu significado social, e que realiza essa articulação fornecendo informações. (TEMER, 2010, p. 102-103).

Moraes (2001) aborda que as corporações da mídia na contemporaneidade funcionam como agentes discursivos e ideológicos a partir da ordem global, onde “os conglomerados de mídia atuam como agentes econômicos globais, contribuindo para revigorar o modo de produção capitalista” (MORAES, 2001, p. 1), sob a égide da retórica de uma globalização que mede a expressão cultural pelo consumo de indivíduos e grupos.

Apesar disso, os espaços que deveriam ser ocupados por uma lógica mais cidadã ainda são ocupados pela lucratividade. Brittos e Bolaño mencionam que “o espaço público é o

espaço social, o que, na sua versão midiática contemporânea, mais do que nunca é regido por decisões privadas, mesmo quando midiática temas públicos de forma pretensamente pluralista” (BRITTOS; BOLAÑO, 2006, p. 12).

Outra autora que reforça a importância de estratégias de democratização do acesso de vários segmentos sociais é Cecília Peruzzo, que expõe a importância desse tipo de veículo, onde:

O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc. Por vezes, se cerca de distorções, como as que tem origem em vínculos com interesse político-partidários e econômicos, mas, mesmo acarretando vieses de informação, acaba contribuindo na divulgação de temas locais (PERUZZO, 2005, p. 7).

Em 2005, no Seminário Mídia Cidadã, pesquisadores da comunicação e ativistas midiáticos, participantes de movimentos sociais, discutiram vários pontos e elaboraram, segundo Marques de Melo (2006), um documento intitulado Carta de São Bernardo, que trouxe algumas questões. Entre elas o papel da mídia local/regional para o desenvolvimento da cidadania, questões sociais, bem como posturas econômicas, políticas e culturais, que buscaram contribuir para uma mídia cidadã mais focada em atender os interesses coletivos.

Como outros movimentos em prol de uma maior atenção dos governantes quanto aos veículos públicos, pode-se mencionar a iniciativa do I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em 2007, durante as discussões que resultaram na Carta de Brasília<sup>18</sup>. O documento final apresenta como um dos pontos que “a TV Pública deve ser independente e autônoma em relação a governos e ao mercado, devendo seu financiamento ter origem em fontes múltiplas, com a participação significativa de orçamentos públicos e de fundos não-contingenciáveis”.

Em 2009, durante os dias 26 a 29 de maio, foi realizada o II Fórum Nacional de TVs Públicas. O evento foi promovido pela Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), Associação Brasileira das Televisões e Rádios Legislativas (Astral) e Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM). Na ocasião, estiveram reunidas entidades do setor e não representantes do governo. O momento marcou uma instância para a Conferência Nacional de Comunicação, realizada pelo governo em dezembro daquele ano.

---

<sup>18</sup> Carta de Brasília, 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, Brasília, 8 a 10 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Leia-na-integra-a-Carta-de-Brasilia/5/13076>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

A II Carta de Brasília discutiu aspectos importantes para as emissoras públicas. Alguns pontos apresentados no documento merecem destaque. No tocante à regulamentação, conforme previsto na Constituição, deliberando pela alteração do artigo 13, parágrafo único do Decreto Lei 236 de 28 de fevereiro de 1967<sup>19</sup>, que determina que a televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Quanto ao financiamento, foram abordadas a participação das emissoras do campo público nos recursos provenientes da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. Ainda de acordo com o documento, há necessidade do repasse de percentual da publicidade institucional do Governo Federal para os canais que compõem a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM). Cabe ressaltar que a carta também direciona pontos para a migração dos canais públicos do cabo para redes digitais abertas; bem como a necessidade de um operador único de rede e multiprogramação, a programação e a instituição da Comunicação Pública brasileira.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2009, convocada pelo Governo Federal e promovida pelo Ministério das Comunicações, contou com a participação de representantes do Poder Público, da Sociedade Civil e da Sociedade Civil Empresarial. Teve como tema central “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. Foram aprovadas 633 resoluções na etapa nacional da conferência, encontram-se publicadas no Caderno 1ª CONFECOM,<sup>20</sup> publicado em 10 de junho de 2010.

As propostas apresentadas durante a CONFECOM serviram para embasar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica (PLIP) pela Democratização das Comunicações Eletrônicas no Brasil, conhecido como Lei da Mídia Democrática. A Campanha “Para Expressar a Liberdade”,<sup>21</sup> que possui um formulário on-line de apoio ao (PLIP), encontra-se na fase de assinaturas; cerca de 100 mil pessoas já assinaram pela internet.

Existe, ainda, o documento intitulado Carta de Brasília 2014, contando com profissionais e representantes de emissoras do campo público (rádios e TVs comunitárias,

---

<sup>19</sup> Documento disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De10236.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10236.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

<sup>20</sup> Documento disponível em: <[www.mc.gov.br/component/docman/doc\\_download/480-caderno?Itemid=13217](http://www.mc.gov.br/component/docman/doc_download/480-caderno?Itemid=13217)>. Acesso em: 22 jun. 2016.

<sup>21</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/projeto-de-iniciativa-popular-podera-ser-assinado-pela-internet/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

educativas, públicas, universitárias, legislativas) e representantes de diversos segmentos sociais, incluindo a presença de parlamentares, assinado durante o Fórum Brasil de Comunicação Pública. Destaca-se entre seus pontos, a necessidade da garantia de autonomia política, editorial e de manutenção de princípios laicos nos conteúdos das emissoras do campo público; a garantia da liberação e regulamentação da contribuição para Fomento da Comunicação Pública de forma transparente e participativa. Com a exigência do cumprimento pelo Estado brasileiro da garantia da liberdade de expressão, destinação de recursos que propiciam o fomento à Comunicação Pública, educativa e comunitária, com verbas publicitárias do governo federal direcionadas para o campo público de comunicação.<sup>22</sup>

Também foram abordados temas como a presença de emissoras em todo o país, por meio de sinal aberto de radiodifusão, além da reserva de espectro na migração para o sistema digital. Assim como a implementação de um Operador de Rede Único e Gratuito e a interação das plataformas convergentes, multiprogramação, otimização do espectro, mobilidade e interatividade em todas as emissoras também estão contemplados no documento.

Esses foram alguns aspectos apresentados com o intuito de melhorar a relação dos trabalhadores do campo público com os conteúdos apresentados e também a garantia de políticas públicas de fomento e valorização das atividades desenvolvidas.

Cabe pontuar a contribuição da teoria crítica de Jünger Habermas (1984, p. 14), na obra *Mudança estrutural da Esfera Pública*, que caracteriza que “o Estado é o poder público”, sendo o seu atributo de ser público delegado à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos. O Estado também adota funções antes consideradas como atribuições pertencentes à sociedade civil:

[...] O Estado assume, além das atividades administrativas habituais, outras, inclusive prestações de serviço que até então eram deixadas à iniciativa privada; seja confiando tarefas públicas a pessoas privadas ou através de planos de metas ou se tornando ele mesmo ativo enquanto produtor e distribuidor (HABERMAS, 1984, p. 176).

O filósofo e sociólogo alemão expõe o quanto as novas autoridades viam a imprensa com a utilidade de servir aos interesses da administração. A princípio com os jornais políticos com notícias de pessoas ligadas à monarquia, depois tornando-se útil aos interesses do poder administrativo, apresenta o trecho de um decreto que expõe que “para que os redatores dos

---

<sup>22</sup> Carta de Brasília 2014. Fórum Brasil de Comunicação Pública 2014. Brasília, 14 de novembro de 2014. Documento disponível em: <[http://www.fndc.org.br/system/uploads/ck/files/Carta%20de%20Brasilia\\_2014\\_ForumBrasildeComunicacaoP%C3%BAblica.pdf](http://www.fndc.org.br/system/uploads/ck/files/Carta%20de%20Brasilia_2014_ForumBrasildeComunicacaoP%C3%BAblica.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2016.



jornais possam saber que espécies de decretos, dispositivos e outras coisas que ocorrem são adequadas para o público, essas notícias serão reunidas a cada semana pelos funcionários públicos fornecidas aos jornalistas” (HABERMAS, 1984, p. 36). Uma forma de expressar o domínio noticioso pelo Estado burguês. O autor cita sobre a separação da esfera pública burguesa, que é distinta, pertencente ao Estado e, em função disso regulada:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e de trabalho (HABERMAS, 1984, p. 42).

Em um contexto atual, sem a presença da classe burguesa como uma categoria explícita na sociedade, percebe-se que a globalização dita ricos e pobres. No entanto, vale uma reflexão diferenciada em prol da melhoria da qualidade de vida da população a partir de um processo diferenciado. Santos (2010) diz que:

Ser cidadão de um país, sobretudo quando o território é extenso e desigual, pode constituir, apenas uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada em escalas sub-nacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama nas condições atuais uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político (SANTOS, 2010, p. 113).

O geógrafo acrescenta ainda que a busca por uma cidadania plena deve ser dada a partir de soluções locais buscadas pelas pessoas, somada a uma nova estruturação político-territorial, que passa por uma redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações.

Ao refletir sobre o capital da mídia na lógica da globalização, Moraes (2001) elenca pontos que auxiliam na articulação do perfil do cenário midiático global. Primeiramente, a mudança no paradigma comunicacional, que ocorre por meio da digitalização. Como segundo aspecto, está o modelo organizacional das corporações de mídia que, em virtude da abertura dos mercados, permite a instalação de grupos com sede nos Estados Unidos da América. Por último, cita os arranjos, onde empresas de menor porte precisam se unir às líderes para defender a manutenção no mercado.

A alternativa apresentada, ainda no trabalho de Moraes (2001), para preservar a liberdade do fluxo de informações e conteúdos culturais está na revitalização da sociedade civil, assim como a articulação de forças comunitárias para que sejam traçadas iniciativas concretas para conter a mercantilização generalizada. Para isso, afirma que são necessárias políticas comunicacionais com princípios democráticos de regulação, concessão, tributação e

fiscalização. Esforços para garantir políticas comunicacionais mais amplas que possam ir além da lógica regional e local. “Torna-se crucial conceber alianças e coalizões de forças de todos os quadrantes, como meio de tentar frear, em um duradouro e persistente processo de lutas, a neurose por lucro a qualquer preço” (MORAES, 2001, p. 1).

Rincón (2002) inclui como responsabilidade da televisão pública a discussão de grandes temas recorrentes nas sociedades contemporâneas, incluindo entre as temáticas a justiça, a paz, os direitos humanos e a convivência. Um grande desafio é preparar o público para esse tipo de conteúdo.

A questão dos conteúdos também tem a ver com critérios de seleção de propostas, de realizadores e de programação, dado que para que um programa seja visto, depende de sua circulação, do horário, da sua estratégia de interpelação e de qual seja sua qualidade estética (RINCÓN, 2002, p. 336-337).

Diante do panorama apresentado, é preciso refletir sobre o que é a Comunicação Pública, partindo primeiramente do conceito de tal terminologia. Duarte (2011) reforça o quanto “costumeiramente está relacionado à difusão de ideias, mas também tratado como sistema público de radiodifusão” (DUARTE, 2011, p. 122). É importante estabelecer que a Comunicação Pública deve ter as informações temáticas de interesse coletivo voltadas a uma perspectiva cidadã.

Tudo que está relacionado ao aparato estatal, às ações governamentais, a partidos políticos, ao legislativo, ao judiciário, ao terceiro setor, às instituições representativas, ao cidadão individualmente e, em certas circunstâncias, ações privadas (DUARTE, 2011, p. 126).

As discussões sobre a Comunicação Pública, em âmbito mundial, têm o exemplo da BBC. Conforme Leal Filho (1997), os sete princípios da emissora são fatores cruciais para que o canal seja considerado referência. São eles: a Universalidade geográfica, levando a toda população o serviço de radiodifusão; o Apelo Universal, com conteúdos variados que possam atender os interesses e gostos por meio de uma programação abrangente; a Universalidade de pagamento, com o serviço de radiodifusão arcado pela sociedade; a Independência, para distanciar a emissora de interesses particulares, assim como do que autor chama de “governo do dia”.

Outros aspectos estão relacionados à identidade nacional e comunitária, com a presença de representantes que buscam conter a invasão norte-americana. As Minorias são vistas ainda com atenção, para que possam ser representadas nos conteúdos veiculados. A

Competição, em busca por produções com qualidade e inovação, cuja audiência é vista como uma forma de estímulo para profissionais e elaboração de conteúdos. A Criação, tendo a regulamentação como uma forma de garantir recursos, para o pesquisador. Nesse caso, as orientações políticas têm um papel para assegurar a liberdade dos profissionais, não como um mecanismo para restringi-los.

O caso da BBC é paradigmático. O fato de ela depender exclusivamente da licença paga pelos telespectadores a torna única em todo o mundo. Isso a aproxima muito do ‘tipo ideal’ criado a partir dos princípios que norteiam o serviço público de broadcasting. Quanto mais um serviço depender de verbas públicas geridas pelos governos ou de recursos advindos da propaganda, mais distante ele fica do ‘tipo ideal’ (LEAL FILHO, 1997, p. 80).

Em uma análise sobre a TV Pública na América Latina, Becerra (2013) cita que tanto em meios comerciais quanto em governamentais existem modelos extremos. Um deles é o utilitário, que busca justificar as estratégias de negócio. Já outro, propagandista, que está fundamentado na utilização de meios estatais para a promoção de informações parciais. Para o autor, nos dois casos, a sociedade está convertida a uma posição clientelar, onde cidadãos e cidadãos são vistos como clientes, ora comerciais, ora políticos.

O projeto público contido em uma TV, que possa oferecer ao público conteúdos diversos, plurais com a diversidade cultural, com a inclusão das realidades regionais. “É televisão pública aquela que interpela o público, incluído o consumidor enquanto cidadão” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 57). A discussão da relação estabelecida entre consumidores e cidadãos é trazida por Canclini (2010), que enfatiza o quanto as formas de exercício da cidadania são alteradas em função da maneira de consumir.

Cabe aos pesquisadores análises minuciosas da reordenação dos espaços públicos que são criados para favorecer a multiplicidade de vozes. Isso evidencia a relevância da formação de um espaço audiovisual latino-americano que possa favorecer a produção e circulação de bens culturais, tais como livros, revistas, televisão; cotas mínimas para exibição no cinema e emissão de rádios de produções nos países dessa região e a criação de um fundo para produção e propagação de conteúdos audiovisuais.

## **2.6 TV Pública, como espaço referencial da Cidadania**

O conceito de Cidadania Televisiva, proposto por Dourado (2012), está apresentado como “um conjunto de temas voltados para os direitos sociais, educativos e morais presentes

na programação” (DOURADO, 2012, p. 64). Muitas vezes, a exibição dessas temáticas é realizada de forma superficial e precária sem ampliar as discussões, pois atendem a interesses puramente mercadológicos, no caso apresentado pela estudiosa está relacionado a emissoras comerciais, com foco na Rede Globo de Comunicação.

Ao relacionar a importância de discussões mais amplas, faz-se necessário apresentar outro modelo televisivo. Na forma de um manifesto intitulado “Televisão pública: do consumidor ao cidadão”, foi desenvolvida na Colômbia, por Jesús Martín-Barbero, Germán Rey e Omar Rincón uma declaração de aspectos considerados necessários para uma televisão pública, cultural e de qualidade.

Segundo Rincón (2002), existem dez princípios que devem ser seguidos, os quais são apresentados a seguir. A TV pública deve falar ao cidadão; promover o universal; não deve adotar um modelo linear na programação, para que assuma o processo e fluxo das narrativas audiovisuais. No caso de conteúdos de grande impacto deve ser utilizada uma abordagem para que os programas possam ser reprisados. É necessário recuperar aspectos positivos na promoção da televisão, cultura e educação; ampliar diante de perspectivas simbólicas de representação aspectos voltados para a construção da cidadania, da sociedade e da democracia. Acompanhar a programação deve ser uma experiência cultural, por promover expressão, sensibilidades e sentidos.

Outro aspecto defendido na proposta está na necessidade de formar telespectadores capazes da leitura crítica e também do controle cidadão dos conteúdos apresentados, quer sejam disponibilizados por meio de imagens ou elementos audiovisuais. Como último ponto destaca:

A televisão pública deve se programar e se produzir por meio de um chamado público, através de processos de alocação de espaços transparentes e participativos, coerentes com as políticas culturais de comunicação e educação de cada país, e baseados no mérito dos realizadores e produtores (RINCÓN, 2002, p. 30-31).

A participação é um elemento fundamental, resgata Valerio Fuenzalida, ao tratar sobre a necessidade de uma deliberação que inclua opiniões equilibradas e luta de ideias. Alguns aspectos podem ser considerados como ideais de Comunicação Pública: “participação plural e inclusiva da cidadania e para a cidadania, no lugar de uma TV a serviço de um partido, de um governo ou de grupos corporativos e empíricos” (FUENZALIDA, 2015, p. 109).

Segundo Mazziotti (2002), três postulados devem ser tratados de forma inter-relacionada, pois incluem discursos de uma televisão pública dirigida à construção da

cidadania. A programação de qualidade deve ser o alicerce; precisa ocupar o que as emissoras comerciais deixam vago, pela ausência de gêneros voltados à intenção educativa ou conscientização. Por último, enfatiza que é preciso considerar a diversidade cultural, assim como a tolerância e espaços para outros sujeitos culturais.

Ou seja, o serviço público televisivo deve conter na programação gêneros que possam incluir elementos cidadãos que não são vistos de forma plena em veículos privados, que buscam atender a uma lógica mercadológica com base no consumo, não buscando um olhar mais amplo, diverso e educativo.

Leal Filho (2016) apresenta o quanto a TV pública deve justificar a utilização do controle remoto para a escolha de conteúdos. Inclui a necessidade da emissora estar inserida em princípios democráticos, com independência, que inclui a apresentação das expectativas e as manifestações culturais existentes no Brasil. Não exclui a importância da criatividade para os profissionais desse segmento, para oferecer um modelo diferenciado daquele que é oferecido ao público.

Para tanto não bastam apenas talento e boa vontade. É preciso ação política profunda e constante para fazer da televisão pública um instrumento de emancipação cultural de amplas camadas da sociedade brasileira, hoje confinadas ao consumismo, ao ódio e a brutalidade impostas pela TV comercial (LEAL FILHO, 2016, p. 29).

Em suma: é fundamental a compreensão de princípios internacionais e nacionais apresentados para uma Comunicação Pública eficaz, que possa incluir o cidadão desde a estrutura de funcionamento, por meio da participação nos conselhos, até nos conteúdos diversos que sejam capazes de refletir as realidades nas quais as pessoas estão inseridas, com princípios que resguardem a pluralidade, respeito às diversidades culturais e religiosas. Aspectos que passam também pela reflexão da estrutura na qual o veículo está alicerçado. Para isso, faz-se necessário na investigação compreender qual a estrutura organizacional da TV Antares, bem como compreender aspectos relacionados ao histórico da emissora pública estadual, leis e modelo atual. Esse é um dos objetivos do próximo capítulo dessa dissertação.

### **3 Aspectos históricos e organizacionais da emissora pública piauiense**

Ao longo deste capítulo é abordada a TV Antares. Entre os fatores expostos foram considerados o percurso histórico da emissora, a estrutura organizacional, o modelo de financiamento, assim como a natureza jurídica do veículo de comunicação. São apresentadas as leis que foram elaboradas para criação, regimento e manutenção do funcionamento da emissora pública estadual. Também é exposto um panorama da estrutura atual, que engloba a situação dos funcionários que possuem vínculo por meio de prestação de serviços terceirizados. São abordadas, ainda, as políticas de transparência na gestão da TV Antares, via indicadores que mensuram diversos segmentos que estão compreendidos na emissora. Indica-se, outrossim, o levantamento apresentado no documento publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), com especial destaque para os “Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea”, uma vez que foram esses aspectos que nortearam as entrevistas com o governador do Estado do Piauí, José Wellington Barroso de Araújo Dias (DIAS, 2017) e o diretor-presidente da Fundação, Humberto Coelho Silva (SILVA, 2017).

#### **3.1 Histórico**

A TV Antares foi a primeira emissora pública que surgiu no Piauí. Alves (2013) traça o histórico do veículo desde a implantação. Segundo o pesquisador, a emissora marca historicamente a televisão piauiense. Foi a primeira a possuir a outorga educativa do Estado, em 1986, com o nome de TV Educativa do Piauí.

À época, o governo tinha como principal argumento para a criação da TV Educativa a busca do fortalecimento da educação e cultura local. No entanto, a escassez de produtos televisivos, a carência de mão de obra e de suporte técnico impediram o alcance de um padrão de qualidade, conforme ressaltou o pesquisador.

A Lei Ordinária nº 4.178 (Anexo II), aprovada em 30 de dezembro de 1987, na Assembleia Legislativa do Piauí, autorizou o Poder Executivo a extinguir o Centro de Teleducação, órgão da FADEP, e instituir a Fundação Antares – Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí. Entre as competências apresentadas no documento para os serviços de radiodifusão prestados pela entidade, destacam-se:

**Tabela 2. Competências apresentadas para os serviços de radiodifusão da Fundação Antares – Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí. Conforme Lei Ordinária nº 4.178**

<b>I</b>	Servir como meio de expressão e valorização para os grupos socioeconômicos e todas as formas de manifestação da cultura piauiense;
<b>II</b>	Operar emissoras de rádio e televisão sem finalidade comercial, com objetivos exclusivamente informativos, culturais e educativos;
<b>III</b>	Promover a ampliação de suas atividades em colaboração com emissoras de rádio e televisão participantes do SINRED através de convênios ou outra forma adequada;
<b>IV</b>	Colaborar com as emissoras de rádio e televisão em geral, no limite de interesses comuns;
<b>V</b>	Articular-se com outros órgãos, em particular as Secretarias de Educação e Cultura, objetivando uma maior integração no âmbito de suas competências;
<b>VI</b>	Promover o treinamento e o desenvolvimento de pessoal qualificado nas atividades de rádio e televisão;
<b>VII</b>	Estender a capacidade técnica da Fundação à prestação de serviços a setores do Estado e da comunidade para a produção de interesse mais específico.

Fonte: PIAUÍ, 1988.

Esse levantamento possibilita o entendimento de uma forte vinculação da emissora com o contexto político, que inclusive direcionou a mudança do nome, configuração do quadro de profissionais e identidade visual com o passar dos anos: TV Educativa do Piauí (1985-1986); TV Antares (1987-1991); TV Educativa do Piauí (1991-1996); TV Piauí (1997-2002); TV Antares (2003-2013). “Durante toda a história da emissora, em nenhum momento foi lançado concurso público para contratação de pessoal. Em todas as fases o trabalho foi terceirizado por prestadores de serviços” (ALVES, 2013, p. 78).

A Lei Estadual nº 4.546, de 29 de dezembro de 1992 (Anexo III), instituiu o regime jurídico único para servidores civis da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado, o que garantiu estabilidade aos servidores não concursados. O artigo 6º apresenta a deliberação:

Os servidores que integram o quadro único da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas têm seus empregos transformados em cargos públicos com a mesma denominação e o mesmo padrão de vencimentos e vantagens que venham percebendo, vindo quaisquer acréscimos ou reajustes por motivo da mudança de regime (PIAUÍ, 1992).

A emissora piauiense é afiliada à TV Brasil, em novembro de 2009, aderiu ao projeto da Rede Nacional de Comunicação Pública / Televisão-RNCP/TV. Entre os pontos estabelecidos pela parceria está a veiculação de 10h30 de conteúdos de forma simultânea, conforme acordo entre a TV Brasil e as emissoras parceiras, no caso a TV Antares. A vigência do contrato foi estabelecida para o prazo de 10 anos, ou seja, até 2019, com possibilidade de prorrogação a critério das partes, que é um canal público pertencente à EBC-Empresa Brasil de Comunicação. A criação da emissora pública nacional, segundo Brittos e Bolaño (2008), não teve uma discussão profunda sobre o papel de uma TV Pública na sociedade como tem sido dada a experiência internacional, devido aos agentes diretamente atingidos pela medida, terem atuado de acordo com seus próprios interesses.

Os pesquisadores também pontuam outro fator criticado por eles, a escolha do diretor-presidente e diretor-geral, ambos designados pelo presidente da República, assim como os conselheiros que representam a sociedade civil, aspectos que foram vistos como impedimentos da independência do modelo, este sistema descontentou a sociedade civil, que pretendia ela própria indicar seus representantes, a partir de suas entidades.

Em 2003, por meio de Lei Complementar nº 30, de 17 de julho de 2003 (Anexo VI), o então governador Wellington Dias instituiu a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí. No primeiro artigo caracteriza com a personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e plena gestão de seus bens e recursos, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura.

No segundo artigo prevê como finalidades básicas da Fundação a exploração e a execução dos serviços de comunicação. Também a produção e veiculação de programas de cunho informativo, cultural e educativo, tendo como competências descritas a seguir:

**Tabela 3: Finalidades básicas da Fundação a exploração e a execução dos serviços de comunicação. Lei Complementar nº 30 de 17/07/2003**

<b>I</b>	servir como meio de expressão e valorização da cultura piauiense;
<b>II</b>	operar emissoras de rádio e televisão sem finalidade comercial, com objetivos exclusivamente informativos, culturais e



	educativos;
<b>III</b>	colaborar com as emissoras de rádio e televisão em geral, no limite dos interesses comuns;
<b>IV</b>	articular se com outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, objetivando uma maior integração no âmbito de suas competências;
<b>V</b>	promover o treinamento e o desenvolvimento de pessoal qualificado nas atividades de rádio e televisão (PIAUÍ, 2003a).

Fonte: PIAUÍ, 2003a.

Segundo Alves (2013), o governador Wellington Dias tomou algumas medidas quanto ao sistema público de comunicação no Piauí. O início da reestruturação da entidade foi dado por meio da Rádio Antares AM 800, no dia 15 de janeiro de 2004. O projeto ligado à esfera televisiva iniciou as ações pela TV Picos, no município de Picos, distante 308 quilômetros de Teresina, inaugurada no dia 20 de outubro de 2005 – Canal 13. A TV Delta (Canal 2), localizada na cidade litorânea Parnaíba, com distância de 334 quilômetros da capital. Foi inaugurada no dia 2 de junho de 2006; a emissora estava fora do ar desde o início da gestão de Wellington Dias, de acordo com a presidência da Fundação, pela necessidade de melhorias técnicas. No dia 28 de junho de 2006, a TV Antares-Canal 2 retomou as atividades.

De acordo com Alves (2013), antes mesmo do início das atividades da TV Antares, apresentando o interesse da administração do Estado em utilizar a TV para a promoção de ações realizadas pela gestão. “Dentre os termos do acordo, cabia à televisão educativa piauiense recusar exibições de matérias relacionadas a outras instituições concorrentes ou de interesses divergentes do Governo” (ALVES, 2013, p. 101). Em contrato firmado pela Fundação Antares e Coordenadoria de Comunicação Social do Estado do Piauí (CCOM), foi estabelecido que os materiais publicitários oficiais seriam veiculados na emissora.<sup>23</sup>

Mediante deliberação do Conselho de Administração (CONSAD), nº 38/2015, de 20 de maio de 2015, o manual de rede para Formação e Funcionamento e a Rede Nacional de Comunicação Pública/Televisão (RNCP/TV) regulamenta a formação e disciplina o funcionamento da referida rede. Entre as competências apresentadas:

Fixar mediante contratos, convênios, outros instrumentos bilaterais ou multilaterais, mecanismos de cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública para a formação da Rede Nacional de Comunicação Pública/Televisão – RNCP/TV (EBC 2015, p. 5).

<sup>23</sup> Contrato nº 37/2006 (Coordenadoria de Comunicação Social). Contrato de Empresa para Veiculação de materiais publicitários, celebrados entre o Estado do Piauí, através da Coordenadoria de Comunicação Social e a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí. Disponível em: <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario/200607/582f14709b156b3.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Segundo o documento, deve-se garantir a pluralidade de opiniões existentes na sociedade brasileira e refletir a diversidade cultural do país.

### **3.2 O modelo atual da TV Antares**

A TV Antares chegou neste ano de 2017 apresentando a continuidade de um problema crônico relativo à manutenção de profissionais que atuam por meio de contratos, visto que esta modalidade vence a cada dois anos. Em 2016, a Fundação Antares registrou problemas relacionados a atrasos salariais e anúncio de demissões dos profissionais, que atuavam na emissora nessa modalidade de prestação de serviços. Conforme já pontuado, a emissora nunca realizou concurso público para provimento de cargos, ficando a critério de cada governo a composição de toda a equipe.

De acordo com o presidente da Fundação, Humberto Coelho Silva, não há possibilidade de realização de concursos. Segundo Silva (2017), a solicitação já foi feita ao Governo do Estado, mas não existe um projeto que garanta a realização de concurso público. Inclui também o limite estabelecido pela lei de responsabilidade fiscal.

A medida que garante a permanência desses profissionais terminou em abril de 2017. A Assembleia Legislativa que aprovou, no dia 4 de maio de 2016, o projeto que prorroga o contrato temporário de funcionários da Fundação Antares. Acrescenta dispositivo à lei nº 5.309, de julho de 2003,<sup>24</sup> que no art. 1º dispõe que:

para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Estadual direta, as autarquias e fundações públicas poderão realizar contratação de pessoal por tempo determinado, sob regime de Direito Administrativo, nas condições e nos prazos máximos previstos nesta Lei (PIAUÍ, 2003a).

O governador Wellington Dias (PT) sancionou a Lei nº 6.973, de 11 de abril de 2017, que alterou dispositivos da Lei Ordinária nº 5.309, de 17 de julho de 2003, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado no serviço para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na Administração Estadual direta, nas autarquias e fundações públicas, sob o regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal. O novo texto modifica o inciso III, da lei de 2003. Anteriormente, a contratação estava proibida para funcionários que já tivessem prestado algum serviço. Para

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12477>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

isso seria necessário o prazo de dois anos do contrato anterior para nova admissão. A lei aprovada em 2017 permite que isso ocorra sem o cumprimento do prazo, mediante autorização do Governador do Estado, ou conforme as hipóteses apresentadas nos incisos I, II, III, VI e X, do art. 2º. Trata-se de casos excepcionais descritos, que, de acordo com o texto legal, estão previstos para casos de atendimento de situações de calamidade pública, combate a surtos epidêmicos e pragas e surtos que ameaçam a sanidade animal ou vegetal. Também está descrita a necessidade de substituição de professor em regência de classe, mas somente nos casos em que cargos efetivos vagos ou cujos titulares se encontrem legalmente afastados. Também é mencionado o inciso X, mas este não existe no art. 2º. A lei altera o art. 8, que passa a ter a seguinte redação:

Os contratos temporários celebrados pela Fundação Antares, em vigor no mês de abril de 2016, poderão ser prorrogados emergencialmente até a realização de concurso público ou a realização de nova contratação temporária, limitada esta prorrogação ao prazo de 24 (vinte e quatro) meses (PIAUÍ, 2003b).

A renovação dos contratos é uma prática que já foi aplicada no Estado do Piauí. Por meio de projeto de lei assinado pelo governador Wellington Dias (PT) em 2016, acrescentado ao documento de 2003, foi exposto o artigo 8º,<sup>25</sup> que estabelece que “os contratos temporários celebrados pela Fundação Antares entram em vigor no mês de abril de 2016 e ficam prorrogados pelo prazo de 360 dias”. Ou seja, a renovação do contrato pode ser realizada após um ano de trabalho por igual período. Segundo o documento, trata-se de uma proposta transitória que apresenta a alegação de atender em caráter emergencial, demonstrando atenção aos princípios da continuidade dos serviços públicos.

Os funcionários da emissora que atuavam na modalidade de contratação e com atrasos salariais, assim como profissionais que trabalharam e que buscavam melhorias para a emissora, formaram um grupo de profissionais em um coletivo chamado UNIJOR (União dos jornalistas do Piauí). Em descrição na página do *Facebook*, os jornalistas declararam que não têm vínculos ou interesses políticos, e que estavam unidos com o objetivo de construir coletivamente um mercado de trabalho mais justo e digno.

A primeira ação pública foi desenvolvida no dia 7 de abril de 2016, data comemorativa em alusão ao dia do Jornalista. O ato foi realizado em frente à emissora, com

---

<sup>25</sup> Com informações disponíveis em: <[http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl\\_documentos/materia/8586\\_texto\\_integral](http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl_documentos/materia/8586_texto_integral)>. Acesso em: 23 jun. 2016.

sede na capital Teresina. Próximo à data foi anunciado que 90 profissionais tiveram os contratos vencidos e que não seriam renovados.

No Dia do Jornalista, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Piauí (OAB-PI), por meio do presidente da entidade, Chico Lucas, informou que a OAB-PI pretende atuar na mobilização a favor de um concurso público para a Fundação que é responsável pela administração da TV Antares, TV Delta, TV Picos e a Rádio Antares. Em função do risco de demissão que os profissionais da Fundação passam em função de negociações com o governo do Estado.

Como opções para resolver a situação, após o término do prazo, uma das alternativas apresentadas por Silva (2017) é fazer uma solicitação a Assembleia para que sejam renovados os contratos, ou que seja realizada a terceirização de serviços. Wellington Dias, atual governador do Estado do Piauí, mencionou durante a entrevista o compromisso que tem para a realização de concurso público e revela que a expectativa é que o quadro de funcionários temporários seja, apenas, para substituir os efetivos que estiverem afastados por licenças médicas, ou para assumir outras funções.

Outro aspecto sobre a emissora está relacionado ao acesso que as pessoas têm por meio de sites e redes sociais. A emissora possuía um site com o domínio registrado em <http://www.fundacaoantares.org/>, que continha a programação e mais informações sobre os veículos pertencentes à fundação. Em julho, 11 a 16 de julho de 2016, período da primeira coleta, o mesmo encontrava-se fora do ar.

Após esse momento, o novo site foi lançado no endereço <http://fundacaoantares.pi.gov.br/>, com layout diferenciado e incremento de vídeos, programação e notícias que são tanto da rádio Antares AM, quanto da TV Antares. Também com abas para a TV Delta, que foi direcionada para o canal no *Youtube* emissora, já no ícone para a TV Picos retorna para a página principal do site. Mesmo problema que ocorreu no local indicado para acompanhar a programação ao vivo da TV Antares, ou a programação da emissora.

Como mecanismo de interatividade com a audiência, é oferecida uma página *fanpage* no *Facebook* (<https://www.facebook.com/Fund.Antares/>). A rede social abriga reportagens que são veiculadas na TV Antares, além da grade de programação, e o *instagram* possui uma conta – @radioetvantares –, que é pouco atualizada.

### 3.3 Natureza Jurídica

A TV Antares compõe os veículos de comunicação da Fundação Antares. Este trata-se do nome fantasia da razão social Fundação Antares Rádio e Televisão Cultura e Educação do Piauí. Em documentos da referida instituição, consta o CNPJ (12.328.753/0001-00).<sup>26</sup>

Porém, no contrato de prestação de serviços (Processo EBC nº 0790/2014) consta o CNPJ 05.787.268/0001-39 com a Fundação Rádio e Televisão do Piauí- TV Antares. Está vinculado ao governo do estado como Administração Indireta,<sup>27</sup> com sede na Avenida Valter Alencar, 2021, Monte Castelo, CEP nº 64.019-625, Teresina-Piauí.

Conforme consulta feita ao portal da Receita Federal a respeito dos números de CNPJ citados anteriormente, foi diagnosticado que o registro nº 12.328.753/0001-00 teve baixa no dia 12 de janeiro de 1993, com a justificativa de “EXTINÇÃO P/ ENC LIQ VOLUNTÁRIA”. Isso quer dizer que a empresa está encerrada. Na contabilidade, a terminologia é utilizada para designar determinada empresa ou órgão que está com a Situação Cadastral identificada como BAIXADA. Já o CNPJ nº 05.787.268/0001-39 encontra-se ativo e com a data de abertura em 17 de julho de 2003.

### 3.4 Estrutura organizacional

A TV Antares integra a Fundação Antares, que é um órgão vinculado do Governo do Estado do Piauí, e tem a responsabilidade por ações direcionadas à Comunicação Pública do Estado.

A estrutura para gerir a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí está apresentada no artigo 4º da Lei Complementar nº 30, de 17 de julho de 2003,<sup>28</sup> que inclui os cargos necessários para o andamento das atividades. Está prevista a Presidência; unidades que segundo o documento estão caracterizadas em diretoria, gerência, coordenação, supervisão; assessoria técnica; assistências de serviços e assessoria jurídica.

Segundo o Estatuto da Fundação Antares, a organização administrativa está constituída da seguinte forma: a composição da Presidência inclui Gabinete do presidente, Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica, Assistência de Serviços, Coordenadoria Permanente

---

<sup>26</sup> Com informações do site CNPJ Brasil. Disponível em: <<http://www.cnpjbrasil.com/e/cnpj/fundacao-antares/12328753000100>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

<sup>27</sup> São exemplos de autarquias as fundações públicas, agências executivas e reguladoras. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/autarquias>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

<sup>28</sup> Com informações da Lei Complementar nº 30, de 17 de julho de 2003. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12392>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

de Licitação com uma Comissão Permanente de Licitação. Quanto aos órgãos de direção: diretoria de unidade Administrativo-Financeira, Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria de Logística, abastecimento e serviços. Quanto à diretoria da unidade de rádio: gerência de produção/ rádio, gerência de jornalismo/rádio e coordenadoria da rádio.

Ao abordar a diretoria de unidade de TV, o documento assinala: gerência de produção/ TV, Gerência de jornalismo/ TV, Coordenadoria de TV. No setor relacionado à diretoria da unidade técnico-operacional está a gerência de telecomunicações e a coordenadoria técnica. Também são incluídas a diretoria da unidade da Rádio Igaracu<sup>29</sup> e TV Delta, com duas coordenadorias, uma de manutenção e outra administrativo-financeira. Quanto às supervisões, o documento regulamenta que serão preenchidas de acordo com as necessidades de cada diretoria, e que o servidor será subordinado à diretoria que estiver lotado.

A Lei Complementar nº 81, de 29 de dezembro de 2006, dispõe sobre a Criação do Quadro de Pessoal Efetivo da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí e dá outras providências, com um total de 399 trabalhadores, conforme tabela que consta na referida normatização expressa em quadro abaixo:

**Tabela 4: Quadro de Pessoal Efetivo da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí**

GRUPO OCUPACIONAL/CARGO/ESPECIALIDADE	QUANT	HABILIDADE EXIGIDA
<b>I – GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL – GOO</b> Ø Cargo: Agente Operacional de Serviços Ø Especialidades:		
1 – Agente de Manutenção Especializada	02	Ensino Fundamental
2 – Auxiliar de Serviços de vigilância	23	Ensino Fundamental
3 – Auxiliar de Serviços Gerais	16	Ensino Fundamental
4 – Auxiliar de Serviços Administrativo	18	Ensino Fundamental
5 – Auxiliar de Produção Artística e Cultural	34	Ensino Fundamental
4 – Motorista	24	Ensino Fundamental com Carteira Nacional de Habilitação
<b>II – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO – GOT</b> Ø Cargo: Agente Técnico de Serviços Ø Especialidades:		
1 – Técnico de Apoio Administrativo	35	Ensino Médio

<sup>29</sup> RÁDIO IGARAÇU LTDA. CNPJ: 06.841.225/0001-57. Sede em Parnaíba-Piauí, com frequência de 550 kHz. De acordo com a ANATEL é um serviço de radiodifusão Sonora em Onda Média (OM). A situação encontra-se em estudo (cadastramento sem pendência). Disponível em: <<https://sistemas.anatel.gov.br/SRD/Consultas/AndamentoEstacao/Tela.asp>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

2 – Técnico de Comunicação e Produção Cultural	155	Ensino Médio
3 – Técnico de Manutenção e Projeto	03	Ensino Médio
4 – Técnico da Tecnologia da Informação	05	Ensino Médio
5 – Técnico de Administração e Contabilidade	02	Ensino Médio, com curso específico na área de Administração ou Contabilidade
<b>III – GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR – GOS</b>		
Ø Cargo: Agente Superior de Serviços		
Ø Especialidades:		
1 – Administrador	02	Curso Sup. de Administração
2 – Comunicador Social	78	Curso Sup. em Com. Social
3 – Contador	02	Curso Sup. em Ciências Contábeis
<b>TOTAL</b>	<b>399</b>	

A informação sobre a quantidade de profissionais que atuam na TV Antares, atualmente, foi solicitada à direção durante a entrevista, mas o quantitativo de pessoal não foi repassado pela direção, embora o pedido tenha sido reforçado por meio de *e-mail* nos dias 26 e 31 de janeiro de 2017, conforme documentado no Apêndice VII.

### 3.5 Forma de gestão

A Fundação será dirigida por três órgãos, de acordo com o Estatuto: Conselho de Programação, Diretoria Executiva e Conselho Consultivo (que será tratado em item adiante). Segundo o portal da Fundação Antares, a estrutura está organizada, atualmente, conforme tabela abaixo:

**Tabela 5: Estrutura organizacional TV Antares 2016**

Presidente: Humberto Coelho
Direção Administrativa: Ernaldo Vale
Direção Técnica: Norma Sales
Direção de Rádio: Mel Telles
Direção TV Antares: Núbia Ramos
Direção TV Delta: Márcio Bikanka
Direção TV Picos: Odorico Carvalho

Fonte: FUNDAÇÃO ANTARES, *online* 2017.

Sobre o Conselho de Programação, delibera que tem a responsabilidade de supervisionar a programação das emissoras. É composto por nove membros que devem ocupar as seguintes funções: diretor-presidente da Fundação, os diretores de TV/Rádio; os gerentes de jornalismo de TV/Rádio e de produção/rádio; diretor técnico operacional e o chefe da assessoria jurídica. Também está disposto que devem se reunir bimestralmente, ou extraordinariamente mediante convocatória do presidente. A presidência é ocupada pelo presidente da Fundação.

Quanto à Diretoria Executiva, o art.º 16 apresenta que compete aos membros desse setor composto pelo diretor-presidente, diretor de TV, diretor de Rádio, diretor técnico-operacional e diretor administrativo-financeiro:

- I - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento Interno da Fundação;
- II - dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades técnicas e administrativas da Fundação;
- III - prestar contas de sua gestão financeira ao Tribunal de Contas do Estado na forma da legislação pertinente;
- IV - movimentar recursos financeiros da Fundação, na forma da lei e do Regimento Interno (PIAÚÍ, Decreto nº 11.757, de 9 de junho de 2005).

### **3.6 Modelo de financiamento**

Segundo dados do Observatório da Radiodifusão Pública da América Latina,<sup>30</sup> o financiamento da emissora conta com recursos do Governo do Piauí e também receitas próprias provenientes de parcerias com entidades governamentais e não governamentais, como universidades públicas e particulares.

A Lei complementar nº 30, de 17 de julho de 2003, dedica o art. 6º para indicar como devem ser constituídas as receitas da Fundação.

- I - as dotações orçamentárias ou concedidas em créditos adicionais ou extra-orçamentários que vier a lhe consignar o Estado;
- II - os recursos oriundos de convênios, acordos e contratos;
- III - as rendas patrimoniais de quaisquer natureza, inclusive a decorrente da prestação de serviços;
- IV - os recursos provenientes de operações de crédito;
- V - outras receitas que vier a adquirir no exercício de suas finalidades (PIAÚÍ, 2003a).

---

<sup>30</sup> Com informações do Observatório da Radiodifusão Pública da América Latina. Disponível em: <<http://www.observatorioradiodifusao.net.br/index.php/tvs-sp-280960344/304-brasil/tvs/456-tv-antares-teresina>>. Acesso em: 10 fev. 2017.



Em parágrafo único, após a apresentação do artigo, está expresso que somente com autorização do Governador do Estado é possível efetuar quaisquer modalidades de operação de crédito, sejam públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Sobre as receitas, o Decreto nº 11.757, de 9 de junho de 2005, que apresenta o Estatuto, apresenta no art. 8º as receitas da fundação, e o texto é semelhante ao exposto acima do art. 6º, da Lei Complementar nº 30, de 17 de julho de 2003.

Em 2014, foi firmado um convênio de prestação de serviços com a EBC por meio do processo nº 0790/2014 com vigência de 12 (meses), com possibilidade de prorrogação. O documento é assinado pelo então diretor-presidente da Fundação Rádio e Televisão do Piauí-Antares, Carlson Augusto Cornélio Pessoa. O valor total de até R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). Sendo o custo fixo de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e custo variável de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), ambos divididos em doze vezes, mediante o repasse dos conteúdos estabelecidos no contrato. São incluídos o planejamento de pautas mensalmente, sete matérias, além de oito conjuntos de três entrevistas com populares. Também, a inclusão de materiais aprovados pela EBC.

Um termo aditivo ao contrato assinado pelo atual presidente da Fundação, Humberto Coelho Silva, ratificou a vigência para o dia 16 de dezembro de 2016. Em entrevista, Humberto Coelho informou que o contrato foi rescindido, apesar de uma reunião com as TVs públicas estaduais, nenhuma garantia quanto ao repasse dos valores firmados anteriormente. O responsável pela Fundação Antares não precisou o valor, mas disse que era da ordem de 500.000,00 (quinhentos mil reais/mês).

Sobre o assunto, Humberto Coelho disse que as contas são pagas pelo Governo do Estado, que arca com os custos e envia recurso para custeio. Quanto aos recursos que chegam para a fundação, os mesmos são repassados para a conta única do Estado. Também são feitas parcerias, por meio de permutas com a divulgação das marcas de empresas que prestam serviços ou oferecem produtos. Nesses casos, não existem transações monetárias, apenas a relação de fornecimento de serviços em troca da visibilidade na programação.

As informações sobre os custos para a manutenção não se encontram disponibilizadas no site da Fundação Antares. Os dados estão na página da Secretaria da Fazenda (<http://www.sefaz.pi.gov.br/>), no ícone Balanço Geral do Estado, que faz parte da sessão destinada à Transparência. No documento referente a 2015, são apresentados os balanços gerais das entidades da administração estadual, incluindo também as de administração indireta. A Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, Unidade Gestora (UG) 140204,

divulga entre os dados de prestação de contas a publicação da Demonstração dos Fluxos de caixas, apresentadas no Anexo IV.

De acordo com os dados, houve uma transferência intragovernamental, que representa o valor aplicado pelo governo estadual de R\$ 6.150.232,82 (seis milhões, cento e cinquenta mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos). Já a quantia com desembolsos com pessoal e outras despesas correntes por função foi de R\$ 6.144.032,20 (seis milhões, cento e quarenta e quatro mil, trinta e dois reais e vinte centavos). Com as atividades de investimento, houve um desembolso de R\$ 20.226,70 (vinte mil, duzentos e vinte seis reais e setenta centavos). Vale ressaltar que os valores apresentados estão relacionados ao exercício 2015.

Sobre a possibilidade de recurso fixo, para assegurar os gastos da emissora, o governador Dias (2017) diz que é o ideal. O que ocorre atualmente é a aprovação de um orçamento anual, que com o passar dos anos é reajustado, sendo que o fundo orçamentário é destinado para a rádio e a TV. Dias (2017) ressalta a necessidade de avançar e que pretende utilizar mecanismos que estão em prática na TV Picos, que possui essa independência, com recursos adquiridos por meio de doações. Os valores, nesse caso, são repassados pelo município, empresas, faculdades, parcerias que geram receitas que auxiliam no custeio. A regulamentação de estratégias tem sido discutida junto ao atual presidente Humberto Coelho, para que os recursos não venham para a Secretaria da Fazenda e, em virtude de dificuldades, não deixem de ser repassadas para os veículos.

### **3.7 O Conselho**

O Conselho Curador é o instrumento de participação da sociedade no veículo de Comunicação Pública, com representação de membros que possam discutir e avaliar conteúdos que são apresentados, assim como questionar temáticas que não deveriam ser veiculadas durante a programação.

Em entrevista à *Revista Radis*, na edição de novembro de 2016, Laurindo Lalo Leal menciona o que é preciso para que um veículo seja considerado verdadeiramente público. O pesquisador afirma que:

A regra geral é que existam conselhos formados por representantes da sociedade, de preferência sem vínculo com o comércio e a política, portanto, com alto grau de independência. O que garante a independência em relação ao governo é a possibilidade de participação da sociedade na gestão (LEAL FILHO, 2016b, p. 21).

Segundo a norma estabelecida pela EBC e emissoras parceiras, deliberada pelo CONSAD nº 38, de 20 de maio de 2015, entre os critérios para os canais integrantes da Rede Nacional de Comunicação Pública está o ajuste do modelo institucional, que considera necessária a constituição de um Conselho Curador e de uma Ouvidoria, de acordo com as competências definidas pela Lei nº 11.652/2008. Cabe também ressaltar a extinção do Conselho após a aprovação da Lei nº 13.417/2017. E no art. 17 da lei de criação da EBC, que trata sobre o Conselho Curador, há a seguinte disposição:

- I - deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC;
- II - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei;
- III - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei;
- IV - deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática (Lei nº 11.652/2008).

Ao enfatizar a necessidade da participação da sociedade civil na emissora pública, deve ser incluída a importância destes mecanismos para que os cidadãos tenham vez e voz nas produções que são apresentadas ao público. Na cartilha do Conselho Curador foi constituído como um instrumento de participação social, para incluir na estrutura a sociedade civil.

O Conselho Curador existe para zelar pelos princípios e pela autonomia da EBC, impedindo que haja ingerência indevida do Governo e do mercado sobre a programação e gestão da Comunicação Pública. Além disso, visa representar os anseios da sociedade, em sua diversidade, na aprovação das diretrizes de conteúdo e no plano de trabalho da empresa (Conselho Curador, Cartilha 2015).

Na Fundação Antares, o Conselho Curador está previsto na Lei nº 4.178 de 30 de dezembro de 1987, que em seu artigo 4º inclui como estrutura básica da Fundação: Conselho Curador, Conselho de Programação e Diretoria Executiva.

Com a Lei complementar nº 30, de 17 de julho de 2003, recebe o nome de Conselho Consultivo e faz parte da estrutura básica da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, que tem atribuições, composição e competências, conforme definição do Estatuto da Fundação, e deve ser aprovado mediante Decreto pelo Governador do Estado.

O Decreto nº 11.757, de 9 de junho de 2005, no art. 18, trata do Estatuto que apresenta “o Conselho Consultivo, órgão de apoio e consulta da Fundação, será constituído por 7 (sete)

membros representantes dos diversos setores atuantes no segmento educativo-cultural do Estado” (Decreto nº 11.757, de 9 de junho de 2005).

Os componentes são: diretor-presidente da Fundação, com a função de presidir o Conselho; um representante da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC); um representante da Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC); um representante da Fundação de Esportes do Piauí (FUNDESPI); um representante do Conselho de Educação e Cultura;<sup>31</sup> um representante da Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI). Também, de um membro da comunidade que possua atuação reconhecida em atividades de educação e cultura no Piauí será designado pelo diretor-presidente, já os componentes que representam órgãos estaduais serão indicados pelos titulares.

O documento regulamenta também que não serão remunerados para ocupar assento como conselheiros, com mandato de três anos, com permissão para qualquer membro ocupar por igual período. Existem deliberações quanto às reuniões que devem ocorrer sempre que convocadas pela Diretoria Executiva, ou Conselho de Programação.

Conforme entrevista concedida no dia 18 de janeiro de 2017 pelo atual diretor-presidente, Humberto Coelho, o órgão nunca havia se reunido. Uma reunião estava marcada para o dia 27 de janeiro, mas tinha sido adiada. O presidente também não informou sobre deliberação em andamento nem sobre a nomeação do Conselho.

O Conselho Consultivo da Fundação Antares foi empossado no dia 17 de março de 2017 com a seguinte constituição, de acordo com a Portaria nº 10/2017, de 23 de fevereiro de 2017: presidente do Conselho e diretor-presidente da Fundação, Humberto Coelho; representantes da SEDUC, a secretária de Estado de Educação Rejane Ribeiro Sousa Dias e a superintendente de Ensino Superior Ellen Gera de Brito Moura; representantes da Fundação Cultural do Piauí (SECULT), Juliana Raquel Silva Nogueira e Mariza de Oliveira Gomes; representantes da Fundação de Esportes do Piauí (FUNDESPI), Vicente de Sousa Sobrinho e Marcone Vieira de Carvalho; representantes do Conselho de Educação e Cultura, Danilo César da Silva Cruz e Francisco Soares Santos Filho; representantes da Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI), o reitor Nougá Cardoso Batista e a professora e chefe da Assessoria de Comunicação da instituição de ensino Clarissa Sousa Carvalho; e os membros da comunidade escolhidos foram o professor Wellington de Jesus Soares e João de Moura Neto.

---

<sup>31</sup> Sua finalidade, entre outras, é promover, orientar e disciplinar as instituições que compõem o Sistema de Ensino do Estado do Piauí. Disponível em: <<http://www.ceepe.pro.br/institucional.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

A primeira reunião foi realizada no dia 25 de abril de 2017. De acordo com matéria publicada no portal da Fundação Antares, participaram da reunião o representante da FUNDESPI, Francisco Sousa, o representante do Conselho Estadual, Danilo César, e a representante da Universidade Estadual do Piauí, Clarissa Carvalho. Segundo a reportagem, foram abordadas as perspectivas da Fundação Antares, como a interiorização do sinal e a instalação da HDTV na capital, assim como a programação e os projetos especiais.

O art. 20 do Estatuto da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí expressa as competências do Conselho Consultivo, que são:

- I - analisar, sugerir e emitir pareceres sobre as atividades e projetos da Fundação e apoiar a avaliação de propostas e novos projetos;
- II - aproveitar sugestões e fazer recomendações relativamente a futuras atividades da Fundação;
- III - sempre que solicitado, avaliar e opinar quanto ao melhor cumprimento dos fins da Fundação (Decreto nº 11.757, de 9 de junho de 2005).

O instrumento de participação da sociedade dentro do veículo público, no caso da Fundação Antares, passou 31 anos sem a constituição do Conselho. Outro aspecto que deve ser pontuado está relacionado à representatividade dada ao membro da sociedade, pois apenas uma pessoa tem assento.

Diante de várias discussões no âmbito nacional, em virtude do fim do Conselho Curador da EBC pela Lei nº 13.417/2017, compreende-se que na configuração estadual têm sido dados os primeiros passos para a efetivação desse mecanismo tão importante no veículo de radiodifusão pública, em prol de um controle que tem de vir da sociedade. Conforme Lalo Leal (2016), os Conselhos Curadores devem ser compostos por segmentos representativos da sociedade, para que as vozes sejam trazidas para as produções midiáticas. Somente assim os desejos e conquistas sociais serão transmitidas por meio dos mecanismos de Comunicação Pública.

### **3.8 Indicadores de Qualidade, na TV Antares**

#### **3.8.1 Sobre a missão e os propósitos da empresa ou da instituição**

A Fundação Antares, mantenedora da TV Antares, apresenta no portal da internet o objetivo de “oferecer à sociedade piauiense uma informação de interesse público e promover o aprimoramento educativo e cultural de telespectadores e ouvintes, visando à transformação

qualitativa da sociedade” (FUNDAÇÃO ANTARES, *online*). Os valores e visão não são expressos de forma clara e acessível no site.

No artigo 4º do Decreto nº 11.757, de 9 de junho de 2005, que apresenta o Estatuto da Fundação, estão expostos os objetivos e finalidades que são:

- I - servir como meio de expressão e valorização para os grupos sócio-econômicos e todas as formas de manifestação da cultura piauiense;
- II - operar emissoras de rádio e televisão sem finalidade comercial, isso é, com objetivos exclusivamente culturais e educativas;
- III - promover ampliação de suas atividades em colaboração com emissoras de rádio e televisão, através de convênio ou outra forma adequada;
- IV - no limite dos interesses comuns, colaborar com as emissoras de rádio e televisão em geral;
- V - articular-se com outros órgãos visando a uma maior integração no âmbito de suas competências;
- VI - promover o treinamento e o desenvolvimento de pessoal qualificado nas atividades de rádio e televisão;
- VII - estender a capacidade técnica da Fundação à prestação de serviços a setores do Estado e da comunidade para a produção de programas de seu interesse mais específico, observando-se a proibição constante no artigo seguinte (DECRETO nº 11.757, de 9 de junho de 2005).

O art. 5º proíbe que as emissoras de rádio e TV sejam utilizadas para fins político-partidários, difusão de ideias preconceituosas quanto à raça, classe, sexo ou religião, ou ainda de anúncios que estimulem o consumo de produtos nocivos à saúde, tais como bebidas alcoólicas ou cigarros.

O Estatuto da fundação não está entre os conteúdos dispostos no portal na empresa pública. Só é possível encontrá-lo ao acessar o Diário Oficial do Estado do Piauí, com a informação da data em que foi publicado.

As diretrizes para a programação estão estabelecidas mediante a grade, com programas dispostos em horários pela manhã, tarde e noite, conforme apresentado de maneira pormenorizada posteriormente. Não são produzidos conteúdos locais direcionados para o público infantil. Os programas não possuem missões específicas divulgadas para o público por meio do portal da fundação.

### **3.8.2 Sobre a Administração de Recursos**

Os balanços gerais repassados para a Fundação Antares são disponibilizados apenas no portal da Secretaria da Fazenda do Estado, com uma linguagem que apenas contadores conseguem explicitá-los, conforme exposição da planilha da Demonstração de fluxos de caixas no Anexo IV. São divulgadas planilhas anuais com os dados, sem regularidade na

exposição dessas informações, do exercício dos anos anteriores. Os critérios de utilização dos recursos não estão divulgados, de forma clara e acessível para o público.

Segundo o presidente da Fundação, não houve ainda essa preocupação de divulgar as informações para o público. De acordo com Silva (2017), as contas são pagas pelo Estado, que encaminha um recurso para o custeio de alguns itens relativos à manutenção. Os valores direcionados para a fundação são direcionados encaminhados para a conta única do Estado. Também existem parcerias feitas pela empresa pública com permutas. Os empreendimentos veiculam os anúncios em troca de serviços prestados. Cita como exemplo uma empresa que faz concerto e manutenção de aparelhos de ar condicionado.

Não há possibilidade de o público saber qual o valor de cada programa veiculado pela TV Antares, pois os dados informados são planilhas gerais da Fundação Antares, que compreende outros veículos: Antares AM 800, TV Antares, TV Delta e TV Picos.

### **3.8.3 Sobre o nível de diálogo com a sociedade**

Durante a programação acompanhada por meio das duas grades, é possível observar o pouco estímulo à participação dos cidadãos. São feitas poucas menções para que os telespectadores encaminhem sugestões ou acompanhem a principal plataforma multimídia oferecida, que é o canal no *Facebook*.

O presidente explica que o contato na fundação é maior pelo instrumento rádio. Ao abordar o nível de participação no meio televisivo explica:

Na TV nós temos muito mais as relações com as instituições. Que aí o nosso esforço é pra ir dando visibilidade às instituições que fazem o trabalho social. Então a instituição que trabalha com as mulheres, com drogados, com negros, com crianças. E assim a gente tenta cada vez mais se aproximar da vida desses grupos do movimento que fazem o movimento social, através da divulgação das suas ações, a gente tenta estar presente cada vez mais. E aí tem alguns até que, como as mulheres que fazem o programa Sob Outro Olhar e o movimento *hip hop* que já veio aqui pra dentro, tá fazendo um programa já na rádio. A ideia é a gente daqui a pouco também quando pegar mesmo mostrar também as questões na TV 'pra' TV (SILVA, 2017).

As sugestões acolhidas de produção de conteúdos estão direcionadas. Conforme Silva (2017), a cobertura para eventos, ou ações que são convidados ou que tomam conhecimento, raramente não são pautados para a cobertura.

A presença do *ombudsman* ou ouvidor inexistente nos documentos oficiais da Fundação Antares. Silva (2017) afirma que isso já foi pensado, mas que os esforços estão voltados para

a implantação do Conselho Consultivo, e que, apesar de ter sido institucionalizado até janeiro de 2017, nunca funcionou efetivamente.

Quanto à presença nas redes sociais, a principal página com alimentação de conteúdos é a *fanpage* no *Facebook* da Fundação Antares.<sup>32</sup> Quanto ao espaço dedicado a TV Antares,<sup>33</sup> não há publicações de conteúdos da emissora. É utilizada apenas para o fluxo de informações referentes ao canal televisivo, tais como marcação de pessoas que estiverem no local, como entrevistados ou profissionais que trabalham no veículo. O canal no *Youtube*<sup>34</sup> é abastecido com as notícias e programas apresentados.

Já os programas Esporte Antares, Jornal Antares, Curta Antares, Semana Antares não possuem conteúdos próprios em redes sociais. O programa Antares Notícia<sup>35</sup> possui uma página, mas ela não se refere ao noticiário da emissora pública, mas sim a um canal homônimo,<sup>36</sup> mas com sede em Arapongas, Paraná.

O *Interpretação* possui página no *Facebook*<sup>37</sup> com movimentação constante dos programas, compartilhamento de postagens publicadas sobre o programa na *fanpage* da Fundação e da página pessoal do apresentador Sérgio Fontenele.

O *Sob Outro Olhar* possui páginas no *Facebook*<sup>38</sup> e *Youtube*<sup>39</sup> com a postagem dos vídeos que foram exibidos. Fazendo um convite para que acompanhem o programa, também são compartilhados no *Facebook* postagens da apresentadora Norma Soely.

Apesar de possuir uma página no *Facebook*, o programa *Interferência*<sup>40</sup> não tem periodicidade nos conteúdos postados. A última publicação foi realizada em 28 de abril de 2016. Quanto ao *Fique por dentro*, não existem páginas próprias nas redes sociais apresentadas. No entanto, os vídeos podem ser vistos no canal do *Youtube* do Governo do Estado do Piauí.<sup>41</sup> O *+Comradio* não possui plataformas específicas, alguns programas são

<sup>32</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/Fund.Antares/?fref=ts>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

<sup>33</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Tv-Antares/493841267339664?fref=ts>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/tvantarespi>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

<sup>35</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/Antares-Not%C3%ADcias-664397630308507/?fref=ts>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://noticias.tvantares.com.br/index.php>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/Programainterpretacao/?fref=ts>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/soboutrolhar/?fref=ts>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

<sup>39</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/channel/UC\\_7CmR25v9AULufNLNbdrcw](https://www.youtube.com/channel/UC_7CmR25v9AULufNLNbdrcw)>. Acesso em: 3 fev. 2017.

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/Programa-Interfer%C3%Aancia-1121603581192314/?fref=ts>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

<sup>41</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/channel/UCUvn6mz9Su40\\_xqyZjK5Onw](https://www.youtube.com/channel/UCUvn6mz9Su40_xqyZjK5Onw)>. Acesso em: 3 fev. 2017.



exibidos no *Youtube* da Comradio do Brasil, que inclusive apresenta em imagem o anúncio da parceria com a TV Antares para exibição do programa.

**Figura 1**



Reprodução *Youtube*: Comradio do Brasil.

### 3.8.4 Diversidade Cultural

A diversidade cultural está presente nos conteúdos oferecidos ao público. É perceptível o quanto o espaço regional perde lugar para conteúdos estrangeiros que têm notoriedade nas produções veiculadas na emissora, em detrimento do espaço que deveria ser disponibilizado para os artistas locais que, na maioria das vezes, não encontram oportunidade nos veículos comerciais.

As produções da emissora, segundo Silva (2017), são amparadas pelo Manual da EBC e por publicações relacionadas à Comunicação Pública e ao Jornalismo Público, para incluir os conhecimentos na prática diária.

No entanto, é perceptível, ao longo da análise, o quanto dispositivos que foram discutidos pela EBC não são aplicados no cotidiano da programação da emissora piauiense. Entre os aspectos que podem ser pontuados está a notoriedade da veiculação de conteúdos estrangeiros, quando o espaço deveria estar dedicado às produções locais, dando vez e voz ao trabalho de artistas, produtores culturais, cineastas, entre outros atores sociais do estado.

### 3.8.5 Cobertura geográfica e oferta de plataformas

O Piauí possui 224 municípios, segundo levantamento do IBGE.<sup>42</sup> De acordo com o presidente da Fundação Antares, ao abordar o território de população que recebe recursos:

A gente está em cerca de uns trinta municípios, e eu acho que a gente cobre mais de um milhão de pessoas. Nós estamos em Teresina, Picos e Parnaíba. E aí estamos em Piripiri, Campo Maior e algumas outras cidades, então eu acho que a gente cobre mais de um milhão de pessoas, potencialmente (SILVA, 2017).

Conforme já mencionado, a Fundação Antares possui além do canal que tem sede na capital do estado, emissoras em Picos-TV Picos e em Parnaíba-TV Delta, os locais possuem sedes próprias e veiculam programação desenvolvida no município que atuam.

### 3.8.6 Padrão público (democrático e republicano) de jornalismo

A emissora possui grade de programação definida, com periodicidade diária. Conta com três telejornais, dois veiculados de segunda a sexta-feira e um noticiário com as principais reportagens que marcaram as produções é o *Semana Antares*.

Conforme Silva (2017), os telespectadores de 30 municípios podem acompanhar as produções desenvolvidas pelas emissoras públicas pertencentes à Fundação Antares. Cabe ressaltar que o estudo está vinculado apenas à investigação da TV Antares.

Sobre os noticiários produzidos pela emissora, foram abordados temas variados, com a colaboração de conteúdos das outras praças que também atuam no setor da Comunicação Pública vinculada ao governo estadual. Mas também deve-se enfatizar o uso do mecanismo para propaganda governamental e uso político, com reportagens que apresentam vinculações e ações do governo de forma explícita, conforme será abordado no próximo capítulo da presente dissertação.

Ao longo da programação televisiva, os cidadãos e as comunidades têm espaço nos temas abordados, nas reportagens produzidas e discussões que mantêm a programação, com um estilo que, na maioria das vezes reproduz os padrões já estabelecidos pela mídia hegemônica. Mas, apesar do modelo seguido, consegue oferecer notoriedade aos grupos que muitas vezes são silenciados nas produções dos veículos comerciais.

Durante o acompanhamento das duas semanas veiculadas pela emissora, nos meses de julho de 2016 e janeiro de 2017, há uma preocupação quanto à diversidade das fontes que são

---

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pi>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

ouvidas ao longo das reportagens e programas. É perceptível também o cuidado em apresentar o posicionamento governamental, diante de temas que podem gerar alguma polêmica, sempre buscando ouvir secretários de estado que informam qual o posicionamento governamental diante do assunto abordado.

### **3.8.7 Pressupostos da independência**

A Fundação Antares possui um Conselho Consultivo em suas atividades, mas não é independente do governo. Dos sete integrantes, cinco são vinculados ao governo estadual. São eles: o presidente da Fundação Antares, indicado pelo governador; e representantes indicados pelos titulares dos setores, conforme exposto anteriormente. Estes são representantes da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC); da Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC); da Fundação de Esportes do Piauí (FUNDESPI); e da Fundação Universidade Estadual do Piauí (FUESPI). Os ocupantes do cargo de reitor e vice-reitor são nomeados pelo governador.

Conforme exposto no inciso VIII, do art. 102, da Constituição Estadual, como atribuição do Governador do Estado: “nomear e exonerar os presidentes e os diretores de empresas públicas e de fundações mantidas pelo Estado, observado o disposto nesta Constituição” (PIAÚÍ, 1989). A participação de outras entidades está restrita ao âmbito educacional, com a definição de um representante do Conselho de Educação e Cultura.

Com relação ao indicado da sociedade civil, este é designado pelo diretor-presidente. Não é feita nenhuma consulta pública para a decisão do ocupante ao assento no Conselho. De acordo com Silva (2017), ainda está sendo elaborado o estatuto e o regimento interno do conselho.

A criação do Conselho Consultivo está amparada pelo Decreto Estadual nº 11.757, de 9 de junho de 2005, sem autonomia para a escolha dos representantes, já que o art.18 deste dispositivo elenca as representações estaduais que ocupam mais da metade das vagas no respectivo mecanismo, que deveria prezar pelo equilíbrio e pluralidade de vozes.

### **3.8.8 Independência na operação de linha da emissora**

De acordo com Silva (2017), há uma discussão das propostas de programas com o Conselho de Programação, tanto que nunca houve nenhum problema com relação à falta de autonomia para o andamento da programação da emissora pública. Segundo o diretor presidente, “nossa dificuldade é ter estrutura pra fazer tudo que a gente quer. Se a gente

tivesse estrutura pra isso a gente estaria bem melhor. Teria muito mais coisa acontecendo. Nosso limite é a estrutura da emissora” (SILVA, 2017).

Ainda conforme o diretor-presidente, com relação à contratação de profissional há autonomia, apesar da prévia discussão dos nomes para a Secretaria de Administração, que não apresentou recusa quanto aos profissionais que tiveram os vínculos solicitados.

Sobre a deliberação de conteúdos veiculados, Silva (2017) enfatiza que não há nenhuma censura, apesar do governo arcar com todos os custos referentes à manutenção da fundação. Sobre essa relação, diz:

Então a gente tem todo um cuidado pra não cair numa, numa...[sic]as pessoas podem até criticar o governo, e a gente da uma resposta. Vai buscar a resposta. Alguém criticou a questão da segurança pública. Vamos lá atrás do secretário de segurança pública pra responder aquela crítica que o ouvinte fez. (SILVA, 2017)

Durante a entrevista afirma ainda que buscam oferecer respostas aos telespectadores e ouvintes, apesar da relação com o governo. Sobre a independência, conforme o governador Dias (2017), a emissora deve garantir a democratização do sistema, embora tenha um papel de governo, ao difundir temáticas, tais como as educacionais do Canal Educação, com a oferta de conteúdos para a população. Dias (2017) afirma que não são enviadas determinações do governo com a proibição de críticas a ações governamentais, tampouco impedimento de entrevistas com adversários políticos. Cabe aos jornalistas que trabalham na Fundação o zelo pela ética jornalística, sem a promoção do governante.

Durante a análise, apresentada no próximo capítulo, é possível verificar que existem conteúdos que são enviados pelo Governo do Estado, a citar reportagens que foram feitas pela Coordenadoria de Comunicação, assim como o programa *Fique por dentro*, que é uma produção deste órgão da gestão estadual.

Sobre o site, conforme Silva (2017), não há bloqueios de impostos pelo governo ou pelo judiciário. O problema encontrado está relacionado a outros fatores, conforme expõe:

A nossa dificuldade é financeira e pessoal com esta habilidade de trabalhar o webjornalismo. Estamos tentando melhorar isso. Vamos ver, achar uma pessoa para trabalhar isso, mas nossa ideia é fazer com que o que a gente veicula na TV e na rádio isso vá também via redes sociais. Nós já conseguimos botar [...] [sic] a emissora rádio por exemplo já pode ser ouvida pelo site da fundação ou então pelo aplicativo, pelo celular. E queremos ‘botar’ [sic] a TV também (SILVA, 2017).

### 3.8.9 Caráter público do financiamento

Quanto aos valores e percentuais dos mesmos aplicados para a Fundação Antares, as receitas estão previstas na Lei Complementar nº 30, de 17 de julho de 2003:

- I - as dotações orçamentárias ou concedidas em créditos adicionais ou extra-orçamentários que vier a lhe consignar o Estado;
- II - os recursos oriundos de convênios, acordos e contratos;
- III - as rendas patrimoniais de quaisquer natureza, inclusive a decorrente da prestação de serviços;
- IV - os recursos provenientes de operações de crédito;
- V - outras receitas que vier a adquirir no exercício de suas finalidades. Parágrafo Único Para o cumprimento de sua finalidade poderá a Fundação, mediante autorização do Governador do Estado, efetuar operações de crédito com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras (PIAUI, 2003a).

O que apresenta a relação de financiamento com o Governo do Estado, mediante repasse e autorização para transações com órgãos e mecanismos. Fatores que não excluem o órgão de contingenciamentos.

Sobre o financiamento, Silva (2017) diz que a fundação “busca” como alternativa a criação de um fundo para manutenção da instituição e das emissoras vinculadas. Segundo o diretor-presidente, o assunto está em discussão com o governador para buscar a sustentação da TV Pública. “O que agente está buscando são projetos, as parcerias que podem então facilitar a execução de outras coisas que estejam fora do orçamento” (SILVA, 2017).

Quanto à publicidade comercial, foram registradas inserções, conforme análise apresentada nos capítulos 4 e 5. A exibição de anúncios descumpra o que está previsto no Estatuto da Fundação Antares, nos artigos 3º e 4º. Os dois itens têm textos que expressam que as emissoras de rádio e televisão não devem ter finalidade comercial.

Outro dispositivo legal que proíbe a veiculação de anúncios publicitários em emissoras públicas é a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. O texto expressa entre os canais previstos na legislação, aqueles reservados para a prestação de serviços de radiodifusão pública pelo Poder Executivo, utilizados como instrumentos de universalização voltados aos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais. Dessa forma, estão vedadas a veiculação remunerada de anúncios ou outras práticas que configurem a comercialização de intervalos. No caso da Fundação Antares, a disponibilidade para os anúncios surge por meio de permutas de prestações de serviços, conforme pontuou o presidente Humberto Coelho Silva. As ressalvas estão

direcionadas aos casos de patrocínio de programas, eventos e projetos, desde que estejam sob a forma de apoio cultural.

O público não está informado sobre a relação entre a direção da emissora/fundação e os anunciantes. Não há nenhum indicativo para os casos de apoios culturais.

Quanto à publicidade institucional, não há nenhuma normatização que impeça a interferência do anunciante nas decisões sobre a programação. Ressalte-se que os principais anunciantes institucionais são os governos estadual e federal.

### **3.8.10 Grau de satisfação da audiência**

A Fundação Antares não possui uma rubrica no orçamento destinada à realização de pesquisas. Quanto às análises, de acordo com Silva (2017), geralmente elas são feitas pela CCOM. O autor também enfatiza que em municípios do interior, como Parnaíba e Picos, os índices são maiores, por causa da produção local que não compete com as outras emissoras. No caso da capital, há uma disputa maior também em função de a emissora ainda estar sob o sinal analógico e não o digital. Quanto aos índices de audiência, não soube precisar, em virtude da ausência de pesquisas do referido indicador.

O cronograma para a transição do sinal analógico para o digital foi estabelecido para junho de 2014, no ainda existente Ministério das Comunicações, extinto e incorporado no governo do presidente Michel Temer, conforme edição extra do Diário Oficial da União<sup>43</sup> para Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A última data prevista para o desligamento do sinal analógico para garantir a recepção da TV Digital, definida antes do novo comando ministerial, conforme calendário apresentado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), será o dia 25 de novembro de 2018 para todo país. Teresina deverá fazer a migração até o dia 29 de julho de 2018.<sup>44</sup>

Segundo Silva (2017), os índices de audiência no interior são maiores que os registrados pela emissora com sede na capital. O governador do estado apresenta como motivo para esse fator a quantidade de TVs, geradoras, retransmissoras ao nível local, o que acaba gerando uma concorrência. Pela tradição brasileira, as pessoas se apegam a determinados programas; então há a necessidade de realizar uma expansão (DIAS, 2017).

---

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=12/05/2016>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

<sup>44</sup> Disponível em: <[http://www.anatel.gov.br/Portal/documentos/sala\\_imprensa/7-4-2015--11h44min45s-Mapas%20-%20Desligamento%20da%20TV%20Anal%C3%B3gica.pdf](http://www.anatel.gov.br/Portal/documentos/sala_imprensa/7-4-2015--11h44min45s-Mapas%20-%20Desligamento%20da%20TV%20Anal%C3%B3gica.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2017.

Foram analisados todos os programas da emissora, por meio de duas coletas, conforme será descrito com detalhes no Capítulo 4. Não existem questionários para avaliar a opinião do público sobre os conteúdos apresentados aos telespectadores, assim como não existe uma Ouvidoria que poderia auxiliar também nessa esfera.

Leal Filho (2016) destaca a importância de buscar audiência, não com o intuito do mercado publicitário, como ocorre nos veículos comerciais, mas para que o debate público que abarca a informação e o entretenimento possam ser qualificados e ampliados. Para isso, inclui que a Comunicação Pública deve ser adotada, possuir qualidade nas produções e sinais que possam chegar em qualquer lugar do país, com um sinal que esteja disponível para o público, quer seja digital ou analógico permitindo que seja sintonizado pelas pessoas.

### **3.8.11 Experimentação e inovação de linguagem**

A emissora possui um Manual de Estilo, mas o mesmo ainda é fruto da relação da TV Pública estadual com a TV Cultura. O documento com a primeira publicação em 2006, intitulado *Jornalismo Público: Guia de Princípios*, foi publicado originalmente pela TV Cultura, emissora a qual a TV Antares era afiliada nesse período. Apresenta informações sobre o jornalismo público e condutas que devem ser tomadas pelos profissionais que atuam no respectivo veículo. O então presidente da Fundação Antares, Rodrigo Ferraz, assina a apresentação do documento sob o título *O jornalismo público no Piauí*:

Destina-se não apenas aos profissionais de comunicação da Fundação Antares, mas, sobretudo, aos estudantes de comunicação que necessitam aprender o conceito de jornalismo público já nos bancos escolares. É mostrar que a TV pública estabelece parâmetros totalmente diversos da TV comercial. Enquanto esta última amordaça o jornalismo e o nivela à propaganda, na TV pública a busca é por temas que digam respeito à qualidade de vida, à promoção da cidadania, aos processos públicos e ao resgate da cultura e das tradições. Essa é a nossa missão (TV CULTURA, 2006).

Depois desse documento, não houve outra publicação local. Os parâmetros seguidos foram preconizados pelo Manual de Jornalismo de EBC, assim como outros arquivos na área de Jornalismo Público. Com relação ao conhecimento de novas técnicas de produção audiovisual, segundo Silva (2017), trata-se de um processo que deve ocorrer em conjunto com a migração para o sistema digital.

O programa *Sob Outro Olhar*, após veiculação na TV Antares, já teve o formato assimilado por outra emissora, a estatal TV Assembleia e também pelo portal de notícias *O dia*.<sup>45</sup> A emissora é considerada um centro formador de profissionais, na medida em que os canais comerciais possuem jornalistas que constam no currículo a atuação no canal público.

É perceptível o esforço para tentar conciliar as produções veiculadas na TV para as plataformas disponíveis na web, mas são verificados problemas, conforme exposição apresentada no Capítulo 4. Os equipamentos estão em desvantagem frente aos veículos concorrentes, ou similares, o que pode ser comprovado pela emissão do canal analógico. O presidente acredita “que com a migração, agora a gente se equipara e pela primeira vez na história da Antares, nós estaremos iguais às outras em termos de tecnologia e ganharemos em programação” (SILVA, 2017).

Com relação à linguagem apresentada, pode-se considerar que há um nível baixo de experimentação, pois apenas os programas *Sob outro Olhar* e *Interferência* podem ser considerados exemplos inovadores e que buscam ousar diante dos padrões pré-estabelecidos. Já os demais conteúdos apresentados repetem modelos televisivos ou a fusão deles. Não utilizando a criatividade e a inovação, que deveriam ser seguidos pela emissora, para produções que são veiculadas no canal público.

### 3.8.12 Padrões técnicos

Os equipamentos da TV Antares encontram-se defasados, mas a meta estabelecida pelo presidente é que a TV digital seja implantada no dia 19 de outubro deste ano, na semana comemorativa ao dia do Piauí. “Queremos avançar e superar todas as fases burocráticas, de aquisição, montagem de equipamentos, a gente fazer tudo isso. Para outubro de 2017” (SILVA, 2017).

Conforme o governador Dias (2017), a previsão é que em março seja concluído o processo de licitação para compra de equipamento, a fim de que seja realizado o processo de transição do modelo analógico para o digital. Também existe a necessidade da aprovação do Ministério das Comunicações para a transição da rádio de AM para FM. Dias (2017) reforça a expectativa de concluir esses dois procedimentos ainda este ano e acrescenta a necessidade de ampliar os conteúdos exibidos, como, por exemplo, os jogos de times estaduais, torneios estudantis e outros eventos esportivos locais. Alternativas para conseguir recursos por meio de

---

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://www.portalodia.com/tvodiasob-outro-olhar>>. Acesso em: 5 fev. 2017.



patrocínios ou anúncios têm sido pensadas para conseguir ampliar os investimentos na emissora.

Os recursos para assegurar o processo licitatório devem ser próprios do estado, ainda conforme o governador (DIAS, 2017). Existia a possibilidade de um investimento para a comunicação no governo de Dilma Rousseff, mas com o *impeachment* da presidenta ocorreram conflitos com a EBC. De todo modo, o valor de aproximadamente 6 milhões de reais previsto para os investimentos foi aprovado e será investido na compra de equipamentos, montagem e qualificação dos profissionais da emissora.

A capacitação, de acordo com Silva (2017), é feita pela equipe que atua no veículo há mais tempo. Dessa forma, repassam as informações para os novos profissionais que atuam no setor. “O normal é querer que a TV pública fosse uma cópia de uma TV privada” (DIAS, 2017). O governador aponta o quanto que o interesse pelo padrão imposto pelas emissoras comerciais ainda seja entrave para os veículos públicos e reconhece que ainda há um longo caminho a percorrer no Estado, e que tem o compromisso de manter a Comunicação Pública nos veículos geridos. Para 2018, porém, a intenção de Dias (2017) é dar novos rumos à comunicação em âmbito estadual.

Não há um sistema de arquivamento do acervo da emissora. O setor merece destaque, tendo em vista as mais de três décadas de produções piauienses veiculadas pelo canal público. Silva (2017) afirma que uma parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Piauí (FAPEPI) está sendo feita para que seja empreendido o processo de digitalização do material, que faz parte da história da emissora, cujo slogan é: “É pública, é nossa”.

## 4 Conteúdos sobre Cidadania na TV Antares

Neste capítulo serão trabalhados os procedimentos metodológicos da investigação, assim como a avaliação dos conteúdos veiculados no sistema público de radiodifusão. Os programas foram categorizados, conforme Souza (2004) e o recorte estabelecido mediante a Grade Transversal, de acordo com Dourado (2012). Para isso, foram realizadas duas coletas da grade televisiva apresentada pela emissora na página do *facebook*.

### 4.1 Procedimentos de análise

#### Tipo de estudo e *corpus*

Durante duas semanas, foram analisados programas da TV Antares. Uma semana no mês de julho de 2016 e outra em janeiro de 2017, para a realização de uma análise comparativa dos conteúdos apresentados durante as grades transversais analisadas.

A programação da emissora conta com oito programas, no mês de julho, exibidos de segunda a sábado, apresentados a seguir. De segunda a sexta-feira: *Esporte Antares* (11h40), *Jornal Antares* (12h30), *Antares Notícia* (19h). Na terça-feira são veiculados o *Interpretação* (16h30) e *Sob outro Olhar* (20h). Na quinta-feira, os telespectadores podem acompanhar o *Curta Antares* (19h30). Na sexta-feira, o programa *Interferência* (19h30). E aos sábados a *Semana Antares*, que é apresentada ao meio dia.

Já na grade analisada em janeiro, além da modificação de horários de alguns conteúdos, verificou-se a inclusão de dois programas: O *Fique por dentro* (11h45 e 18h), de segunda a sexta-feira, com duas exibições diárias; e o *+Comrádio* (14h), na quarta-feira.

### 4.2 Procedimentos de coleta e análise de dados

Em continuidade à metodologia do trabalho, cabe reforçar que nesse estudo referente à TV Antares, foram realizadas entrevistas em profundidade, que é uma entrevista não estruturada. Segundo Laville e Chistian (1999), o tipo de procedimento metodológico é a entrevista na qual o entrevistador utiliza temáticas variadas e algumas perguntas iniciais, que devem ser elencadas com antecedência; em seguida são improvisados novos questionamentos a partir das respostas do interlocutor. Foram entrevistados o atual presidente da Fundação Antares, Humberto Coelho Silva, e o atual governador do estado Wellington Dias (PT), para

compreender quais medidas estão sendo tomadas para garantir as ações que são feitas na TV Antares.

Para fundamentar os mecanismos estruturais apresentados, foram levantados e estudados documentos publicados em Diário Oficial, leis e arquivos referentes à emissora piauiense. Sobre o tipo de análise, Lakatos (2001) exemplifica como um conjunto de operações capaz de analisar o conteúdo de um documento de modo diferenciado. Tem como objetivo representar as informações de forma condensada.

Como protocolo para realização das entrevistas foram utilizados os indicadores, categorizados mediante a aparição de temáticas ao longo da análise, que também atuaram como norteadores para a análise baseada em documentos, a fim de encontrar maneiras de tornar objetivas as avaliações do desempenho das instituições públicas de radiodifusão e permitir comparações contínuas e processos de melhorias mensuráveis, de acordo com Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012).

A grade transversal, segundo Dourado (2012), está caracterizada como:

Mediante programas com conteúdos variados e que atravessam verticalmente os diferentes estratos sociais e os diferentes perfis de telespectadores, é imprescindível cumprir cobertura completa, mediante dias, horários, gêneros e formatos diversificados, que se alternam ao longo da programação. Deste modo, tal metodologia permite estudar a variedade dos programas que chegam aos distintos públicos (DOURADO, 2012, p. 122).

Segundo Dourado (2012), a metodologia abrange o universo televisivo do cidadão comum. Considerando que o telespectador acompanha a TV em horários variados, de acordo com a conveniência individual, não foram seguidos os pressupostos horizontais da programação apresentada nas emissoras.

A intenção foi verificar os sinais que são apresentados na programação de conteúdos cidadãos. Para isso, é utilizado o conceito de “manchas de cidadania”.

Emprega-se aqui o termo “mancha” como uma “metáfora” para identificar sinais/marcas que se incorporam a um corpo distinto e a ele se integram. Não há qualquer intenção negativa, no sentido de que os conteúdos cidadãos são obscuros ou carregados de significados pejorativos (DOURADO, 2012, p. 122).

A grade de programação, já mencionada, foi observada mediante os gêneros televisivos, conforme Souza (2004), seguindo as categorias, que enquadram os gêneros apresentados nas TVs abertas do Brasil em cinco subdivisões: Entretenimento, Informação,

Educação, Publicidade e outros itens. Esses podem ser eventos religiosos e ações especiais na cobertura televisiva, conforme tabela.

**Quadro 1: Categorias e Gêneros dos Programas na TV Brasileira**

<b>Entretenimento</b>	Auditório, Colunismo Social, Culinário, Desenho animado, Docudrama, Esportivo, <i>Game Show</i> (competição), Humorístico, Infantil, Interativo, Musical, Novela, <i>Quiz Show</i> (perguntas e respostas), <i>Reality Show</i> (TV-realidade), Revista, Série, Série brasileira. <i>Sitcom</i> (comédia de situações), <i>Talk-show</i> , Teledramaturgia (ficção), Variedades, <i>Western</i> (faroeste).
<b>Informação</b>	Debate, Documentário, Entrevista, Telejornal.
<b>Educação</b>	Educativo, Instrutivo.
<b>Publicidade</b>	Chamada filme comercial, político, sorteio, telecompra.
<b>Outros</b>	Especial, Eventos, Religiosos.

Fonte: SOUZA, 2004, p. 92.

A grade foi analisada a partir das categorias e gêneros televisivos propostos por Souza (2004). O estudioso menciona durante as discussões sobre a elaboração das categorias, uma das premissas da *British Broadcasting Corporation* (BBC), que tem como missão “informar, educar e entreter”, e acrescenta ainda os “especiais”, desenvolvidos sobre temas específicos, exclusivos e inéditos.

Foram analisados, portanto, os programas produzidos pela emissora local, assim como conteúdos realizados por produtoras exibidos com exclusividade pelo referido veículo, desprezando da análise programas nacionais que foram veiculados na TV Brasil. Foram incluídos os intervalos apresentados na referida emissora durante a exibição dos materiais analisados.

### 4.3 Jornalismo público na TV Antares

Para a verificação do Jornalismo Público veiculado na TV Antares, foram feitas duas coletas da programação veiculada pela emissora, conforme já destacado. A escolha por duas semanas em períodos diferenciados ocorreu para compreender como os conteúdos locais são dispostos para os telespectadores que acompanham a emissora pública em âmbito regional. O estudo teve como objetivo compreender a recorrência das temáticas abordadas, assim como verificar a continuidade dos materiais apresentados ao público, que acompanha a programação do canal televisivo.

Durante entrevista, o Governador do Estado do Piauí apresentou a compreensão que possui sobre a TV Pública. Segundo Dias (2017), “é um instrumento de educação, cultura e para conscientizar a população sobre temáticas, como, por exemplo, a problemática decorrente do Zica vírus para a microcefalia” (DIAS, 2017). Também ressaltou a importância que tem ao auxiliar na formação de profissionais por meio de estágios. Sobre as parcerias com as instituições de ensino, destacou a Universidade Estadual do Piauí que está presente em várias regiões.

Primeiramente foram analisados os conteúdos exibidos entre os dias 11 e 16 de julho, em tempo real, conforme programação divulgada na página do *Facebook* da Fundação Antares. Isso porque, no período da pesquisa, o site oficial encontrava-se fora do ar. A programação que serviu de base para a realização da presente dissertação é apresentada a seguir:

**Figura 2: Programação - Julho 2016**

PROGRAMAÇÃO TV ANTARES	
<b>SEG A SEX</b>	<b>QUINTA</b>
Esporte Antares 11h 40	Curta Antares 19h 30
Jornal Antares 12h 30	
Antares noticia 19h	<b>SEXTA</b>
	Interferência 19h 30
<b>TERÇA</b>	<b>SÁBADO</b>
Interpretação 16h 30	Semana Antares 12h
Sob Outro Olhar 20h	

Reprodução *Facebook*: Fundação Antares.

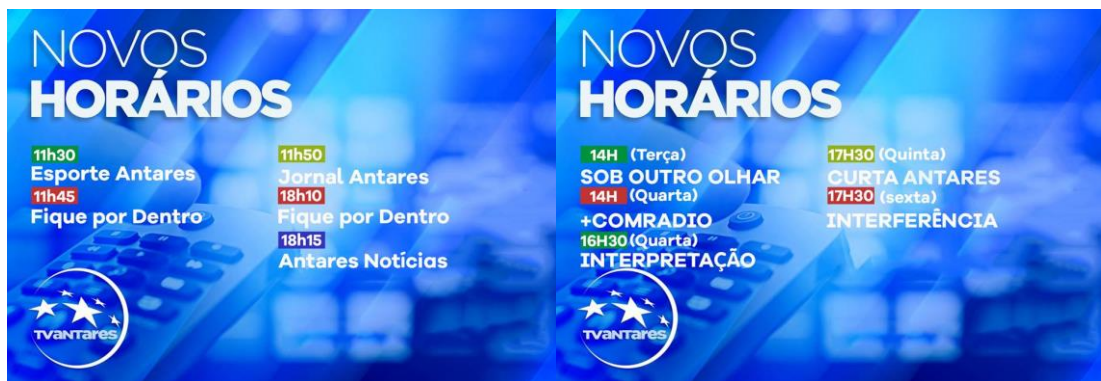
A programação foi assistida assim como o telespectador comum costuma fazer em seu cotidiano e foram feitas observações sistemáticas durante o momento de exibição dos programas. A partir da programação exibida, foram analisados os programas, definidos por meio da Grade Transversal, de acordo com Dourado (2012).

Em outubro de 2016 foi disponibilizada nova grade. Além disso, houve alteração de horário de exibição de algumas produções, segundo o portal da emissora, devido ao horário de

verão<sup>46</sup>. No entanto, na página principal da TV, não foi feita a alteração nas exibições, o que não permite ao telespectador compreender com precisão quando poderá acompanhar cada programa. Ocorreu, ainda, o acréscimo de dois conteúdos, sendo eles: *Fique por Dentro*, com duas exibições diárias e *+Comradio*, veiculado na quarta-feira, às 13h, conforme já evidenciado.

A amostragem para a análise foi ampliada para dez programas. No entanto, o *Esporte Antares* encontrava-se em recesso e foi veiculado como um estúdio no *Jornal Antares*. Já os programas *Sob Outro Olhar*, *Curta Antares* e *Semana Antares* não foram exibidos. Dessa forma, o espectro analítico foi bastante reduzido.

**Figura 3: Novos horários - Divulgação outubro 2016**



Reprodução Facebook: Fundação Antares.

O procedimento metodológico utilizado como aporte foi a Grade Transversal, conforme Dourado (2012), apesar da exclusão de um dos critérios do método, que é a retirada de programas do mesmo gênero. A inserção desse fator desprezaria dois produtos da categoria informação, gênero telejornal e dos respectivos intervalos; retirando, assim, uma quantidade significativa das produções locais. Considerou-se que isso diminuiria bastante o espectro de análise. Portanto, a contribuição desse processo metodológico se deu para subsidiar o recorte da programação e observar que não há uma grande variedade de gêneros na programação.

A análise dos programas da TV Antares, para organização das duas grades transversais, teve a primeira amostragem realizada com início na segunda-feira (11 de julho de 2016) e o término, no sábado (16 de julho do mesmo ano). A segunda coleta ocorreu de 16 a 21 de janeiro de 2017. Segue a grade transversal da programação estudada.

<sup>46</sup> Horário de programas alterados por causa do horário de verão. Disponível em: <<http://fundacaoantares.pi.gov.br/?p=2743>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

**Quadro 2 - Grade transversal da programação estudada**

<b>CATEGORIA</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>DIA DA SEMANA</b>	<b>PROGRAMA</b>
Informação	Esportivo	Semana (Julho/2016)	Esporte Antares
Informação	Telejornal	Semana	Jornal Antares
Informação	Telejornal	Semana	Antares Notícia
Informação	Entrevista	Terça-Feira (Julho/2016) Quarta-feira (Janeiro/2017)	Interpretação
Entretenimento	Revista	Terça-Feira	Sob Outro Olhar
Entretenimento	Filme	Quinta-feira	Curta Antares
Outros	Outro	Sexta-Feira	Interferência
Informação	Telejornal	Sábado	Semana Antares
Outros	Outros	Semana	Fique por Dentro
Educação	Instrutivo	Quarta-feira	+ Comradio

Fonte: Pesquisa Direta.

Cada programa teve os conteúdos categorizados em fluxograma e descrição apresentada nos anexos. Foram elencadas, ainda, as principais temáticas encontradas no decorrer da programação. Para isso, foram criados 14 indicadores para apresentar os teores que tiveram maior recorrência das produções veiculadas. Foram eles: Prestação de Serviços; Defesa dos Direitos das Minorias; Propaganda Governamental; Política; Saúde Pública; Publicidade Comercial; Publicidade Governamental; Esporte Regional; Discussão da religião em estado laico; Educação; Cultura; Cultura Regional; Estímulo à interatividade; e Outros.

A sessão que é apresentada a seguir articula a grade da emissora pública, sistematizando os gêneros, categorias e temas que compõem a programação da TV Antares.

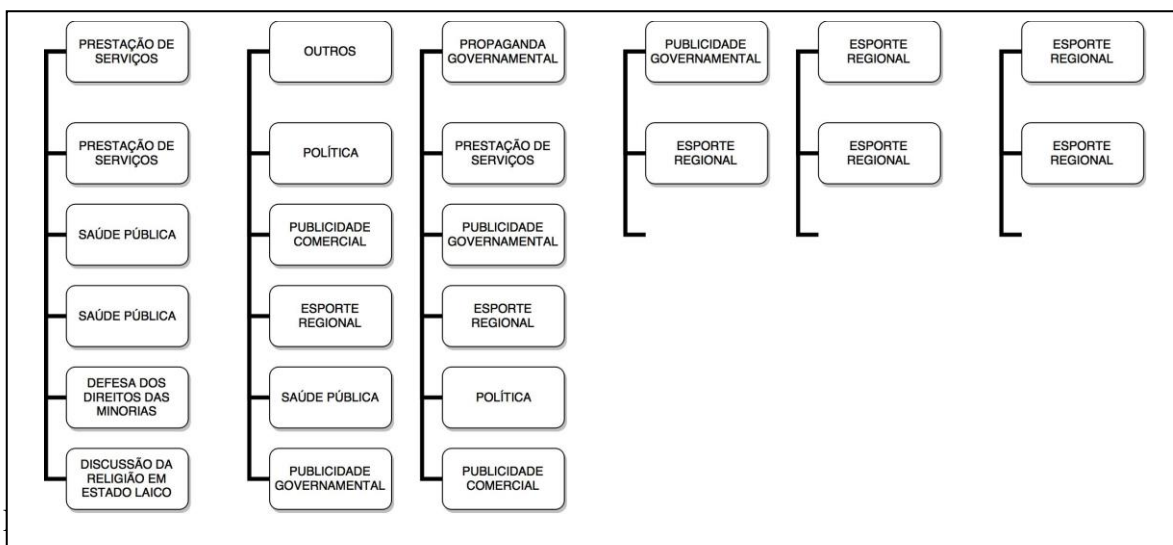
#### **4.3.1 Análise Grade Transversal de 11 a 16 de julho de 2016**

##### **Categoria Informação: gênero telejornal – programa *Antares Notícia***

Programa exibido em 11 de julho de 2016, das 19h às 19h30min. O *Antares Notícia*, de acordo com **Quadro 1**, está vinculado ao gênero telejornal. “Por conter apresentador em estúdio chamando matérias e reportagens sobre os fatos mais recentes” (SOUZA, 2004, p. 149). Podem também ser encontradas notas, editoriais, entrevistas, comentários e crônicas durante o telejornal.

Deve-se considerar que o telejornal é transmitido, conforme Alves (2013), desde agosto de 2006, já com a exibição noturna, tendo como objetivo a transmissão das principais informações do dia, além da reprise de conteúdos do telejornal diurno (o *Jornal Antares*, que iniciou as transmissões em julho do mesmo ano). Os indicadores compreendidos no respectivo telejornal são apresentados a seguir.

**Fluxograma 1**



Fonte: Levantamento da autora.

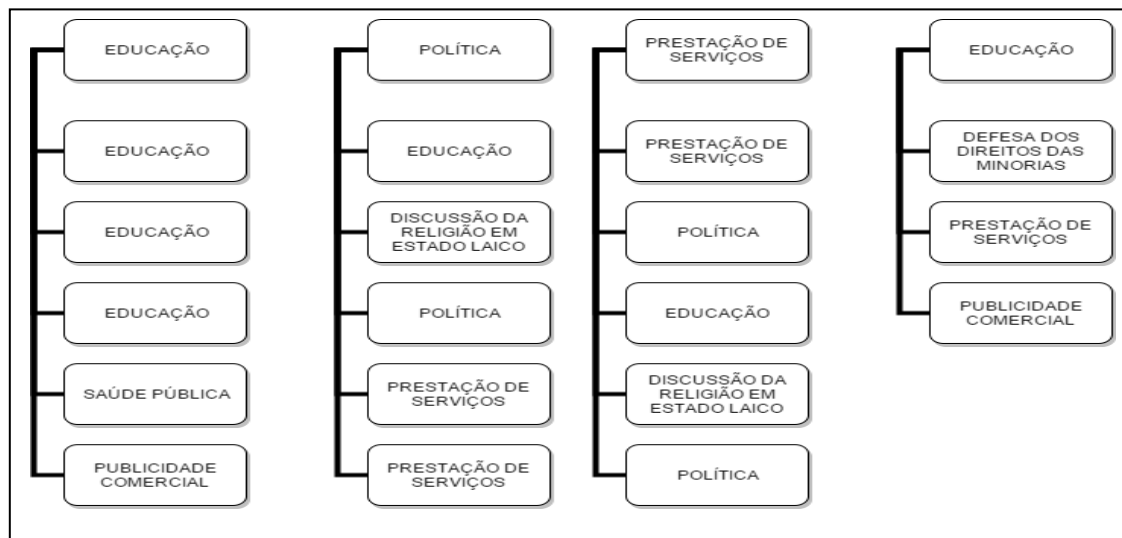
### **Categoria Informação: gênero entrevista – programa *Interpretação***

O programa *Interpretação* foi veiculado no dia 12 de julho de 2016, com transmissão das 16h30min às 17h. Foi composto por três blocos. Segundo a classificação adotada por Souza (2004), o programa está situado no gênero entrevista e traz características apontadas pelo estudioso, como: ser desenvolvido em estúdio, e o apresentador e convidado estarem sentados, em virtude do tempo da conversa.

Iniciou as transmissões no dia 29 de março de 2016 às 16h30min. É apresentado pelo jornalista Sérgio Fontenele que, na chamada de divulgação do programa, comentou que tem como proposta “Uma conversa temática e aprofundada sobre tema e ideias importantes para o desenvolvimento no Piauí”. *Interpretação* apresentou os seguintes indicadores.



Fluxograma 2



Fonte: Levantamento da autora.

### **Categoria Entretenimento: gênero revista – programa *Sob Outro Olhar***

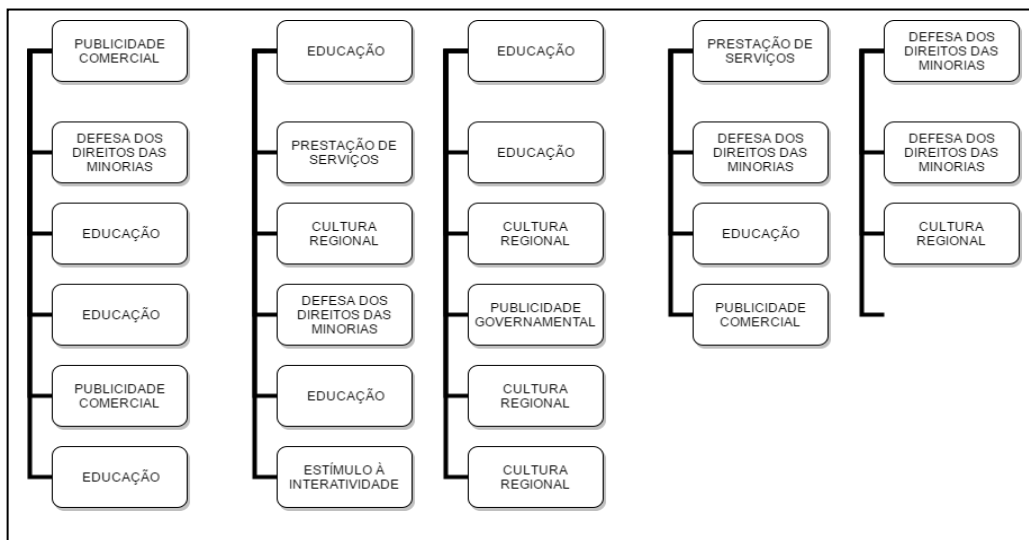
O programa *Sob Outro Olhar* está inserido na categoria entretenimento/ gênero revista, por, em acordo com Souza (2004), oferecer ao telespectador informação e entretenimento. Foram verificados no conteúdo analisado, entrevistas, reportagem e apresentação musical. Os conteúdos foram veiculados no dia 12 de julho de 2016, com transmissão das 20h às 21h, e divididos em quatro blocos.

A estreia do programa foi no dia 11 de agosto de 2015, conforme matéria divulgada no site do Governo do Estado.<sup>47</sup> No início era veiculado aos sábados às 17h30. A apresentadora desde o início é Norma Soely, que é também sua criadora e roteirista.

O programa é apresentado com a abordagem de temáticas que refletem uma realidade, que não é visível pela grande mídia televisiva, segundo os organizadores, mas que precisa ser debatida por todos. Os indicadores abordados nas matérias do programa são listados a seguir:

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/21130>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Fluxograma 3



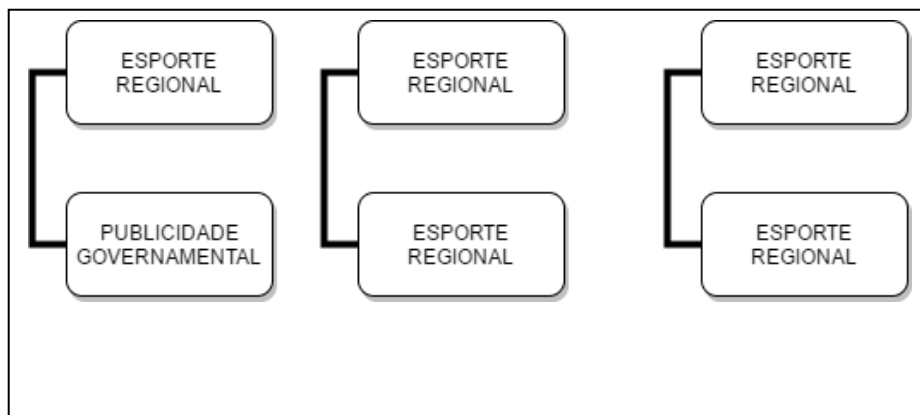
Fonte: Levantamento da autora.

### **Categoria Informação: gênero esportivo programa *Esporte Antares***

O programa foi exibido no dia 13 de julho de 2016, das 11h40 ao meio dia. O *Esporte Antares*, de acordo com o **Quadro 1**, está vinculado ao gênero esportivo e inserido na categoria informação, com a divulgação de times de futebol do estado e outros esportes praticados no Piauí. É veiculado de segunda a sexta-feira.

A exibição do programa teve início em janeiro de 2008, de acordo com Alves (2013), com a intenção de valorizar o esporte local, com um conteúdo diário. Os principais indicadores abordados foram:

Fluxograma 4

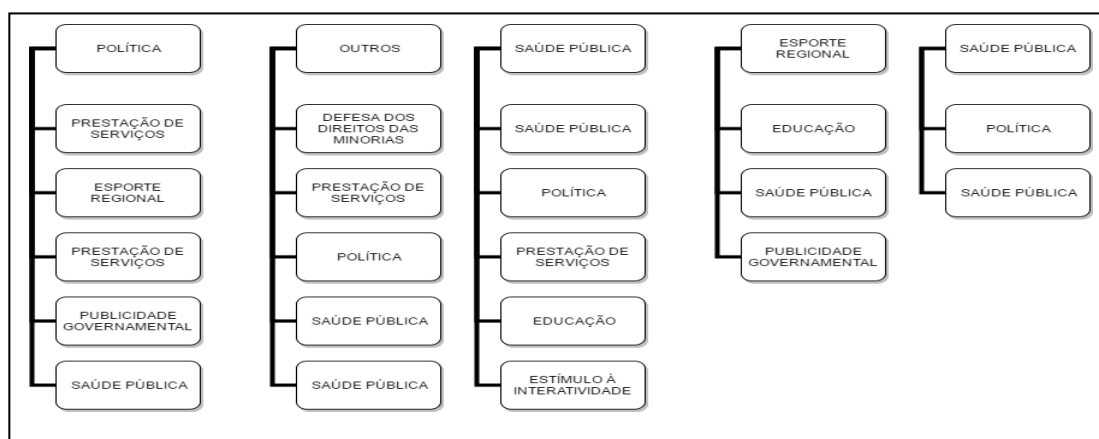


Fonte: Levantamento da autora.

### **Categoria Informativo: gênero telejornal – programa *Jornal Antares***

O programa foi exibido no dia 14 de julho de 2016, das 12h30 às 13h. De acordo com o **Quadro 1**, o *Jornal Antares* está vinculado ao gênero telejornal. Os seguintes indicadores foram apresentados aos telespectadores:

**Fluxograma 5**



Fonte: Levantamento da autora.

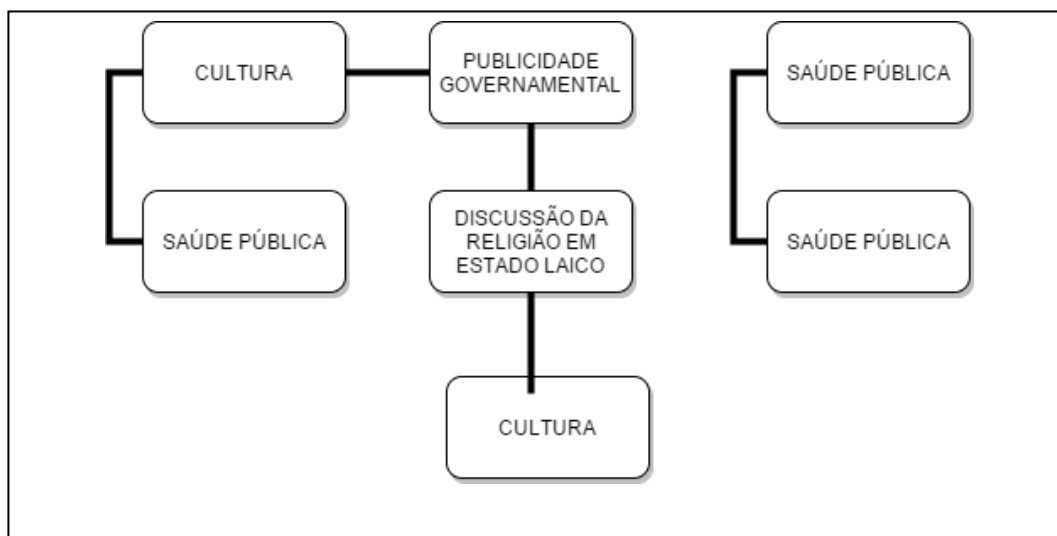
### **Categoria Entretenimento: gênero filmes – programa *Curta Antares***

O programa foi exibido em 14 de julho de 2016, das 19h30 às 20h e inclui filmes nacionais e estrangeiros, fortalecendo a parceria entre televisão e cinema. A estreia, segundo Alves (2013), foi no dia 15 de março de 2007, com a função de mostrar produções piauienses. Na época contou com a parceria da Associação Brasileira de Documentaristas do Piauí (ABD-PI), embora hoje também veicule produções de outras regiões do país.

Segundo informações divulgadas no portal do Governo do Estado, na edição de 20 de março de 2014, o programa muda de nome para *Curta Antares*, sendo considerado um novo programa, apresentado por Airton Ramos. Segundo a reportagem,<sup>48</sup> volta mais abrangente, com curtas-metragens nacionais e estrangeiros, além de entrevistas, dicas de cinema e vídeo. O programa *Curta Antares* está inserido na categoria filme, por trazer uma produção nacional na íntegra, assim como trechos de produções estrangeiras, conforme mostram os indicadores a seguir.

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/15262>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Fluxograma 6



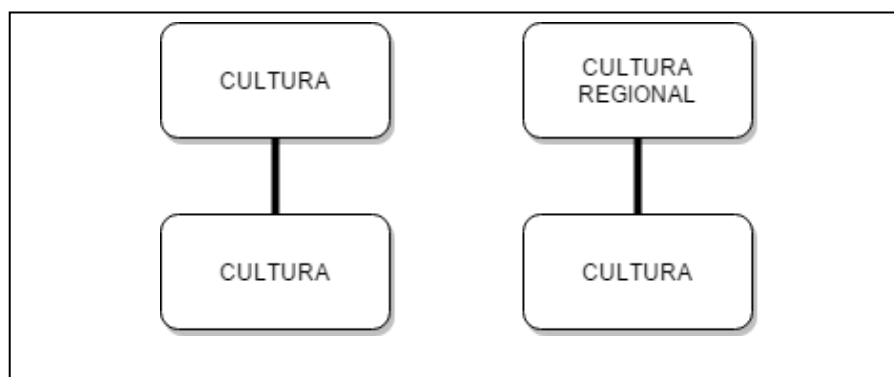
Fonte: Levantamento da autora.

### **Categoria Outros: gênero outros - programa *Interferência***

O programa foi exibido em 15 de julho de 2016, das 19h às 19h30. De acordo com o **Quadro 1**, pertence ao gênero Outros, devido, conforme Souza (2004), à aproximação com os demais gêneros, tais como filmes, musical e entrevista.

*Interferência* estreou no dia 4 de novembro de 2008. Na época, a apresentação contava com os jornalistas Airton Ramos, Henrique Douglas e Joelson Giordani, com transmissão ao vivo e veiculava dicas de música e cinema. Atualmente, o programa conta com a apresentação de Henrique Douglas e também há interação com o cinegrafista, que é mencionado como César.

Fluxograma 7



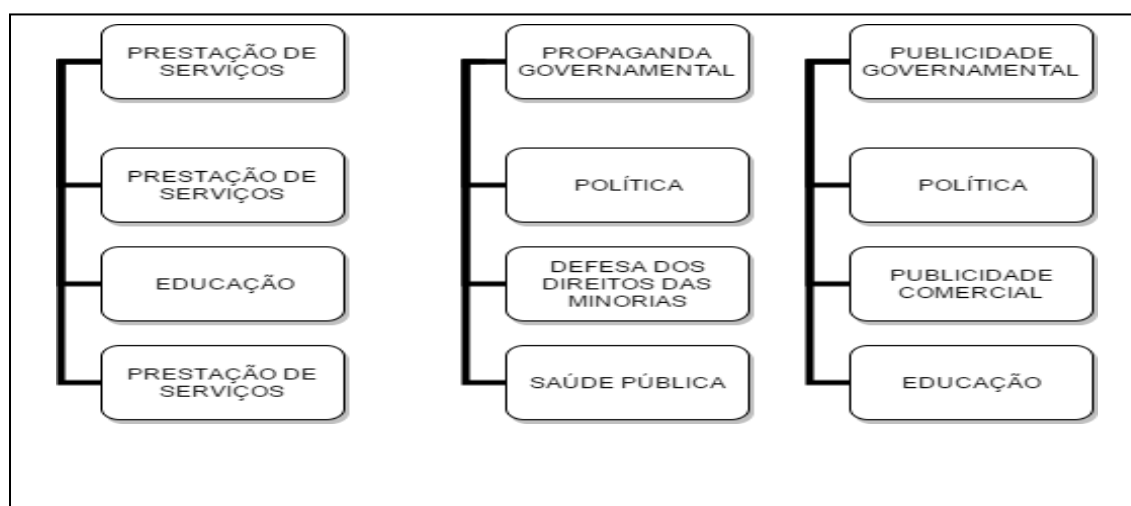
Fonte: Levantamento da autora.

### **Categoria Informação: gênero telejornal – programa *Semana Antares***

O programa foi exibido em 16 de julho de 2016, das 12h30 às 13h. Iniciou as transmissões no dia 9 de maio de 2015, segundo informação veiculada no site do Governo do Estado.<sup>49</sup>

O objetivo do *Semana Antares* é veicular os principais fatos que aconteceram ao longo da semana. Com as matérias mais relevantes, exibidas nos telejornais diários *Antares Notícia* e *Jornal Antares*.

**Fluxograma 8**



Fonte: Levantamento da autora.

#### **4.3.2 Definição de indicadores para análise**

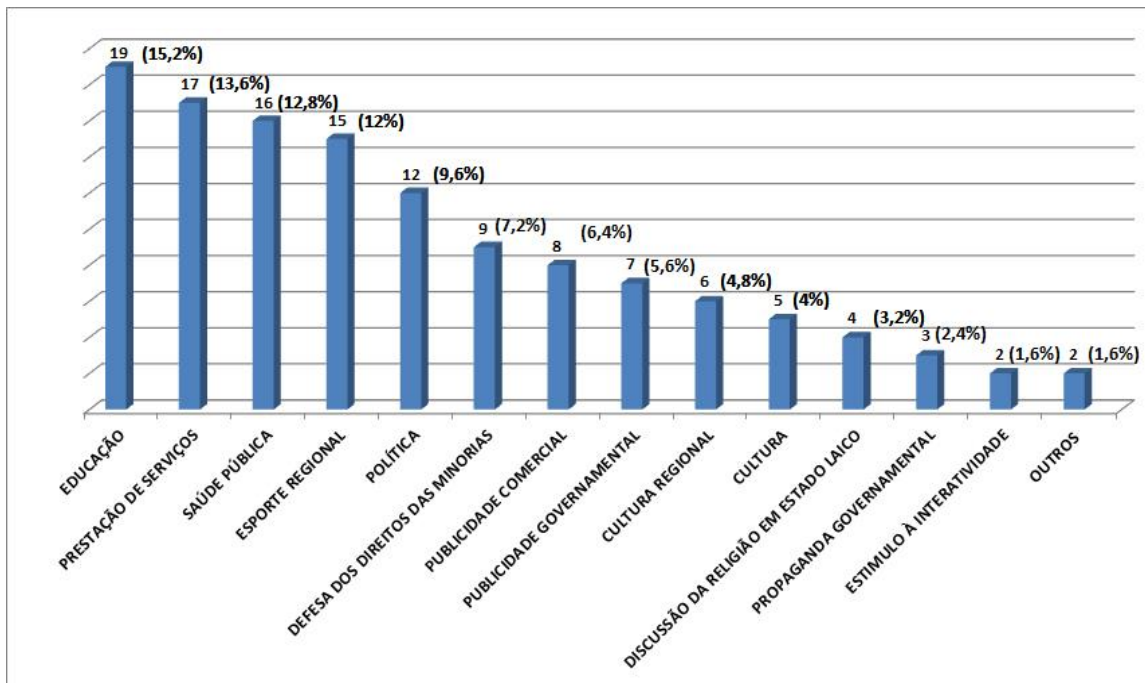
Conforme demonstrado por meio dos organogramas anteriores, após a coleta do material, foram elencados 14 (catorze) indicadores, conforme a ocorrência da temática na primeira coleta da programação televisiva. Tais indicadores estão destacados no gráfico, seguindo a ordem de incidência.

Cabe ressaltar que foram catalogados mediante acompanhamento de entrevistas, reportagens, notas e intervalos comerciais. E cada conteúdo, podem ser encontrados mais de um indicador. Essa discussão é tensionada com as contribuições teóricas que tratam da temática da mídia pública. Foram totalizados 125 conteúdos distribuídos ao longo da grade analisada.

<sup>49</sup> Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/19544>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

**Gráfico 1 - Grade transversal da programação estudada (11 a 16 de julho de 2016)**

**GRADE TV ANTARES - DIAS 11 A 16 DE JULHO - 2016**



Fonte: Pesquisa Direta.

A partir desses indicadores mapeados, foi proposta uma categorização das principais temáticas observadas ao longo da grade analisada. Esse se constituirá como o enfoque do capítulo que se segue na presente dissertação.

## 5 Uma apropriação crítica dos indicadores a partir da programação da TV Antares

Por meio da análise realizada da Grade Transversal da TV Antares, apresentada no capítulo anterior da presente dissertação, o esforço empreendido nesta quinta seção foi de categorizar os principais indicadores da televisão no contexto público brasileiro. Foram identificados 14 indicadores, os quais se buscou aqui problematizar a partir dos autores revisados, da análise realizada e das entrevistas obtidas ao longo da pesquisa.

### INDICADOR EDUCAÇÃO

A Educação teve 19 (dezenove) menções ao longo da programação analisada, com o maior percentual de aparições (15,2%). De acordo com o que está apresentado no Manual de Jornalismo da EBC, “por meio da informação, o jornalismo deve cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão” (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A, 2013, p. 23).

Durante a semana analisada, foi possível compreender como a promoção da cidadania por meio de mecanismos educacionais foi ofertada ao público da emissora. As produções vão desde a informação sobre quais as causas que fazem com que o condutor perca o direito de dirigir até a suspensão de carteiras de motorista. Este pode ser mencionado como um conteúdo cidadão, ao incluir o elemento social de Marshall (1967) no que diz respeito à segurança, necessária àqueles que guiam veículos e precisam ter responsabilidade ao conduzi-los. Isso revela uma consonância com que propõe Mazziotti (2002) ao expor a intencionalidade educativa ou conscientizadora da TV Pública.

O aspecto educativo esteve presente na oportunidade de aprendizados para as crianças nas colônias de férias, para a construção da cidadania, ao levar em consideração a tolerância nesse espaço infantil. Esse é um local bastante comum para meninas e meninos no período de férias escolares, mas, muitas vezes, pode ser visto como um local de exclusão. No caso apresentado, incluíram com sensibilidade e ensinamentos, possuindo indicadores de ação cidadã.

No programa *Interpretação*, que dedicou uma edição para discutir o projeto de lei da Escola Sem Partido,<sup>50</sup> foi realizada uma abordagem ampla sobre a medida para o cotidiano em

---

<sup>50</sup> Projeto de Lei do Senado nº 193/2016, que propõe uma “educação neutra” que elimina a discussão ideológica em sala de aula. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

sala de aula. O programa contou com a participação do sociólogo e professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Luciano Melo.

Durante os intervalos das edições, a temática esteve presente por meio de informes sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), utilizado como forma de ingresso para estudantes no Ensino Superior, em instituições públicas e privadas. Também foram veiculadas informações sobre o Programa de Mediação Tecnológica Canal da Educação, uma iniciativa da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC).

Segundo portal do programa da SEDUC, o objetivo é levar educação para os mais diversos lugares do Piauí, por meio de 300 escolas que atendem a zona urbana e rural, assim como comunidades quilombolas e presídios. A qualificação ofertada inclui a educação básica, ensino médio regular e profissional. Também são oferecidas revisões para o Enem veiculadas na TV Antares.

Dias (2017) destaca entre os aspectos relativos à programação da emissora, as aulas que são oferecidas por meio do Canal Educação, que leva a 196 municípios a oferta de cursos técnicos e aulas preparatórias para o Enem. Os conteúdos são transmitidos via satélite, sem interferir na programação da emissora. Acrescenta ainda:

Eu acredito que há ainda muita coisa para avançar e fazer. O objetivo das demais TVs é que ela não é uma TV comercial, onde a razão é o lucro. O maior lucro que nós podemos dar é: quantas oportunidades foram dadas aos artistas, quantas notícias importantes, quantas pessoas receberam orientação através da programação. Quantos estudantes tiveram acesso ao ensino superior a partir deste trabalho e que passaram a ter uma profissão a partir deste trabalho. Então ele é bem mais amplo (DIAS, 2017).

No programa *Sob Outro Olhar*, o indicador Educação foi apresentado a partir de um exemplo de estímulo à leitura e promoção da cidadania, por meio das histórias em quadrinhos. Vale ressaltar o quanto o estilo apresentado pelo quadrinista Bernardo Melo e pelo professor de filosofia Patrício Oliveira, colheu frutos com os estudantes.

Ainda no mesmo programa, pode-se destacar outra inserção, que apresentou uma jovem escritora que, muitas vezes, não encontra lugar nos grandes veículos de comunicação. Ao discutir a literatura piauiense, o programa *Sob Outro Olhar* ofereceu espaço a novos escritores, sobretudo no âmbito do Salão do Livro do Piauí (SALIPI). Foram citadas as participações do garoto Cauã com o seu 9º livro (*O Sapo Zé*); do músico e poeta Machado Júnior, com a obra *Aprendiz de Planador*; Marques Júnior com o livro infantil *Zeze, A Jaguatirica Turista*. Incluir obras voltadas para o público infantil é importante para “refletir



sobre o que é bom para as crianças é pensar na televisão de amanhã que todos nós queremos” (OTONDO, 2002, p. 295).

Também foram divulgadas obras de especialistas de diferentes áreas, como a de Larissa Prado, bióloga, com o livro *Escolhas*. Existiram, ainda, inserções das professoras da UFPI Ana Regina Rego e Valéria Silva, iniciativas que evidenciam uma tentativa de valorização das produções piauienses voltadas ao cunho educativo.

O canal irá conceber o educativo como conceito que atravessa o projeto da televisão pública, expresso em toda a programação, através de uma concepção dinâmica e integral de formação na vida diária, de competências de compreensão da realidade, e de construção ativa das novas formas de cidadania (RINCÓN, 2002, p. 347).

Compreender a educação como um preceito durante a análise reflete marcas cidadãs construídas por meio do aparato educacional oferecido ao público da emissora. Elementos essenciais para propiciar aos telespectadores uma oferta diferenciada daquela que está apresentada nos veículos comerciais.

## **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A Prestação de Serviços esteve em 17 (dezesete) menções, ou seja, 13,6% da grade verificada em julho de 2016. Nos princípios e “boas práticas” para os meios públicos na América Latina da UNESCO, Becerra e Waisbord (2015) ressaltam a importância do auxílio da convergência tecnológica, por meio da informação e entretenimento, para divulgação dos serviços públicos.

Isso pôde ser confirmado ao longo do acompanhamento televisivo, conforme está expresso nos conteúdos descritos como a reportagem sobre a retomada do serviço de emissão de carteiras de trabalho, que deixa clara a relação de prestação de serviços para a comunidade. Esse material jornalístico também pode ser relacionado ao elemento social, apresentado por Marshall (1967), vinculado, por sua vez, ao direito ao mínimo de bem-estar econômico, geralmente propiciado por um emprego. Tal fato fica perceptível na fala do entrevistado, que afirma “estar se tornando cidadão”, e que precisa legalizar tudo.

É importante destacar, ainda, a matéria sobre a Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT) e que tratou dos direitos dos trabalhadores. Foi levantada a problemática da redução de garantias do trabalhador, sobretudo ao incluir a visão do presidente da CUT, que trouxe a discussão

diante da questão política atual. Leva-se em consideração a igualdade de direitos e garantias que devem ser assegurados; nesse caso, trabalhistas. Dourado e Andres (2009).

Outro viés de matérias da TV Antares que buscam fortalecer o presente indicador está nas ações articuladas para melhorar as condições de vida de pessoas que buscam serviços públicos, tais como: a reportagem sobre a nova delegada que iria assumir a delegacia da mulher. Nesse caso, configura-se como um conteúdo cidadão de interesse público, por conta dos recorrentes índices de violência praticada contra o sexo feminino. São destacadas, ainda, medidas para conter fugas e rebeliões nas penitenciárias e orientações sobre o programa do artesanato piauiense, um projeto de lei que regulamenta a profissão de artesão.

Cabe mencionar enquanto outra vertente, a divulgação de ações desenvolvidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com orientações para a população sobre as eleições 2016 e sobre a reforma eleitoral. Essas podem ser consideradas ações cidadãs, tendo em vista a importância do processo eleitoral para o exercício democrático.

Como um último exemplo desse indicador, é possível citar a matéria sobre as mudanças no Terminal Rodoviário Lucídio Portela, em Teresina. Ao ser elencada como um conteúdo de utilidade pública, com a alteração para a concessão público-privada, ainda permanecerem muitas dúvidas por parte dos usuários do transporte coletivo.

A Prestação de Serviços à população é uma das premissas da Comunicação Pública, que deve oferecer aos telespectadores informações sobre temas de interesse coletivo, em um espaço de discussão pública para os cidadãos.

## **SAÚDE PÚBLICA**

A temática da saúde, segundo o Manual de Jornalismo da EBC (2013), está vinculada à educação e à prestação de serviços baseada na Constituição. Entre os quesitos estão: que o ser humano deve ser referência nas abordagens; a medicina preventiva; a medicina curativa, com o alerta quanto à automedicação e a práticas ilegais como o curandeirismo. Busca-se esclarecer, de uma maneira geral, que apesar das opiniões médicas, o contato entre paciente e médico é fundamental.

Ao longo da grade analisada, pode-se constatar 16 (dezesseis) menções, ou seja, (12,8%) da temática saúde pública. A primeira matéria a ser destacada trouxe uma informação de utilidade pública, tendo em vista que as pessoas que utilizam o hospital Justino Luz, em

Picos. Foi abordada a retomada do Governo do Estado da administração da unidade, até para cobrança de melhorias na prestação dos serviços.

Cabe ressaltar, ainda, a reportagem sobre o pedido do Conselho Regional de Medicina de *habeas corpus* provisórios para médicos do Hospital de Urgência de Teresina (HUT), devido a liminares para internação de pacientes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Caso o médico plantonista não cumprisse a medida, seria preso em flagrante.

Essa medida, na verdade, revela a ineficiência do serviço prestado à população, pois obriga pacientes a procurarem a justiça para conseguir atendimento hospitalar intensivo. Além disso, fere um preceito da saúde pública, expresso tanto na Constituição Federal de 1988 (art. 6º), como um direito social fundamental, quanto no art. 196 da Carta Cidadã, que reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, que deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Já a matéria sobre os malefícios da ingestão de refrigerante abordou a temática vinculada ao risco alimentar; no entanto não se diferiu dos conteúdos veiculados em emissoras comerciais. Não foi dado um aprofundamento amplo à discussão apresentada.

Nos intervalos, houve o alerta sobre a ingestão de bebidas alcoólicas e uma campanha sobre os riscos da endometriose. Foi enfatizada também a preocupação com a infestação do mosquito *Aedes Aegypti* e a transmissão das doenças Dengue, Zica e Chikungunya.

O enfoque oferecido aos temas vinculados à saúde, portanto, vão desde a garantia de atendimento prevista na Constituição de 1988 até a melhoria da qualidade de vida por meio de alimentação saudável, elementos que podem ser considerados ações cidadãs.

## **ESPORTE REGIONAL**

A cobertura esportiva apresentada na TV Antares foi incluída na categoria Esporte Regional, com 15 (quinze) aparições (12%). O Manual de Jornalismo da EBC (2013) apresenta elementos como premissas para esse tipo de cobertura, entre os quais pode-se destacar que: o esporte deve incluir outras modalidades além do futebol; não deve se limitar às práticas de alto rendimento; deve reportar iniciativas tanto de órgãos públicos quanto privados que estimulem os exercícios físicos para os cidadãos; promoção do esporte para reduzir os índices de sedentarismo; apresentar as dificuldades e esforços na formação de atletas profissionais que atuam em seleções olímpicas; discussão de questões relativas à

violência nos estádios; análises independentes sem as amarras do *marketing*; e oferecer igualdade de oportunidades a pessoas com deficiência.

No intervalo, os conteúdos cidadãos a serem mencionados, por essa dissertação, no cunho esportivo foram direcionados à transmissão da série C do campeonato brasileiro. Os jogos de times de várias regiões do país, na medida em que o Piauí não possui representantes nesse espaço do futebol brasileiro. De todo modo, não foi possível desprezar o acesso de times regionais, tampouco a importância da veiculação desses jogos, que não possuíam a visibilidade das emissoras comerciais.

Em 2013, a transmissão de Santa Cruz 2X1 Betim, jogo que definiu o último classificado para a Série B de 2014, atingiu média de 11,5 pontos, chegando a picos de 19,4 ao longo da transmissão. Enquanto isso, a TV Globo atingiu média de 8,5 com jogo da Série A. Esse é um precedente que abre discussão com relação à importância da audiência na valorização dos esportes locais: muitas vezes, esses eventos são invisibilizados pela grande mídia, que não vê lucro em torneios com times de menor porte.

Foi possível acompanhar a valorização do esporte local também nas reportagens, incluindo as que abordam o campeonato da Federação Piauiense de Tênis de Mesa e o campeonato Norte-Nordeste de atletismo. O esporte piauiense foi destaque, ainda, ao noticiar a decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJD), que decidiu pelo afastamento do presidente do Tribunal de Justiça Desportiva; em entrevista com o técnico do time do Altos; e em uma nota sobre a chegada de reforços para o jogo contra o Cuiabá. Sobre as temáticas descritas relativas ao Piauí, apesar da valorização do time do estado, não houve diferenciação de abordagem das emissoras comerciais.

O programa *Esporte Antares*, que possuiu o maior quantitativo de conteúdos na TV Antares, pode ser considerado como um espaço cidadão, ao apresentar o esporte enquanto uma forma de desenvolvimento pessoal, além de apresentar atletas que se destacam em âmbito regional, trazendo notoriedade ao Estado, que muitas vezes se encontra relegado no panorama nacional.

## **POLÍTICA**

Questões políticas foram apresentadas em 12 (doze) dos conteúdos analisados (9,6%). Para elencar essa categoria, foram incluídas as figuras que atuam no poder público. Apesar do afastamento do cargo de presidenta, Dilma Rousseff esteve presente nas produções.

Ao abordar a vinda da presidenta afastada Dilma Rousseff ao estado, a emissora cumpre um dos princípios da Comunicação Pública, que inclui informações temáticas de interesse coletivo, voltadas a uma perspectiva cidadã, tendo em vista principalmente que a notícia não encontrava espaço no aparato comercial.

No entanto, na condução de algumas coberturas, contraria o que está previsto no Manual de Jornalismo do veículo, que expressa que: “A EBC é uma empresa pública comprometida com o cidadão brasileiro e com a promoção da cidadania, não com partidos ou coalizões políticas que ocupam o poder ou fazem oposição a esses” (EBC, 2013, p. 53). Além disso, contraria o Estatuto da Fundação Antares no art. 5, que proíbe a utilização dos veículos para fins políticos.

A discussão cabe em função de que foi noticiada a entrega do título de cidadania teresinense em um ato político, que contou com a presença do governador do estado Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, o título foi proposto por um representante do mesmo partido, o vereador Gilberto Paixão.

O conteúdo político também esteve presente na entrevista do assessor do setor das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Carlos Signoreli, que é da arquidiocese de Campinas-SP, falou na sonora da reportagem sobre um evento da Arquidiocese de Teresina. Signoreli pondera que vivenciamos, atualmente, uma crise na sociedade, em que o cristianismo é chamado para refletir, e defende que estamos vivendo um golpe de estado a partir dos interesses do capital norte americano.

Já a reportagem sobre o encontro de Secretários teve um cunho estatal pelo fato de estar focada apenas em um evento com a presença do governador do estado. Por outro lado, pode ser enquadrada com “manchas de cidadania”, na medida em que incluiu a discussão sobre as pessoas que praticam a agricultura familiar. Na fala dos entrevistados, foi perceptível a preocupação da inclusão dos agricultores nas dinâmicas sociais, por meio de ações políticas para melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

No programa *Interpretação*, foram verificadas, ainda, discussões sobre o Projeto de lei nº 867/2015, de autoria do Deputado Izalci (PSDB-DF), que estabelece o “Programa Escola sem Partido”. Entre outros aspectos, a proposta era que a educação fosse pautada pela neutralidade política, ideológica e religiosa, garantindo o pluralismo de ideias e o direito dos pais de que seus filhos recebam a educação moral em acordo com suas próprias convicções. Esta temática foi elencada na categoria política, por ter a discussão pautada em âmbito político, na época Câmara dos Deputados, mas também por apreciação do Senado Federal.

Os representantes de cargos públicos também foram apresentados por meio de matéria sobre a Operação Déspota, em que 40 pessoas foram presas e sete empresas investigadas, com envolvimento do prefeito e secretário de infraestrutura de Redenção do Gurguéia, acusados de fraudes em licitações e rateio de dinheiro entre os participantes.

## **DEFESA DOS DIREITOS DAS MINORIAS**

Becerra e Waisbord (2015) sustentam que a mídia pública deve corrigir as “falhas do mercado”, ou seja, dos veículos comerciais, que não atendem ou atendem de forma insuficiente os interesses da sociedade, por priorizarem os interesses dos proprietários e regras mercadológicas de funcionamento. Portanto, os meios públicos devem estar livres dessas pressões, incluindo conteúdos diversos que abrangem os interesses também das “minorias”. Temas direcionados à Defesa dos Direitos das Minorias aparecem em 9 (nove) conteúdos descritos (7,2%).

A compreensão adotada nesta investigação para o conceito de minoria está vinculada à perspectiva sociológica, que procura mensurar não por dados quantitativos, mas por fatores que incluem o tratamento entre os subgrupos, assim como pelas relações de dominação e subordinação:

Um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, ‘maioritário’, ambos integrando uma sociedade mais ampla. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria (CHAVES; L. G. M, 1971, p. 149).

Conforme Martín-Barbero (2002), o anseio dos novos movimentos sociais e minorias, a citar como exemplos as etnias, raças, mulheres, jovens ou homossexuais, não é tanto por representação, mas para que sejam reconhecidos, ou seja, que se tornem visíveis na sociedade diante das diferenças.

Ao veicular a reportagem sobre o Lar da Esperança, uma instituição sem fins lucrativos e que presta assistência a pessoas com vírus HVI, enquadra-se a análise do que Marshall (1967) inclui ao elemento social. Afinal, ao prestar auxílio aos portadores da doença, oferece segurança ao direito de participar na sociedade. Ainda, segundo o autor, os serviços sociais estão ligados ao elemento social, caracterizado por ele como instrumento vinculado ao conceito de cidadania.

No programa *Sob Outro olhar* foram citadas a juventude, o papel da mulher na sociedade e a discriminação que ela ainda é vítima nos dias de hoje, a homofobia e a xenofobia, bem como aspectos ligados aos direitos humanos. Cabe considerar o que está exposto no art. 5 da Constituição de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...], inclui o enfoque dado aos direitos de minorias e a apresentação das diversidades culturais do país” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

É importante ressaltar Rincón (2002) quando expõe que a TV pública deve falar ao cidadão, recuperando aspectos positivos relativos à educação e ampliando a representação cidadã, social e democrática. Também foi perceptível ao longo do programa os postulados apresentados no conceito de “Cidadania Televisiva”, de Dourado (2012), no que diz respeito à temática dos direitos sociais, educacionais e morais.

O “cidadão deve pensar a sociedade como cidadania, educação, direitos humanos em oposição ao capitalismo e meio ambiente”. Uma compreensão que segue o proposto por Thomas Humphey Marshall (1967), que inclui direitos civis, políticos e sociais para o alcance dos mais diversos segmentos, entre eles os homossexuais, a mulher e os trabalhadores.

## **PUBLICIDADE**

Sobre a publicidade, a Lei nº 11.652/2008 apresenta no parágrafo VII do art. 11 a constituição de receitas da EBC, referente à publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, sendo vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços. Esse dispositivo não foi alterado com a Lei nº 13.417/2017. A garantia de financiamento deve, portanto, ser assegurada por verbas públicas. Além disso:

Há ainda outro complicador. Quando compete com os canais comerciais para conquistar anunciantes, a emissora pública normalmente o faz em condições vantajosas, uma vez que parte de seu orçamento costuma ser proveniente de aportes estatais (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p. 17).

Diante disso, não seria necessária a intervenção de verbas publicitárias, como é feito pelos veículos privados. Becerra e Waisbord (2015), de acordo com o Conselho da Comissão Europeia de Televisão Independente, as “boas práticas” do serviço público de rádio e televisão devem ter como critério estabelecido aspectos publicitários com rendimentos. “Ter

publicidade comercial limitada (um máximo de sete minutos ao longo do dia)” (BECERRA e WAISBORD, 2015, p. 18).<sup>51</sup>

Para discussão mais aprofundada da temática, esse indicador foi subdividido em Publicidade Comercial e Publicidade Governamental.

## **PUBLICIDADE COMERCIAL**

A menção Publicidade Comercial teve 8 (oito) registros (6,4%). Os exemplos que foram veiculados aparecem em formatos semelhantes aos que são apresentados nos veículos comerciais. A maior circulação desses conteúdos foi registrada nos intervalos, com um comercial em destaque. Trata-se da Casa das Cortinas, uma loja que tem sede em Teresina, especializada em artigos como cortinas e persianas.

O *merchandising* é outro tipo de publicidade presente na grade. No programa *Sob Outro Olhar*, a apresentadora Norma Soely menciona o salão onde fez o cabelo e maquiagem, a loja do figurino que está vestindo na apresentação e pronuncia o nome do *shopping Riverside*. Outro exemplo está presente no programa *Interpretação*, em que há referência à loja que veste o apresentador Sérgio Fontenelle.

## **PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL**

A ocorrência deste tipo de anúncio ao longo da programação foi de 7 (sete) menções (5,6%). Estiveram relacionadas ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis 2016), que é uma forma de quitação de débitos com o Estado, para dívidas do ICMS, IPVA, ITCMD e taxas do DETRAN, com descontos para pagamento à vista e parcelamento da dívida. Os anúncios foram da Secretária da Fazenda, DETRAN e Governo do Estado.

O outro informe foi da Lotoshow, a loteria do estado, que pode ser acompanhada pelo site [www.lotoshow.com](http://www.lotoshow.com). Foi uma ação desenvolvida pelo Piauí Loterias, ligado ao Governo do Estado do Piauí, por meio da Secretaria da Fazenda, com o objetivo de permitir o desenvolvimento socioeconômico do Estado, por meio da exploração de jogos lotéricos, conforme Lei Estadual 1.825 de 1959.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> *Tener publicidad comercial limitada (un máximo de siete minutos a lo largo del día).*

<sup>52</sup> Segundo informações do Portal Piauí Loterias. Disponível em: <<http://www.piauiloterias.pi.gov.br/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 10 jan. 2017.



## CULTURA

As informações culturais foram divididas em Cultura e Cultura Regional. Essa decisão está relacionada à discussão sobre qual seria o grau de difusão regional presente nos conteúdos das produções locais. Bolaño (2013) apresenta como características marcantes do desenvolvimento latino-americano e brasileiro, o caráter imitativo do nosso desenvolvimento, a incorporação do progresso técnico via consumo das elites, sem modificar os processos produtivos internos visando satisfazer às necessidades das grandes massas da população nacional (BOLAÑO, 2013, p. 130).

Prossegue essa caracterização ao apontar o sentido, trazido por Furtado, por meio do conceito de dependência cultural, no qual:

uma vez instalada, tende a perpetuar-se porque está inscrita na tecnologia e no conjunto de processos econômicos e sociais, nos estilos de vida e nos padrões de cultura impostos pelas necessidades dos processos de acumulação de capital e de dominação (BOLAÑO, 2013, p. 130).

Furtado (1978), na obra *Criatividade e dependência*, aborda a ruptura no plano da racionalidade: “ocorre quando um agente está capacitado para modificar o meio em que atua apresentando no seu comportamento um volitivo criador de novo contexto” (Furtado, 1978, p. 17). O campo, desse modo, é ampliado e a racionalidade exige uma visão mais ampla da realidade. A criatividade aplica-se como um agente que impõe a própria vontade, de maneira consciente ou inconsciente, aos que estão relacionados aos interesses resultantes das decisões tomadas.

Nesse sentido, existe um elemento de poder implícito na criatividade. Há também os agentes, ou grupos de agentes privilegiados, que têm a capacidade de modificar os contextos nos quais atuam ou impedem que seja modificado em confronto com os interesses vigentes. Ainda segundo Furtado (1978, p. 17), o “poder econômico tem em comum com o poder político essa faculdade de impor a uma coletividade a visão globalizadora, sem a qual não seria possível falar de racionalidade macrossocial”.

Essa é justamente a perspectiva de Bolaño (2015b, p. 576) ao apresentar a ideia de desenvolvimento sustentável como uma condição essencial que compreende que “o objetivo da política cultural é garantir essa autonomia, o que passa pela preservação das condições de criatividade, da diversidade da cultura popular, da democratização das condições de produção e acesso”. Assim, a cultura não está baseada em uma compreensão de negócio ou instrumento de emprego e renda; e sim em um elemento, que é estruturante das políticas nacionais de

desenvolvimento. Importante alertar que não devem ser descartados aspectos de ordem econômica encontrados nas dimensões de produção, distribuição e consumo dos bens culturais, mas compreendê-los e articulá-los em níveis específicos, bem como incluir:

o fato inquestionável – encoberto pelo véu economicista, em nome de uma liberdade abstrata em benefício da minoria dos magnatas monopolizadores de um direito que deveria ser universal – da subordinação da microeconomia das indústrias culturais e da comunicação à sua função macro relacionada à construção da hegemonia (BOLAÑO, 2015b, p. 576).

Diante das questões apresentadas serão abordados os principais conteúdos presentes nas referidas categorias, elencadas a seguir:

## **CULTURA REGIONAL**

A cultura regional foi abordada em 6 (seis) conteúdos (4,8%). O local foi valorizado por meio da participação do grupo de artistas do Piauí, que encontram no programa *Interferência* um espaço para difundir o trabalho. O festival Chapadão, o Festival de Música da Chapada do Corisco, é uma ação desenvolvida pela Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves (FMCMC). O evento completou, em 2016, 22 anos e tem como objetivo estimular novos talentos da capital piauiense, além de propiciar um intercâmbio entre os iniciantes e participantes com mais experiência. Esse festival foi também citado pela apresentadora do *Sob Outro Olhar*. Pode-se considerar que existem “manchas cidadãs”, na medida em que disponibiliza espaço para as manifestações de artistas piauienses e brasileiros, apresentando conteúdos que marcam a realidade desses locais por meio da musicalidade.

No programa *Sob Outro Olhar*, o quadro *Olho no Olho* expôs a valorização do espaço local, ao serem apresentados os conteúdos pesquisados e desenvolvidos por escritores e pesquisadores do Piauí, e ao incluir a temática rural, pouco discutida nos veículos de comunicação. Já o quadro *Meu Olhar Cultural* traz o músico David Scooby, que é baiano. De todo modo, pode ser enfatizada a valorização do espaço regional, tendo em vista que é nordestino, além de desenvolver trabalhos em parceria com artistas do Piauí.

No último bloco do programa *Sob outro olhar*, também foi apresentada a valorização do espaço regional, ao incluir entrevista com dois escritores que procuram apresentar o Piauí por meio das suas obras. Esses são fatores que contribuem para a valorização do espaço local, conforme Perruzzo (2005).

## CULTURA

A Cultura esteve presente em 5 (cinco) menções (4% ) dos conteúdos veiculados na grade analisada. O programa *Interferência*, apesar de defender a proposta de valorizar o regional, apresenta influências estrangeiras desde a vinheta de abertura. Entre os exemplos, está o símbolo da banda de rock inglesa *Rolling Stones*, criada em Londres no ano de 1962. O Grupo é considerado um dos mais bem sucedidos no segmento musical.

Em outras palavras: embora insira a bandeira do Piauí, o programa dedica um espaço reduzido à valorização do espaço local. Tanto que os dois clipes exibidos foram de artistas não piauienses: o primeiro do músico Esteban, um gaúcho que menciona unir a música gaúcha com rock inglês (uma mistura de pop americano com MPB); o segundo da banda Lítera, que também representa o sul do Brasil.

Ainda no programa *Interferência* foram apresentados trechos de filmes. São eles: *Memórias Secretas (Remember)*, cuja produção foi no Canadá; e *Águas Rasas (The Shallows)* e *O homem das trevas (Don't Breathe)*, produzidos nos Estados Unidos. Nesses exemplos, pode-se compreender a forte influência dos produtores estrangeiros em detrimento dos regionais.

No programa *Curta Antares* foi apresentado *Tarantino's Mind*, um filme curta-metragem brasileiro produzido em 2006, estrelado por Seu Jorge e Selton Mello. A direção e o roteiro foram feitos de forma coletiva da 300 ML e a produção pela Republika Filmes, que é brasileira. Esteve entre os dez filmes internacionais mais votados pelo público na 18ª edição do Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo. A produção apresenta dois amigos que se encontram em um bar para falar sobre uma teoria de ligações entre os personagens dos filmes do diretor norte-americano Quentin Tarantino.

A produção cinematográfica atende ao que está expresso no artigo 221 da Constituição de 1988, conforme asseverou Mattos (2002): “estimular a produção independente, visando a promoção da cultura nacional e regional” (MATTOS, 2002, p. 118). Apesar de abordar um cineasta americano, o filme teve sua produção desenvolvida no Brasil.

Foram exibidas, ainda, as produções cinematográficas de Joel e Ethan Coen. Os irmãos Coen são norte-americanos. Ao incluir os filmes no programa local, a emissora pública distorce, mais uma vez, a valorização de itens nacionais e regionais.

Dada a reconstrução do sistema capitalista, após a segunda guerra mundial, Bolaño (2015a) aborda o quanto a hegemonia norte-americana consegue, por meio do que está

definido por ele como “americanização do planeta”, definir os padrões de consumo, estilos de vida e comportamentos, além de manter uma dependência cultural pelos países periféricos. Pois, apesar da divisão internacional do trabalho, a dependência está presente, o que pode ser percebido nos produtos finais, em virtude do caráter imitativo em função do estilo de desenvolvimento.

As realidades regionais estampadas, em âmbito cinematográfico, não foram verificadas ao longo dos conteúdos oferecidos ao público. Deixam de ser criadas, dessa forma, oportunidades para que o cinema piauiense ganhe notoriedade por meio da TV Antares.

## **DISCUSSÃO DA RELIGIÃO EM ESTADO LAICO**

Traçar a questão religiosa na emissora pública é uma questão importante, visto que deve ser incluída nos seus conteúdos a pluralidade de religiões que existem no Brasil. Esse indicador esteve inserido, durante a análise, em 4 (quatro) conteúdos (3,2%). Foi perceptível que há uma preocupação ao inserir essa vertente temática.

Prova disso é que o assunto foi mencionado pelo entrevistado do Programa *Interpretação* ao discutir o princípio laico da educação como um mecanismo previsto da lei e considerado por ele da cidadania. O mesmo programa abordou a retirada de discussões ideológicas que também estão inseridas na compreensão da religião, mas que seriam proibidos devido à implantação do Programa Escola sem Partido.

Importante considerar que o artigo 210 da Constituição Federal prevê que o ensino religioso seja oferecido em caráter facultativo nas escolas públicas. Já no artigo 19, ainda da Carta Magna, está vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”. Quanto a essa vedação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (nº 9.394/ 1996) no artigo 33 prevê que o ensino religioso será oferecido, assegurando o “respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”.

Na reportagem sobre o sétimo Nordeste das CEB’S (Comunidades Eclesiais de Base), sediado pela Arquidiocese de Teresina, é aberto espaço para divulgação de um evento da igreja católica. Não foram encontradas mais marcas ligadas a outras crenças seguidas por

piauienses, fator que deveria estar presente nas produções veiculadas nas emissoras de Comunicação Pública.

No entanto, é oferecido um âmbito para discussão da situação ideológica contida por meio da religiosidade, que não foi restrita a um tipo de credo. De acordo com Dourado (2012), os sinais podem estar em conteúdos variados, desde vinhetas, frases, imagens, diálogos, até editoriais, cenas, ou participações populares em programas.

## **PROPAGANDA GOVERNAMENTAL**

Para mensurar os conteúdos vinculados à categoria Propaganda Governamental, foram verificadas produções em que a figura do detentor do cargo público ou uma ação do governo tenha sido apresentada com destaque. Isso foi constatado em 3 (três) menções (2,4%).

Primeiramente em uma reportagem sobre o novo sistema desenvolvido pela Secretaria da Fazenda. Considera-se que isso se constitui como uma propaganda governamental, pois busca reforçar o novo sistema como um dos melhores do país, sem levar em consideração a importância de explicar os impactos na vida dos usuários. Uma matéria bastante superficial, sem uma discussão ampla.

A segunda matéria a ser destacada foi sobre a vinda da Presidenta Dilma Rousseff à Teresina: uma forma de estampar com grande notoriedade a sua figura política. Além disso, foi dado enfoque à visita presidencial com o intuito de receber o título de cidadã piauiense, bem como a parceria e apoio do governador Wellington Dias.

Esses exemplos expõem a quebra de uma das características importantes das emissoras de cunho público que é a independência. Afinal, o recomendado seria desvincular as informações com vinculações políticas na forma de uma propaganda, com uma exacerbação das relações e resultados das ações.

Em entrevista ao jornalista Paulo Acrísio no programa Cidadania exibido na TV Senado, o pesquisador Murilo César Ramos afirma que no período do *impeachment* ocorreram excessos durante as coberturas televisivas da TV Brasil. De acordo com o estudioso, a polarização que se estabeleceu no país, tanto nas TVs comerciais, quanto nas públicas propiciou que os fatos ocorressem. No caso das emissoras públicas, apresentou o descontentamento diante das coberturas que foram veiculadas na EBC.

## ESTÍMULO À INTERATIVIDADE

O estímulo à participação ativa deve ser um fator norteador das dinâmicas comunicacionais implantadas pela emissora. Conforme Duarte (2009), a Comunicação Pública coloca o cidadão como elemento central no processo, levando em consideração a importância do diálogo e do respeito às características e necessidades do público.

O estímulo à interatividade é um mecanismo de grande valor, tendo em vista a tecnologia que permeia as atividades do cotidiano de grande parcela da população. Com 2 (duas) menções (1,6%), os telespectadores foram convidados a interagir por meio dos canais disponíveis.

Uma das menções foi convocada por uma jovem escritora entrevistada no programa *Sob outro olhar*, que fala de sua página com conteúdos no *Facebook*. O outro conteúdo trata-se da divulgação por meio do apresentador do *Jornal Antares* sobre as formas de entrar em contato com a emissora. São divulgados o e-mail [tvantares@antares.pi.gov.br](mailto:tvantares@antares.pi.gov.br), os telefones para contato, além do *WhatsApp*. Por último, a página da emissora no *Facebook*: [www.facebook.com/tvantarespi](http://www.facebook.com/tvantarespi).

## OUTROS

Para incluir os conteúdos que não estivessem presentes nas demais categorias estabelecidas foi traçado um último indicador denominado Outros, que teve 2 (duas) menções (1,6%). A primeira reportagem foi relacionada à prisão de três estudantes, em Colônia do Gurgueia, com meio quilo de maconha. Os jovens estavam indo para um congresso no município de Bom Jesus.

A segunda matéria aborda os problemas referentes ao sistema penitenciário do Piauí, com destaque para as falhas que têm ocorrido em âmbito piauiense. Devem ser considerados dois pontos sobre essa reportagem: o interesse coletivo sobre as providências tomadas pelo Estado e o direito de acesso à justiça para os apenados, entrando, portanto, em consonância com o que defende Marshall (1967).

**6 Uma análise comparada: a compreensão da TV Antares na configuração atual da Comunicação Pública no Brasil**

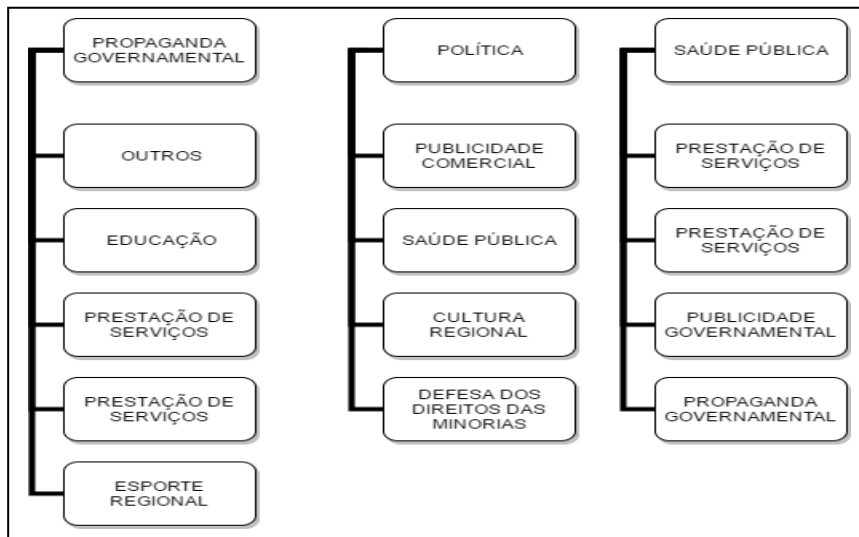
A programação da TV Antares foi analisada novamente, no período de 16 a 21 de janeiro de 2017. A metodologia adotou os mesmos parâmetros da primeira amostra, conforme descrição apresentada na pesquisa. A nova coleta teve por objetivo realizar um estudo comparativo da programação, conforme amplamente discutido nos capítulos teóricos da presente dissertação. Pretendeu-se, ainda, compreender se houve alguma modificação nas abordagens veiculadas ao público pela emissora.

**6.1 Análise da Grade Transversal 16 a 21 de janeiro de 2017**

**Categoria Informativo: gênero telejornal – programa *Jornal Antares***

Programa exibido no dia 16 de janeiro de 2016, das 12h 30min às 13h. Os principais indicadores encontrados durante a veiculação do *Jornal Antares* encontram-se listados no fluxograma a seguir:

**Fluxograma 9**

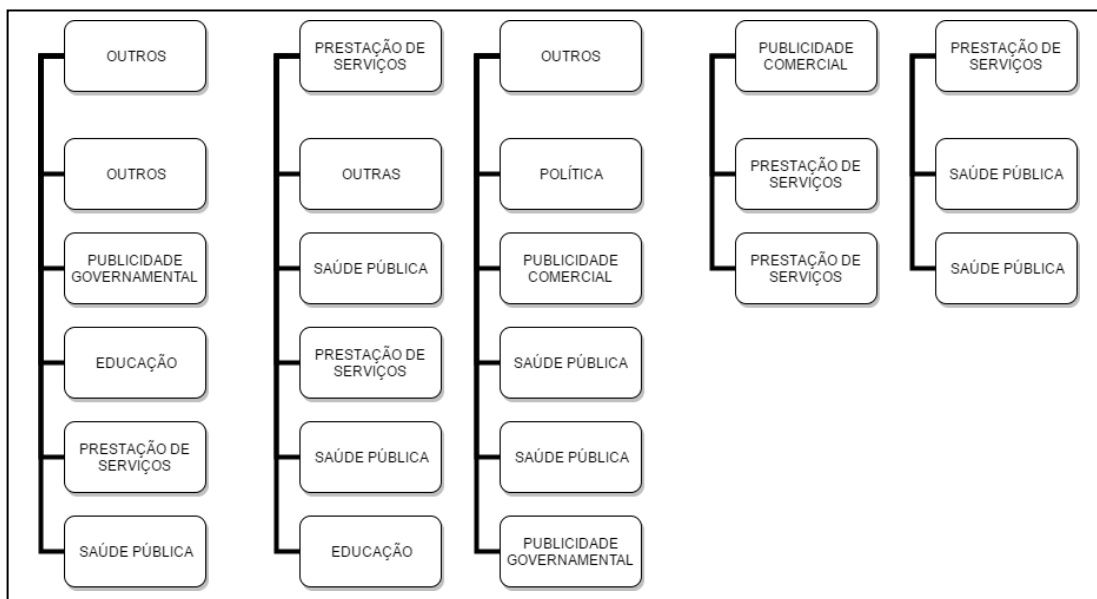


Fonte: Levantamento da autora.

**Categoria Informação: gênero telejornal – programa *Antares Notícia***

Durante a veiculação do *Antares Notícia*, no dia 17 de janeiro de 2017, das 18h15 às 18h45, os seguintes indicadores foram exibidos ao público:

Fluxograma 10

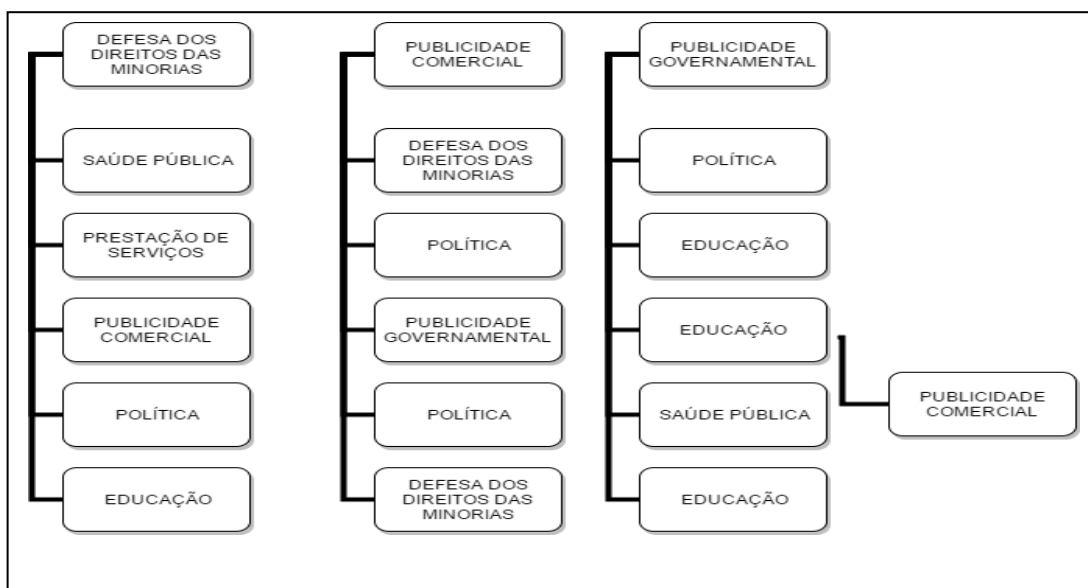


Fonte: Levantamento da autora.

### Categoria Informação: gênero entrevista- programa *Interpretação*

O Programa *Interpretação*, base dessa análise, foi veiculado no dia 18 de janeiro de 2017, com transmissão de 16h30 às 17h.

Fluxograma 11



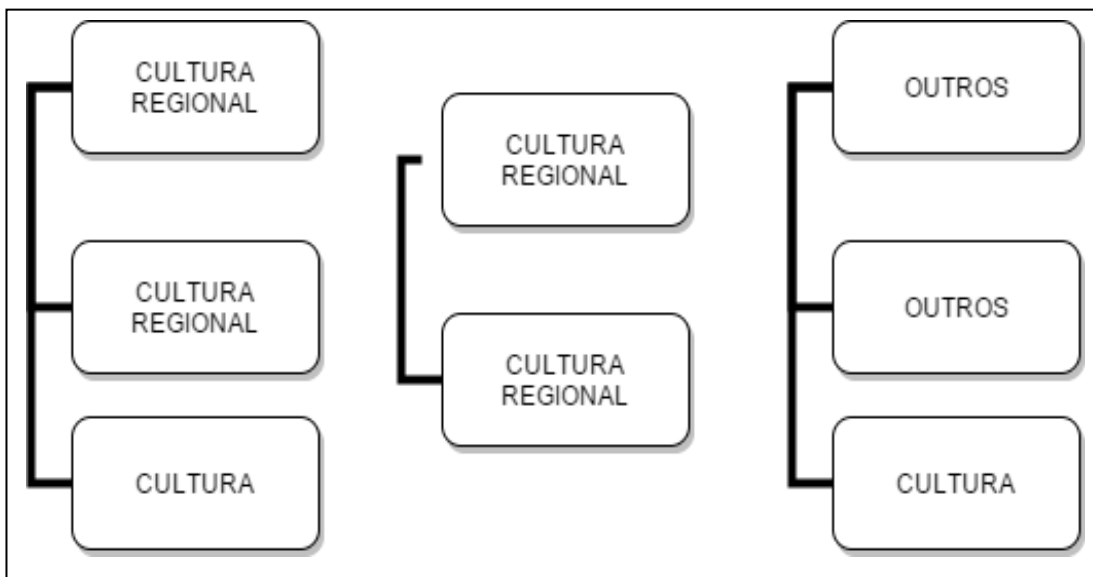
Fonte: Levantamento da autora.



### **Categoria Outros: gênero outros – programa *Interferência***

Programa exibido em 20 de janeiro de 2017, de 17h30 às 17h55. Os seguintes indicadores nortearam o programa.

**Fluxograma 12**



Fonte: Levantamento da autora.

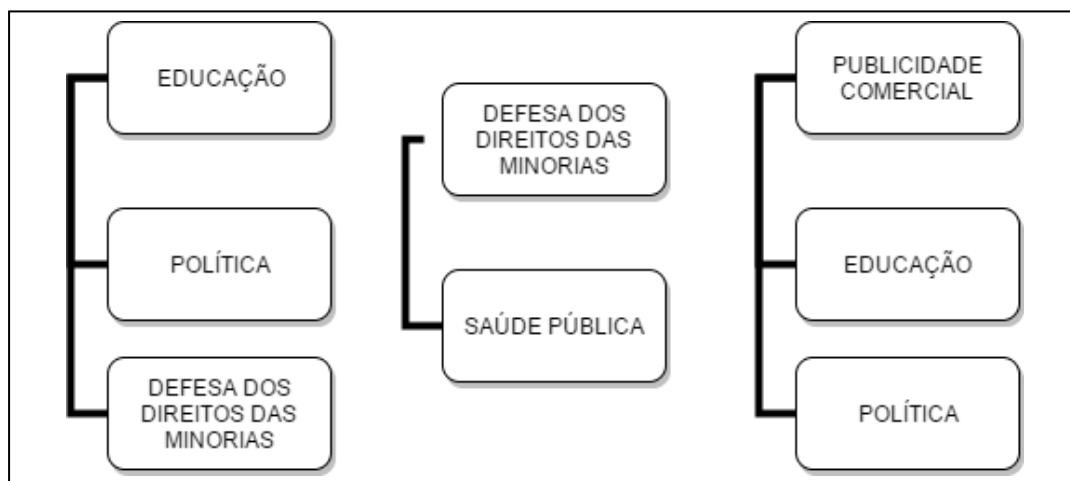
### **Categoria Educação: gênero Instrutivo – programa +Comradio**

O programa foi veiculado no dia 18 de janeiro de 2017, das 13h às 13h35min. De acordo com o **Quadro 1**, está vinculado ao gênero instrutivo. Segundo Souza (2004), esse tipo de programa vai além da instrução voltada para a formação profissional, podendo “levar o telespectador a aumentar seus conhecimentos sobre determinado assunto, sem a pretensão ou o compromisso de obter qualificação em exames ou provas, compreendendo um objetivo mais nobre de entretenimento educativo” (SOUZA, 2004, p. 154).

O histórico do +Comradio não está evidenciado no portal da Fundação Antares (<http://fundacaoantares.pi.gov.br/>) ou no site da Escola Comradio (<http://escola.comradio.com.br/>). Importante considerar que a divulgação da veiculação do conteúdo só ocorre pela TV Antares, após a reformulação do site e com o anúncio dos horários da programação.

No entanto, a parceria entre o Instituto Comradio do Brasil e Fundação Antares está firmada desde julho de 2013,<sup>53</sup> por meio do Projeto Jovens Radialistas do Semiárido, que é desenvolvido pelo Instituto Comradio do Brasil e conta com apoio da Petrobras e da Ong suíça Brücke Le Pont.

**Fluxograma 13**



Fonte: Levantamento da autora.

### **Categoria Outros: gênero outros – programa *Fique por dentro***

A exibição do programa analisado ocorreu no dia 17 de janeiro de 2017, das 13h às 13h04min. O *Fique por dentro*, de acordo com o **Quadro 1**, pode ser relacionado ao gênero outros. Para Souza (2004), a inclusão nessa categoria e gênero deve estar relacionada a características que não podem ser incluídas apenas nas avaliações apresentadas.

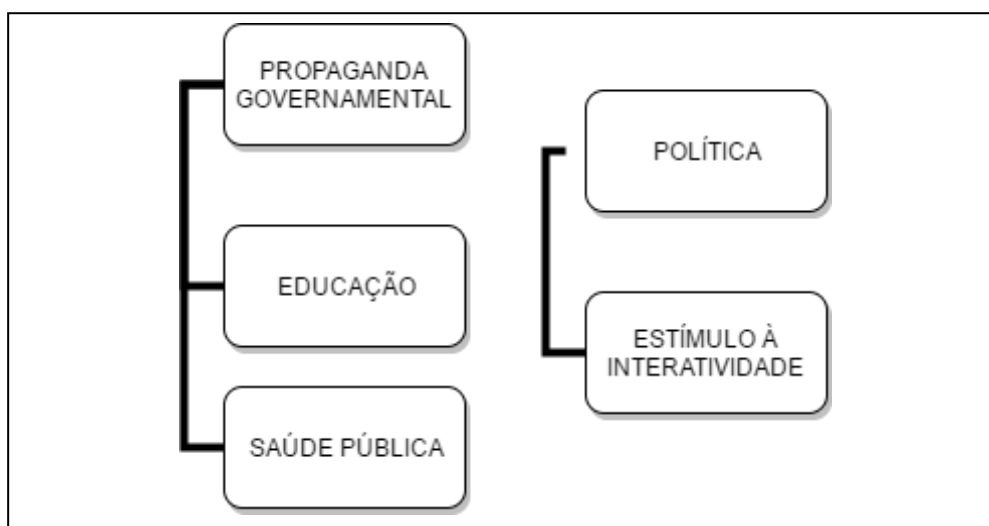
Existem traços da categoria publicidade, com nuances dos gêneros filme comercial e político. O conteúdo tem a duração de aproximadamente quatro minutos e apresenta ações do governo, inclusive com a participação do secretário de Justiça do Estado e do governador do Estado, Wellington Dias. Possui o brasão do governo no lado inferior esquerdo durante toda exibição.

Sobre o programa, não há no portal da emissora nenhuma informação sobre seu histórico. O referido conteúdo foi divulgado também no Canal do *Youtube* do Governo do

<sup>53</sup> Projeto Jovens Radialistas firma parceria com Fundação Antares. Disponível em: <<http://semiarido.comradio.com.br/blog/projeto-jovens-radialistas-firma-parceria-com-fundacao-antares-1134.html>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

Estado do Piauí,<sup>54</sup> com a seguinte frase “Fique por dentro das ações do Governo do Estado do Piauí”. O programa analisado se encontra listado entre os vídeos.<sup>55</sup> Confira os principais indicadores encontrados no conteúdo:

**Fluxograma 14**



Fonte: Levantamento da autora.

Algumas considerações, porém, precisam ser realizadas. Durante a coleta, em janeiro de 2017, alguns programas não foram veiculados. Não foi feita a divulgação adequada dos horários de exibição das produções, com conflito de horário entre a grade veiculada na página do *Facebook* e no portal da emissora. Também houve divergência no horário real da divulgação.

Na *fanpage*, o *Jornal Antares* seria veiculado às 11h50; já no site, 12h. No entanto ele só foi exibido às 12h30m, após o *Repórter Brasil – TV Brasil*, que tem início ao meio dia. O *Esporte Antares* foi apresentado às 11h30, mas o programa encontrava-se em recesso com a abordagem feita durante o *Jornal Antares*, por meio da participação do apresentador Jota Araújo como comentarista esportivo. Não foi registrado no site ou no *Facebook* menções quanto ao recesso.

Outro conflito foi registrado quanto ao *Fique por Dentro*, que foi apresentado às 13h, não às 11h55min (conforme site) ou 11h45min (de acordo com a página na rede social).

<sup>54</sup> Governo do Estado. Disponível em [https://www.youtube.com/channel/UCUvn6mz9Su40\\_xqyZjK5Onw](https://www.youtube.com/channel/UCUvn6mz9Su40_xqyZjK5Onw). Acesso em: 23 jan. 2017.

<sup>55</sup> *Fique por Dentro*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5SI\\_rZRedVw](https://www.youtube.com/watch?v=5SI_rZRedVw). Acesso em: 23 jan. 2017.

No programa *Interpretação*, o horário de exibição foi 16h30min, em conformidade ao anúncio no *Facebook*. No entanto, no site, a informação é de que seria às 15h30. Mesmo fato que ocorreu com o *Interferência*. Na rede social foi informado que seria exibido às 17h30, conforme aconteceu. No entanto, o portal veicula que seria às 18h.

**Figura 4: Programa Interferência**



Reprodução *Facebook*: Fundação Antares.

O *Fique por dentro* é anunciado pelos dois meios de divulgação com a apresentação às 11h55. Mas os telespectadores acompanharam a produção às 13h, no dia 17 de janeiro de 2017, conforme diagnóstico da investigação.

O *Sob Outro olhar*, apesar de informação na página do programa e da Fundação Antares, não teve exibição. No horário anunciado, às 14h, a emissora veiculava conteúdos da programação infantil da TV Brasil. O mesmo ocorreu até às 15h, que no site da Fundação seria o horário de início da programação, mas o que aparece para o público é o programa *Sem Censura*, com apresentação de Vera Barroso, que segue até às 16h30. No sábado, dia 21 de janeiro, ocorreria a reprise ao meio dia. Contudo, o canal 2 encontrava-se fora do ar.

Figura 5



Reprodução Facebook: Sob Outro Olhar e Fundação Antares (dia 17 de janeiro de 2017).

Quanto ao *Curta Antares*, a escala prevista para apresentação na *fanpage* da Fundação seria às 17h30; já o portal sinaliza para as 18h. Mas, no dia 19 de janeiro de 2017, o que entrou no ar às 17h30 foi o *Antares Notícia*. Segundo o apresentador Murilo Lucena, o telejornal foi exibido mais cedo por causa de um evento transmitido pela TV Brasil. Após o noticiário, foi veiculado o jogo Funvic Taubaté contra o Vôlei Brasil Kirin, partida que valia vaga para a final da Copa Brasil de Vôlei.

Figura 6



Reprodução Facebook: Fundação Antares (dia 19 de janeiro de 2017).

No sábado, seriam rerepresentados o *Curta Antares*, o *Sob Outro Olhar* e veiculado o programa *Semana Antares*, mas a TV Antares ficou fora do ar, das 10h30 até às 14h48. Nesse momento já estava iniciada a final da Copa Banco do Brasil de vôlei, com a vitória do Funvic Taubaté que venceu o Sesi-SP por 3 sets a 0.

Figura 7: Reprises



Reprodução *Facebook*: Fundação Antares.

Outra observação que merece destaque é quanto ao *Interpretação*. Pela terceira vez, o público acompanhou o mesmo programa, realizado no mês de novembro, em decorrência às celebrações alusivas ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, instituído oficialmente pela lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. Conforme postagens na página do *Facebook* da Fundação Antares, pode ser constatado que houve essa rerepresentação.

Figura 8



Reprodução *Facebook*: Fundação Antares (dias 23 e 28 de novembro/2016).

Em janeiro, também foi veiculado o anúncio do programa, no qual consta o mesmo conteúdo já abordado com a participação da pesquisadora Andréia Marreiro, inclusive com o uso da mesma foto no anúncio.

**Figura 9**



Reprodução *Facebook*: Fundação Antares (dia 18 de janeiro/2017).

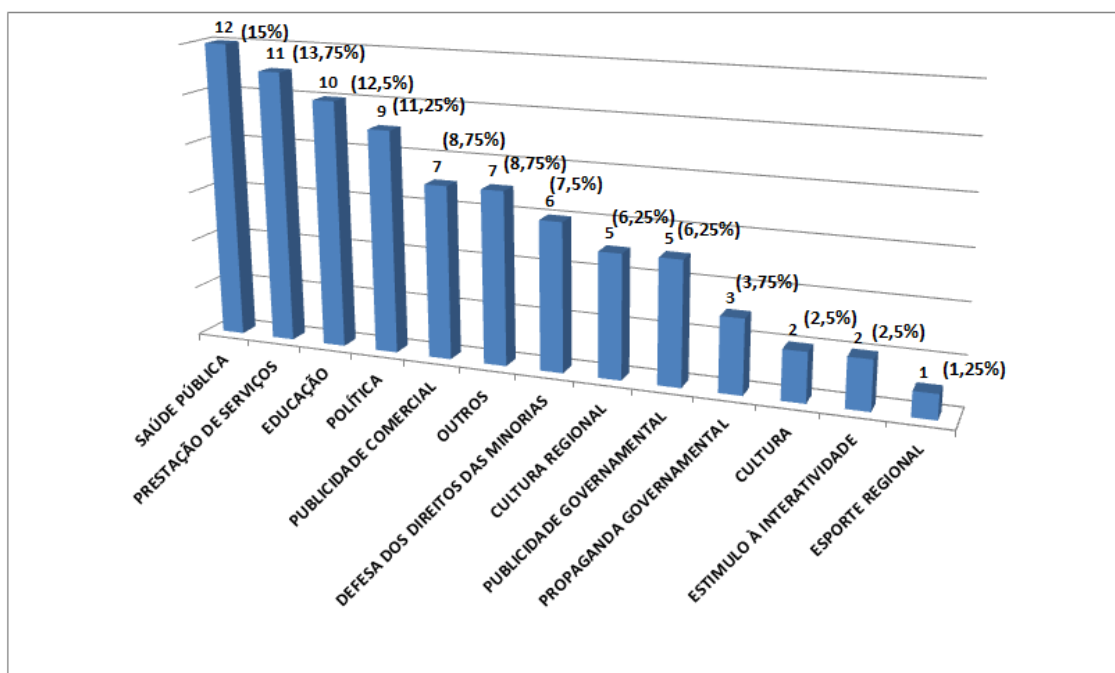
### **Indicadores analisados em Janeiro/2017**

Com a análise da grande transversal realizada no mês de janeiro foram totalizados 80 indicadores, conforme diagrama exposto anteriormente. Os principais índices foram divididos de acordo com cada programa exibido durante a semana estudada na investigação.

Não foi catalogada nenhuma referência quanto à Discussão da religião em estado laico durante a segunda coleta dos produtos televisivos apresentados ao público pela TV Antares, por meio do Canal 2.

Serão apresentados os conteúdos conforme os indicadores estabelecidos na análise da programação da emissora. Optou-se por incluir os dois novos programas, apesar de não estarem presentes na primeira coleta. Afinal, um dos objetivos principais desse último capítulo da dissertação foi justamente verificar as mudanças diante do panorama atual da TV Antares, enquanto um meio de comunicação público.

**Gráfico 2 - Grade transversal da programação estudada (16 a 21 de janeiro de 2017)**  
**GRADE TV ANTARES – DIAS 16 A 21 DE JANEIRO – 2017**



Fonte: Pesquisa direta.

## INDICADOR SAÚDE PÚBLICA

A temática voltada à saúde pública esteve presente em 12 (doze) conteúdos (15%) dos programas analisados. No *Jornal Antares*, foi veiculada a autorização da reforma do Hospital Estadual Nossa Senhora do Livramento no município de José de Freitas, bem como a ação da Fazenda da Paz, que atende jovens em tratamento contra as drogas. Duas produções realizadas pela TV Picos foram utilizadas no *Antares Notícia*. O primeiro conteúdo alerta para a importância da vacinação contra o HPV para meninos a partir dos 12 anos de idade. A segunda a pauta foi direcionada para a relevância de uma alimentação saudável, com o uso da mandioca na dieta.

Uma entrevista no *Antares Notícia* abordou a importância de que as pessoas estejam atentas aos sintomas da Hanseníase e as ações que têm sido tomadas em Teresina pela Secretária de Saúde do Estado em parceria com o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MOHAN). No programa *Interpretação*, foi revelada a preocupação com a redução de investimentos para a saúde, em virtude da PEC dos gastos.<sup>56</sup>

<sup>56</sup> A PEC 241 foi anunciada pelo presidente Michel Temer. No Senado tramitou como a PEC 55/2016. Tem como objetivo criar um teto para que as despesas cresçam menos que a inflação, a saúde terá 15% da receita



No +*Comradio*, a palestrante enfatizou o quanto o Brasil é campeão na mortalidade materna, inclusive pela falta de investimentos na saúde devido à corrupção. Durante o *Fique por Dentro*, a engenheira civil Socorro Seabra fala sobre os investimentos que serão feitos nas penitenciárias que estão sendo construídas, de forma a incluir setores para tratamento de dependentes químicos, além da assistência médica e odontológica.

Em nota, o apresentador do *Antares Notícia* informou sobre uma central de regulação de consultas que será disponibilizada para os usuários. A iniciativa será por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nos intervalos, o indicador da saúde pública foi abordado em um anúncio que conscientiza sobre os perigos da dengue; em um alerta para o tratamento gratuito da Hanseníase; e uma divulgação das ações voltadas pelo governo para o setor.

## **INDICADOR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Foram 11(onze) as alusões (13,75%) direcionadas à prestação de serviços. Os telespectadores receberam ao longo da programação orientações para as inscrições para o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil); foi anunciado o concurso para vagas em cadastro de reserva na Secretaria de Educação; foram divulgadas as inscrições gratuitas para a Escola Técnica do SUS, para cursos nos municípios de Oeiras e São Raimundo Nonato; e foram abertas as matrículas para cursos do Palácio da Música.

Entre as matérias analisadas, constatou-se, ainda, informes sobre ações para a população, como o serviço de regulação de consultas que iniciará as atividades em fevereiro; ações para revitalizar o centro da capital pela Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano (ETURB) e a previsão do tempo.

Também foram veiculadas ofertas de vagas pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE); informação sobre os postos de atendimento do DETRAN para a entrega de documentos, após explosão a caixas eletrônicos na sede do órgão; uma nota sobre audiência pública que será realizada na Central de Abastecimento do Piauí (CEAPI); e as delegacias especializadas enquanto políticas públicas voltadas para as minorias, como a população negra, que foi tema do programa *Interpretação*.

## INDICADOR EDUCAÇÃO

Foram 10 (dez) referências (12,5%) relacionadas ao presente indicador. Buscou-se, por exemplo, a conscientização do uso de copos descartáveis, por meio de um informe no intervalo. Foi divulgado também que o Piauí teve nota azul no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), bem como a participação do estado em olimpíadas do conhecimento.

Durante o programa *Interpretação*, a entrevistada comenta sobre o mestre quilombola Antônio Bispo, um piauiense que é respeitado em outras instituições de ensino, como a UnB, mas não dá aulas em instituições piauienses. No mesmo programa, foi apresentada a elaboração de um dossiê para conceder o título de primeira advogada negra brasileira à Esperança Garcia, e a discussão da redução de investimentos para o setor educacional em virtude da PEC.

No *+Comradio*, o palestrante cita que “muitas vezes é esquecido o pensar a comunicação para a educação”. Já a representante da Cáritas mencionou que devem ser trabalhados os mecanismos comunicacionais para a mobilização, para a partir daí oferecer os ensinamentos para os participantes das ações oferecidas por eles. O *Fique por Dentro* abordou que serão construídas salas de informática e bibliotecas nas novas unidades prisionais que estão sendo erguidas no estado.

## INDICADOR POLÍTICA

A questão política teve notoriedade em 9 (nove) conteúdos (11,25%). Primeiramente em reportagem com a presença da governadora em exercício Margarete Coelho (PP), ao lado do deputado estadual João de Deus (PT) e do prefeito do município de José de Freitas, Roger Linhares (PP), apresentando ações em parceria do estado com o município.

Foram divulgadas, ainda, novas ações da operação Déspota, que prendeu o prefeito de Redenção do Gurgueia e mais 15 pessoas acusadas de participar de fraudes em licitações. As prisões ocorreram em decorrência da primeira delação premiada no Piauí, do empresário Orlando Gonçalves da Gama, que devolveu 300 mil reais aos cofres públicos.

A política de estado adotada pelo Brasil com a vinda de pessoas brancas para a miscigenação com os negros foi tema de outra matéria. Foram citadas as figuras dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, durante discussão sobre o Ministério da Igualdade Racial, criado e mantido durante os governos dos petistas. A entrevistada do

*Interpretação* enfatizou que os avanços no governo do PT são inegáveis, mas salienta que são necessárias mais ações inclusivas com os saberes do povo negro. O *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff foi aludido como algo controvertido; em outro momento, que o presidente Michel Temer chegou ao poder por um golpe de estado.

O indicador política ainda foi citado pela palestrante que aparece no +*Comradio*, ao mencionar que a corrupção é um grande problema no Brasil e que afeta áreas como a saúde e educação. Outro conteúdo abordado foi a lei da ficha limpa enquanto um instrumento capaz de reduzir a corrupção e mobilizar o povo.

No *Fique por Dentro* é exibida uma imagem do governador Wellington Dias, inserida em trecho que aborda os investimentos de aproximadamente 50 milhões de reais em obras penitenciárias. A apresentação da figura do gestor confere visibilidade à sua figura política.

## **INDICADOR PUBLICIDADE COMERCIAL**

As menções referentes aos anúncios comerciais estiveram presentes em 7 (sete) conteúdos (8,75%). Por três vezes a empresa Bonanza, que atua no segmento de ferramentas elétricas, refrigeração e instalação de aparelhos de ar condicionado, teve o comercial veiculado na programação. Em dois momentos a loja de aluguel de roupas Terno & CIA teve o *merchandising* exibido na grade televisiva, além de ter seu nome veiculado no término do *Interpretação*.

A escola Comradio faz a divulgação do curso de drone (veículo aéreo não tripulado), por meio de um anúncio que apresenta a aula com depoimentos de alunos e professor, inclusive salientando o quanto o aperfeiçoamento é uma oportunidade para garantir espaço no mercado de trabalho.

## **INDICADOR OUTROS**

Foram incluídos nessa categoria 7 (sete) conteúdos (8,75%) ao longo da semana analisada. Por meio de nota, foi abordado o saque a uma carga de carnes, que ocorreu em Picos. Houve, ainda, um informe sobre a instalação da tropa de choque da polícia militar em unidades prisionais da capital.

Uma reportagem abordou o descarrilamento do metrô de Teresina em um trecho do bairro Dirceu. Outro registro tratou de discussões de organizações não governamentais sobre a preservação ambiental dos rios que cortam Teresina e também do Parque Nacional Serra da

Capivara. Os transtornos causados pela chuva na capital do Piauí foram retratados em uma nota coberta com imagens de danos em vários trechos da cidade.

Durante o programa *Interferência*, um dos entrevistados, que é um pipoqueiro, cita que a movimentação nos espetáculos é intensa e questiona para onde serão levados os vendedores como ele. Na mesma produção, um entrevistado mostra o livro que fotografou, escreveu e editou. Por meio de fotografias, apresenta a realidade das pessoas que utilizam o transporte público em Brasília. O autor é piauiense, mas mora na capital do país há alguns anos.

### **INDICADOR DEFESA DOS DIRETOS DAS MINORIAS**

As minorias foram retratadas na programação a partir de 6 (seis) produtos (7,5%). Uma reportagem da TV Delta apresentou o projeto de inclusão das pessoas com deficiência, oferecendo acessibilidade e segurança para visitantes que frequentam praias do litoral piauiense.

A questão do negro no Brasil e no Piauí foi tema do programa *Interpretação*, que incluiu nessa abordagem outras discussões referentes à temática central. Foram apresentadas as ações e políticas públicas para modificar a realidade dos negros; a iniciativa da OAB com a Comissão da Verdade e Escravidão negra; e a história de Esperança Garcia, uma mulher que escreveu uma carta para o governador da capitania denunciando os maus tratos que sofria. As ações visam conceder o título de primeira advogada negra do Brasil.

Os agricultores e a juventude que vivenciam os dilemas e os conflitos da vida do semiárido nordestino, como o êxodo rural e a forma como são vistos como “subclasse”, foram assuntos mencionados pelo palestrante do +*Comradio*. Neste mesmo programa, outra participante comentou sobre a importância de reconhecer os conhecimentos dos trabalhadores rurais.

### **INDICADOR CULTURA REGIONAL**

A cultura regional foi apresentada em 5 (cinco) produtos (6,25%). Na investigação foram divulgadas as regras para participação no Corso, uma prévia carnavalesca tradicional em Teresina. Trata-se de um desfile de carros decorados considerado pelo *Guinness Book* como o maior do mundo em 2012.

O rock foi representado por meio das bandas piauienses Modstok e Radiofônicos, divulgadas em nota lida pelo apresentador Henrique Douglas do *Interferência*. O mesmo programa também incluiu a polêmica sobre a abertura da rua em frente ao Teatro 4 de Setembro para atender os interesses da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que alega a necessidade da medida para aumentar as vendas no comércio. Artistas dizem que a reivindicação não é somente deles, mas de frequentadores do espaço.

Outros projetos apresentados no teatro e que valorizam a cultura local foram mencionados em entrevista: Terças da casa, Seis e meia, exibição de filmes e exposições; além da reforma da Biblioteca Cromwell de Carvalho e outras iniciativas em andamento que serão entregues à população.

### **INDICADOR PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL**

Em 5 (cinco) produtos (6,25%) foi observada a publicidade de informes governamentais. Entre eles: da Secretaria de Educação do Governo do Estado sobre a educação em tempo integral; a mesma secretaria anuncia por duas vezes o aumento de matrículas com um total de 278 mil estudantes em escolas da rede pública de ensino em todo Piauí. A Secretaria de Saúde do estado divulga a aquisição de equipamentos em Floriano e Oeiras, com a entrega de peças ortopédicas e realização de mamografias. Há também um anúncio do Governo do Estado com investimentos voltados para a saúde.

### **INDICADOR PROPAGANDA GOVERNAMENTAL**

No decorrer da grade analisada, 3 (três) conteúdos (3,75%) enfatizaram essa “confusão” da Comunicação Pública como instrumento de promoção. Isso ocorre inclusive com a utilização de conteúdos produzidos pela Coordenadoria de Comunicação do Governo do Estado, oferecendo notoriedade aos detentores de cargos públicos e expondo relações políticas entre estado-município. Um exemplo disso foi a entrevista com o prefeito do município de José de Freitas, Roger Linhares, que comenta que o apoio que se iniciou na campanha continua e inclui a importância da visita da governadora em exercício à cidade.

Trechos da reportagem sobre o projeto de acessibilidade desenvolvido no litoral piauiense, na verdade, mais parecem anúncios do governo, conferindo notoriedade ao governo em detrimento da ação. O programa *Fique por Dentro* é mais um exemplo de produção

desenvolvida pela CCOM. Durante toda a veiculação, o brasão do governo fica estampado no lado inferior esquerdo, e a canopla sinaliza a realização do conteúdo.

## **INDICADOR CULTURA**

A abordagem desse indicador foi verificada em 2 (dois) conteúdos (2,5%), ambos encontrados no *Interferência*, divulgando produções culturais em língua inglesa. O primeiro trata-se de uma produção do *Collective Arts Black Box Sessions*,<sup>57</sup> um coletivo canadense criado por uma cervejaria que se dedica a promover artistas e a despertar a consciência criativa por meio da sociabilidade da cerveja artesanal. Os artistas alternativos gravam as músicas em estúdio.

Foram exibidas, ainda, cenas do longa-metragem Manchester à beira-mar, cujo título original é *Manchester by the Sea*, uma produção norte-americana. No programa foi veiculado o trailer do filme anunciando a estreia, em breve, nos cinemas.

## **INDICADOR ESTÍMULO À INTERATIVIDADE**

Em 2 (duas) citações (2,5%) foram expostos incentivos à circulação em outras mídias. No *Antares Notícia*, o apresentador Murilo Lucena utiliza a expressão “a notícia em permanência na internet pelo [fundacaoantares.pi.gov.br](http://fundacaoantares.pi.gov.br)”. Já o programa *Fique por Dentro* incentiva os telespectadores a acompanharem as redes sociais do Governo do Estado, por meio dos símbolos do *facebook*, *twitter* e *instagram*; assim como o acesso ao site [www.piaui.pi.gov.br](http://www.piaui.pi.gov.br)

## **INDICADOR ESPORTE REGIONAL**

A única menção ao esporte regional, que equivale ao percentual de 1,25% ocorreu por meio de uma entrevista em estúdio realizada no *Jornal Antares*, que contou com a participação do comentarista de esporte Jota Araújo. Foram apresentados os principais destaques do tema esportivo, sobre atletas e times locais.

---

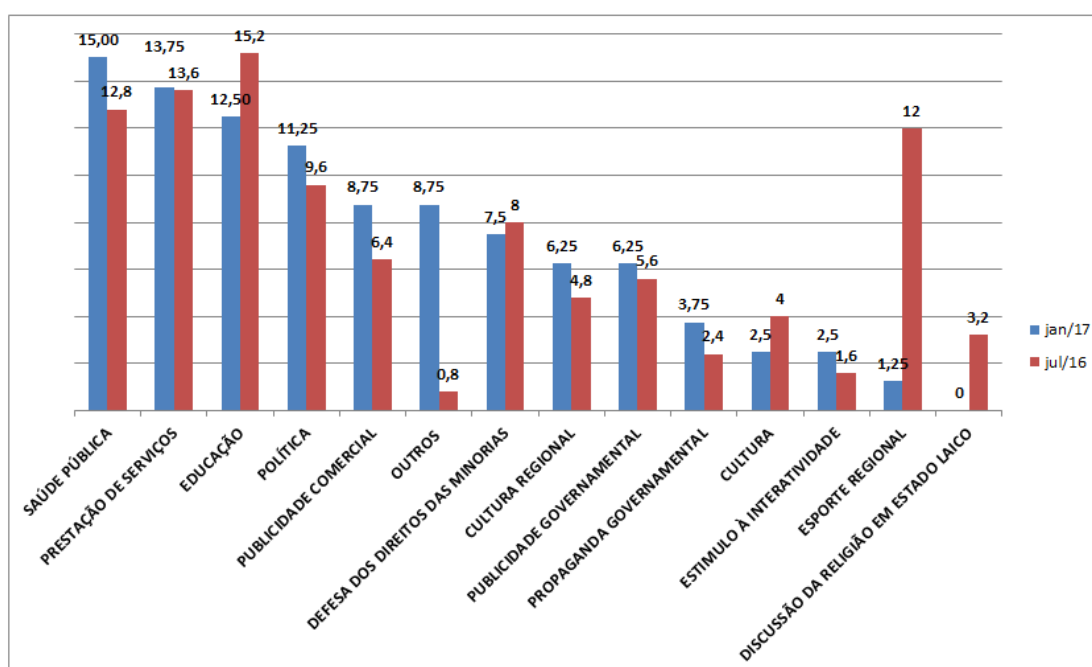
<sup>57</sup> Disponível em: <<http://collectiveartsbrewing.com/category/black-box-sessions/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

## 6.2 Análises Comparativas das Grades Julho e Janeiro

A análise comparativa tem por objetivo a reflexão crítica das grades analisadas durante as coletas das duas amostragens. Assim, torna-se possível visualizar as mudanças por meio da verificação dos percentuais dos indicadores encontrados durante as semanas analisadas em janeiro de 2017 (16 a 21 de janeiro de 2017) e julho de 2016 (11 a 16 de julho de 2016), respectivamente, conforme dados apresentados na tabela a seguir:

**Gráfico 3**

**Análise comparativa da programação estudada  
(16 a 21 de janeiro de 2017) e (11 a 16 de julho de 2016)**



Fonte: Pesquisa direta.

A tríade Saúde Pública, Prestação de Serviços e Educação ocupam os primeiros lugares nas duas amostragens, com alteração de percentuais nas verificações. Já o indicador Política foi ampliado na segunda coleta realizada em janeiro de 2017. A Publicidade Comercial também teve um acréscimo na quantidade de inserções em comparação à análise realizada em julho de 2016.

O indicador elencado como Outros sofreu um aumento no índice, tendo em vista uma maior quantidade de conteúdos que não estavam vinculados a nenhuma categoria descrita na análise. Ao tratar sobre a Defesa dos Direitos das minorias, houve uma redução, mas o percentual é considerado pequeno, com 0,5%. Já a Publicidade Governamental também

elevou os índices na verificação recente. A Propaganda Governamental aumentou os números em 1,35%, com a visibilidade de detentores de cargos públicos na programação. O registro desse indicador causa preocupação, pois fere a independência da emissora pública, que não deve atender aos interesses dos gestores, como holofotes de ações governamentais.

No quesito cultura, verifica-se uma elevação dos conteúdos relacionados à Cultura Regional com um aumento na quantidade de inserções de 1,45%. Já Cultura, que inclui temas que não estão relacionados ao estado, ou Nordeste, registou uma queda de 1,5% no comparativo janeiro/2017-julho/2016.

O Estímulo à Interatividade, apesar de ter registrado um aumento de 0,9%, ainda pode ser considerado baixo, em função da necessidade, cada vez mais significativa, de integrar as mídias para atrair o público a acompanhar a programação da emissora.

No indicador Esporte Regional foi registrada uma queda de 10,75%, no comparativo das grades analisadas, em virtude do recesso no *Esporte Antares* e da não inserção da temática nas outras produções da emissora. Já a Discussão da Religião em Estado laico não foi encontrada na verificação do mês de janeiro, ficando apenas com os conteúdos encontrados em julho, que representaram 3,2% da programação.



## Conclusões

A Comunicação Pública, no Brasil, ainda vivencia um processo inacabado diante do ciclo que pode ser considerado necessário para o pleno exercício do serviço de radiodifusão pública e que já é uma realidade na experiência europeia. O contexto atual com sanção da Lei nº 13.417/2017, que desmonta princípios norteadores da participação social nos canais de Comunicação Pública, merece atenção, daí a importância do fortalecimento dos veículos regionais.

Esta pesquisa se propôs a investigar como a TV Antares se posiciona, enquanto uma emissora estadual, no processo de construção do modelo de TV Pública no Brasil. Diante disso, é fundamental que haja uma política estadual de Comunicação Pública para que as diretrizes que norteiam o serviço de radiodifusão pública não estejam normatizadas, apenas, por meio de documentos sem o efetivo cumprimento, mas com o funcionamento pleno, o que requer também a garantia de recursos financeiros, independência e autonomia efetiva.

Considera-se que o objetivo geral da dissertação – investigar como a emissora contribui em seu processo de institucionalização e em seus produtos para uma cidadania piauiense – foi alcançado. Para isso foram analisados documentos e a grade de programação da emissora, e realizadas entrevistas com o presidente da Fundação Antares, Humberto Coelho Silva, e o governador do Estado do Piauí, José Wellington Barroso de Araújo Dias.

Do ponto de vista das regulamentações, ainda existem entraves que precisam ser superados, de forma que possa haver um processo de institucionalização real. Isso depende de iniciativas que busquem a efetivação dos instrumentos normativos previstos nas leis e decretos estaduais para o pleno cumprimento.

Outras considerações importantes dizem respeito às hipóteses previstas na pesquisa. Em relação ao veículo comunicacional, esperava-se que a TV Antares se configurasse como uma mediadora de causas sociais sem atender a um processo sistemático comum às emissoras públicas. No entanto, a grade televisiva apresentada mostrou que atua como mediadora de causas sociais, o que pode ser aferido por meio das temáticas sociais presentes ao longo da programação e que há um procedimento regular de exposições, com algumas interrupções decorrentes de problemas que podem estar relacionados à organização das produções na grade ofertada pela TV Brasil, ou aspectos operacionais, que também podem estar relacionados à infraestrutura da emissora. Tais fatores podem ter impedido a veiculação de algumas

produções ao público, apesar da divulgação das exposições, conforme análise apresentada no tópico 4.3, “Jornalismo público na TV Antares”.

Com relação ao segundo ponto apresentado, o que pode ser compreendido é a cidadania, afetada por meio das “manchas cidadãs” apresentadas em meio aos conteúdos ofertados aos telespectadores. Contudo, em alguns exemplos descritos ao longo dos capítulos 4, 5 e 6 é perceptível a falta de ampliação nas abordagens, não ofertando uma visão diferenciada do que está no aparato comercial de TV.

Quanto à independência governamental, conforme previsto entre as hipóteses, foi confirmado que existe a dependência financeira e que a emissora depende das decisões governamentais para os recursos investidos. As propagandas exibidas não são permitidas diante das normas previstas em âmbito estadual e federal. A publicidade comercial fere o modelo de radiodifusão pública, pois o que diferencia os dois modelos é justamente a ausência de apelo comercial.

No que se refere à programação, foram encontrados indicadores que apontam a relação com a estrutura política vigente no cenário estadual, que é comandada por um governante filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Essa compreensão foi oferecida por meio dos indicadores Política e Propaganda Governamental, que expõem indícios da vinculação ideológica e partidária. Isso infringe diretrizes preconizadas para o funcionamento das emissoras desse tipo.

Os objetivos específicos da dissertação foram atendidos. A TV Antares se posicionou como uma alternativa para os veículos comerciais, por meio de alguns conteúdos apresentados. No entanto, as produções, principalmente as jornalísticas, reproduzem os mecanismos que são aplicados pelos veículos privados.

A grade foi analisada, conforme expresso a partir do capítulo 4, onde foram discutidas as maneiras como os conteúdos expressam a cidadania. Por meio do estudo comparativo, é perceptível que foram abordadas temáticas variáveis.

A Economia Política da Comunicação (EPC) auxilia na investigação, com o respaldo teórico capaz de ampliar a visão da pesquisadora para compreender como os processos relacionados à emissora, tanto do ponto de vista documental quanto das considerações apresentadas por meio das entrevistas ou conteúdos exibidos, podem ser refletidos do ponto de vista crítico. Assim, foi possível o estabelecimento de uma reflexão do aparato público em meio ao cenário capitalista.

Portanto, no primeiro capítulo são apresentados os pressupostos teóricos da EPC, as disputas que ocorrem nos veículos públicos pelos governos em busca do poder, tendo por base as reflexões de pesquisadores que expõem as TVs Públicas como espaços de busca por representação social, com autonomia e independência governamental. Somam-se às discussões o panorama que foi estabelecido para a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que surge para atender a um pressuposto da Constituição de 1988, visando à complementaridade dos sistemas público, privado e estatal.

No campo televisivo, até então ocupado pelas emissoras privadas, tanto em nível nacional quanto regional, são apresentadas as distinções dos mecanismos educativos, públicos e estatais, a fim de auxiliar na compreensão do objeto analisado, a TV Antares, um canal público estadual. Foi discutida, ainda, a estrutura necessária para que os veículos públicos atuem de forma efetiva, com a autonomia e a independência essenciais para o funcionamento do canal público, em conformidade aos preceitos estabelecidos.

No decorrer do segundo capítulo, foram sistematizados os resultados de discussões que propiciaram a criação da EBC, citando o Código de Conduta para os profissionais com as normas que devem estar presentes nos conteúdos que são produzidos. São problematizadas as alterações decorrentes da Medida Provisória 744/2016, que culminou com a Lei nº 13.417/2017, que modificou dispositivos da Lei nº 11.652/2008, que criou a EBC. Ainda neste capítulo foram expostas discussões teóricas sobre a cidadania, com conceitos relativos ao tema, do ponto de vista histórico, relacionando com a Comunicação Pública, assim como o percurso que é traçado nas dinâmicas sociais e o espectro televisivo.

O terceiro capítulo apresentou o contexto histórico da emissora e a configuração atual, que não confere garantias aos profissionais que atuam no veículo. A pesquisa sugere que seja realizado concurso público para o provimento de vagas, na referida instituição, para que os profissionais não necessitem vivenciar a apreensão de vinculações temporárias, e medidas “emergenciais”, com o fim de que os contratos sejam renovados.

Cabe ressaltar que a realização de concurso público é uma exigência da Constituição Brasileira. Porém, deve-se considerar que, para o funcionamento do canal televisivo, os profissionais concursados efetivamente incorporados não são suficientes para a execução da programação e demais funções referentes ao encaminhamento das atividades, também são necessários outros esforços para garantir que a programação atenda os pressupostos do serviço de radiodifusão pública. O financiamento é dependente do governo estadual, conforme exposto na seção 3.6, “Modelo de financiamento”, embora o dispositivo legal

exponha de forma clara que há autonomia financeira. A falta de recursos interfere na autonomia da emissora.

Quanto à forma de gestão, o aspecto que merece maior destaque está relacionado à baixíssima participação social na estrutura organizacional da emissora. Pondera-se, entretanto, que esse mecanismo é crucial para que a sociedade esteja presente, marcando a independência que é imprescindível ao serviço de radiodifusão pública. Até porque isso é fundamental para a discussão dos conteúdos veiculados na emissora.

O Conselho Consultivo iniciou o funcionamento recentemente, a posse e a primeira reunião sinalizam passos para a efetivação de discussões da programação exibida pela emissora. Ecoam no Conselho Consultivo da entidade representantes ligados direta ou indiretamente ao Governo do Estado, tendo a presença da sociedade civil representada por dois membros, um integrante do Conselho de Educação e Cultura, e um representante da sociedade civil indicado pelo Diretor- Presidente da Fundação, não existindo multiplicidade de vozes, capaz de questionar a programação que é veiculada ao público. Os demais são resultados de ocupantes de cargos e indicações do governador e do presidente da Fundação.

É imperativa a estruturação do Conselho Consultivo com a participação de integrantes que possam representar os segmentos da população piauiense. E é imprescindível que os membros se reúnam conforme estabelecido no Estatuto. Sem voz, o povo não estará representado no aparato público.

A *fanpage* da Fundação Antares concentra as publicações dos conteúdos que são veiculados em todos os programas, tanto da TV quanto da Rádio Antares AM. No espaço que seria destinado à TV Antares não existe atualização periódica, dinâmica necessária à rede social.

A falta de estímulo à participação dos telespectadores impede que haja uma interação do público nos conteúdos apresentados durante a programação. Sem a oferta e incentivo de canais para estabelecer o contato, não há possibilidade de fidelização do público. A emissora precisa reforçar a interação, por meio das redes sociais e do site, com atualização contínua das plataformas. Não é apenas o fato de possuir as ferramentas que já propiciam a interatividade, os telespectadores precisam sentir que pertencem às decisões do veículo público, por meio de enquetes, sugestões de reportagens ou de temáticas que devem ser abordadas ao longo da programação, e opiniões sobre os programas exibidos. O cidadão não quer ficar inerte ao que acompanha, mas quer participar do que a emissora decide e apresenta ao público. Esse é mais um aspecto que pontua a necessidade de uma Ouvidoria da emissora pública.

Os programas *Esporte Antares*, *Jornal Antares*, *Curta Antares*, *Semana Antares* não integram as produções nas redes sociais. O *Antares Notícia* também não investe nessas perspectivas para divulgação. O que pode ser encontrado no *facebook*, ao se buscar essa produção, é um noticiário exibido em um canal com sede em Arapongas, Paraná. O programa *Interferência* não publica com regularidade.

A circulação de conteúdos regularmente pode ser encontrada, apenas, nas páginas referentes aos programas *Sob Outro Olhar* e *Interpretação*. O *Fique por Dentro* tem as postagens apresentadas no canal do *Youtube* do Governo do Estado do Piauí. No caso do *+Comradio*, este está associado às divulgações da Comradio do Brasil.

Em meio ao cenário atual, que possui no cotidiano o incremento de dispositivos móveis auxiliando na interação social, é essencial estabelecer canais com o público por meio das tecnologias digitais, propiciando, dessa forma, uma maior interação, fator que poderá auxiliar nas produções, com o acréscimo de conteúdos e ampliação da audiência.

A ausência da Ouvidoria impede que seja realizada uma verificação crítica interna dos conteúdos produzidos e apresentados ao público. Ao desenvolver um trabalho de ouvidoria interna, no caso da EBC, o objetivo seria verificar o cumprimento das normas e mediar demandas dos profissionais que atuam na empresa. Porém, a realidade da Fundação Antares não inclui esse membro em sua estrutura, o que pode ser considerado um grave problema que compromete a autonomia dos veículos que compõem o mecanismo.

A prestação do serviço público, por sua vez, necessita de independência, com a participação efetiva da sociedade nesse instrumento de comunicação que visa aproximar da população conteúdos capazes de incluir discussões mais amplas das temáticas. Afinal, o compromisso não está vinculado aos anunciantes e a cobranças com a audiência, mas sim em produzir conteúdos que possam oferecer aos indivíduos a capacidade de se informar, educar e entreter, premissas fundamentais para os veículos desse tipo.

A independência, do ponto de vista governamental, é um aspecto que, segundo a direção e o Governo do Estado, existe. No entanto, foi possível compreender, no decorrer das análises, a presença de conteúdos que enaltecem as ações políticas de forma exacerbada. Esta é uma problemática decorrente também da ausência de um Conselho Consultivo efetivo, conforme exposto anteriormente, assim como no item 3.8.7, “Pressupostos da independência”. As atividades tiveram início em no dia 25 de abril de 2017, portanto, após a análise dos conteúdos. A posse dos integrantes ocorreu em janeiro de 2017.

Reconhece-se que os programas são discutidos com o Conselho de Programação, conforme pontuou o atual diretor. Contudo, são necessárias ações mais intensas a fim de que as premissas da Comunicação Pública sejam cumpridas de forma efetiva na emissora piauiense.

Nos capítulos quatro, cinco e seis são apresentadas as categorizações e indicadores. Em outras palavras: é empreendida uma análise e a comparação das menções que puderam ser observadas nos conteúdos apresentados ao público. É importante reforçar que a análise dos conteúdos, por meio da coleta em períodos distintos, foi voltada para que a investigação possa colaborar com a emissora a longo prazo, ao sugerir aspectos que podem favorecer a programação e permitir a construção cidadã.

Os indicadores permitem apontar o quanto a Saúde Pública, a Prestação de Serviços e a Educação aparecem com maior destaque ao longo das abordagens exibidas. Essas são justamente as características que permitem, mais diretamente, concluir que a emissora contribui parcialmente para a construção de uma cidadania piauiense.

Os aspectos políticos também estão presentes na programação, que relaciona desde ações tomadas nesse âmbito até a discussão de leis. Isso configura, de fato, o papel da Comunicação Pública, ao não silenciar diante de temas que merecem discussão, tais como o Projeto de Lei da Escola sem Partido, apresentada no programa *Interpretação*.

Esse indicador político, porém, foi verificado, ainda, quando há a presença de detentores de cargos públicos, demonstrando o partidarismo, sobretudo no caso da abordagem de temáticas voltadas ao processo de *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, destacado em determinadas produções conforme explicitado, ou a presença do governador e/ou da vice-governadora em atividades de cunho político-partidário.

A publicidade comercial veiculada pela emissora aparece como um elemento que reforça a necessidade de recursos para canal público, que tenta solucionar o problema por meio de parcerias, com um nível de aparições que corresponde ao quarto lugar no total da programação analisada. Nesse aspecto, é imprescindível a discussão sobre a importância de fundos assegurados, de maneira que a emissora mantenha a autonomia financeira necessária. Importante considerar que o percentual geral de anúncios foi solicitado à direção, mas não foi encaminhado, conforme atestam documentos apresentados como Apêndices da presente dissertação.

A defesa dos direitos das minorias, muitas vezes invisibilizadas pelos meios de comunicação, ganha espaço nas produções, permitindo que o público tome conhecimento

sobre temáticas que merecem abordagem. Além disso, é oferecido o respeito social, a citar a questão do negro, da mulher e dos jovens que vivem em comunidades rurais. Compreender as diferenças e tratá-las em meio às suas disparidades são alternativas para reduzir os contrastes que existem na população piauiense.

A cultura regional, apesar de aparecer com mais menções que as temáticas culturais (que relaciona aspectos nacionais e internacionais), deve ser ampliada, com um enfoque direcionado para os produtores locais. Afinal, as divulgações estrangeiras e de outras localidades já ocupam espaço na mídia hegemônica.

Quanto às produções cinematográficas exibidas, estas se voltam para o que é feito em outros espaços do país, ou atendendo à ampliação de holofotes para a indústria Hollywoodiana, reduzindo a oportunidade de notoriedade das produções feitas no Piauí. Como possibilidade para que as produções audiovisuais realizadas no Estado tenham espaço mais expressivo, sugere-se, nesta dissertação, a ampliação e/ou o fortalecimento de parcerias com instituições públicas, privadas e organizações. Importante frisar o quanto o Estado valoriza esse setor, inclusive com a realização do Encontro Nacional de Cinema e Vídeo dos Sertões, promovido, anualmente, na cidade de Floriano/PI.

A distorção do espaço para o uso de propaganda governamental também é um aspecto que merece ser destacado. Até porque as parcerias políticas que foram firmadas e as ações governamentais não devem ter notoriedade na Comunicação Pública. A condução dos conteúdos deve estar direcionada para as melhorias das condições de vida da população, proporcionadas por meio da responsabilidade do Estado.

O Esporte Regional foi um dos indicadores verificados nos produtos exibidos. No entanto, não ocupa devido espaço dentro da programação, sendo considerada uma temática pulverizada ao longo da grade televisiva. É necessário que a programação amplie a notoriedade conferida à prática esportiva, para que o esporte amador e as práticas inclusivas possam ser refletidas com maior amplitude nas telas das TVs que acompanham o canal.

O telejornalismo apresentado pelas emissoras públicas deve ser uma alternativa aos padrões apresentados pelos veículos comerciais. Contudo, o que é exibido ao público nos noticiários da TV Antares (*Jornal Antares*, *Antares Notícia* e *Semana Antares*) trata-se de repetições de modelos veiculados nos mecanismos privados. O espaço não é utilizado para a experimentação, a partir de dinâmicas criativas e inovadoras. Nem sequer há a utilização de dispositivos móveis para proporcionar a interação com o público, tampouco o uso de tecnologias que permitam atrair a atenção dos telespectadores.

A aposta em modelos com conteúdo inovador, sem seguir critérios pré-estabelecidos ou a repetição de modelos já prontos, foi encontrada nas produções *Sob outro Olhar* e *Interferência*. Os programas buscam inovar na estrutura dos blocos, nos temas e na apresentação, cumprindo o que se espera de um serviço de radiodifusão pública, que deve ser abrangente, plural e diverso. Ou seja, um legítimo local de experimentação para as abordagens.

A TV Antares não se constitui como um espaço que propicia a construção de uma cidadania piauiense. Pode-se considerar que os conteúdos cidadãos são apresentados por meio dos temas expostos, mas não de maneira efetiva. São indícios, manchas, inserções descontínuas. É necessário que sejam ampliadas as discussões de temáticas relacionadas aos direitos sociais educativos e morais de forma aprofundada, efetiva e sistemática. Porém, esse é apenas um caminho diante de vários que merecem ser percorridos até a emissora cumprir plenamente com a responsabilidade que tem, enquanto um serviço de radiodifusão pública, pois além da programação faz-se necessária a independência. Também, que as práticas dos veículos comerciais não sejam aplicadas, pois os ditames publicitários não devem se constituir como amarras às produções, mostrando-se, portanto, necessário que a cultura esteja fortalecida.

A Comunicação deve ser uma política de estado, com diretrizes legais cumpridas plenamente, demonstrando aspectos que vão desde a garantia de recursos, para que não sejam feitos acordos que comprometam o serviço. A Fundação Antares deve promover palestras, fóruns, debates e discussões contínuas com os funcionários, representantes da direção, Conselho Consultivo, com a participação das universidades e de pesquisadores que estudam sobre a temática, a fim de que o papel da TV Pública na sociedade seja refletido constantemente.

A TV Antares e o processo de construção do modelo de TV Pública no Brasil têm uma trajetória com desafios enormes, que devem ser superados a fim de viabilizar o cumprimento de metas, responsabilidades e da legislação, que norteiam a responsabilidade do serviço de radiodifusão pública de promover a educação, o entretenimento e a informação. A emissora tem desafios a cumprir com o processo de digitalização, para se equiparar a outros veículos e buscar a ampliação das audiências com a aposta de discutir o que já é oferecido aos telespectadores? Esta é uma questão que vai além do que foi percorrido nesta dissertação, mas que merece ser aprofundada futuramente.



## Referências

ALVES, Diego Lopes da Silva. **História e memória da TV Antares: práticas de Comunicação Pública no Piauí**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2013. Orientação: Dr.<sup>a</sup> Ana Regina Barros Rêgo Leal. Disponível em: <<https://www.sigaa.ufpi.br/sigaa/verProducao?idProducao=280587&key=7cd15e817dd7824d7d14b0f494cfd8b>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

AZAMBUJA, Cíntia Neves de. Jornalismo educativo. In: 6º ENCONTRO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 17 a 19 de novembro de 2008. Disponível em: <<https://etic2008.files.wordpress.com/2008/11/unesakintiaazambuja.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BECERRA, Martín. La televisión pública em América Latina: condicionantes y desafíos. In: DOURADO, Jacqueline Lima. **Economia política do jornalismo: campo, objeto, convergências e regionalismo**. Teresina: EDUFPI, 2013.

BECERRA, Martín; WAISBORD, Silvio. **Principios y buenas prácticas para los medios públicos en América Latina**. Montevideo: UNESCO, 2015. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Montevideo/pdf/CDCI3-Becerra-ES.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Mercado brasileiro de televisão**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Proex/Cecac/Programa Editorial, 1988.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimento estruturante**. São Paulo: Paulus, 2007.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Celso Furtado: na origem e no futuro da EPC brasileira. In: MELO, José Marques de; MELO, Patrícia Bandeira de (Org.). **Economia Política da Comunicação: vanguardismo nordestino**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2013.

BOLAÑO, César. **Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação**. Aracaju: Editora do Diário Oficial de Sergipe; Edise, 2015a.

BOLAÑO, César. Economia Política, Comunicação e Cultura: sobre a contribuição de Celso Furtado. In: MELO, José Marques de; FERNANDES, Guilherme Moreira (Org.). **Pensamento comunicacional brasileiro: o legado das ciências humanas (cultura e poder)**. São Paulo: Paulus, 2015b. (Coleção Comunicação, v. 2.).

BRITTOS, Valério Cruz. Multiplicidade e globalização na TV brasileira. **Revista Electrónica Internacional de Economía de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, São Cristóvão, v. 2, n. 1, jan/jun. 2000.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Espaço público midiático e ideologia do merchandising social da Rede Globo: uma crítica na perspectiva da Economia Política da Comunicação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO 15, 2006, Bauru. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_542.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_542.pdf)>. Acesso em: 8 mar. 2016.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. v. 10, n. 3, set./dez. 2008. Disponível em: <[www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br)>. Acesso em: 8 mar. 2016.

BRITTOS, Valério Cruz; DOURADO, Jacqueline Lima. Avanços brasileiros da Economia Política da Comunicação: 25 anos de estudos, pesquisas e debates. In: MARQUES DE MELO, José; MELO, Patrícia Bandeira de (Org.). **Economia Política da Comunicação: vanguardismo nordestino**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Edifel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea. UNESCO, 2012.

BUCCI, Eugênio. A tragédia anunciada da EBC. In: LOPES, Ruy Sardinha (Org.). **SOCICOM debate: a Comunicação Pública em questão (crise na EBC)** 2. ed. São Paulo: SOCICOM, 2016.

CABRAL, Adilson. Nem privado nem estatal: a ideia de público como um sistema de comunicação. **Revista eCOMPÓS**, Brasília, v. 15, n. 1, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/668/572>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

CABRAL, Adilson. As bestas do Apocalipse: a teoria adorniana da indústria cultural. In: SOUZA, Rose Maria Vidal de; MELO, José Marques de; MORAES, Osvando J. de (Org.). **Teorias da Comunicação: correntes de pensamento e metodologia de ensino** [recurso eletrônico]. São Paulo: INTERCOM, 2014. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/8ba840f439e5d6b8c5eb6ce94faeca68.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Tradução de Maurício Santana Dias. 8. ed. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2010.

CARTA DE BRASÍLIA. Manifesto pela TV Pública independente e democrática. Brasília, 11 de maio de 2007. I FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Leia-na-integra-a-Carta-de-Brasilia/5/13076>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CARTA DE BRASÍLIA II. Brasília, maio de 2009. II FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS. Disponível em: <[www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/06/carta-de-brasilia-ii.doc](http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/06/carta-de-brasilia-ii.doc)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ). CERTIDÃO DE BAIXA DE INSCRIÇÃO NO CNPJ. Disponível em: <[http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ). COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL. Disponível em: <[http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Conselho Curador se posiciona contra mudanças na direção da EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/05/nota-conselho-curador-se-posiciona-contramudancas-na-direcao-da>>. Acesso em: 20 maio 2016.

CONSELHO CURADOR DA EBC. Cartilha sobre o CC EBC. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/institucional/sites/\\_institucional/files/cartilha.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/cartilha.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2017.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e público: sobre vínculos com o cidadão, convertido em audiência. In: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (Org.). **O Brasil (é)ditado**. Florianópolis: Insular, 2012. v. 1. (Coleção Jornalismo Audiovisual).

CHAMADA programa Interpretação: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TV4ZmsJALw0>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

CHAVES, L. G. Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1970. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4487/1/1971\\_art\\_LGMChaves.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4487/1/1971_art_LGMChaves.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2017.

DIAS, José Wellington Barroso de Araújo. José Wellington Barroso de Araújo Dias: Depoimento [fev. 2017]. Entrevistadora: Mary Sandra Landim Pinheiro. Teresina: Palácio de Karnak, 2017.

DOURADO, Jacqueline Lima; ANDRES, Marcia Turchiello. TV Digital, políticas públicas e conexões com a Cidadania. In: BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Digitalização e práticas sociais**. São Leopoldo: Edusinos, 2009.

DOURADO, Jacqueline Lima. **Rede Globo: mercado ou cidadania?** 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2012.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de Comunicação Pública. In: KUNSC, Margarida Maria (Org.). **Comunicação Pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. (Série Pensamento e Prática, v. 4).

EBC. Norma da Rede Nacional de Comunicação Pública. Televisão de 20/05/2015. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/institucional/sites/\\_institucional/files/atoms/files/nor-401-norma-da-rede-nacional-de-comunicacao-publica-consad-038-de-20.05.2015.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/nor-401-norma-da-rede-nacional-de-comunicacao-publica-consad-038-de-20.05.2015.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2016.

EBC. Deliberação CONSAD nº 38/2015, de 20/05/2015. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/institucional/sites/\\_institucional/files/atoms/files/nor-401-norma-da-rede-nacional-de-comunicacao-publica-consad-038-de-20.05.2015.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/nor-401-norma-da-rede-nacional-de-comunicacao-publica-consad-038-de-20.05.2015.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2017.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. Manual de Jornalismo da EBC. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual\\_de\\_jornalismo\\_ebc.pdf](http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

EBC. Convênio de prestação de serviços / processo nº 0790/2014. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/institucional/sites/\\_institucional/files/atoms/files/contrato\\_producao\\_audivisual.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/contrato_producao_audivisual.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2017.

EBC. Termo aditivo ao convênio de prestação de serviços/ processo nº 0790/2014. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/institucional/sites/\\_institucional/files/atoms/files/termo\\_aditivo\\_no\\_02\\_0.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/termo_aditivo_no_02_0.pdf)>. Acesso em: 1 fev. 2017.

EBC. Contrato de transmissão simultânea EBC e RNCP/ TV. Disponível em: <[http://www.ebc.com.br/institucional/sites/\\_institucional/files/atoms/files/fundacao\\_aperipe\\_-\\_contrato\\_de\\_transmissao\\_simultanea.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/fundacao_aperipe_-_contrato_de_transmissao_simultanea.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FUNDAÇÃO ANTARES. Estrutura organizacional. Disponível em: <[http://fundacaoantares.pi.gov.br/?page\\_id=1743](http://fundacaoantares.pi.gov.br/?page_id=1743)>. Acesso em: 5 fev. 2017.

FUNDAÇÃO ANTARES. Fundação Antares promove primeira reunião do Conselho Consultivo. Disponível em: <<http://fundacaoantares.pi.gov.br/?p=5077>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade do jornalismo bases para sua delimitação teórica**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

FREIRE, Rita. Medida Provisória 744: o desmonte da participação social na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). In: LOPES, Ruy Sardinha (Org.). **SOCICOM debate: a Comunicação Pública em questão (crise na EBC)**. 2. ed. São Paulo: SOCICOM, 2016.

FUENZALIDA, Valerio. Televisão pública e mudança digital: tecnologia TV (audiências-formatos). **Revista MATRIZES**, São Palo, v. 9. n. 1, p. 103-126, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p103-126>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GIDDENS, Antony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. Tradução de Alvaro Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

HABERMAS, Jünger. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jünger. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad\\_internet\\_celular\\_2015](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad_internet_celular_2015)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão**. São Paulo: Summus, 1997.

LEAL FILHO, Laurindo. Ameaçada, Comunicação Pública é vital para a democracia. In: LOPES, Ruy Sardinha (Org.). **SOCICOM debate: a Comunicação Pública em questão (crise na EBC)**. 2. ed. São Paulo: SOCICOM, 2016a.

LEAL FILHO, Laurindo. Entrevista: participação é a garantia da Comunicação Pública. **Revista Radis**, Rio de Janeiro, n. 170, p. 21, nov. 2016b.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVILLE Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

LIMA, Venício Artur de. Comunicação. Ano VII, n° 7, outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/rastros/article/viewFile/6009/5475>>. Acesso em: 20 maio 2015.

LIPPMAN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEAL, Sayonara. Gestão participativa: o público na TV. **Revista do Conselho Curador da EBC**, Brasília, n. 2, p. 10-18, dez. 2013. Entrevista concedida à Priscila Crispi. Disponível em: <[https://issuu.com/03978/docs/revista\\_conselho\\_curador\\_2aedi\\_\\_\\_o](https://issuu.com/03978/docs/revista_conselho_curador_2aedi___o)>. Acesso em: 10 maio 2016.

LOPES, Ivonete da Silva. Por que a EBC é alvo dos ataques do governo Temer? In: LOPES, Ruy Sardinha (Org.). **SOCICOM debate: a Comunicação Pública em questão (crise na EBC)**. 2. ed. São Paulo: SOCICOM, 2016.

LUCA, Tania Regina de. Direitos Sociais no Brasil. In: PINSK, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Projeto Latino-americano de meios de comunicação, 2002.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATTOS, Sérgio. A evolução histórica da televisão brasileira. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

MAZZIOTTI, Nora. Os gêneros na televisão pública. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Projeto Latino-americano de meios de comunicação, 2002.

MELO, José Marques de. O debate público sobre as Políticas Nacionais de Comunicação. In: CASTRO, Daniel (Org.). **Reflexão sobre as políticas nacionais de Comunicação**. Brasília: Ipea, 2010.

MELO, José Marques de. Vanguardismo nordestino na configuração brasileira dos estudos de Economia Política da Comunicação. In: MELO, José Marques de; MELO, Patrícia Bandeira de (Org.). **Economia Política da Comunicação: vanguardismo nordestino**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2013.

MELO, José Marques de. Mídia e cidadania no Brasil. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano. **Mídia cidadã: utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

MELO, Patrícia Bandeira de. Comunicação: meios para a construção de direitos na era digital. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 2, n. 4, p. 32-42, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5596/4052>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MELO, Ricardo. MP 744. Reestruturação da EBC – 24/11/2016. TV Senado, 24 de novembro de 2016. Audiência Pública interativa para debater a MP 744/2016, que trata da reestruturação

da EBC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OzyV467iIM0>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MIGUEL, João; MACAMO, Inácio Júlio. Economia política do jornalismo televisivo moçambicano. In: DOURADO, Jacqueline Lima. **Economia Política do Jornalismo**: campo, objeto, convergências e regionalismo. Teresina: EDUFPI, 2013.

MOSCO, Vincent. Economia Política da comunicação: uma perspectiva laboral. **Revista Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 12, p. 1-2, 1999.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1-8, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/316/197>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

NOBRE, Heloiza Helena Matos; GIL, Patrícia. Alternativas ao conceito e à prática da Comunicação Pública. **Eptic**, Aracaju, v. 15, p. 12-27, 2013.

NOVELLI, Ana Lúcia Coelho Romero. O papel institucional da Comunicação Pública para o sucesso da governança. **Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, ano 3, n. 4, p. 75-89, 2006.

OTONDO, Teresa Montero. TV CULTURA: a diferença que importa. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Projeto Latino-Americano de meios de comunicação, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PAULINO, Fernando Oliveira. Os serviços da Ouvidoria de rádios públicas como instrumento de prestação de contas e responsabilidade social da mídia. In: PAULINO, Fernando Oliveira; SILVA, Luiz Martins da (Org.). **Comunicação Pública em debate**: ouvidoria e rádio. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendência. In: **Revista Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, ano 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

PÉRSIGO, Patrícia Milano; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. A midiaticização da Comunicação Pública: um olhar sobre a discutibilidade dos escândalos políticos. **Revista MATRIZES**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 229-241, 2015.

PESQUISA Brasileira de Mídia 2016. Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Disponível em: <<http://www.pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>> Acessado em: 8 jan. 2016.

RAMOS, Murilo César. Empresa Brasil de Comunicação (EBC): uma análise do seu modelo institucional. Publicado em 15 de maio de 2012. Disponível em: <[http://www.academia.edu/5356535/Ebc\\_-\\_analse\\_modelo](http://www.academia.edu/5356535/Ebc_-_analse_modelo)> Acesso em: 20 jan. 2017.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MELO, José Marques de; SATHLER, L. **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005.

RAMOS, Murilo César. O público na TV. TV Brasil, 16 de fevereiro de 2012. Entrevista sobre as diferenças da Comunicação Pública e Privada no Brasil. Entrevista a Regina Lima. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kO645taho4>> . Acesso em: 17 jun. 2016.

RAMOS, Murilo César. O Futuro da EBC e da Comunicação Pública no Brasil. Brasília, Universidade de Brasília (UnB), 23 de maio de 2016a. Palestra realizada pela linha de pesquisa Políticas de Comunicação e de Cultura e do Laboratório de Políticas de Comunicação (LAPCOM), do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade de Brasília – PPG-FAC-UnB.

RAMOS, Murilo César. Programa Cidadania. TV Senado. 12 de dezembro de 2016b. Presidente da EBC e ex-conselheiro explicam as mudanças na empresa após edição da MP 744. Entrevista a Paulo Acrísio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pu4LdDbxZbE>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Projeto Latino-Americano de meios de comunicação, 2002.

REY, GERMÁN. O cenário móvel da televisão pública. Alguns elementos do contexto. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Projeto Latino-Americano de meios de comunicação, 2002.

REBOUÇAS, Edgard. Estudos e práticas da economia (e da) política de comunicações na América Latina. Dossiê Estudos e Práticas da Economia. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 65-89, 2005. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/48/49>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

RÍMOLI, Laerte. Programa Cidadania. TV Senado. 12 de dezembro de 2016 a. Presidente da EBC e ex-conselheiro explicam as mudanças na empresa após edição da MP 744. Entrevista a Paulo Acrísio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pu4LdDbxZbE>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

RÍMOLI, Laerte. MP 744 - Reestruturação da EBC - 24/11/. TV Senado, 24 de novembro de 2016b. Audiência Pública interativa para debater a MP 744/2016, que trata da reestruturação da EBC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OzyV467iIM0>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAMPAIO, Walter. **Jornalismo audiovisual**: rádio, TV e cinema. Petrópolis: Vozes, 1971.



SILVA, Humberto Coelho. Entrevista concedida à autora presencialmente no dia 19 de janeiro de 2017.

SILVEIRA, Érico Gonçalves da. **PBS (*Public Broadcasting Service*): uma análise do modelo da televisão pública americana**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.rodrigobarba.com/pos/teses/2002\\_Erico\\_Goncalves\\_da\\_Silveira.pdf](http://www.rodrigobarba.com/pos/teses/2002_Erico_Goncalves_da_Silveira.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SOUZA, José Carlos Aronchi. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Simmus, 2004.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flavio; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

UNESCO. La Radio y Televisión Pública: ¿Por qué? ¿Cómo? 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058so.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

VALENTE, Jonas. **TV Pública no Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://crepositorio.unb.br/bitstream/10482/5468/1/2009\\_JonasChagasLucioValente.pdf](http://crepositorio.unb.br/bitstream/10482/5468/1/2009_JonasChagasLucioValente.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2017.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIZEU, Alfredo. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

## DOCUMENTOS LEGAIS

BRASIL. Decreto n. 91.316, de 11 de junho de 1985. Outorga concessão à FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ (FADEP), para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Teresina, Estado do Piauí. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 jun. 1985. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=205194&norma=218765>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008. Lei que constitui a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017. Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências”, para dispor sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública e a organização da EBC. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13417-1-marco-2017-784396-publicacaooriginal-152055-pl.html>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017. Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. TEXTO – VETO. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/3/2017, Página 5 (Veto). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13417-1-marco-2017-784396-veto-152056-pl.html>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Lei/L13303.htm#art22](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13303.htm#art22)>. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6404consol.htm#art141](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm#art141)>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nos 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12485.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12485.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. Decreto lei nº 236. Complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Diário Oficial da República, Brasília, DF, 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0236.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2016.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 5 jan. 2017.

PIAUI. Constituição do Estado do Piauí: promulgada em 5 de outubro de 1989. Disponível em: <<http://www.cge.pi.gov.br/legis/legislacao/constituicao-do-estado-do-piaui-2013.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

PIAUI. Lei Complementar n.º 30, de 17 de julho de 2003 (2013a). Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Piauí, 17 de julho de 2003. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12392>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

PIAUÍ. Lei Ordinária nº 5.309 de 17/07/2003 (2013b). Dispõe sobre a contratação por tempo determinado no serviço para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na Administração Estadual direta, nas autarquias e fundações públicas, sob o regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Piauí, 17 de julho de 2003. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12477>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

PIAUÍ. Lei nº 6.973, de 11 de abril de 2017. Altera a Lei nº 5.309, de 17/07/2003. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado no serviço para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na Administração Estadual direta, nas autarquias e fundações públicas, sob o regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal. Diário Oficial do Estado, Piauí, 12 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20170412>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

PIAUÍ. Decreto nº 11.757, de 9 de junho de 2005. Aprova o Estatuto da Fundação Radio e Televisão Educativa do Piauí. 9 de junho de 2005. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12528>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PIAUÍ. Demonstração dos Fluxos de Caixa /Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí. Disponível em: <<http://portal.sefaz.pi.gov.br/balanco/2015/DEMONSTRATIVOS%20140204.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

PIAUÍ. Decreto nº 11.757, de 9 de junho de 2005. Estatuto da Fundação Radio e Televisão Educativa do Piauí. Disponível em: <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20050610>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

PIAUÍ. Lei nº 4646, de 29 de dezembro de 1992. Institui o regime jurídico único para servidores civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado, e dá outras providências. Disponível em: <[http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/2727\\_texto\\_integral](http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl_documentos/norma_juridica/2727_texto_integral)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PIAUÍ. Lei Complementar nº 81, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Criação do Quadro de Pessoal Efetivo da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13053>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

PIAUÍ. PORTARIA nº 10/2017. O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe confere o §1º do art. 18 do Estatuto da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, aprovado pelo Decreto nº 11.757, de 9 de junho de 2005. Diário Oficial do Estado do Piauí, ano 86 - 128º DA REPÚBLICA - Sexta-feira, 24 de fevereiro de 2017, nº 40. Disponível em: <[http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario/201703/DIARIO03\\_a12185020e.pdf](http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario/201703/DIARIO03_a12185020e.pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2017.

**ANEXO I****CONSTITUIÇÃO DE 1988****CAPÍTULO V  
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

~~Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.~~

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

~~§ 1º É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão, exceto a de partido político e de sociedades cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros.~~

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

~~§ 2º A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a trinta por cento do capital social.~~

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

## ANEXO II

11



LEI Nº 4.178 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1987

PUBLICADO	
Diário Oficial nº	01
Data:	04 / 01 / 88
	<i>Kleber Santos</i>
	Assinatura

Autoriza o Poder Executivo a extinguir o Centro de Teleducação, órgão da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Educação do Estado do Piauí - FADEP e a instituir a Fundação Antares - Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí e dá outras providências.

## O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a promover a extinção do Centro de Teleducação - CETEL, órgão da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí - FADEP e instituir a Fundação Antares - Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira e plena gestão de seus bens e recursos vinculada à Secretaria de Cultura do Estado.

Parágrafo Único - Constituída a Fundação, o Poder Executivo solicitará ao Governo Federal a substituição da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí-FADEP, pela Fundação Antares - Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí, na qualidade de executora dos serviços de radiodifusão dos quais o Governo do Estado do Piauí é concessionário.

179

Art. 2º - Constituem finalidades básicas da Fundação, a exploração e execução de serviços de radiodifusão, assim como a produção e veiculação de programas de cunho cultural, educativo e informativo, competindo-lhes:

- I - Servir como meio de expressão e valorização para os grupos sócio-econômicos e todas as formas de manifestação da cultura piauiense;
- II - Operar emissoras de rádio e televisão sem finalidade comercial, com objetivos exclusivamente culturais e educativos;
- III - Promover a ampliação de suas atividades em colaboração com emissoras de rádio e televisão participantes do SINRED através de convênios ou outra forma adequada;
- IV - Colaborar com as emissoras de rádio e televisão em geral, no limite dos interesses comuns;
- V - Articular-se com outros órgãos, em particular as Secretarias de Educação e Cultura, objetivando uma maior integração no âmbito de suas competências;
- VI - Promover o treinamento e o desenvolvimento de pessoal qualificado nas atividades de rádio e televisão;
- VII - Estender a capacidade Técnica da Fundação à prestação de serviços a setores do Estado e da comunidade para a produção de um interesse mais específico.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I - Aprovar o Estatuto da Fundação Antares, no prazo de 30 dias;
- II - Efetuar mediante decreto, a transferência da dotação orçamentária no valor de Cz\$ ..... 51.762.000,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e dois mil cruzados) destinada ao Centro de Teleducação para a Fundação a ser criada, bem como o valor orçado em Cz\$ 40.135.580,00 (quarenta milhões, cento e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta



ta cruzados) para as rubricas de pessoal, encargos sociais e aquisição de títulos representativos de capital já integralizados, constantes da Programação - Coordenação das Atividades Técnico-Docentes e Administrativas da FADEP.

Art. 4º - A Fundação Antares - Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí, terá a seguinte estrutura básica:

- I - Conselho Curador
- II - Conselho de Programação
- III - Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - A composição e competência dos órgãos que compõe a estrutura básica da Fundação serão definidos nos Estatutos a serem aprovados pelo Governador do Estado.

Art. 5º - Constituem Patrimônio da Fundação:

- I - Os bens móveis e imóveis atualmente administrados e utilizados pelo Centro de Teleeducação da FADEP, a serem identificados, avaliados e transferidos na forma legal;
- II - Doações e subvenções que receba de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privativo, nacional ou estrangeira;
- III - Os demais bens e direitos que vier a adquirir no exercício de suas finalidades;
- IV - Outros bens que vier a lhe destinar o Estado, a União ou os Municípios.

Parágrafo Único - Os bens, direitos e valores da Fundação serão utilizados, exclusivamente, na consecução de suas finalidades, permitindo-se a prestação de serviços para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim, e somente poderão ser alienados por deliberação da maioria dos membros do Conselho Curador.

Art. 6º - Constituem receitas da Fundação:

- I - A dotação orçamentária prevista para o Centro de Teleeducação da FADEP, a ser transferida na forma legal;
- II - As dotações orçamentárias ou concedidas em créditos adicionais ou extra-orçamentários que vier a lhe consignar o Estado;

18:

- III - Os recursos oriundos de convênios, acordos e contratos;
- IV - As rendas patrimoniais de quaisquer natureza, inclusive a decorrente da prestação de serviços;
- V - Os recursos provenientes de operações de crédito;
- VI - Os saldos financeiros de exercícios anteriores;
- VII - Outras receitas de quaisquer natureza.

Parágrafo Único - Para o cumprimento de sua finalidade, poderá a Fundação, mediante autorização do Governador do Estado, efetuar operações de crédito com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

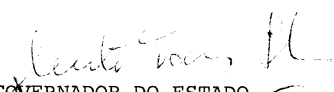
Art. 7º - Em caso de extinção da Fundação Antares, todos os seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Estado do Piauí.

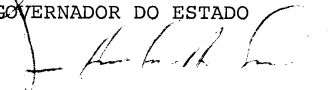
Art. 8º - Os atuais dirigentes do Centro de Teleeducação da FADEP, ficam autorizados a praticar os atos necessários à continuidade dos serviços prestados, até que se constitua definitivamente a nova Fundação.


Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cz\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzados), destinado às despesas de capital e custeio de corrente da implantação da Fundação Antares - Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí, utilizando como fonte de recursos os de finidos no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1987.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina - Piauí, 30 de Dezembro de 1987.

  
GOVERNADOR DO ESTADO

  
SECRETÁRIO DE GOVERNO

  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

## ANEXO III



LEI Nº 4.546 DE 29 DE dezembro DE 1992

PUB. 1. 00	
Diário Oficial nº	09
Data	14. 01. 93
 Assinatura	

Institui o Regime Jurídico Único para Servidores Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado e dá outras providências.

## O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o regime jurídico único para os servidores públicos civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado, nos termos do art. 39, caput, da Constituição Federal e do art. 53, da Constituição Estadual.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º - Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, dentro da estrutura organizacional da Administração Pública.

Parágrafo Único - Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por leis, com denominação própria, número certo e vencimentos pagos pelos cofres públicos.

Fl. 02

Art. 4º - O Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, bem como das Autarquias e Fundações Públicas, será composto de cargos de provimento efetivo, cargos de provimento em Comissão de Direção e Assessoramento Superior - DAS e de Funções de Confiança de Direção, Chefias e Assessoramento Intermediário - DAI.

Art. 5º - Ficam submetidos ao regime do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Piauí, na qualidade de servidores públicos e integrarão o Quadro Único de que trata o artigo anterior:

- I - os servidores concursados estatutários;
- II - os servidores concursados, regidos pela legislação trabalhista;
- III - os servidores abrangidos pelo art. 17, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual;
- IV - os demais servidores admitidos no serviço público, em efetivo exercício, na data da publicação desta lei e cuja estabilidade somente será adquirida mediante concurso público, na forma do art. 41, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Não se incluem nos dispositivos deste artigo, os servidores contratados por prazo determinado, por locação de serviço ou outra forma de prestação de serviços.

Art. 6º - Os servidores que integram o Quadro Único da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas têm seus empregos transformados em cargos públicos com a mesma denominação e o mesmo padrão de vencimentos e vantagens que venham percebendo, vedado quaisquer acréscimos ou reajustes por motivo da mudança do regime.

Fl. 03

Parágrafo Único - As Funções de Direção e Assessoramentos Superiores das Autarquias e das Fundações estaduais, incluídas no regime instituído por esta lei, são transformados em Cargos em Comissão, de livre nomeação pelo Governador do Estado, mantidas as mesmas denominações.

Art. 7º - Os contratos de trabalho, nos casos de servidores regidos pela CLT, são considerados rescindidos, a partir do primeiro dia do mês subsequente à publicação do Decreto de aplicação desta lei, procedendo-se às devidas anotações nas respectivas carteiras profissionais e assentamentos funcionais, da mudança do regime jurídico, que ocorre por força do art. 39, da Constituição Federal e art. 53 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - A movimentação do FGTS, em decorrência do disposto neste artigo, deverá ocorrer conforme dispuser a legislação federal.

Art. 8º - A partir da data da rescisão dos contratos de trabalho dos servidores regidos pela CLT, a Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas não poderão mais recolher, na qualidade de empregadoras, contribuições para o sistema de previdência social bem como as do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 9º - Os servidores, antes submetidos ao regime trabalhista, passam a ser considerados segurados obrigatórios do Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí - IAPEP, com a respectiva aposentadoria mantida pelo órgão ou entidade de origem do servidor.

Art. 10 - O tempo de serviço prestado pelo servidor, sob o regime da CLT, será contado para todos os efeitos jurídicos de novo regime estatutário.

Art. 11 - Para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal, por prazo determinado mediante contrato de locação de servidores, sem vínculo empregatício.

§ 1º - Poderão, ainda ser efetuadas contratações, sem vínculo empregatício, para prestação de serviços técnicos profissionais e especializados de relevante interesse público.

§ 2º - Os contratos de trabalho temporário, de que trata este artigo, serão obrigatórios e previamente submetidos ao Conselho Estadual de Política Salarial, para efeito de homologação do Governador do Estado.

§ 3º - Em caso de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de necessidades inadiáveis que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde e a segurança de pessoas ou bens públicos ou particulares, as contratações poderão ser efetuadas para posterior homologação do Governador do Estado, na forma do parágrafo anterior.

§ 4º - Os contratos elaborados em desacordo com este artigo serão considerados nulos de pleno direito, não gerando qualquer efeito jurídico, e acarretará a responsabilidade administrativa da autoridade que lhes der causa.

Art. 12 - O regime jurídico desta lei é extensivo aos servidores públicos do Poder Judiciário, Poder Legislativo, Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado e serventuários da Justiça, remunerados com recursos do Estado.

Art. 13 - O regime jurídico único, de que trata esta lei, será implantado, por etapas, dentro do prazo de até cento e oitenta dias, mediante ato do Chefe de cada Poder.

Art. 14 - Dentro de cento e oitenta dias, o Chefe do Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa Projeto de Lei Complementar, dispondo sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Piauí, na forma do art. 53, da Constituição Estadual.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina (PI), 29 de dezembro de 1992.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## ANEXO IV

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIO: 2015			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
INGRESSOS		6.349.747,34	0,00
RECEITAS DERIVADAS		199.514,52	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		199.514,52	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		6.150.232,82	0,00
INTRAGOVERNAMENTAIS		6.150.232,82	0,00
DESEMBOLSOS		6.247.636,23	0,00
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		6.144.032,20	0,00
ADMINISTRAÇÃO		6.144.032,20	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		103.604,03	0,00
INTRAGOVERNAMENTAIS		103.604,03	0,00
<b>FLUXO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. OPERACIONAIS (I)</b>		<b>102.111,11</b>	<b>0,00</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
DESEMBOLSOS		-20.226,70	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		-20.226,70	0,00
<b>FLUXO CAIXA LÍQUIDO ATIV. INVESTIMENTO (II)</b>		<b>-20.226,70</b>	<b>0,00</b>
<b>FLUXO CAIXA LÍQUIDO ATIV. FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APURACÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>			
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		<b>81.884,41</b>	
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>		<b>3.113,99</b>	
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>84.998,40</b>	

O Governo do Estado do Piauí, nos termos da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 00, expedida pela STN, nesse exercício de 2015, primeiro ano a utilizar o novo PCASP e DCASP, optou em não evidenciar a coluna "exercício anterior" devido à ocorrência de incompatibilidade entre as contas contábeis dos dois Planos de Contas, e, principalmente, pela ausência de interoperabilidade entre os ambientes SIAFEM/2014 e o SIAFEM/2015.

**ANEXO V****Lei Complementar nº 81 de 29/12/2006**

“Dispõe sobre a Criação do Quadro de Pessoal Efetivo da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí e dá outras providências”.

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o Quadro de Pessoal Efetivo da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, com os cargos, especialidades e habilitação, constantes do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º Os servidores públicos efetivos do Estado, regularmente investidos no cargo, atualmente pertencentes ou colocados à disposição da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, poderão ser lotados, no mesmo cargo e função, preferencialmente, na referida Fundação, observado o disposto no Inciso II, do artigo 65, da Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003.

Parágrafo Único A Secretaria de Administração apreciará quais servidores atendem aos requisitos deste artigo, para fixação ou não de sua lotação na Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, no interesse do serviço.

Art. 3º Aplica-se ao Quadro de Pessoal Efetivo da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí o disposto na Lei Complementar nº 38, de 24 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Piauí.

Art. 4º Esta Lei Complementar será regulamentada, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua vigência.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação



PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 29 de dezembro de 2006.  
GOVERNADOR DO ESTADO  
SECRETÁRIO DE GOVERNO

**Anexo Único**

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DA FUNDAC?O RADIO E TELEVIS?O EDUCATIVA DO PIAUI

GRUPO OCUPACIONAL/CARGO/ESPECIALIDADE	QUANT	HABILIDADE EXIGIDA
<b>I – GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL – GOO</b>		
Ø Cargo: Agente Operacional de Serviços		
Ø Especialidades:		
1 – Agente de Manutenção Especializada	02	Ensino Fundamental
2 – Auxiliar de Serviços de vigilância	23	Ensino Fundamental
3 – Auxiliar de Serviços Gerais	16	Ensino Fundamental
4 – Auxiliar de Serviços Administrativo	18	Ensino Fundamental
5 – Auxiliar de Produção Artística e Cultural	34	Ensino Fundamental
4 – Motorista	24	Ensino Fundamental com Carteira Nacional de Habilitação
<b>II – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO – GOT</b>		
Ø Cargo: Agente Técnico de Serviços		
Ø Especialidades:		
1 – Técnico de Apoio Administrativo	35	Ensino Médio
2 – Técnico de Comunicação e Produção Cultural	155	Ensino Médio

3 – Técnico de Manutenção e Projeto	03	Ensino Médio
4 – Técnico da Tecnologia da Informação	05	Ensino Médio
5 – Técnico de Administração e Contabilidade	02	Ensino Médio, com curso específico na área de Administração ou Contabilidade
III – GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR – GOS		
Ø Cargo: Agente Superior de Serviços		
Ø Especialidades:		
1 – Administrador	02	Curso Sup. de Administração
2 – Comunicador Social	78	Curso Sup. em Com. Social
3 – Contador	02	Curso Sup. em Ciências Contábeis
TOTAL	399	

Este texto não substitui o Publicado no DOE nº 244 de 29/12/2006

**ANEXO VI****Lei Complementar nº 30 de 17/07/2003**

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí e da outras providencias.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e plena gestão de seus bens e recursos, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura.

Parágrafo Único Constituída a Fundação, o Poder Executivo solicitará ao Governo Federal a substituição do Centro de Teleducação, órgão subordinado à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, pela Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, na qualidade de instituição executora dos serviços de comunicação concedidos.

Art. 2º Constituem finalidades básicas da Fundação a exploração e a execução dos serviços de comunicação, assim como a produção e veiculação de programas de cunho informativo, cultural e educativo, competindo-lhe:

- I - servir como meio de expressão e valorização da cultura piauiense;
- II - operar emissoras de rádio e televisão sem finalidade comercial, com objetivos exclusivamente informativos, culturais e educativos;
- III - colaborar com as emissoras de rádio e televisão em geral, no limite dos interesses comuns;
- IV - articular-se com outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, objetivando uma maior integração no âmbito de suas competências;
- V - promover o treinamento e o desenvolvimento de pessoal qualificado nas atividades de rádio e televisão

Art. 3º Fica o poder executivo autorizado a:

I - aprovar o estatuto da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, no prazo de cento e oitenta dias, que disporá, sobre a organização, denominação de cargos e funções e funcionamento da Fundação Rádio e Televisão do Piauí, observado o quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas constantes do Anexo Único da Lei Complementar nº 028, de 09 de junho de 2003;

II - transferir, mediante decreto, para a Fundação cuja criação ora se autoriza as dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária para 2003 para a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais e a para a Empresa de Telecomunicações do Piauí;

III - abrir, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em favor da Fundação ora autorizada, provenientes de excesso de arrecadação de Imposto sobre Operações relativas à circulação de Mercadorias sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e ICMS, sem prejuízo das autorizações já concedidas por outras Leis.

Art. 4º A Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, terá a seguinte estrutura básica:

I - Presidência;

II - unidades de diretoria;

III - unidades de gerência;

IV - unidades de coordenação;

V - unidades de supervisão;

VI - assessoria técnica;

VII - assistências de serviços;

VIII - assessoria jurídica.

Parágrafo Único Integra também a estrutura básica da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí o Conselho Consultivo, cujas atribuições, composição e competências serão definidos no Estatuto da Fundação ora criada, a ser aprovado por Decreto pelo Governador do Estado.

Art. 5º Constituem o patrimônio da Fundação:

I - os bens imóveis e móveis atualmente administrados e utilizados pelo Centro de Teleeducação (CETEL) e pela Secretaria Extraordinária de Programas Especiais a serem identificados, avaliados e transferidos na forma legal;

II - os bens imóveis e móveis atualmente administrados e utilizados pela Empresa de Telecomunicações do Piauí (ETELPI) a serem identificados, avaliados e transferidos na forma legal;

III - os bens imóveis e móveis atualmente administrados e utilizados pela TV Delta , localizada na cidade de Parnaíba, a serem identificados, avaliados e transferidos na forma legal;

IV - os demais bens e direitos que vier a adquirir durante a sua existência.

Parágrafo Único Os bens, direitos e valores da Fundação serão utilizados, exclusivamente na consecução de suas finalidades, permitindo-se a prestação de serviços para obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 6º Constituem receitas da Fundação:

I - as dotações orçamentárias ou concedidas em créditos adicionais ou extra-orçamentários que vier a lhe consignar o Estado;

II - os recursos oriundos de convênios, acordos e contratos;

III - as rendas patrimoniais de quaisquer natureza, inclusive a decorrente da prestação de serviços;

IV - os recursos provenientes de operações de crédito;

V - outras receitas que vier a adquirir no exercício de suas finalidades.

Parágrafo Único Para o cumprimento de sua finalidade poderá a Fundação, mediante autorização do Governador do Estado, efetuar operações de crédito com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 7º Em caso de extinção da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, todos os seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Estado do Piauí.

Art. 8º Enquanto não dispuser de quadro de pessoal permanente, poderão ser requisitados servidores da administração estadual direta para a Fundação cuja criação ora se autoriza.

Parágrafo Único O Poder Executivo encaminhará, no prazo de 120 dias a contar da publicação desta Lei, projeto de lei dispendo sobre o quadro de pessoal permanente da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, garantido aos servidores da extinta rádio e TV Educativa integrar o aludido quadro de pessoal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 17 de julho de 2003. GOVERNADOR DO ESTADO SECRETÁRIO DE GOVERNO

**ANEXO VII****Decreto nº 11.757 de 09/06/2005**

Aprova o Estatuto da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII, do art. 102, da Constituição Estadual, D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo Único deste Decreto, o Estatuto da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 09 de junho de 2005. GOVERNADOR DO ESTADO  
SECRETÁRIO DE GOVERNO

ANEXO VIII

Sexta-feira, 10 de junho de 2005 - Nº 108

TERESINA - PI

ANEXO II  
ANEXO AO DECRETO Nº 154 de 09 de Junho de 2005.

ANULAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
11103.04122042.181	COORDENAÇÃO GERAL DO GABINETE MILITAR	FO	4.4.90.52	00	30.000
14201.2812201.000	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA	FO	4.4.90.51	10	150.000
14201.2812201.113	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	FO	4.4.90.51	11	750.000
39000.99999999.173	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	FO	9.99.99	00	930.050
44101.0618241.282	PREPARAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	FO	4.4.90.52	00	55.000
44101.0618241.384	CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE TREINAMENTO	FO	4.4.90.51	00	30.000
44101.0618241.384	CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE TREINAMENTO	FO	4.4.90.52	00	20.000
44102.0618241.388	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AS PESSOAS DE BAIXA RENDA ATINGIDAS POR DESASTRES	FO	4.4.90.51	00	65.000
<b>TOTAL</b>					<b>2.103.050</b>

**P. P. 15104 a 15112**

**DECRETO Nº 154 DE 09 DE Junho DE 2005.**

Abre o Orçamento Geral do Estado, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor de R\$ 11.333.648,00

O Governador do Estado do Piauí, usando das atribuições que lhe confere o Art. 102, Inciso XII, da Constituição do Estado, o Art. 8º, da Lei nº 5.430, de 28 de dezembro de 2004.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Estado em favor do Gabinete do Vice Governador, Gabinete Militar, Superintendência de Representação do Estado em Brasília, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria do Desenvolvimento Rural, Secretaria da Infra-Estrutura/Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí - DER/PI, Secretaria do Planejamento/Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO, Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Corpo do Bombeiro Militar, crédito suplementar no valor de R\$ 11.333.648,00 (onze milhões, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais), destinados a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários a execução do disposto no artigo anterior decorrem do exaustão de arrecadação das Fontes: 00 - Recursos Próprios do Estado, 10 - Recursos de Convênios, 12 - Recursos Diretamente Arrecadados e das alterações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Fica este Decreto em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, 09 de junho de 2005.

**GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**  
SECRETÁRIO DE GOVERNO  
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

**DECRETO Nº 154, DE 09 DE Junho DE 2005**

Aprova o Estatuto da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII, do art. 102, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo Único deste Decreto, o Estatuto da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 09 de junho de 2005.

**GOVERNADOR DO ESTADO**  
**SECRETÁRIO DE GOVERNO**

ANEXO I SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
11103.04122042.181	COORDENAÇÃO GERAL DO GABINETE DO VICE GOVERNADOR	FO	4.4.90.52	00	30.000
14201.2812201.000	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA	FO	4.4.90.51	10	150.000
14201.2812201.113	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	FO	4.4.90.51	11	750.000
39000.99999999.173	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	FO	9.99.99	00	930.050
44101.0618241.282	PREPARAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	FO	4.4.90.52	00	55.000
44101.0618241.384	CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE TREINAMENTO	FO	4.4.90.51	00	30.000
44101.0618241.384	CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE TREINAMENTO	FO	4.4.90.52	00	20.000
44102.0618241.388	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AS PESSOAS DE BAIXA RENDA ATINGIDAS POR DESASTRES	FO	4.4.90.51	00	65.000
<b>TOTAL</b>					<b>11.333.648</b>

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, pessoa jurídica de direito público, entidade sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e financeira e plena gestão de seus bens e recursos de criação autorizada pela Lei Complementar nº 30, de 17 de julho de 2003 e vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, reger-se-á por seus atos constitutivos e pelo presente estatuto e terá duração indeterminada.

Art. 2º A Fundação terá sede e foro na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, e jurisdição em todo o território do Estado.

Art. 3º Constituem finalidades básicas da Fundação e exploração e a execução dos serviços de comunicação, assim como a produção e veiculação de programas de cunho informativo, cultural e educativo, competindo-lhe:

- I. servir como meio de expressão e valorização da cultura piauiense;
- II. operar emissores de rádio e televisão sem finalidade comercial, com objetivos exclusivamente informativos, culturais e educativos;
- III. colaborar com as emissores de rádio e televisão em geral, no limite dos interesses comuns;
- IV. articular-se com outros órgãos e entidades, públicas, objetivando uma maior integração no âmbito de suas competências;
- V. promover o treinamento e desenvolvimento de pessoal qualificado nas atividades de rádio e televisão.

Sexta-feira, 10 de junho de 2005 - Nº 108

**PIAUI**

TERESINA - PI

D I Á R I O O F I C I A L

Art. 4º Para consecução dos seus objetivos e finalidades, caberá a Fundação:

- I. servir como meio de expressão e valorização para os grupos sócio-econômicos e todas as formas de manifestação da cultura piauiense;
- II. operar emissoras de rádio e televisão sem finalidade comercial, isto é, com objetivos exclusivamente culturais e educativas;
- III. promover ampliação de suas atividades em colaboração com emissoras de rádio e televisão, através de convênios ou outra forma adequada;
- IV. no limite dos interesses comuns, colaborar com as emissoras de rádio e televisão em geral;
- V. articular-se com outros órgãos visando a uma maior integração no âmbito de suas competências;
- VI. promover o treinamento e o desenvolvimento de pessoal qualificado nas atividades de rádio e televisão;
- VII. estender a capacidade técnica da Fundação à prestação de serviços a setores do Estado e da comunidade, para a produção de programas de seu interesse mais específico, observando-se a proibição constante no artigo seguinte.

Art. 5º Fica a Fundação expressamente proibida utilizar suas emissoras de rádio e televisão:

- I. para fins político-partidários;
- II. para a difusão de idéias ou fatos que incitem violência, preconceito de raça, classe, sexo ou religião;
- III. para divulgação de publicidade que vise ao estímulo de consumo de produtos nocivos à saúde humana, tais como bebidas alcoólicas e cigarros;

#### CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 6º A organização administrativa da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí constitui-se da seguinte forma:

- I. Presidência:
  1. Gabinete do Presidente;
  2. Assessoria Jurídica;
  3. Assessoria Técnica;
  4. Assistência de Serviços;
  5. Coordenadoria Comissão Permanente de Licitação
- 5.1. Comissão Permanente de Licitação
- II. Órgãos de Direção:
  1. Diretoria de Unidade Administrativo-Financeira:
    - 1.1. Coordenadoria de Finanças;
    - 1.2. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
    - 1.3. Coordenadoria de Logística, Abastecimento e Serviços.
  2. Diretoria de Unidade de Rádio:
    - 2.1. Gerência de Produção/Rádio;
    - 2.2. Gerência de Jornalismo/Rádio;
    - 2.3. Coordenadoria de Rádio.
  3. Diretoria de Unidade de TV:
    - 3.1. Gerência de Produção/TV;
    - 3.2. Gerência de Jornalismo/TV;
    - 3.3. Coordenadoria de TV.
  4. Diretoria de Unidade Técnico-Operacional:
    - 4.1. Gerência de Telecomunicações,
      - 4.1.1. Coordenadoria Técnica;
    5. Diretoria de Unidade de Rádio Igarapé e TV Delta:
      - 5.1. Coordenadoria de Manutenção;
      - 5.2. Coordenadoria Administrativo-Financeira.
  - III. Das Supervisões: As funções de supervisão serão preenchidas conforme as necessidades de cada diretoria, sendo o servidor nelas investido subordinado à diretoria em que for lotado.

#### CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 7º Constituem patrimônio da Fundação:

- I. os bens móveis e imóveis utilizados e administrados pela empresa de Telecomunicações do Piauí - ETELP, avaliados e transferidos na forma legal;
- II. os bens móveis e imóveis administrados e utilizados pelo Centro de Telecomunicação - CETEL e pela Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, avaliados e transferidos na forma legal;
- III. os bens móveis e imóveis utilizados pela TV Delta, localizada na cidade de Parnaíba, avaliados e transferidos na forma legal;
- IV. os demais bens e direitos que vier a adquirir durante a sua existência;

Parágrafo único: Os bens, direitos e valores da Fundação serão utilizados exclusivamente na consecução de suas finalidades, permitindo-se a prestação de serviços para obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 8º Constituem receitas da Fundação:

- I. as dotações orçamentárias ou concedidas em créditos adicionais ou extra-orçamentárias que vier a lhe consignar o Estado;
- II. os recursos oriundos de convênios, acordos, contratos e congêneres;
- III. as rendas patrimoniais de quaisquer natureza, inclusive a decorrente da prestação de serviços;

- IV. os serviços provenientes de operação de crédito;
- V. outras receitas que vier a adquirir no exercício das suas finalidades.

Parágrafo único: Para o cumprimento de sua finalidade, poderá a Fundação, mediante autorização do Governador do Estado, efetuar operações com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

#### CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES

Art. 9º A Fundação será dirigida por três órgãos:

- I. Conselho de Programação;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Consultivo

#### SEÇÃO I DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO

Art. 10. O Conselho de Programação é um órgão de supervisão da programação das emissoras da Fundação e compõe-se de 9 (nove) membros.

Art. 11. São membros do Conselho de Programação:

- I. o Diretor-Presidente da Fundação;
- II. o Diretor de TV;
- III. o Diretor de Rádio;
- IV. o Gerente de Jornalismo/TV;
- V. o Gerente de Jornalismo/Rádio;
- VI. o Gerente de Produção/TV;
- VII. o Gerente de Produção/Rádio;
- VIII. o Diretor Técnico-Operacional;
- IX. o Chefe de Assessoria Jurídica.

Art. 12. O Conselho de Programação reuni-se à bimestralmente em sessão ordinária convocada por seu Presidente e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º o quorum para deliberação será o da maioria simples dos seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 2º a convocação para reuniões do Conselho durará com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 13. O Conselho de Programação será presidido pelo Diretor-Presidente da Fundação, que indicará o secretário entre os seus membros.

Art. 14. Compete ao Conselho de Programação:

- I. estabelecer diretrizes para a elaboração da proposta de programação das emissoras, observando os objetivos da Fundação;
- II. aprovar a proposta de programação elaborada pelas Diretorias de Rádio e TV;
- III. opinar sobre assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva

#### SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 15. A Diretoria Executiva terá a seguinte composição:

- I. Diretor-Presidente;
- II. Diretor de TV;
- III. Diretor de Rádio;
- IV. Diretor Técnico-Operacional;
- V. Diretor Administrativo-Financeiro

Art. 16. Compete a Diretoria Executiva:

- I. cumprir e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento Interno da Fundação;
- II. dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades técnicas e administrativas da Fundação;
- III. prestar contas de sua gestão financeira ao Tribunal de Contas do Estado na forma da legislação pertinente;
- IV. movimentar recursos financeiros da Fundação, na forma da lei e do Regimento Interno.

Art. 17. O Diretor-Presidente será nomeado pelo Governador do Estado e terá como atribuições:

- I. representar a Fundação em juízo ou fora dele;
- II. assinar atos e contratos;
- III. assinar conjunta e solidariamente com o Diretor Administrativo
- IV. homologar licitações e adjudicar o seu objeto, em observância da legislação vigente;
- V. praticar atos relativos a pessoal;
- VI. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- VII. adquirir, alienar e onerar bens imóveis, observado a legislação pertinente.



**PORTARIAS E RESOLUÇÕES**

VIII. aceitar doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza, desde que úteis à consecução dos objetivos da Fundação, ocorrendo, quando julgar necessário, o conselho consultivo;

- IX. contratar a prestação de serviços em geral;
- X. elaborar o Regimento Interno da Fundação;
- XI. praticar outros pertinentes às suas atribuições

Parágrafo único: O Presidente da Fundação poderá, em caso de urgência e necessidade, delegar a qualquer membro da Diretoria Executiva os poderes que lhe são atribuídos neste artigo a fim de que pratique os atos necessários ao regular funcionamento da administração da Fundação.

**SEÇÃO III  
DO CONSELHO CONSULTIVO**

Art. 18. O Conselho Consultivo, órgão de apoio e consulta da Fundação, será constituído por 7 (sete) membros representantes dos diversos órgãos e setores amantes no segmento educativo-cultural do Estado e terá a seguinte composição:

- I. Diretor-Presidente da Fundação, que presdirá o Conselho;
- II. 01 representante da Secretaria da Educação e Cultura – SEDUC;
- III. 01 representante da Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC;
- IV. 01 representante da Fundação de Esportes do Piauí – FUNDESP;
- V. 01 representante do Conselho de Educação e Cultura;
- VI. 01 representante da Fundação Universidade Estadual do Piauí – (FUESPI);
- VII. 01 membro da comunidade que detenha reconhecida atuação no âmbito das atividades de educação e cultura no Estado do Piauí

§ 1º Caberá ao Diretor-Presidente da Fundação designar os membros deste Conselho

§ 2º Os representantes dos órgãos estaduais que possuem assento no Conselho serão indicados por seus titulares.

§ 3º O membro da comunidade que detenha reconhecida atuação no âmbito das atividades de educação e cultura no Estado do Piauí será de livre escolha do Diretor-Presidente da Fundação.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho Consultivo será de 3 (três) anos, permitida uma recondução de qualquer membro para o período sucessivo.

§ 5º As funções dos membros do Conselho Consultivo não são remuneradas.

Art. 19. O Conselho Consultivo reunirá-se sempre que for convocada pela Diretoria Executiva ou Conselho de Programação

Art. 20. Compete ao Conselho Consultivo:

- I. Analisar, sugerir e emitir pareceres sobre as atividades e projetos da Fundação e apoiar a avaliação de propostas de novos projetos;
- II. Apresentar sugestões e fazer recomendações relativamente a futuras atividades da Fundação;
- III. Sempre que solicitado, avaliar e opinar quanto ao melhor cumprimento dos fins da Fundação;

Art. 21. O Conselho será presidido pelo Diretor-Presidente da Fundação, sendo-lhe facultado delegar poderes a qualquer membro da sua Diretoria Executiva a fim de exercer tal função.

**CAPÍTULO V  
DO PESSOAL**

Art. 22. O quadro de pessoal da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí será regido pela Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, Lei Complementar nº 33, de 15 de agosto de 2003 e Lei Complementar nº 38, de 24 de março de 2004.

Art. 23. Enquanto não dispuser de quadro de pessoal permanente, poderão ser requisitados servidores da administração estadual dieta para a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí.

Art. 24. O Diretor-Presidente encaminhará ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste, os dados necessários a fim de que o Poder Executivo elabore projeto de lei disposto sobre o quadro de pessoal permanente da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, nos termos do parágrafo único, do art. 8º, da Lei Complementar nº 036, de 17 de julho de 2003.

**CAPÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 25. O Regimento Interno da Fundação disporá sobre a estrutura, funcionamento e competência das Unidades que compõem sua organização administrativa, bem como as atribuições de seus titulares, em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 030, de 17 de julho de 2003 e neste Estatuto.

Art. 26. Em caso de extinção da Fundação, todos os seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Estado do Piauí.

Art. 27. O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação

P. P. 15119



**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**

no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 107, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Ofício nº 992, de 10 de maio de 2005, da Secretaria da Saúde,

**RESOLVE** nomear, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 10 e art. 11, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto das Servidoras Públicas Civis do Estado do Piauí), os candidatos relacionados no Anexo Único deste decreto, para exercerem, em virtude da aprovação em concurso público, cargos eletivos pertencentes ao quadro de pessoal da Secretaria Estadual da Saúde

2005. PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 03 de junho de

GOVERNADOR DO ESTADO  
SECRETÁRIO DE GOVERNO

Sabiana Vieira Brito Chaves  
SECRETÁRIA DA SAÚDE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO DA SESAPI/2003**

Módulo Assistencial: Teresina-PI

Cargo/Especialidade: Auxiliar Administrativo		
Insc.	Nome	
2044731	VALMIR BATISTA DA SILVA	
9401140	ELENITA RODRIGUES SOARES NETO	
2228350	MARCIL DE J. ESUS COSTA	
2244650	WANDRESON LOPES RODRIGUES COSTA	
2115420	URUCA MARIA ALVES DE MIRANDA	
9025200	MARIA ELISABETH DA SILVA	
8018870	ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO	
6012360	FLAVIO TEIXEIRA MENEZES	

Cargo/Especialidade: Auxiliar de Enfermagem		
Insc.	Nome	
2118050	ELIZANGELA VIEIRA DE ARAUJO	
2224010	IVANILDA DOS SANTOS C FONTENELLES	
2097000	CLOVES MENDES DA SILVA	
2090690	RAIMUNDA LOPES DOS SANTOS FILHA	
2223090	ROSANGELA FERREIRA DOS S. FARDIMEN TO	
2091910	ONÍSIA CLAUDIA D DE OLIVEIRA	
2210100	MARIA MAURENA MESQUITA SILVA	
2269320	LEA JANE GOMES SILVA	
2242940	CONSTANÇIA DA SILVA BRANDEAU SOUSA	
2094490	IVONE VENANCIO DE MELO	
2081650	MARIA DE LOURDES DA SILVA SOUSA	
2030050	LUCIANA SILVA CARVALHO	
2071490	MARIA DOS REMEDIOS ROSENDO R SOARES	
2065840	FRANCISCA PATRICIA R DOS SANTOS	
2226150	CONCEIÇÃO DE M LOPES DA S JUNES	
2115633	INDIANA VISM FERREIRA DE CARVALHO	
2065730	IOLANDA OLIVEIRA EVANGELISTA	
2080800	HELENA A GUEILDA GOMES LEAL	
2280920	FRANCISCA MARIA SOARES	
2114550	MARCELINE ALVES DE CASTRO	
2044300	REGIANE CARLA SILVEIRA PINHEIRO	
2080100	EDNA RODRIGUES DOS SANTOS	

Cargo/Especialidade: Auditor Enfermeiro		
Insc.	Nome	
1103460	ALLUINA MARIA MACHADO REGO MONTEIRO	
1078700	FRANCIMAR BATISTA MEIRELES MELO	
1069460	MARIA EDI DE FATIMA FRANCO BATISTA	

Cargo/Especialidade: Auditor Médico		
Insc.	Nome	
9427820	VEREZA CRISTINA MARTINS DE PAUTA ALVES	
8020710	DFINISE DE SOUSA GAL MARTINS MOURA	
1081870	MAURO CARVALHO E SILVA	
1082390	HELDER DE MELO SERVINO	
1070330	LEILA AUREA NOGUEIRA DE SOUSA	
1062420	AURIMAR BEZERRA MELO DE SOUSA	
8023430	MARCONDE S MARTINS SANTOS MOURA	

## ANEXO IX

### INDICADORES DE QUALIDADE NAS EMISSORAS PÚBLICAS

#### A. Sobre a missão e os propósitos da empresa ou da instituição

A.1. A emissora e a sua mantenedora têm missão, valores, objetivos e visão que constam de um documento claro e oficial para orientar sua ação cultural?

A.2. A missão, os valores, os objetivos e a visão da instituição encontram-se verdadeiramente à disposição do público?

A.3. Além deles, há diretrizes gerais para a programação nos diversos horários, para os diversos públicos?

A.4. Há missões específicas por programa?

#### B. Sobre a Administração de Recursos

B.1. Publicam-se balanços regularmente?

B.2. Eles estão bem traduzidos ou são montados de forma que só contadores sejam capazes de decifrá-los?

B.3. O orçamento anual também é publicado, com uma clara destinação de cada parte dos recursos?

B.4. Os critérios pré-definidos de utilização dos recursos são abertos para o público?

B.5. Essas guias são franqueadas ao público, amplamente divulgadas e explicadas?

B.6. É possível para o público saber quanto custa cada programa?

#### C. Sobre o nível de diálogo com a sociedade

C.1. Os cidadãos são estimulados a participar?

C.2. Como a instituição acolhe as sugestões?

C.3 Como a instituição dá respostas a elas?

C.4. Existe um ombudsman ou ouvidor?

C.5. Esse profissional tem espaço diário na programação para comentar as críticas do público?

C.6. Existem formas de interação do público nos noticiários?

C.7. A emissora tem presença permanente nas redes sociais?

C.8. A emissora tem páginas próprias nas redes sociais?

C.9. Os programas da grade têm páginas nas redes sociais?

#### D. Diversidade Cultural

D.1. Existe uma orientação ou manual relacionado com a questão da diversidade?

D.2. Este orientação ou manual é aplicado?

#### E. Cobertura geográfica e oferta de plataformas

E.1. A emissora pode ser sintonizada em todo o território de cuja população recebe recursos?

E.2. A emissora tem instalações e equipes distribuídas pelas diversas regiões das quais provêm seus recursos?

#### F. Padrão público (democrático e republicano) de jornalismo

F.1 A emissora tem uma grade definida de noticiários?

F.2. O noticiário abrange toda a área geográfica coberta pela emissora?

F.3.O noticiário trata em profundidade, com regularidade, de pautas produzidas em várias praças de cobertura da TV?

F.4. Os cidadãos e as comunidades que a sustentam são também protagonistas das notícias, das coberturas, dos documentários e dos debates veiculados por ela?

F.5. Os diversos pontos de vista estão representados nos debates de ideias?

F.6. As fontes ouvidas nas reportagens refletem os padrões de diversidade que pautam a programação geral da emissora?

G. Pressupostos da independência

G.1. Há um Conselho Editorial – ou um órgão análogo – independente do governo ou do órgão de Estado ou de governo ao qual a emissora seja eventualmente vinculada?

G.2. Esse Conselho tem um estatuto próprio?

G.3. O estatuto está publicado, é de fácil acesso para o cidadão?

G.4. Ele é simples, direto, compreensível?

G.5. Existe uma lei ou documento legal definindo as atribuições do Conselho?

G.6. A escolha dos membros do Conselho é autônoma em relação ao governo?

H. Independência na operação de linha da emissora

H.1. Uma vez aprovado o planejamento, a emissora tem autonomia na definição de sua grade?

H.2. A emissora tem autonomia total na contratação de seus funcionários?

H.3. A emissora tem autonomia para licitar a contratação de seus fornecedores?

H.4. A emissora tem independência na produção de seus programas?

H.5. Os jornalistas têm autonomia em sua participação em programas e/ou noticiários?

H.6. A emissora tem liberdade para deliberar sobre o conteúdo que põe no ar ou sua programação, sem ter que se submeter a alguma forma de censura prévia em órgãos estatais?

H.7. • A emissora tem autonomia plena para decidir o que veicula (ou depende da autorização de governamental para a exibição de um programa em particular)?

H.8. Os sites da emissora estão livres de bloqueios impostos pelo governo ou pelo Judiciário?

#### I. Caráter público do financiamento

I.1. No caso de financiamento público, existe lei definindo formas de financiamento?

I.2. Essa lei impede a ingerência de autoridades na liberação dos recursos?

I.3. A emissora se encontra a salvo de contingenciamentos e outras formas de pressão governamental?

I.4. Existem programas de financiamento da emissora que envolvam a participação direta e voluntária do público (segundo o modelo da PBS norte-americana)?

I.5. Se veicula publicidade comum, dessa que vende mercadorias ou serviços, como automóveis ou cartões de crédito, a emissora mantém essas receitas abaixo dos 20% de seu orçamento total?

I.6. Se a emissora veicula apenas publicidade institucional, há um regulamento que impeça a interferência do anunciante nas decisões sobre a programação?

I.7. A área editorial é inteira e claramente independente da área de captação de recursos?

I.8. Essa independência é clara para o público, estando publicada em documento oficial?

I.9. A emissora sabe se eximir de fazer concorrência com emissoras comerciais quando capta parceiros ou anunciantes?

I.10. O público está informado sobre as relações entre a direção da emissora e seus anunciantes?

## J. Grau de satisfação da audiência

J.1. Existe uma rubrica no orçamento da emissora destinada à realização de pesquisas?

J.2. Existe uma área da emissora focada em analisar dados de pesquisas?

J.3. Publica-se o rating dos programas?

J.4. Existe uma diretoria independente de pesquisa que sirva ao conjunto de programas da emissora?

J.5. Existe um processo de feedback das pesquisas em relação à produção?

J.6. Existe uma pesquisa contínua relacionada com o tempo médio de permanência dos usuários nos programas da emissora?

J.7. A proporção de programas pesquisados em relação à programação total da emissora é suficiente?

J.8. O sistema de manutenção e ajuste de qualidade nos programas da emissora é eficaz – funciona bem – e bem compreendido pelas equipes envolvidas?

J.9. Existem questionários via web para avaliar a opinião do público em geral sobre a programação da emissora?

## K. Experimentação e inovação de linguagem

K.1. Há um manual de estilo que estimule a experimentação?

K.2. Os profissionais têm conhecimento de novas técnicas de produção audiovisual?

K.3. Há exemplos de programas ou de formatos de programa que foram gerados dentro dela e depois assimilados por outras emissoras?

K.4. Ela exporta programação?

K.5. Ela é considerada uma escola por jovens profissionais?

K.6. Procura-se conciliar a produção dos programas com outras plataformas de publicação, como a web?

K.7. Os equipamentos são avançados quando comparados às suas concorrentes ou similares?

K.8. Os técnicos estão em linha com a vanguarda tecnológica, quando comparados os outros profissionais do mesmo mercado, na mesma região?

K.9. A linguagem dos programas é original ou repete padrões conhecidos?

K.10. Há programas da emissora considerados referência internacional quando comparados a países no mesmo nível de desenvolvimento econômico e educacional?

K.11. A emissora recebe premiações nacionais com alguma regularidade?

K.12. A emissora recebe prêmios internacionais com regularidade?

K.13. Os programas da emissora servem para revelação de talentos específicos?

#### L. Padrões Técnicos

L.1. Os equipamentos de produção são atualizados regularmente, dentro de padrões equivalentes ou superiores aos da concorrência ou das instituições análogas na mesma região?

L.2. A proporção entre equipamentos novos e relativamente obsoletos está dentro dos padrões das empresas da área no mesmo país?

L.3. O padrão de investimento em tecnologia é compatível com o as melhores práticas do segmento em que a emissora atua?

L.4. Os profissionais da emissora estão tecnicamente capacitados para operar seus equipamentos da melhor maneira possível?

L.5. Os profissionais da emissora recebem constante treinamento para utilizar seus equipamentos da melhor maneira possível?

L.6. • Há um sistema de arquivamento (dentro dos melhores padrões técnicos disponíveis) do material produzido pela emissora?



**ANEXO X****Lei Ordinária nº 5.309 de 17/07/2003**

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado no serviço para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na Administração Estadual direta, nas autarquias e fundações públicas, sob o regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Estadual direta, as autarquias e fundações públicas poderão realizar contratação de pessoal por tempo determinado, sob regime de Direito Administrativo, nas condições e nos prazos máximos previstos nesta Lei.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da administração pública e que não possa ser realizada com a utilização do quadro de pessoal existente, e que visem:

I - atender a situações de calamidade pública;

II - combater surtos epidêmicos;

III - combater pragas e surtos que ameacem a sanidade animal ou vegetal;

IV - realizar campanhas preventivas de vacinação contra doenças;

V - admissão de profissional de notória especialização, inclusive estrangeiro, nas áreas de ensino, pesquisa científica e tecnológica;

VI - substituir professor em regência de classe, desde que existentes cargos efetivos vagos ou cujos titulares se encontrem legalmente afastados.

Parágrafo Único As contratações previstas nesta Lei serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos, já incluídas eventuais prorrogações:

VII - doze meses, no caso dos incisos I e II do caput desse artigo;

VIII - vinte e quatro meses, nos demais casos.

Art. 3º O recrutamento de pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante processo seletivo simplificado, observados critérios e condições estabelecidos pela Secretaria de Administração, após apresentação de justificativas da necessidade do órgão ou entidade que pretende a contratação de pessoal, dentro de critérios encaminhados mediante proposta fundamentada, com ampla e prévia publicação através do Diário Oficial do Estado e dos meios de comunicação, prescindindo de concurso público.

§ 1º Da proposta de que trata o caput devem constar:

I - comprovação de sua necessidade;

II - período de duração;

III - número de pessoas a serem contratadas;

IV - estimativa de despesas.

§ 2º A contratação para atender as necessidades definidas nos incisos I a III do art. 2º prescindirá de processo seletivo sempre que a comprovação da urgência demonstre a impossibilidade de sua realização.

Art. 4º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados e servidores de suas subsidiárias e controladas.

§ 1º A infração ao disposto no caput desse artigo, importará sem prejuízo da nulidade do contrato, na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive, se for o caso, solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

§ 2º A contratação prevista nesta Lei, no âmbito do Poder Executivo, apenas será realizada quando autorizada pelo Governador do Estado.

§ 3º O contratado durante a vigência do contrato, contribuirá para o Regime Geral da Previdência Social, na forma do art. 40, § 13, da Constituição Federal.

§ 4º Na contratação de pessoal, serão observados os níveis salariais dos planos de carreira do órgão ou entidade interessada ou a remuneração compatível com a do mercado de trabalho, no caso de não haver cargo similar na administração pública.

Art. 5º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á sem direito à indenização:

I - pelo óbito do contratado;

II - pelo término do prazo contratual;

III - por descumprimento de qualquer cláusula contratual pelo contratado;

IV - por iniciativa do contratado, comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

V - quando da nomeação de aprovados em concurso público para os cargos do pessoal contratado;

VI - por iniciativa do contratante, verificada a ineficiência do contratado ou a conveniência administrativa.

§ 1º A extinção do contrato não confere direito à indenização, ressalvada a hipótese de rescisão por conveniência administrativa, quando será pago ao contratado o correspondente a trinta por cento do que lhe caberia no restante do contrato.

§ 2º As infrações disciplinares atribuídas ao contratado nos termos desta Lei ensejarão a rescisão do contrato e serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

Art. 6º Ao contratado é proibido:

I - desempenhar atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada;

III - ser novamente contratado com fundamento nesta Lei, antes de decorridos dois anos do encerramento do seu contrato anterior;

IV - participar de comissão de sindicância ou de inquérito administrativo, ou de qualquer órgão de deliberação coletiva.

Parágrafo Único A inobservância do disposto neste artigo resultará na rescisão do contrato nos casos dos incisos I e II, na declaração de sua insubsistência, no caso do inciso III, ou na anulação do ato de designação, no caso do inciso IV, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas.

Art. 7º Sem prejuízo da nulidade do contrato, a contratação de pessoal feita em desacordo com esta Lei importará na responsabilidade administrativa, civil e penal da autoridade contratante.

Art. 8º Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei o disposto nos arts. 46 e 49; 50, 51 e 53; 57 a 60-A; 66 e 67, caput; 72, §§ 1º e 2º; 106; 112 a 119; 120; incisos, I, in fine, e II, §§ 1º a 3º, 137, incisos I a V, alíneas a e c, VI a XII; 138; incisos I a VI e IX a XVIII; 139; 141; 142 a 147; 148, incisos I, II e III, a 153, incisos I a VII, e IX a XII, XV e XVI; 157 a 163; inciso I, primeira parte, a III, e §§ 1º a 4º; 201 a 203; 205, da Lei Complementar 13, de 03 de janeiro de 1994.

Art. 9º Revogado o artigo 11 e §§, da Lei 4.546, de 29 de dezembro de 1992.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 17 de julho de 2003.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

## ANEXO XI

## LEI Nº 6.973, DE 11 DE ABRIL DE 2017

*Altera a Lei nº 5.309, de 17 de julho de 2003, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado no serviço para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na Administração Estadual direta, nas autarquias e fundações públicas, sob o regime de Direito Administrativo, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso III, do art. 6º e o art. 8º-A da Lei nº 5.309, de 17 de julho de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 6º.....

III - ser novamente contratado com fundamento nesta Lei, antes de decorridos dois anos do encerramento do seu contrato anterior, salvo mediante autorização do Governador, nas hipóteses dos incisos I, II, III, VI e X do caput do art. 2º;

.....\*(NR)

\*Art. 8º-A Os contratos temporários celebrados pela Fundação Antares, em vigor no mês de abril de 2016, poderão ser prorrogados essencialmente até a realização de concurso público ou a realização de nova contratação temporária, limitada esta prerrogativa ao prazo de 24 (vinte e quatro) meses." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 11 de ABRIL de 2017.

  
GOVERNADOR DO ESTADO  
  
SECRETÁRIO DE GOVERNO

<b>APÊNDICE I</b>
<b>:: Entrevista com Humberto Coelho Silva :: Presidente da Fundação Antares</b>
<b>Realizada presencialmente, na sede da Fundação Antares, no dia 19 de janeiro de 2017.</b>
<b>Questões gerais</b>
<i>1. Presidente, primeiramente gostaria de saber se tem algum município que só tem acesso a TV, por meio da TV Antares?</i>
Eu desconheço se tem algum município com sinal exclusivo da TV Antares.
<i>2. A TV Antares se baseia pelo Guia de Princípios, um documento publicado em 2006, ou pelo Manual de Jornalismo da EBC, 2013?</i>
A gente tenta seguir as orientações da EBC, a nossa equipe, de certa forma vai se apropriando desses princípios a partir do acesso a esse guia de princípios da EBC, é a nossa orientação. Também todas as orientações que dizem respeito à Comunicação Pública, de Jornalismo Público, a gente vai refletindo e tentando colocar na nossa prática.
<i>3. As alterações que ocorreram na grade de programação da TV Antares tiveram alguma relação com as mudanças na programação da TV Brasil?</i>
Com as mudanças na TV Brasil nós resolvemos avançar mais nesse processo de construção de uma cara cada vez mais nossa, ocupando cada vez mais espaços e mostrar a nossa cultura, a nossa vida. Já que há toda uma modificação na relação com a EBC, como está tudo ainda indefinido e, muita coisa se modificando na EBC. Então nós estamos aqui fazendo essas modificações, e tentando fazer muito mais coisa nossa.
<i>4. Tem a previsão de algum programa para 2017?</i>
Nós estamos em discussão para avançar em coberturas locais, de eventos da área da cultura, de eventos na área da Educação, tem projetos que estão sendo elaborados nessa área. Tem o Festival de Curtas que está sendo produzido pela cultura; tem um programa chamado a Hora do Recreio, que nós vamos falar com a juventude das escolas, discutir assuntos com eles, mostrar a vida daquela escola e daquela comunidade, transmitir via rádio, ao vivo, fazer gravações, transmitir quando for possível pela TV e os vários eventos relacionados à cultura, também estamos fazendo isso. Estamos elaborando projetos na área do esporte, junto com a Fundação do Esporte fazendo a proposta e a elaboração nessa área. A questão é a gente avançar nesse aspecto de mostrar nossa cara.
<i>5. Existe um projeto de implantação do sistema digital?</i>
Nós estamos com a meta da semana em comemoração ao dia do Piauí que é o dia 19 de outubro. Ligar o <i>play</i> da nossa TV Digital. Queremos avançar e superar todas as fases burocráticas, de aquisição, montagem de equipamentos, a gente fazer tudo isso. Para que em outubro de 2017 a gente ligue o nosso sinal digital.
<i>6. O processo de licitação para compra de equipamentos está em que fase?</i>
Está em fase de preparação do edital de licitação. Creio que brevemente a gente supere essa fase.
<i>7. - Quantos funcionários existem atualmente na TV Antares?</i>

<p>8. <i>Quantos são vinculados à cooperativa e quantos são servidores estaduais?</i></p> <p>Servidores Públicos nós temos em todo corpo da fundação temos trinta e poucos funcionários que são efetivos , os outros são funcionários contratados com um contrato que vence a cada dois anos. E nós temos outros tipos de funcionários, que são funcionários terceirizados que fazem o serviço de base, motorista, serviço de limpeza . Então , nós temos essas modalidades na Fundação Antares.</p>
<p>9. <i>No caso desses servidores estaduais eles nunca foram efetivamente daqui, porque não houve concurso. O senhor confirma isso?</i></p> <p>Foram trazidos de outros órgãos e foram incorporados aqui no quadro da casa.</p>
<p>10. <i>Como tem sido articulada a questão dos funcionários temporários, já que o documento de 2016 que altera dispositivo da lei de 2003 resguarda o tipo de contrato até abril de 2017?</i></p> <p>Estamos em negociação buscando as alternativas junto à Secretaria da Administração que é quem legisla sobre os servidores dessa casa. Então, nós estamos buscando as alternativas, uma das alternativas é fazer uma solicitação a Assembleia para que Assembleia renove por mais um período, a outra é a terceirização de serviços, porque nós não temos nós não temos a possibilidade fazer o concurso já, por causa do limite da questão da lei de responsabilidade fiscal . Então a possibilidade de concurso já foi estudada também. Eu solicitei ao Governador assim que cheguei aqui, para que a gente fizesse concurso mais até agora não foi autorizada a realização do concurso então a gente vem buscando esses subterfúgios, o que é questionado o Ministério Público do Trabalho nos questiona porque tem gente que já vem aqui há muito tempo, gente com 10, 15 anos que vem buscando esses subterfúgios, essas alternativas para estar na casa e infelizmente nós estamos sobre essa situação.</p>
<p>11. <i>O concurso não tem previsão para médio e longo prazo?</i></p> <p>Não tenho essa resposta ainda, a solicitação foi feita, mas não temos ainda uma possibilidade de dizer que em tal período será realizado. O meu esforço é para que a gente não perca essa mão de obra qualificada que a gente aqui, porque aqui nós consideramos uma escola porque daqui sai um monte de gente que vai para outros meios comunicação passa por aqui, se prepara vai melhorando, vai melhorando, então o meio de comunicação externo, o setor privado vai buscar aquela pessoa está fazendo bem feito vem buscar e leva , porque oferece um salário mais competitivo e melhor. E aí por isso a gente vez em quando tem alguém que vai saindo vai para os outros órgãos é assim infelizmente.</p>
<p>12. <i>Quais as principais alterações após a saída de Ricardo Melo e posse de Laerte Rímoli?</i></p> <p>Nós tínhamos um contrato com a EBC para a produção de material para lá, eles nos ajudavam nessa fazer o repasse para custear a produção de material para ser enviado para lá, para colaboração. E eles romperam esse contrato , foi rescindido esse contrato e tivemos recentemente uma reunião lá. As TVs estaduais foram chamadas e foi conversado sobre parceria, mas não saiu de lá com uma coisa efetiva, né? Tivemos muita conversa, muitos propósitos, solicitada a colaboração. Mas na hora de dizer vamos garantir pra vocês , vamos colaborar com vocês para produção, vamos renovar os contratos e oferecer as possibilidades para vocês fazerem as produções, isso não foi dito, infelizmente. Foi alegada a situação financeira, foram alegados os custos, a crise então ficou só na conversa, no discurso.</p>
<p>13. <i>Esse contrato era de qual valor e representava o que para a TV Antares?</i></p> <p>Ele nos ajudava muito nessa questão de enviar equipes por esse Estado do Piauí. Buscar muitas coisas nos municípios, então a gente fazia muito material, documentários que iam buscar as coisas acontecendo em qualquer outro município a gente tinha esta possibilidade, com o rompimento deste contrato nós ficamos muito limitados ao que a gente tem aqui em Teresina, ou então a gente pede a colaboração da nossa equipe que está em Picos, pede a colaboração da equipe de Parnaíba, quando estamos em Parnaíba . E assim nós estamos sobrevivendo a esta situação. O valor era de 500 e poucos/ mês.</p>
<p>14. <i>A TV Antares e sua mantenedora (Fundação Antares) têm missão, valores, objetivos e visão?</i></p> <p>Nós temos um estatuto da Fundação Antares que vai reger a nossa existência.</p>
<p>15. <i>São publicados balanços regularmente?</i></p>

<p>Nós fazemos a prestação de conta que é exigida para todas as instituições públicas, do tribunal mandamos mensalmente para o TCE a nossa prestação de contas entre os órgãos da administração do Estado a gente vai fazendo isso regularmente. Não tivemos essa preocupação de publicar ali no nosso mural, ou de alguma outra forma, mas fazemos a nossa prestação de contas regular.</p>
<p><i>16. -O orçamento anual também é publicado, com uma clara destinação de cada parte dos recursos?</i></p>
<p>Também são publicados no mesmo parâmetro.</p>
<p><i>17. -Os critérios pré-definidos de utilização dos recursos são abertos para o público?</i></p>
<p>Os recursos que a gente se dispõe por aqui são muito pequenos para gente. Não tivemos ainda esta preocupação de fazer esta divulgação para o público. As nossas contas o estado paga e manda um custeio para as coisas pequenas dessa casa, porque algum recurso que entra nesta casa ele vai para conta única do estado, ou então alguma coisa que a gente faz é em parceria. Se eu precisar de uma cadeira dessa eu tiver um parceiro que quiser fazer a permuta, a gente então faz a divulgação daquela marca, daquela empresa em troca do serviço que ele prestou. Eu tenho uma parceria com a empresa que faz conserto de ar condicionado, que faz revisão. Então, eu divulgo, eu faço parceria com aquela empresa. Ela conserta o ar condicionado e eu divulgo a empresa. A gente faz muita parceria desse tipo, não entra dinheiro, entra essa parceria.</p>
<p><i>18. No caso dessa parceria equivale a qual percentual na programação?</i></p>
<p><i>19. -Os cidadãos são estimulados a participar?</i></p>
<p>Na rádio nós temos essa participação mais efetiva, mais efetivada. As pessoas vêm aqui. Nós temos até um grupo de ouvintes que iniciamos um processo de criação de uma associação de ouvintes, estimulados nesse sentido. Estamos na fase de discussão, de elaboração de estatuto. Já até tentamos fazer uma fundação, depois começou o processo político eleitoral, e aí algumas pessoas começaram até esta preocupação (entrevista interrompida) nós começamos a perceber que o momento eleitoral começou a ter umas intervenções ali no grupo, e começou a aparecer gente interessada. Então vamos suspender e passado e o processo eleitoral, a gente retoma as conversas, mas, a nossa ideia, o grupo permanece se unindo. e faz eventos, e reúne aí, final de semana, aí reúne lá e faz momento, uma festinha...até agora, em fevereiro, tem um... tão até convidando pra um momento tomo mundo junto. então, tá sendo um momento muito bom. e esses ouvintes, eles mesmo vão falando dos programas, e tem um programa tal, e tem um programa dos idosos, e assim vai criando, vai disseminando, vai dando cada vez mais visibilidade, não é, a nossa programação da rádio. Na TV nós temos muito mais as relações com as instituições. Que aí o nosso esforço é pra ir dando visibilidade às instituições que fazem o trabalho social. Então a instituição que trabalha com as mulheres, com drogados, com negros, com crianças. E assim a gente tenta cada vez mais se aproximar da vida desses grupos do movimento que fazem o movimento social, através da divulgação das suas ações, a gente tenta estar presente cada vez mais. E aí tem alguns até que, como as mulheres que fazem o programa Sob Outro Olhar e o movimento hip hop que já veio aqui pra dentro, tá fazendo um programa já na rádio. A ideia é a gente daqui a pouco também quando pegar mesmo mostrar também as questões na TV pra TV.</p>
<p><i>19-Como a instituição acolhe as sugestões? Como a instituição dá respostas a elas?</i></p>
<p>Geralmente apoia. Dificilmente a gente deixa de cumprir algum evento, alguma ação que a gente toma conhecimento e que principalmente seja convidado...hoje mesmo estava acontecendo um evento, um encontro de pontos de cultura do Piauí e nós fomos chamados. eu não vi se alguma outra se interessou por isso, né. então fomos lá, a nossa rádio foi lá e teve essa obra...do Dirceu, então fizemos isso hoje. então nós fomos lá e mostramos esse evento e fizemos entrevistas, e mostramos a importância do ponto de cultura, e as expressões que tem pelo interior do Piauí, a importância disso, mostramos isso.</p>

<i>20. -Existe um ombudsman ou ouvidor?</i>
Não, institucionalizado não. Não tem essa figura. A gente até já pensou em criar uma ouvidoria não é, mas nós estamos implantando o conselho pela primeira vez nós vamos ter a primeira reunião nesse tempo de vida da Fundação Antares nós vamos ter a primeira reunião do Conselho Consultivo que vai ser no dia vinte e sete de janeiro, bem aqui nesta casa.
<i>21. Vai ser em qual horário?</i>
Nove horas da manhã do dia vinte e sete . Nós vamos ter essa reunião.
<i>22. Posso participar, posso acompanhar?</i>
Pode, pode. então, pela primeira vez nós vamos ter essa aproximação. Chamar aquelas pessoas que, na nossa lei está dizendo que tem um conselho e que pela primeira vez vamos chamar esse conselho e potencializar cada vez mais e trazer esse conselho pra cá pra acompanhar cada vez mais a nossa vida e a nossa programação.
<i>23. Esse conselho tem quantos membros?</i>
Esse conselho tem sete membros. a maioria é de setores públicos. Tem a SEDUC, tem UESPI, a FUNDESPI, o conselho de educação, um representante da sociedade civil...
<i>24. O conselho tem estatuto?</i>
Estamos em elaboração de um regimento interno e preparação do estatuto.
<i>25. -A emissora pode ser sintonizada em todo o território de cuja população recebe recursos?</i>
Não. A emissora, nós estamos...eu acho que a gente está em cerca de uns trinta municípios, e eu acho que a gente cobre mais de um milhão de pessoas. Nós estamos em Teresina, Picos e Parnaíba. E aí estamos em Piri-piri, Campo Maior e algumas outras cidades, então eu acho que a gente cobre mais de um milhão de pessoas, potencialmente.
<i>26. - A emissora tem instalações e equipes distribuídas pelas diversas regiões das quais provêm seus recursos? Quantas equipes existem na TV Antares atualmente?</i>
Todas fazem parte da Fundação. Equipes de jornalismo nós temos duas equipes à tarde, duas equipes a noite, e tem as equipes de produção dos outros programas...
<i>27. -Há um Conselho Editorial – ou um órgão análogo – independente do governo ou do órgão de Estado ou de governo ao qual a emissora seja eventualmente vinculada?</i>
<i>28. O Conselho Consultivo está previsto na Lei 30/2003. Como ele funciona? Tem estatuto? Como as pessoas podem acompanhar? Existe uma lei ou documento legal definindo as atribuições do Conselho?</i>
Nós estamos implantando conselho pela primeira vez nós vamos de a primeira reunião nesse tempo de vida da fundação se a primeira reunião do conselho da fundação do Conselho consultivo vai ser no dia 27 de janeiro vem aqui nesta casa 9:00 da manhã do dia 27 pela primeira vez. Nós vamos chamar esse conselho vamos potencializar a ler mais e trazer conselho pra cá pra acompanhar cada vez mais a nossa vida e a nossa programação.
<i>29. Caso tenha : A escolha dos membros do Conselho é autônoma em relação ao governo?</i>
Já está na lei essas instituições. E aí está lá, secretaria tal o secretário é o titular e indica mais um suplente. O representante da sociedade no conselho tem como presidente da fundação o poder de fazer a escolha. nesse conselho eu escolhi o professor Wellington soares que é...tem uma ligação com a cultura, tem um interesse pela Comunicação Pública. A partir do perfil pessoal está o professor Wellington soares, da Revestrés.
<i>30. -Uma vez aprovado o planejamento, a emissora tem autonomia na definição da grade?</i>
Tem. A gente discute , tem um conselho de programação que a gente discute as propostas e a gente coloca em execução. Se tem algum programa, alguma proposta de programa , a gente discute...esse conselho aqui discute aquela programação, aquela proposta, e executa. Não tivemos nenhum problema



de falta de autonomia. Nossa dificuldade é ter estrutura pra fazer tudo que a gente quer. Se a gente tivesse estrutura pra isso a gente estaria bem melhor. Teria muito mais coisa acontecendo. Nosso limite é a estrutura da emissora.
<i>31. -A emissora tem autonomia total na contratação de seus funcionários, fornecedores e produção dos programas / noticiários?</i>
A contratação ela é sempre discutida com a Secretaria de Administração. Nós sempre apresentamos os nomes e a secretaria aceita. De certa forma, pode-se considerar que tem autonomia pra essa contratação.
<i>32. -A emissora tem liberdade para deliberar sobre o conteúdo que põe no ar ou sua programação, sem ter que se submeter a alguma forma de censura prévia em órgãos estatais? Ou depende da autorização de governamental para a exibição de um programa em particular)?</i>
Não tem nenhum tipo de censura. Você sabe da nossa ligação com o governo. Governo é quem banca. Então a gente tem todo um cuidado pra não cair numa, numa...as pessoas podem até criticar o governo, e a gente dá uma resposta. Vai buscar a resposta. Alguém criticou a questão da segurança pública. Vamos lá atrás do secretário de segurança pública pra responder aquela crítica que o ouvinte fez. Aliás, o telefone é aberto. Nem o telefone, se alguém ligar pra cá, a gente não vai perguntar primeiro o que ele quer falar, o que ele quer dizer. O telefone é aberto. E se alguém manda alguma coisa pelo <i>whatsapp</i> nosso ou pelo e-mail, a gente vai atrás, faz todo um esforço pra responde pro nosso ouvinte, ou o telespectador.
<i>33. -Os sites da emissora estão livres de bloqueios impostos pelo governo ou pelo Judiciário?</i>
Nunca tivemos esses problemas. Nós reativamos o site. A nossa dificuldade é financeira e pessoal com esta habilidade de trabalhar o webjornalismo. Estamos tentando melhorar isso. Vamos ver, achar uma pessoa para trabalhar isso, mas nossa ideia é fazer com que o que a gente veicula na TV e na rádio isso vá também via redes sociais. Nós já conseguimos “botar”...a emissora rádio por exemplo já pode ser ouvida pelo site da fundação ou então pelo aplicativo, pelo celular. E queremos “botar” a TV também.
<i>34. - No caso de financiamento público, existe lei definindo formas de financiamento?</i>
Estamos buscando essa alternativa. Queremos até ver se a gente cria um fundo. A discussão que eu estou tentando com o governador é pra gente ir criando um fundo pra sustentação da nossa TV pública. O que agente está buscando são projetos, as parcerias que podem então facilitar a execução de outras coisas que estejam fora do orçamento.
<i>35. -Existe uma rubrica no orçamento da emissora destinada à realização de pesquisas?</i>
Não temos.
<i>36. -Existe uma área da emissora focada em analisar dados de pesquisas?</i>
Geralmente quem faz isso é a Coordenadoria de Comunicação. Nossa audiência no interior ela é muito boa. Em picos e em Parnaíba, já que nós temos as TVs trazendo a produção local. Em Teresina a disputa ela é mais difícil, e como estão em sinal analógico, então nossa audiência fica muito mais em baixa do que as outras. Porque todas as outras já estão em sinal digital e nós, analógico.
<i>37. Vocês têm algum indicador?</i>
Eu não sei precisar em números. O que eu tenho, o que comentei um tempo desse, o secretário lá, o coordenador de comunicação, é que a gente não tá muito distante das outras. Nós estaríamos melhor um pouco do que a TV Assembleia. Isso foi no começo do ano passado. Recentemente eu não ideia de como está hoje.
<i>38. -Os profissionais têm conhecimento de novas técnicas de produção audiovisual?</i>
Esse processo de atualização é uma meta que a gente quer. Nós vamos fazer essa migração para o sistema digital. Então nós estamos buscando alternativas para atualizar.
<i>39. -Há exemplos de programas ou de formatos de programa que foram gerados dentro dela e</i>

<i>depois assimilados por outras emissoras?</i>
O programa ‘Sob outro olhar’ , por exemplo, ele começou aqui e depois a gente soube que o pessoal de outras TVs se interessaram. O pessoal do ‘O dia’ ‘botaram’ lá, no canal da TV web deles. Depois botamos no formato pra rádio. A TV Assembleia também se interessou e, não sei se já está veiculando, mas acho que já está veiculando o ‘Sob outro olhar’.
<i>40. - Exportam programação?</i>
O ‘sob outro olhar’ é um dos exemplos que a gente tem. Lá em Parnaíba temos experiências boas na TV Delta, que tem umas produções locais que o pessoal está...tem outras TVs querendo fazer, que é aproveitar o pessoal que faz teatro, cinema...e aí estão fazendo uns pequenos vídeos e veiculando. E aí me disse o diretor um dia desses que lá o pessoal já quer fazer mais outros encenando situação do cotidiano que a gente tem na TV delta e tem outros já imitando, querendo fazer isso.
<i>41. -A emissora tem premiações?</i>
Nós recebemos uma menção recente da fundação do esporte agradecendo pelo apoio a área do esporte que a gente faz. Nós temos uma boa equipe de esporte aqui. Rádio é muito mais. Tem outros grupos da sociedade que tem movimento popular, sindical que olham pra gente com muita simpatia. Tem um projeto que a gente quer fazer um programa voltado para o mundo do trabalho. O piloto está sendo finalizado para ser mostrado aos parceiros. O programa será chamado de hora extra, que é discutir o mundo do trabalho.
<i>42. -Os equipamentos de produção são atualizados regularmente, dentro de padrões equivalentes ou superiores aos da concorrência ou das instituições análogas na mesma região?</i>
Estamos defasados. Estamos nessa expectativa da migração e por isso a gente está em um atraso bom. Mas acho que com a migração agora a gente se equipara e pela primeira vez na história da Antares, nós estaremos iguais às outras em termos de tecnologia e ganharemos em programação. Olha que pretensão!
<i>43. -Os profissionais da emissora recebem constante treinamento para utilizar seus equipamentos da melhor maneira possível?</i>
Recebem. Na maioria das vezes quando a gente então tem a necessidade de capacitar, a gente vem com essa preocupação. E aí precisamos melhorar nisso, claro, mas como a nossa equipe já vem há um bom tempo, então, quem vem chegando vai ali se adaptando e vai recebendo as informações de quem já está há um bom tempo no batente.
<i>44. - Há um sistema de arquivamento (dentro dos melhores padrões técnicos disponíveis) do material produzido pela emissora?</i>
Não. Nessa questão do arquivo nós estamos com uma proposta de fazer um processo de digitalização, porque nós temos no nosso arquivo muita coisa antiga e que pode se perder. Então estamos abrindo uma parceria com a FAPEPI, pra que nos ajude a fazer um processo de digitalização do nosso material, do nosso acervo.
<i>45. Como o acervo é guardado hoje?</i>
Não tem uma organização. Tem uma pessoa que recebe o material gravado, bota numa prateleira e tá ali. Nós queremos é sair disso e ter um sistema moderno de arquivamento, se você quiser uma imagem da barca do sal, você vai lá, digita e vai ter a imagem da barca do sal. Não sei se você ouviu falar nessa história, já? A barca do sal foi na época do governador Alberto Silva que construiu uma barca para transportar sal lá de Parnaíba pelo rio Parnaíba, vindo por aqui e transportando para o sul do estado transportando com sal e descendo com grãos. Essa barca do sal virou uma história bonita, então nós temos a imagem da barca do sal aqui no nosso troca-troca.
<i>46. Como o senhor pensa a questão da Comunicação Pública e os esforços no Piauí, para que o legado que foi construído não se perca?</i>
É uma preocupação nossa, porque a gente percebe que nem sempre a gente tem dos governantes, em geral, a valoração que deveria ter para a Comunicação Pública. Nós temos um governador que tem uma

sensibilidade com essa questão, mas aí vem toda a pressão que vem das TVs comerciais que disputam a verba publicitária e que levam a verba publicitária, o maior quinhão, aí a gente fica sempre na dificuldade, nas carências todas, porque hoje os gestores no geral, eles querem ver o resultado do seu trabalho sendo divulgado em uma emissora que tenha grande penetração, ou olha a questão da audiência. E aí agente engasga, muita vezes nisso, porque falta à sensibilidade com essa questão da Comunicação Pública, da gente tornar cada vez mais pública, de fazer com que o cidadão tenha acesso a Comunicação Pública, ofereça a comunicação pra ele e, por isso, a gente amarga a dificuldade com a questão do financiamento pra isso tudo. Não tem apoio pra gente fazer, então a gente faz muito na marra, na garra, na vontade de fazer alguma coisa. Porque apoio mesmo. Parceiros, também não é todo mundo que quer parceria para garantir a Comunicação Pública, porque o que o que interessa é o imediato, vamos mostrar que está sendo feito isso, vamos mostrar no programa tal, porque tem mais audiência. E aí a TV Pública, fica aí de fora. Então é uma luta que a gente vem fazendo. Quero ver se a gente avança cada vez mais nisso. E é matando um leão por dia pra fazer isso.

47. Como o senhor vê o futuro com a Medida Provisória 744/2016 passando pela votação na câmara e no senado?

Preocupação, por isso é que a gente quer se fortalecer cada vez mais no estado. Depender cada vez menos de lá, e aí tendo mais autonomia na programação também, valorizar as nossas produções, mostrar as nossas coisas no estado e tendo esta independência cada vez maior de lá, porque eu não alimento muitas esperanças não. Desta relação. E por isso, o nosso esforço é para ir construindo aqui. Botando o conselho, botando a sociedade aqui dentro, trazendo os grupos aqui pra dentro, digitalizando e nós temos a sensibilidade do governo que está aí, facilitando, botando recurso pra isso. São 3 milhões de reais, não é muito dinheiro, mas em torno de 3 milhões a gente tem o nosso sinal digitalizado. Então, estamos na luta para ter isso. E levar a comunicação para a sociedade, isso que a gente quer.

**APÊNDICE II****TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu, Humberto Coelho Silva concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a mestranda Mary Sandra Landim Pinheiro, do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, que pode ser contatada pelo e-mail mary\_landim@yahoo.com.br e pelo telefone (86) 99865-7154.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas sobre a situação atual e perspectivas futuras da TV Antares, emissora pertencente à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí- Fundação Antares que é ligada ao Governo do Estado, visando, por parte da referida mestranda a realização de uma dissertação intitulada “A TV Antares no processo de desconstrução do modelo de TV Pública no Brasil”. Minha participação consiste em conceder uma entrevista, transcrita e apresentada como Apêndice da dissertação.

Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e eu, Humberto Coelho Silva, autorizo a publicação da entrevista que concedo à Mary Sandra Landim Pinheiro como um dos resultados de sua dissertação. Além disso, estou ciente de que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

  
\_\_\_\_\_  
**Humberto Coelho Silva**  
Presidente da Fundação Rádio  
e Televisão Educativa do Piauí

Humberto Coelho Silva

31/01/2017

Teresina- Piauí

<b>APÊNDICE III</b>
<b>:: Entrevista com José Wellington Barroso de Araújo Dias:: Governador do Estado do Piauí</b>
<b>Realizada presencialmente, no Palácio de Karnak -sede do governo do estado do Piauí, no dia 7 de fevereiro de 2017.</b>
<i>Governador, na Opinião do Senhor, qual o papel de uma emissora pública?</i>
<p>Nós temos, dentre os serviços prestados pelo estado, o serviço de uma comunicação. Ela quer seja não apenas jornalística, ou seja, de uma relação de levar notícia, levar a informação, prestar contas, ter jornalismo com noticiário do governo ou do que acontece no estado, mas a TV pública, ela vai além, ela é também um instrumento de educação, ela é um instrumento cultural, ela tem um papel nas publicidades, por exemplo, voltado para momentos especiais, nós temos o momento do zika vírus, o momento relacionado a microcefalia, aí a TV pública tem um papel de ser um instrumento de preparar a população para enfrentar desafios. situação de seca, situação de enchente, situações relacionadas ao trânsito, ou seja, ela tem um papel social também muito forte. Além disso ela não deixa de ter parceria com a academia oferecendo estágio, oferecendo oportunidades de relação com academia, especialmente a nossa Universidade Estadual (UESPI) e tendo uma presença em mais regiões do estado e a ideia de expansão.</p>
<i>Qual a importância do papel da Fundação Antares para a sociedade?</i>
<p>Nós tivemos ainda no primeiro mandato uma preocupação em fazer uma estrutura física, em trabalhar com equipamentos modernos, agora estamos numa fase em que vamos trabalhar uma nova modificação nessa linha de TV analógica e a TV digital, também com a mudança de rádio da AM para FM, e eu brinco muito, como quase todas as áreas do governo, é mesmo como trocar pneu com o carro andando, ou seja, nós encontramos uma situação de uma empresa que tinha um quadro de pessoal que de uma parte é do quadro próprio do estado e a outra parte era pra ser temporária , mas já está com tanto tempo, com pessoas de 30 anos, 20 anos, 25 anos, que estamos, inclusive, encontrando um diálogo com as áreas de controle pra poder ter uma saída que de um lado obedeça a legalidade, por tanto precisa passar pelo consentimento da Assembleia Legislativa, do outro lado permita uma condição na relação de trabalho social que não desampare pessoas que estão ali prestando serviço há bastante tempo, e com base nisso nós iniciamos um processo de reorganização... Agora entre 2015 e 2016 o estado teve uma dificuldade não só pela conjuntura nacional, a crise econômica, a crise política, que afetou as nossas receitas mas também por causa de vários planos de carreira e isso terminou ocupando um espaço da capacidade de pagamento do estado. mas a partir de agora de 2017 nós estamos em todas as áreas chamando os concursados da educação, da seguranças de algumas áreas, e realizando concurso em outras áreas e o sistema antares é um deles também. Nós estamos querendo trabalhar portal, trabalhar integrado com a SECOM, poder ter uma presença em outras regiões, Piri-piri por exemplo, Floriano, regiões como Bom Jesus, Corrente, São Raimundo Nonato, apenas para citar aqui algumas onde há já solicitação e alguns encaminhamentos feitos pelo parlamento e devemos estar tratando sobre isso. A minha compreensão é que podemos avançar ainda em muitas áreas. Um exemplo, estamos trabalhando numa área cultural, por exemplo, nós temos o festival de cinema. É um festival para curta metragem, para filmes curtos e a ideia é que haja uma parceria com o sistema antares em que os melhores sejam veiculados no sistema antares. Eu brincava muito, vamos começar com o curta- metragem daqui a uns dias estamos fazendo longa-metragem, quem sabe muito em breve, novelas. Ou seja, é um casamento da área da cultura, dos artistas, enfim, com o nosso Sistema Antares. Estive agora em Floriano, estamos com a recuperação do teatro Maria Bonita, recuperação da Casa de Cultura de Cristino Castro, a recuperação do teatro ao ar livre onde acontece a encenação da Paixão de Cristo, um cenário daquele você pode fazer uma produção muito importante da Paixão de Cristo a partir de outras passagens do novo testamento. Também da mesma forma um conjunto de autores piauienses que também podemos estar trabalhando a Batalha do Jenipapo, da colonização, da independência do Brasil, do Piauí temos avançando agora nos últimos anos</p>

muito com o apoio do Sistema Antares na área da educação. O Piauí é campeão brasileiro de expansão tecnológica. Nós chegamos agora a 196 municípios, onde a partir do Sistema Antares nós temos aulas de cursos técnicos de diferentes áreas e também no modelo da Universidade Aberta, modelo da educação tecnológica, com Universidade Federal e Estadual, com outras como o Instituto Federal. Esse é um caminho que não só gera receita, mas presta um serviço extraordinário. ou seja, você ter a presença do sistema antares agora no preparatório do ENEM, você poder ter estudantes da capital e do interior, assistindo as aulas pelo Sistema Antares. E em boa parte pelo canal fechado, ou seja, você não impede a programação local. Então eu acredito que há ainda muita coisa para avançar e fazer. O objetivo das demais TVs é que ela não é uma TV comercial, onde a razão é o lucro. O maior lucro que nós podemos dar é: quantas oportunidades foram dadas aos artistas, quantas notícias importantes, quantas pessoas receberam orientação através da programação. Quantos estudantes tiveram acesso ao ensino superior a partir deste trabalho e que passaram a ter uma profissão a partir deste trabalho. Então ele é bem mais amplo.

*Como o senhor analisa a situação da fundação no dia de hoje?*

Nós tivemos um período em que ela sofreu uma falta de reinvestimento. Então há a necessidade de se recuperar a partir do ponto em que deixamos, inclusive atualizando hoje essa parte de equipamentos, ela tem a necessidade de uma atualização constante, inclusive de qualificação, de treinamento, para as equipes. Repito, nesse instante, a previsão é que agora em março, a gente tenha a conclusão das licitações voltadas para a gente ter uma TV nesse novo modelo analógico/digital, enfim, poder ter também a aprovação do Ministério das Comunicações, estamos aguardando a mudança da rádio AM para a FM, e eu espero que este ano a gente tenha a conclusão desses dois processos, que requer como já foram licitados, equipamentos novos. O outro passo que eu considero fundamental é esse da expansão. A ausência de uma TV local...Teresina tem inúmeras TVs, geradoras, retransmissoras do nível local, então isso acaba gerando uma concorrência, pela tradição brasileira, as pessoas se apegam a determinados programas, então há a necessidade de fazer uma expansão. Em Picos nós temos uma das maiores audiências. Em Parnaíba também temos uma das maiores audiências. Então eu estou apostando que é possível fazer essa expansão. Quem vai transmitir o futebol, ou uma corrida? Uma olimpíada que a gente realiza os jogos estudantis, pra pegar um exemplo a partir do esporte, aqui no Piauí... Será o Sistema Antares. É claro que uma ou outra pode se interessar. e eu acho que é possível, a gente com essa expansão, ter um público maior, ter uma condição melhor pra se sustentar, porque ela permite que se tenha o apoio do setor privado com doações para a empresa e isso já acontece. Às vezes o mesmo patrocinador de um evento, ele patrocina a divulgação de doação para o sistema antares. Então o recurso público é somado, nesse caso, às doações que são feitas.

*Como o senhor verifica a independência da TV Antares por parte do executivo estadual? Há alguma intervenção para elaboração de conteúdos?*

Eu não posso dizer que qualquer governador tem a responsabilidade de escolha de quem dirige o Sistema Antares. Mas enquanto eu fui governador, nos dois mandatos ela é uma TV que é para trabalhar de forma imparcial. Ela tem que garantir a democratização do sistema. Acho que a essência da TV pública é noticiar e onde for para espaço de opiniões, é pra ter opiniões divergentes, por exemplo,...é claro que eu repito ela é uma TV que tem um papel de governo, por exemplo esse da educação que eu acabei de citar. ela é nesse caso, através da TV, você tem lá nos estúdios, implantado dentro da mesma área do Sistema Antares, a transmissão de um curso técnico de administração, um curso técnico em turismo, você tem ali um serviço que é prestado ao estado que compra este serviço através da Secretaria de Educação, o Humberto Coelho com a secretária Rejane tem a tarefa de coordenar esse trabalho.

*Mas sem intervenções do ponto de vista político?*

Não. Eu acho que ninguém pode dizer que há qualquer registro...tem uma ordem que não pode entrevistar um adversário, ou não pode fazer crítica ao governo, enfim, é uma TV que tem o espaço livre.

Repito, ela tem um jornalismo que precisa manter, como um referência como é a TV cultura, uma coerência com a ética, com a verdade. Não pode ser uma TV que vai fazer uma divulgação de um fato que promova o governante ou o governo e centrado num elemento falso. Acho que os jornalistas que trabalham lá sabem que é exatamente o contrário. É pra que seja feito tudo dentro da ética, dentro da correção do ponto de vista jornalístico.

*Existe algum projeto para assegurar o financiamento direto para a TV Antares, por meio de um recurso fixo para os gastos da emissora?*

É o ideal. Nós temos trabalhado todas as áreas. O estado presta inúmeros serviços. O povo paga através de tributos, esses recursos chegam ao Governo do Estado que é obrigado a atuar principalmente em duas grandes áreas: prestar serviços, serviço de segurança, serviço de educação, social, serviço voltado, por exemplo, para a área cultural, área do esporte. Então, quando alguém precisa resolver um problema de trânsito, esse serviço é bancado com o dinheiro dos impostos. Mas há alguns serviços específicos onde se permite arrecadação específica. A junta comercial, quando alguém vai registrar uma empresa, é um serviço específico. Ali ele paga uma taxa e assim com outras geram receitas que ajudam no funcionamento da junta comercial. Da mesma forma os bombeiros, a área do meio ambiente, a área relacionada a polícia civil, ao sistema do transporte, ao DETRAN. Esse caminho que não está bem do jeito que eu gostaria do ponto de vista do sistema Antares. Ela tem como garantir condições de receitas. Eu vou dar dois exemplos que eu tenho trabalhado. O sistema ele pode promover um produto cultural. Citei aqui um exemplo de um filme. Esse filme teve uma boa aceitação... A veiculação dele na nossa rede de cine teatros que a gente tem, pode vir uma participação para o sistema Antares. Nós vamos fazer um acompanhamento da copa piauiense. Os municípios contribuem para a transmissão dos jogos, etc. o município gera uma receita para o Sistema Antares. Claro que não tira a responsabilidade do estado. O que a gente tem é um orçamento que a gente aprova todo ano, tem um duodécimo. O que era no ano de 2015, tem um reajuste para 2016, e um novo reajuste para 2017. Esse aqui é um fundo orçamentário do sistema Antares, para a rádio e para a TV, mas eu creio que podemos avançar nessa direção. Onde que eu acho que está bem avançado: Picos...a TV ela tem a direção geral e as regionais. e as regionais têm essa independência. Visitando lá em picos, o que foi que eu percebi: eles têm hoje a condição de doação feita pela sociedade, pelo município, muitas vezes por algumas empresas, por faculdades, enfim, e isso gera, nessa parceria, uma receita que corresponde aproximadamente o custeio da TV e permite reinvestimento. o que estamos trabalhando é um regramento em que alcançou essa receita, e essa receita permaneça ali. Ela não venha para a fazenda (SEFAZ), e a fazenda, com suas dificuldades, não mandar. Então esse caminho precisa de uma regulamentação melhor. O Humberto Coelho esteve tratando comigo isso recentemente e nós vamos fazer.

*Como o senhor pretende resolver o impasse de funcionários da Fundação Antares/ TV Antares? Já que a única garantia que os mesmos possuem está amparada por documento de 2016 que altera dispositivo da lei complementar nº 30 de 17/07/2003 e resguarda os contratos temporários até abril de 2017?*

Quando a TV foi montada, ela absorveu profissionais que eram do quadro efetivo do estado, mesmo sendo de outras áreas, gente que era da educação, da secretaria de comunicação, da fundação CEPRO, da SEPLAM, enfim, de diferentes áreas. Esse é um quadro próprio, tranquilo, não há qualquer questionamento. O ponto que nós temos é: ali no começo foram feitas contratações, algumas com processo seletivo, outras não. Mas há um fato; a constituição de 88, ela diz: a partir de agora tem que ter concurso. Trabalho temporário tem que ser somente por dois anos e depois por mais dois. Você encontra pessoas na empresa com 25 anos. Então como fazer numa situação como essa? Imagina eu chegar e dizer: você era pra ter sido demitido no quarto ano, 21 anos atrás, pra quem tem 25 anos. Essa pessoa já está se aproximando de um período de aposentadoria. Então, dialogamos aqui com órgãos de controle, e

a proposta que eu apresentei foi no sentido de para estes casos de pessoas com contratos mais antigos, de poder ter uma aprovação de uma lei na assembleia que possa garantir a permanência desse contrato como extraquadro, até que a gente tenha a solução definida. Isso foi feito lá no meu governo em 2003, 2004, e muita gente já se aposentou, não houve questionamento, enfim. É claro que por alguma razão o Sistema Antares acabou não fazendo. Eu confesso que fiquei surpreso, na minha cabeça tinha feito para todas as áreas. E de verdade, lá não houve esse encaminhamento. Ela tinha uma pessoa jurídica diferente dos órgãos. Quando foi transformada, novamente, em uma unidade no estilo fundação, no estilo autarquia, não se observou ara regularizar. Mas nunca é tarde para fazer. Agora, a partir de agora, o que eu quero trabalhar, como em todas as áreas, desde 2004, é agente ter a definição de qual é o quadro necessário. Eu preciso de quantos câmeras, eu preciso de quantos jornalistas, de quantas pessoas na área de rádio. Definido esse quadro, é pra gente completar, como nas outras áreas, através de concurso.

*Durante toda a história da TV Antares nunca houve concurso público com destinação de vagas para o local. O senhor pretende realizar concurso?*

Eu tenho esse compromisso de realizar concurso. Eu tinha um quadro que era, inclusive, excedente. Tinha mais gente do que precisava. Nós ampliamos os serviços e parte terminou indo para a ENGERPI, empresa gerenciadora de ativos. Quando nós fomos ampliando, por exemplo, com serviços de educação profissional, preparatório do ENEM. Por exemplo, quando a gente criou uma sistemática nessa área de portal, aí terminou trazendo de volta mais alguns dos que eram anteriormente do quadro da Antares. Estamos numa fase agora em que uma parte já completa período de aposentadoria. Junto com ela, preparamos um organograma e é claro que nós vamos fazendo a substituição desses por concursados. Isso não é só na Antares. Na verdade, o Estado do Piauí, quando eu assumi ali em 2003, o estado era mais ou menos assim: entra um governo, demite todo mundo e faz um novo contrato. Por isso que o povo ficava atrás do governador pedindo emprego. Essa ideia de pedir emprego ao governante veio dessa fase. Eu tomei a decisão de ter o concurso como forma de acesso e ter o quadro temporário apenas para substituição do quadro efetivo, quando o afastamento é temporário. Um exemplo: você tem um professor que deixa a sala de aula para ser diretor de uma escola. Ora, se eu fizer um concurso para aquela área, quando o professor voltar, cadê a vaga dele? Então ali você contrata um substituto. A lei permite. A mesma coisa tem uma jornalista que está grávida, licença gestante, vai passar seis meses afastada. Eu contrato um substituto quando há a necessidade e quando volta, está lá a vaga garantida. Então, o objetivo é a gente...eu acho que até o final dessa década, pelo quadro, pela idade, pelo tempo de serviço, a tendência é a gente alcançar essa condição. De ter mais ou menos, no máximo, 10 por cento do quadro efetivo de substitutos. Normalmente a gente tem em torno de 10 por cento por razões adversas ou porque está fazendo e tudo fora ou porque está de licença maternidade, porque está de férias, porque está ocupando um cargo em comissão ou porque está à disposição de um órgão federal, estadual ou municipal, enfim, nesses casos se faz a substituição por um quadro temporário.

*Como o senhor pretende garantir recursos para o processo de digitalização da emissora?*

Recurso do próprio estado. Havia uma ideia de que haveria repasse do fundo da área de comunicação. Infelizmente isso não deu certo. Por isso que nós demoramos, ficamos esperando o governo da presidenta Dilma, teve essa situação do afastamento dela. Teve até um conflito com o sistema de TV pública e rádio pública do Brasil com a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), enfim, foi pra gaveta. Plano B, vamos bancar pelo estado. Nós temos o dinheiro, já autorizei, está no orçamento de 2017 e a previsão é que em março a gente tenha a conclusão para os equipamentos, para a montagem, para a qualificação do quadro de pessoal e se deus quiser vamos ter um sistema bem moderno.

*O senhor recorda do valor que foi liberado?*

São cerca de seis milhões de reais o valor previsto para os investimentos.

*Como o senhor analisa a conjuntura nacional da Comunicação Pública no país, com uma série de*



*medidas tomadas após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, desde a saída do presidente Ricardo Melo e posse de Laerte Rímoli, até a medida provisória 744 que altera vários dispositivos da lei 11.652/2008 que criou a EBC?*

Eu acho que nós temos uma mudança muito profunda, porque qual era o conceito de uma TV, de um sistema de comunicação brasileiro, principalmente de rádio e televisão? Que ele é do estado. Ele não é do governante. O governante tem quatro anos de mandato. Passa tá certo. O estado permanece. Então, eu acho que é um rompimento com essa lógica. É importante, é claro, quem trabalha para o setor público tem que saber que há um projeto em curso e tem que ser fiel. Não pode o estado ser inimigo do estado. essa é uma realidade clara. Mas é preciso que se tenha a independência de fazer com que a ética, a correção nas diversas formas de comunicação e principalmente o papel cultural, social, no esporte, na educação que tem o sistema de rádio, televisão, portais, todas as formas de comunicação.

*Qual a avaliação do senhor da suspensão de contrato de elaboração de conteúdos da EBC/ Fundação Antares?*

Ela é ruim porque ela gera uma descontinuidade e daqui que isso tudo encontre alternativa, a gente tem um grande prejuízo. Aqui nós estamos dispostos a bancar pelo estado aquilo que é próprio do Sistema Antares. Em outros estados acabou, inclusive, gerando cortes profundos. Eu tenho conversado com meus colegas governadores, e em alguns lugares o sistema de TV próprio eles terminaram praticamente fechando. Ficou mais como uma retransmissora da TV cultura. Isso é ruim. Ah, mas a TV tem uma baixa audiência. Primeiro que isso não é verdade. Ela tem uma audiência menor na capital porque tem muitas concorrentes, mas quando a gente olha para outras regiões do estado, ela tem uma audiência muito positiva. Até porque a gente passa uma grade da rede nacional, é aí que a gente tem prejuízo, porque se cai a qualidade lá, cai a qualidade do que a gente transmitir aqui, e junto com isso eu diria que também vamos ter que cuidar pra ter uma programação coerente com o papel da TV pública.

*O senhor tem alguma consideração a fazer sobre a TV Antares nesse processo de desconstrução da TV pública no Brasil?*

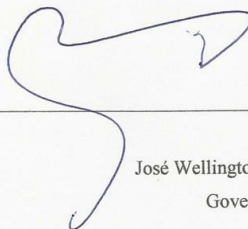
Dizer que ainda há uma longa caminhada com nosso Sistema Antares. Porque não é fácil. O normal é querer que a TV pública fosse uma cópia de uma TV privada. É levado a ter um determinado padrão, visão comercial, e olha, o sistema público só presta se for daquele jeito. Mas não é isso. A minha visão é que quando a gente tem cerca de 120 mil jovens que assistem à aula no canal aberto ou fechado, isso é uma coisa extraordinária. Porque não é só um telespectador que está ali assistindo um noticiário, ou assistindo um jogo de futebol, uma novela, um show...aliás, a presença de um TV é importante nos festivais que a gente tem...não é só isso. Na verdade é uma mudança na vida das pessoas através da educação. Jovens que não tem dinheiro para pagar um cursinho e faz o preparatório do ENEM agora entram na universidade. Isso é uma mudança. Isso não é papel da TV comercial. Isso é papel da TV pública. Cito esse exemplo para dizer aqui do meu compromisso. Enquanto eu for governador quero trabalhar para consolidar um eixo de uma TV pública com características de TV pública. Não só TV, rádio, TV e outras formas de comunicação no modelo público. Claro com qualidade. Não pode ser aquela improvisação. Tem que ter as condições necessárias. Nós já alcançamos isso no Sistema Antares? A resposta é não. Estamos dando passos? A resposta é sim. Ela hoje tem bem mais serviços nessa linha do que quando eu deixei o mandato em 2010. Do que recebi do meu antecessor, sucessor, ou seja, estamos dando passos. Eu acredito que vamos ter para 2018 um novo passo muito grande. Quero parabenizá-la pelo trabalho realizado. Não é comum, nas pesquisas se levar adiante aprofundamentos de temas tão importantes como este. Ao concluir, eu quero uma cópia.

**APÊNDICE IV****TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu, José Wellington Barroso de Araújo Dias concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a mestrande Mary Sandra Landim Pinheiro, do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, que pode ser contatada pelo e-mail mary\_landim@yahoo.com.br e pelo telefone (86) 99865-7154.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas sobre a situação atual e perspectivas futuras da TV Antares, emissora pertencente à Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí- Fundação Antares que é ligada ao Governo do Estado, visando, por parte da referida mestrande a realização de uma dissertação intitulada “A TV Antares no processo de desconstrução do modelo de TV Pública no Brasil”. Minha participação consiste em conceder uma entrevista, transcrita e apresentada como Apêndice da dissertação.

Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e eu, José Wellington Barroso de Araújo Dias, autorizo a publicação da entrevista que concedo à Mary Sandra Landim Pinheiro como um dos resultados de sua dissertação. Além disso, estou ciente de que não receberei nenhum pagamento por esta participação.



José Wellington Barroso de Araújo Dias  
Governador do Estado do Piauí

07...07/2017

Teresina- Piauí

## APÊNDICE V

## GRADE ANALISADA EM JULHO/ 2016

Categoria Informação: gênero telejornal- programa *Antares Notícia*

Programa <i>Antares Notícia</i> - Bloco 1
Programa <i>Antares Notícia</i> - Bloco 1: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta TV Antares</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Escalada</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ângela Bispo apresenta os destaques. Lar da esperança tem alimentos roubados; SINE volta a expedir carteiras de trabalho; Hospital Justino Luz, em Picos, retorna a gestão direta da Secretaria de Estado da Saúde e os malefícios do refrigerante.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta Antares Notícia</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ângela Bispo saúda os telespectadores com o “Boa noite”. Em seguida, chama a reportagem que informa que o serviço de emissão de carteiras de trabalho volta a ser oferecido.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra reportagem com a imagem de um jovem e o repórter fala que Matheus tem dezoito anos e que foi até o posto do SINE localizado, no Espaço da Cidadania do Shopping Rio Poty, fazer a carteira do trabalho. Em seguida, uma pergunta do repórter Fillipe Guedes questiona ao jovem se é importante estar tudo certo. Ele responde que “É muito importante porque a gente está se tornando cidadão e tem que legalizar tudo” (sic). Depois o repórter cita em <i>off</i> que o jovem teve sorte porque as carteiras estavam suspensas no Piauí.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com servidor, que explica que antes trabalhavam em plataforma offline e agora é online. Explica que dessa forma será mais rápido para a entrega do documento, que pode durar de dois a oito dias.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagens em <i>off</i> explicando que existem no Estado dois postos de atendimento.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passagem do repórter Fillipi Guedes falando que o atendimento só é feito por meio de agendamentos no Ministério do Trabalho, com expectativa para o mês de agosto. E no Espaço da Cidadania são distribuídas senhas e 20 pessoas são atendidas diariamente.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens da movimentação dizendo que de acordo com o SINE o Ministério do Trabalho aguarda autorização para ampliar o número de postos de atendimento no Estado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corte para a sonora com um representante do SINE que fala que a FIRP ainda não disponibilizou as senhas de acesso, que acredita que seja em função do término do treinamento. E acrescenta que o sistema novo mudou para evitar fraudes e dar mais segurança ao trabalhador.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora (vivo): Grupo de intervenção é lançado hoje nas penitenciárias do Piauí. Durante o lançamento também foi anunciada a nova diretoria da casa de Custódia. As medidas devem prevenir e conter rebeliões e fugas no sistema prisional do Estado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na reportagem de Fillipe Guedes, o Secretário de Justiça do Estado é entrevistado. Daniel Oliveira falou sobre o Grupo de Intervenção nas penitenciárias do Piauí.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A matéria mostra que os profissionais que vão atuar no grupo passaram por treinamento em Brasília. Dez agentes foram treinados nessa etapa inicial.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Também foi mencionada a posse da nova diretoria da Casa de Custódia, agora comandada pelo tenente da Polícia Militar, Jean Carlo Bezerra - vindo da Força Nacional de Segurança Pública.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corta para entrevista com o novo diretor da Casa de Custódia que enfatizou a importância de resgatar os servidores para o trabalho mais efetivo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nota informa que os servidores do estado ativos e inativos têm até o final deste mês para abrir conta individual no Banco do Brasil. E que podem ficar sem receber o salário em agosto referente a julho, caso os dados não sejam atualizados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora fala que o Hospital Justino Luz, em Picos, volta a ser administrado pelo</li> </ul>

governo do Estado. Em seguida entra a entrevista com o Secretário de Estado da Saúde, Francisco Costa, que falou que a população deve ficar tranquila porque a intenção é dar continuidade ao bom serviço oferecido pela Organização Social.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta eletrônica-</b> logotipo do Antares Notícia</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Anúncio Casa das Cortinas; em seguida Refis 2016 alertando que os contribuintes que estão em débito com ICMS, IPVA, ITCM e taxas do Detran que o programa de recuperação fiscal quer facilitar sua vida e regularizar seus débitos. Chama para que os servidores procurem os postos da Sefaz e do Detran na capital e no interior. Alerta que vai até 29 de julho, em seguida entra tarja com créditos da Secretária da Fazenda, do Detran e do Governo do Estado; Camila Pitanga aparece em uma produção do Instituto Crispi que alerta sobre os riscos da endometriose; Por último, vinheta da Série C do Campeonato Brasileiro chamando para o jogo Goiás X Atlético + Vinheta TV Brasil.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa <i>Antares Notícia</i>- Bloco 2</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa <i>Antares Notícia</i>- Bloco 2: Descrição</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Âncora do telejornal (vivo) chama a reportagem sobre o lar da esperança que presta serviços aos portadores do vírus HIV e que se mantém por meio de doações e que teve objetos roubados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra matéria com imagens do lar da esperança. Em <i>off</i>, a repórter Cristiane Guedes fala que a instituição filantrópica presta serviços a 30 pessoas com o vírus HIV. Diz ainda que o local já foi invadido oito vezes. A última vez no sábado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com a coordenadora do lar da esperança. Graça Cordeiro relata a situação. Que estava com medo e que foi a primeira vez de um assalto nessas proporções. É coberto com imagens da instituição, dos alimentos que ficaram pelo chão.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> da repórter com imagens dela caminhando com a coordenadora da instituição. Ela fala que os produtos roubados foram conseguidos por meio de doativos, mostram outras atividades, como material reciclado e cita que existe um bazar que funciona de forma permanente. São apresentadas imagens de roupas e sapatos, que foram obtidos por meio de doações.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora novamente da coordenadora que reforça a ações desenvolvidas e diz que lamenta a violência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ângela Bispo (vivo) Chama reportagem sobre os malefícios do refrigerante.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagens abertas de pessoas em um restaurante tomando refrigerante. Entra sonora, sem identificação, com uma cliente dizendo que é muito bom ter bebida em qualquer refeição.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra <i>off</i> falando sobre o servidor público. Wilson precisou mudar de hábito por recomendação médica. Antes chegava a tomar, em uma só noite, quase dois litros de refrigerante. Mas, que já reduziu bastante o consumo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com o servidor público Wilson Silva dizendo que quando reduz o consumo de refrigerantes percebe que as taxas, que estavam alteradas, vão sendo normalizadas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens de refrigerante sendo servido, a repórter questiona quais são os malefícios causados pela bebida.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com a nutricionista Dilina Marreiro que fala sobre os riscos da alta ingestão de refrigerante, principalmente aos diabéticos por causa do alto índice de açúcar e também dos corantes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens da nutricionista e na narração a repórter fala que a profissional tem dicas para que as pessoas tenham uma alimentação saudável e possam garantir o bem-estar.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora da nutricionista dizendo que, no caso dos adolescentes, eles podem reduzir o consumo e realizar trocas com outros itens que o jovem goste. Outra sugestão é não incluir nas compras do supermercado os refrigerantes, ou reduzi-los.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora chama reportagem informando que a Arquidiocese de Teresina sedia o sétimo Nordeste das CEB'S (Comunidades Eclesiais de Base).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens do evento</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com Graça Ferreira, que é coordenadora do evento, falando que a cultura urbana é apresentada de forma contrária aos preceitos religiosos apresentados por Jesus.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens do evento e dizendo que o evento é realizado pela Arquidiocese de Teresina e</li> </ul>

reuniu representantes do Nordeste e Sudeste.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com assessor do setor das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Carlos Signoreli, que é da arquidiocese de Campinas-SP, falou na entrevista sobre a crise na sociedade e que o cristianismo é chamado para refletir. Fala ainda que estamos vivendo um golpe de estado a partir dos interesses do capital americano.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Chamada sobre a Loto Show- Loteria do Estado; Anúncio sobre a Casa das Cortinas; Refis 2016 (Conforme descrição anterior); Vinheta da TV Brasil dos jogos da rodada da Série C do Campeonato Brasileiro. Sábado: Asa X ABC- RN e no Domingo- Juventude- RS X Mogi Mirim.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa <i>Antares Notícia</i>- Bloco 3: descrição</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ângela Bispo (vivo) chama reportagem sobre a atleta Thays Eline que está sem patrocínio e está em busca de apoio para participar do Pan-Americano.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com a atleta treinando</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora da atleta que fala sobre a preparação e o ritmo intenso de treinamentos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens do treinamento da atleta. O repórter Fillipe Guedes diz que Thays Eline enfrenta dificuldades para participar do evento.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora com o treinador Luís Russo que diz que apesar da falta de apoio, a esportista tem muita força de vontade e é necessário que tenha patrocínio, até para que ela não precise ficar pedindo ajuda, o que faz com que perca o foco nos treinamentos, além de preocupações que podem gerar problemas psicológicos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens que mostram a atleta em atividades do Kickboxing.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com o treinador que fala sobre a falta de investimentos de base no Brasil, que isso só acontece depois que o atleta ganha algo. Nos Estados Unidos eles fazem vários testes e incentivam o esporte.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens da atleta, o repórter fala que a esportista está se esforçando e que agora está sendo feita uma vaquinha na internet e que será feito um evento com apresentação de Thays Eline.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora da atleta dizendo que está com o patrocínio de uma empresa de suplementos e espera conseguir mais auxílio para ir para o evento.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Âncora (vivo) chama matéria sobre campeonato de tênis de mesa realizado no fim de semana, em Teresina.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagens dos jovens jogando.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com a atleta Maria Eduarda que fala que já foi para alguns estados e que foi classificada para os jogos escolares.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens dos jogadores.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com Jeferson Silva. O atleta fala que eventos como esse são importantes para verificar o rendimento.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> do repórter menciona que o evento é importante para o ranking do estado. E que é realizado pela Federação Piauiense de Tênis de Mesa.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra Presidente da Federação Piauiense de Tênis de Mesa, Jadelson Ribeiro falando sobre o evento.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Encerramento</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagem da apresentadora Ângela Bispo desejando boa noite e informa que o próximo encontro será amanhã.</li> </ul>

### **Categoria Informação: gênero entrevista- programa *Interpretação***

<i>Programa Interpretação</i> – Bloco 1
<i>Programa Interpretação</i> - Bloco 1: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 1- Abertura</b></li> </ul>
O programa é iniciado com a vinheta instrumental. Durante a exibição surge primeiramente no fundo

branco, uma composição com o nome Interpretação em vermelho e caixa alta, ao mesmo tempo o nome do apresentador Sérgio Fontenele com letras em grafia normal.
O apresentador aparece sentado em uma cadeira, ao fundo um cenário com várias palavras com as mesmas características dos nomes que formam a vinheta do programa. No primeiro <i>take</i> o apresentador aparece em primeiro plano. Nesse momento, Sérgio Fontenele fala que o programa irá abordar o projeto de lei 867/2015 que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido" <sup>58</sup> . Segundo menção do apresentador, seriam vedadas a doutrinação política e ideológica. O jornalista fala que o programa está ao vivo e, se propõe a discutir temas importantes para a nossa sociedade.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 2</b></li> </ul>
Entra uma vinheta que é primeiramente iniciada com uma sequencia de palavras e depois surgem o nome do programa e do apresentador, conforme foi mencionado anteriormente.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 3</b></li> </ul>
O entrevistado é apresentado pelo apresentador. No programa teremos o professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E diz que os telespectadores também podem acompanhar o programa na Rádio Antares 800, retransmitido às quartas, às 13h30. Na imagem ambos estão enquadrados em plano médio.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 4</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O jornalista Sérgio Fontenele faz o questionamento: O que o projeto propõe para a educação no Brasil? Ele chama um <i>videotape</i> sobre o movimento Escola sem partido.</li> <li>• O material, com narração da jornalista Ângela Bispo, aborda a formatação crítica desenvolvida por vários segmentos. Cita o exemplo desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí. Depois menciona o movimento escola sem partido.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 6- Entrevista</b></li> </ul>
O apresentador pergunta ao professor sobre a opinião diante da situação, levando em consideração que vivemos em uma sociedade democrática. Isso é preocupante porque incluiria a diversidade, o futuro da nação. Isso é limitar o debate. Impedindo uma reflexão sobre o mundo a sua volta. E questiona se essa não pode ser vista como uma forma de cercear a liberdade.
O professor fala que a educação é laica, que esse é um princípio da lei, da cidadania. Cabe à escola orientar sobre esses desafios. Fora do ambiente escolar, muitas vezes os pais desconhecem a pluralidade de ideias. Acrescenta que é função da escola formar um cidadão crítico.
O apresentador pergunta se é possível afirmar que existe contaminação político- ideológica.
O professor Luciano Melo cita exemplos. Primeiramente aborda o descobrimento do Brasil que, pela historiografia moderna já é tratado como uma invasão. Nas apresentações escolares, questiona porque as princesas são loiras e não negras. Infelizmente o negro ainda é visto como escravo e o pobre como marginal em virtude de definições ideológicas.
O apresentador fala que os defensores do projeto mencionam uma orientação Marxista.
O convidado do programa ressalta que a crítica vai além da corrente Marxista, pois existem outras correntes de pensamento. Não é possível que sejam formadas ideias iguais e acrescenta que a grande função da escola é fazer com que as pessoas compreendam que existem várias ideias e compreensões de mundo.

<sup>58</sup> Trata-se de uma proposta de autoria do deputado Izalci Lucas Ferreira, PSDB - DF .

Sérgio Fontenele comenta que não há neutralidade política, ideológica e sim pluralidade de ideias.
O professor reforça que tem que haver pluralidade de ideias, pois não existe neutralidade. A história do Brasil é contada pelo mandato de presidentes e que não é visto pelo pensamento Marxista porque o pensamento de Karl Marx vê por outras vertentes. O pesquisador comenta que existem mais questões na sociedade que foram frutos da pressão popular, e menciona as questões trabalhistas e a lei Maria da Penha. Fala que a política é construída por pensamentos diversos.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
Chamada sobre o Refis e anúncio da Loto Show.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Programa Interpretação – Bloco 2</i></li> <li>• <i>Programa Interpretação- Bloco 2: descrição</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 1- Entrevista</b></li> </ul>
O apresentador Sérgio Fontenele atualiza que está no programa com o professor e sociólogo Luciano Melo. Fala que existem propostas de mudanças na LDB e que são defendidas por um movimento que denomina Escola Sem Partido. Em seguida passa a palavra para o pesquisador.
O entrevistado fala que o que mais preocupa é que o projeto se propõe como neutro, sem questões ideológicas. Luciano Melo expõe que o ser humano é um ser político. Ainda acrescenta que o Brasil vive um momento de debate e estamos colocando educação, saúde e seguridade social em debate. É um retrocesso, um pensamento conservador o cidadão deve pensar a sociedade como cidadania, educação, direitos humanos em oposição ao capitalismo e meio ambiente.
O apresentador comenta sobre a luta pela justiça social, um tema tão discutido.
Luciano continua a falar dizendo que seriam vedados, em sala de aula, conteúdos ideológicos como religião, e a ideologia dos pais ou responsáveis. E questiona: Quais pais? E com o projeto seria o contrário. É negar que existem famílias conservadoras e que lutam pela conservação do mundo. Vai fazer com que filhos tenham a ausência do debate. Os pais vão silenciar diante disso pelo fato de considerarem que tem pessoas que vem do campo, ou outras que tem déficit de atenção.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervalo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa das Cortinas. Informe do Detran e do Governo do Estado do Piauí, que alerta sobre os riscos da bebida alcóolica e da direção.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Programa Interpretação- Bloco 3</i></li> <li>• <i>Programa Interpretação- Bloco 3: descrição</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 1- Abertura</b></li> </ul>
Inicia com vinheta do <i>Programa Interpretação</i> e o apresentador Sérgio Fontenele atualiza que estão com o entrevistado conversando sobre o Projeto Escola Sem Partido.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 2- Entrevista</b></li> </ul>
O apresentador comenta que o professor é um elemento importante e pergunta a opinião do sociólogo, se na opinião dele a liberdade de expressão está cerceada caso o projeto seja aprovado no congresso nacional?
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Luciano Melo responde que o professor deve ter critérios ao expor reflexões, para ampliar o leque de visões e não apresentar a ideia individual. O professor deve apresentar um posicionamento amplo e que os alunos formem pontos de vista. Cita os exemplos do professor, comunicadores sociais e dos políticos que defendem interesses de grupos e não do povo. É preciso atenção para não cercear o posicionamento em outras instâncias. É necessário fundamentar para a educação do cidadão.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sérgio Fontenele pergunta: Você acha que será aprovado?</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O entrevistado responde que apesar do congresso ser conservador, a lei tem pontos que ferem a constituição. O judiciário pode intervir. Menciona alguns aspectos que devem fazer parte das discussões em sala de aula como história do povo negro, a discussão de gênero, dos povos primitivos e parece que o debate será proibido caso a lei seja aprovada.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador da TV Antares comenta sobre a torcida para que o projeto não passe. Pede para o convidado fazer as considerações finais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O professor da Universidade Estadual do Piauí fala que, como professor de uma universidade pública, está aberto ao debate e que é o papel de uma TV Pública trazer discussões desse tipo para ampliar o debate.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador encerra o programa. Aparece uma tarja com a informação Sérgio Fontenele veste Terno &amp; Cia</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Encerramento</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta com logomarca da Fundação Antares e nome do Presidente Humberto Coelho.</li> </ul>

### **Categoria Entretenimento: gênero revista- programa *Sob Outro Olhar***

<i>Programa Sob Outro Olhar – Bloco 1</i>
<i>Programa Sob Outro Olhar- Bloco 1: descrição</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 1- Abertura</b></li> </ul> <p>A apresentadora Norma Soely está em um cenário virtual, onde é possível visualizar ao fundo a logomarca formada com o nome do programa <i>Sob Outro Olhar</i>. A âncora do programa está enquadrada em plano médio, da cintura para cima. Nesse momento aparece também uma tarja que informa que o figurino é de Marcia Suelly - whatsapp 9 9998-8524 Cabelo e maquiagem: Salão Império d'ellas .</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Atrações do <i>Sob Outro Olhar</i></b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Norma Soely diz que o programa terá como tema a literatura piauiense e informa que serão apresentados os quadros <i>Eu vejo assim</i>, <i>Olho no Olho</i>, <i>Teatro Invisível</i>, <i>Olho mágico</i>, <i>Olhar que ninguém vê</i> e <i>Meu olhar cultural</i>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Quadro <i>Eu vejo assim</i></b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra vinheta do quadro <i>Eu vejo assim</i>. A repórter Bárbara Miranda pergunta para alguns entrevistados se gostam de ler. Alunos e professores são entrevistados e respondem que gostam, em seguida falam que livros mais gostam.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Quadro <i>Olho no Olho</i></b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No quadro <i>Olho no Olho</i>, a apresentadora Norma Soely inicia entrevista com a professora da Universidade Federal do Piauí, Valéria Silva. A entrevista é realizada em cenário com o brasão da Universidade Federal do Piauí, e logomarcas referentes a setores ligados a Superintendência de Comunicação Social da UFPI- UFPITV, COORDCOM, FM Universitária 96.7, o que demonstra que foi utilizado um cenário montado pela instituição para a cobertura do Salão do Livro do Piauí- SALIPI. Durante o bate- papo a convidada fala que o livro é resultado de um trabalho com outros professores da UFPI e que são pesquisas que buscam desfazer a apreensão da grande mídia com o público.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora pergunta sobre a realidade dos jovens rurais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A pesquisadora fala sobre a invisibilidade do jovem rural no Brasil e no Piauí. Fala que a população rural é imensa e que geralmente são apresentados nos clichês, com baixa escolaridade e qualificação profissional, ou seja de forma negativa. Ainda acrescenta que o livro mostra o que eles têm de bom, que são sujeitos sociais, pois o futuro também é construído por eles. Que os jovens devem ser vistos pelo que eles têm a contribuir.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, ainda no quadro, a apresentadora inicia, no mesmo cenário, a entrevista com a também professora da UFPI, Ana Regina Rêgo. Norma Soely questiona se as pessoas que procuram pelo curso de comunicação estão em busca pelo glamour.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ana Regina responde que as pessoas tem buscado o curso mais por vocação, com uma entrada de 50 alunos, em média, ficam aqueles que mais se identificam, não aqueles que aspiram ficar</li> </ul>



ricos.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Norma Soely prossegue a entrevista e questiona se eles pensam em mudar a sociedade?</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na sequência, a convidada responde que é o objetivo e missão levar informações de interesse público com qualidade e ética.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, sai da entrevista e volta para a apresentadora que está no estúdio e chama o intervalo. Entra a vinheta do quando <i>Meu olhar Cultural</i>, com imagens e apresentação do músico David Scooby.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparativos para o Enem no Canal Educação e Refis.</li> </ul>
<i>Programa Sob Outro Olhar – Bloco 2</i>
<i>Programa Sob Outro Olhar- Bloco 2: descrição</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Conteúdo 1- volta com a vinheta do quadro <i>Teatro Invisível</i></b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Durante toda exibição do conteúdo fica um caractere informando que o material foi retirado do Youtube. Trata-se da adaptação do Conto O Imortal de Machado de Assis para uma história em quadrinhos. Segundo página do projeto no Youtube<sup>59</sup> apresentado no programa, a produção é resultante do projeto "Imagine na Copa", sendo a história #72. e tem a chamada "Quadrinho e Literatura".</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No conteúdo, conduzido na estrutura de reportagem, são inseridas entrevistas com alunos que participaram do projeto. O professor de filosofia e artes, Patrício Oliveira, fala sobre o quanto é gratificante ver alunos que não gostavam de ler e agora estão interessados. Bernardo Aurélio, que entra no crédito como Piripireense e quadrinista, comenta sobre a desenvoltura dos alunos e que perceberam que a ideia dos quadrinhos foi importante para os estudantes do CEMTI Didácio Silva.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra vinheta do quadro <i>Olho no Olho</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No estúdio montado no Salipi pela Universidade Federal do Piauí, a apresentadora Norma Soely inicia entrevista com a estudante de biologia e escritora, Larissa Prado, que fala sobre o incentivo dado pelos pais, desde a infância, ao comprarem revistas da turma da Mônica.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora menciona que o primeiro livro da jovem foi escrito quando ela tinha 13 anos e comenta sobre o fato de escrever e gostar de biologia.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A entrevistada comenta que são duas paixões.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, o programa <i>Sob Outro Olhar</i> retoma a entrevista com a professora Valéria Silva.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Norma Soely comenta sobre a falta de internet em algumas comunidades rurais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A professora Valéria fala que, apesar de alguns não possuírem acesso a internet, os jovens que tem energia elétrica em casa e assistem TV, podem receber mensagens percebidas no meio rural.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora questiona como tem sido dado esse diálogo para elaboração das pesquisas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A convidada diz que tem sido um diálogo fácil, pois existem estratégias de pesquisa. Menciona a etnografia e os grupos focais, que estabelecem temas comuns e que já foram desenvolvidos grupos com os jovens em vários espaços.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na sequência retoma a entrevista com a Professora Ana Regina Rego</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A conversa é iniciada com a pergunta direcionada a avaliação sobre a Jout Jout e outros escritores.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na sequência, Ana Regina fala sobre o Salipi como um espaço de acolhimento e formação de público leitor, no Brasil e no Piauí. Comenta sobre o fenômeno dos blogueiros e <i>Youtubers</i> que se transformaram em fenômenos e na sua avaliação, são vistos de forma positiva, pois servem para furar o bloqueio das editoras. E vê que as pessoas ganham visibilidade e projeção, por meio da rede mundial de computadores e ganham notoriedade. A Jout Jout, nesses novos processos de linguagem, está inserida como um potencial para adolescentes e adultos, do lugar que ela fala. Vê no caso específico da Jout Jout, pois existem também exemplos negativos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida entra um vídeo da Jout Jout que fala sobre vergonha alheia e que não tem vergonha.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na sequência a apresentadora chama o próximo bloco e diz que daqui a pouco tem o quadro</li> </ul>

<sup>59</sup> Adaptação do Conto O Imortal para Quadrinhos. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=o7IXIAQAtw0>>. Acesso em 18 de julho de 2016

<i>Olho Mágico</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra vinheta do quadro <i>Meu outro olhar cultural</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, entra vinheta do <i>Programa Sob Outro Olhar</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informe Publicitário sobre o Colégio da Polícia Militar Dirceu Arcoverde, em seguida comercial sobre a Casa das Cortinas.</li> </ul>
<i>Programa Sob Outro Olhar – Bloco 3</i>
<i>Programa Sob Outro Olhar- Bloco 3: descrição</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta <i>Olho Mágico</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora fala que é o oitavo e o primeiro publicado pelo escritor Robson Cauã.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O menino fala que o primeiro livro surgiu quando ele tinha 5 anos, quando faltou energia.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depois, Norma Soely comenta que o livro <i>O sapo Zé</i> traz uma mensagem positiva. E pergunta como é para ele conciliar a vida de estudante e escritor.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, o jovem escritor fala da rotina diária.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora menciona que ele cantou no Festival Chapadão e pergunta qual foi a sensação dele?</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O menino responde que foi bom saber da música do Chico Luiz, que ele cantor e que é uma canção infantil. E fala que já está escrevendo o próximo livro chamado <i>a Urtiga venenosa</i>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A âncora pede que ele faça um resumo do livro <i>O sapo Zé</i>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Robson Cauã responde que fala sobre um casal de sapos, que foi feita uma serenata para a fêmea e depois eles casam e tem um filho, então decidem comemorar o aniversário do filhote.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depois, Norma Soely pede para que o menino envie um recado para incentivar outras crianças. Robson Cauã diz que criança que não lê é como um avião sem asa. Em seguida, lê um trecho do livro.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta <i>Olho no Olho</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora retoma a entrevista com a professora Ana Regina Rego. Somente dessa vez fala o nome do livro <i>Visibilidade empresarial da comunicação à reputação</i>. A entrevistada fala que é o oitavo livro e faz parte da segunda parte da tese de doutorado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Norma Soely pergunta se a pesquisadora ministra palestras. A convidada fala que atua no segmento e ministra uma disciplina voltada a discutir a comunicação empresarial, além disso participa de grupos de pesquisa.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volta para a entrevista com Larissa Prado que fala que o livro aborda os conflitos dos adolescentes e como eles ajudam a personagem amadurecer.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A escritora diz que é uma obra de ficção, ressaltando que não é autobiográfica. Larissa fala que possui oito ou nove obras em andamento.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora pede que a convidada envie um recado para os jovens.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Larissa fala que aqui em Teresina e no Brasil, não tem incentivo para os escritores, mas é preciso se dedicar.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, a apresentadora pergunta se a jovem usa as redes sociais. Larissa diz que tem uma página no facebook.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta <i>Meu outro olhar</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora chama para o próximo bloco, e entra a música <i>Penumbra</i>, de Davi Scooby.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um informe do Programa de Desenvolvimento do Artesanato Piauiense (Prodart) que mostra que foi aprovado um projeto de lei para a profissão de artesão. Em seguida, é apresentado o horário de funcionamento do Centro de Artesanato Mestre Dezinho. Depois, informe do Lotoshow</li> </ul>
<i>Programa Sob Outro Olhar- Bloco 4</i>
<i>Programa Sob Outro Olhar- Bloco 4: descrição</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta <i>Programa Sob Outro Olhar</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta quadro <i>Olho no olho</i></li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continua a entrevista com a professora Valéria Silva que cita problemas da juventude. Inicia falando da escassez de políticas públicas, de educação e de lazer, pois não há política de cultura em Teresina para a juventude, imagine para aqueles que vivem no âmbito rural. O jovem quer ser feliz para viver além da normalidade, casar...</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida a apresentadora questiona onde pode ser encontrado o livro e ela responde os pontos de venda.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Posteriormente, Norma Soely retoma a entrevista com Ana Regina e pergunta se há uma misoginia no segmento voltado aos escritores.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ana Regina responde que não é a língua em si que é misógina reproduzindo o poder do sexo masculino. Cita a problemática do estupro na sociedade. O quanto os homens fazem piadas que ajudam a denegrir a mulher.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora questiona: E a mulher Ana Regina, como se define?</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A convidada responde, eu não me defino. As possibilidades de ser feminina sem deixar de ser feminista. Combater a misoginia e as diversas formas de odiar os seres humanos e as diversas formas de preconceito, como a homofobia, xenofobia, cita os casos do Kenya e da boate, em Orlando, onde muitas pessoas foram assassinadas .</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta <i>Meu Outro Olhar</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em outro cenário, agora em ambiente externo, a entrevista com Marques Júnior que fala sobre a obra <i>Zezé e a jaguatirica turista</i>. O autor fala que admira o personagem que é um lixeiro e é a peça-chave na história. Também comenta que fez o livro, uma música e um jogo e também menciona a parceria com Machado Júnior, e que ambos pretendem lançar um livro- música.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora fala que é uma obra para conhecer o Piauí e entrevista o poeta Machado Júnior, escritor do livro <i>Aprendiz de Planador</i>. Falam sobre as poesias que são de temáticas variadas. Um bate-papo descontraído.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encerramento do programa. Norma Soely agradece as lojas que apoiam o programa e fala que as pessoas devem ir até a loja que a veste situada no Shopping Riverside. Também convida os telespectadores a acompanharem a página do programa no Facebook. Agradece ao Portal O Dia, TV Antares e Rádio Antares. Ao fim diz “Até o próximo programa”.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta <i>Meu Outro Olhar</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encerra a participação da banda instrumental com Davi Scooby.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta de realização da Ipê Produções e Audiovisual.</li> </ul>

### **Categoria Entretenimento: gênero esportivo- programa *Esporte Antares***

Programa <i>Esporte Antares</i>
Programa <i>Esporte Antares</i> - Bloco 1- descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta <i>TV Antares</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destaques do programa que tem a apresentação de Jota Araújo. O apresentador fala da data em comemoração ao dia mundial do rock; Atletas piauienses se preparam para o campeonato Norte- Nordeste de atletismo; Time do Garra está sem patrocínio; STJD tira presidente e uma entrevista com o presidente do time do Altos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O estúdio do programa tem como cores predominantes o azul e o verde, com imagens reproduzidas de bonecos brancos, que fazem menção a modalidades esportivas. O apresentador fica de pé o tempo todo, não há presença de bancada.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta <i>Esporte Antares</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva) após ação da OAB- Piauí decide o afastamento do presidente do Tribunal de Justiça Desportiva do Piauí José Egito Barbosa e auditores. A denúncia apresentada está relacionada à prorrogação do próprio mandato por dois anos. O apresentador comenta que espera que o campeonato piauiense seja definido.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra reportagem de Murilo Lucena, que aborda o campeonato Norte- Nordeste de atletismo.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inicia com imagens de Franciele Cerqueira, em seguida sonora com a atleta que fala sobre o ritmo de treinamentos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depois <i>off</i> com imagens, mais entrevista com Augusto Sousa, que fala sobre a competição que será realizada em Natal- RN.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, entrevista com o treinador Nilton Sousa que comenta sobre os treinamentos em busca de sucesso. Que são três provas e fala das provas que os atletas piauienses vão participar no Norte e Nordeste que será realizado nos dias 5 e 6 de agosto.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador chama uma matéria que a equipe do Garra está sem patrocínio.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A reportagem de Thayce Oliveira entra, mas após a entrevista com o presidente do Garra, Tércio Sousa. O VT trava e volta para o apresentador. Jota Araújo chama o intervalo.</li> </ul>
<p>Entra a vinheta do <i>Programa Esporte Antares</i>, depois Refis 2016 e Loto Show.</p>
<p>Programa <i>Esporte Antares</i> - Bloco 2- descrição</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• De volta ao estúdio, Jota Araújo fala do time do Altos, representante do Piauí na Série D do campeonato brasileiro, e diz que está recebendo para uma entrevista o presidente do time, Warton Lacerda.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Entrevista</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A entrevista inicia e o apresentador comenta com o técnico sobre a chegada dos reforços e qual o segredo do sucesso?</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O convidado diz que a manutenção do elenco é importante e os reforços são importantes para melhorar mais ainda, e que está satisfeito pelas vitórias conquistadas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jota Araújo comenta sobre a impossibilidade de realização dos jogos no estádio Felipão, que fica em Altos. E quais os preparativos para o jogo que será realizado em Teresina? O presidente diz que o preço da Federação será mantido e que ocorrerá no Lindolfo Monteiro, em Teresina. O estádio possui capacidade para 4 mil pessoas. Ainda conclui dizendo que todos os caminhos levam ao estádio.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depois, Jota Araújo pergunta se tem algum adversário predileto? O convidado responde que não buscam adversários e comenta que acredita que será o Central de Caruaru.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador pede o comentário do presidente do Altos sobre a decisão do STJD para a saída do presidente Tribunal de Justiça Desportiva do Piauí. Warton Lacerda diz que assinou o requerimento para a saída da comissão. Espera que seja tomada uma decisão quanto ao campeonato para não ficar sem a homologação do resultado, e que sejam declarados o campeão e o vice. Durante a entrevista foram inseridas imagens do jogo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma nota falando que o time do River recebeu reforços e que o próximo jogo será contra o Cuiabá, na Arena Pantanal na capital do Mato Grosso.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador encerra o programa.</li> </ul>

### **Categoria Informativo: gênero telejornal - programa *Jornal Antares***

<p>Programa <i>Jornal Antares</i></p>
<p>Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 1</p>
<p>Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 1: descrição</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Abertura</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Escalada</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador Murilo Lucena apresenta os destaques do telejornal. Primeiramente uma operação contra a corrupção, Conselho Regional de Medicina entra com <i>habeas corpus</i> provisórios para médicos do HUT (Hospital de Urgência de Teresina); Estudantes da</li> </ul>

<p>Universidade Federal de Alagoas são presos; Teresina sedia terceiro fórum de secretários do Nordeste; Dilma Rousseff estará em Teresina amanhã; Diversão e socialização nas colônias de férias.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador está em uma bancada com tampo de vidro. As cores predominantes do estúdio são laranja e azul.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Entra vinheta</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A vinheta tem o mapa do Piauí projetado em um fundo na cor laranja, depois é apresentado o nome Jornal Antares.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com fotos da Operação Déspota com repórter informando que foi deflagrada na cidade de Redenção do Gurguéia e quarenta pessoas foram presas e sete empresas investigadas. Em seguida, sonora com o procurador geral de Justiça, Cleandro Moura, que fala sobre a quebra de sigilo telefônico e que a partir disso foi descoberto o envolvimento do prefeito e do secretário de infraestrutura da cidade. E que o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) descobriu que o esquema já existia desde 2014.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na passagem o repórter Fillipe Guedes fala que o que mais chamou a atenção das investigações foi a participação do prefeito.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra novamente entrevista com o procurador que fala que o prefeito liderava todas as operações, que havia até um pré-agendamento dos vencedores da licitação, com notas frias, além do rateio do dinheiro entre os participantes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com o inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Fabrício Loiola, que fala que a participação da PRF na operação foi dada antes e durante a execução das ordens judiciais para o cumprimento dos mandados de prisão.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> dizendo que as investigações foram desencadeadas a partir da suspeita da Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas do Estado, e o Ministério Público Estadual seguido de sonora repetida com o inspetor da PRF que diz que a Polícia Rodoviária auxiliou aos órgãos na operação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em nota, o apresentador diz que três estudantes foram presos com meio quilo de maconha em Colônia do Gurguéia. Os jovens alegaram que eram usuários, além da maconha, outro entorpecente foi encontrado. Eles estão presos e aguardam decisão da justiça. Os demais alunos que estavam no ônibus da Universidade Federal de Alagoas seguiram viagem para participar de um evento em Bom Jesus.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador chama a reportagem sobre o Conselho Regional de Medicina que entrou com um pedido de <i>habeas corpus</i> preventivo para os médicos, após a determinação de um juiz que pedia um leito para um paciente, sob pena de prisão para o médico.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra matéria que é iniciada com imagens e <i>off</i> com imagens da fachada do HUT informando que uma decisão judicial determinou a transferência de um paciente.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, entra uma sonora com Ricardo Cruz, assessor jurídico do Conselho Regional de Medicina, falando que os médicos plantonistas da UTI estão apreensivos e o que a justiça está atribuindo aos médicos. Segundo o entrevistado, os profissionais estão em busca de um salvo conduto para o tratamento dos pacientes, pois a vaga não compete ao médico.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passagem de Murilo Lucena, que além de apresentar o telejornal faz reportagens. Ele diz que o pedido de <i>habeas corpus</i> preventivo para médicos que atuam em hospitais de grande porte, como o HUT.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra novamente entrevista com o representante do conselho que fala que a ação deve resguardar os médicos para atuar com mais tranquilidade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em nota, o apresentador fala que a delegada Anamelka Cadena é a titular da delegacia da mulher, que já está funcionando no CSU (Centro Social Urbano) do bairro Parque Piauí, zona sul de Teresina.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Chama as reportagens do próximo bloco: Dilma receberá título de cidadania teresinense, evento de secretários do nordeste.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lotoshow, Informe sobre o Detran Piauí sobre o risco de dirigir embriagado e Brasileiro na</li> </ul>

Série C, onde são anunciados os jogos do sábado e domingo.
Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 2
Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 2: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Murilo Lucena, ao vivo, lê nota sobre a Procuradoria Regional Eleitoral que vai realizar uma reunião para as eleições 2016, onde será debatida a mudanças na reforma eleitoral.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador (ao vivo): A presidenta afastada Dilma estará amanhã, na capital, para evento no centro de Teresina. Em entrevista ao presidente da Fundação Antares Humberto Coelho. [Entra <i>slide</i> com a foto de Dilma Rousseff, com áudio da entrevista].</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• São apresentados trechos da entrevista. Dilma Rousseff falou que estaria em Teresina, comenta sobre a parceria com o apoio do governo do querido Wellington Dias. Fala que o que é citado como o golpe foi uma vingança comandada por Eduardo Cunha contra o governo, pela negação de três votos para que a cassação do deputado fosse encaminhado para a comissão de ética. Comenta que era uma situação bastante complexa. A presidente afastada fala sobre o compromisso com um grande pacto nacional, para uma reforma política, e todos os processos de consulta popular porque a base de qualquer governo é discutir e retomar a consulta popular. Fala que está aberta às formas democráticas, a consulta, o plebiscito, reforma política e fazer um processo de repactuação com a sociedade. O tema continuará sendo nenhum direito a menos e que continuará garantido a todos, principalmente no acesso educação, saúde e em todos os investimentos em infraestrutura que vão permitir que o Brasil supere e gere mais empregos. Entra a estabilidade e o desenvolvimento econômico, com iniciativas que permita que Brasil melhore, duas questões são importantes a continuada expansão das exportações. É importante a dinamização do mercado interno. Há necessidade da expansão do crédito.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador (vivo), em nota, informa que a entrevista foi concedida na rádio Antares, pelo Presidente Humberto Coelho, que apresenta o programa R 800.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentador chama reportagem que mostra o encontro dos Secretários do Nordeste, que discutem desafios da agricultura familiar.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entram imagens do evento, em <i>off</i> a repórter Cristiane Guedes fala que a reunião serviu para discutir os desafios na área da agricultura familiar.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, entra sonora com o governador Wellington Dias, que ressalta o desafio da troca de experiências e produtos da agricultura familiar, e que a união dos secretários é uma forma maior de solicitar ações do governo federal.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em <i>off</i> a repórter fala que reuniu representantes de outros estados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com o secretário de agricultura de Sergipe, Esmeraldo Leal, que fala da agricultura familiar e os impactos do governo interino. Que a reunião é para propor ações para os estados. Boa experiência de Piauí e a proximidade de outros estados com o Piauí.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Repórter, ainda em <i>off</i>, diz que para o secretário do Piauí é uma oportunidade de financiamento e estratégias.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora com o secretário do Desenvolvimento Rural do Piauí, Francisco Limma, que diz estarem buscando melhorias para o financiamento da agricultura familiar. Não é um estado só, estamos buscando a integração para setores, como o mel e a piscicultura.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 3</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Murilo Lucena (ao vivo), diz que segue até amanhã no Luxor Hotel.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Quadro Previsão do Tempo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra vinheta da Previsão do Tempo. Em seguida, o apresentador Murilo Lucena narra a previsão do tempo. Mostra o mapa do Piauí, em arte animada com transição da imagem do mapa do estado, com destaque ao lado com os nomes dos municípios de Campo Maior, São Raimundo Nonato, Luiz Correia e Teresina, com as temperaturas máxima e mínima. Também é informada a fonte: CPTEC-INPE.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passagem de bloco: O apresentador diz que serão exibidas reportagens sobre colônia de férias</li> </ul>

e dos atletas que buscam patrocínio para participar de evento de Kickboxing.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refis, Alerta sobre o trânsito e a ingestão de bebida alcoólica é um anúncio desenvolvido pelo Detran e Governo do estado; Brasil- Pátria Educadora, uma produção do Governo Federal; Informativos sobre os riscos do mosquito <i>Aedes aegypti</i> e sobre as doenças transmitidas por ele: dengue, zica e chikungunya. Informando que a cidade é o local onde há mais riscos de transmissão das doenças- o informe é da TV Brasil; Por último, é veiculado um informe do Instituto Crispi sobre os riscos da Endometriose. A gravação é feita pela atriz Camila Pitanga.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta Jornal Antares</b></li> </ul>
Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 3:
Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 3:descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador (ao vivo) fala que existem formas para entrar em contato com a emissora. Em seguida, aparece um <i>slide</i> com o fundo azul e letras brancas. São exibidos o e-mail: tvantares@antares.pi.gov.br , depois os telefones: 3216-2673 e 3216- 1892. Também o Whastapp: 9 8831- 3651. Por último, é apresentado o endereço da Fanpage da emissora no Facebook: www.facebook.com/tvantarespi</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Murilo Lucena chama (ao vivo) reportagem sobre atleta piauiense que busca patrocínio para participar do Panamericano que será realizado no México.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na reportagem de Fillipe Guedes. Em <i>off</i> e com imagens da atleta treinando, é mencionado que ela busca patrocínio para participar do Panamericano de Kickboxing que será realizado no México.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora de Thays Eline falando que garantiu a vaga para participar do evento que será realizado em outubro e que tem se dedicado aos treinamentos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, o videotape trava e o apresentador chama o intervalo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alerta do Instituto Crispi sobre a endometriose; Chamada da Justiça Eleitoral que fala sobre a democracia; Informe da TV Brasil sobre o mosquito <i>Aedes aegypti</i>; Material do Detran e do Governo do Piauí sobre os riscos de beber e dirigir; Lotoshow.</li> </ul>
Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 4:
Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 4:descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1:</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador (vivo) diz que a reportagem que apresentou problema será exibida, na íntegra, no Antares Notícia, e a reportagem chamada na escalada sobre as colônias de férias será veiculada amanhã. E se despede: “Até amanhã”</li> </ul>

### **Categoria Entretenimento: gênero filmes - programa *Curta Antares***

Programa <i>Curta Antares</i>
Programa <i>Curta Antares</i> - Bloco 1
Programa <i>Curta Antares</i> - Bloco 1: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta TV Antares</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador Airton Ramos inicia a apresentação do programa, em um cenário virtual que ao fundo tem imagens que remetem ao cinema, a citar o rolo cinematográfico.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta do Programa. A vinheta faz alusão a projeções de filmes que são articuladas por meio do rolo cinematográfico, ao término o nome Curta Antares aparece em meio a luzes coloridas, ao redor de uma lente de câmera.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Curta- metragem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador inicia o programa dizendo que o momento faz um mergulho na mente de Tarantino.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Entra o curta- metragem Tarantino's Mind.</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A produção cinematográfica tem como atores Seu Jorge e Selton Mello, que contracenam em um cenário que tem características de um bar. Os personagens estão bebendo e comendo batata-frita. É assim que são traçadas as discussões sobre relações entre personagens de Quentin Tarantino. Em vários momentos, os trechos que são mencionados, aparecem projetados em uma televisão antiga, que é apresentada em vários ângulos, que procuram se assemelhar aos diferentes pontos de visão de alguém que acompanha TV em casa. Durante a conversa os personagens falam que muitas vezes ninguém percebe a relação entre os roteiros, e afirmam que todos os roteiros são de um só filme. Comentam que os personagens do cineasta vão amadurecendo ao longo do filme.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Após a veiculação do curta-metragem. Airton Ramos diz que no próximo bloco será apresentada uma sequência de filmes dos irmãos Cohen.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refis 2016; Informe sobre a importância do uso do cinto de segurança, bebê conforto e cadeirinha- o material é uma produção do Detran e Governo do Piauí; Camila Pitanga fala sobre o alerta para as cólicas menstruais, que podem ser indicativo de endometriose- é uma produção do Instituto Crispi; um anúncio com apoio da TV Antares sobre o XVI Congresso estadual da renovação carismática do Piauí. Em seguida, um informativo da TV Brasil sobre os riscos do mosquito <i>Aedes aegypti</i>; por último um anúncio dos jogos da Série C do Campeonato Brasileiro.</li> </ul>
Programa <i>Curta Antares</i> - Bloco 2
Programa <i>Curta Antares</i> - Bloco 2: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador diz que serão exibidos trechos de filmes dos irmãos Cohen.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entram trechos do filme <i>Raising Arizona (Arizona nunca mais)</i>. A produção cinematográfica está em inglês e não possui legendas em português.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em um efeito de transição que lembra um raio, volta para o apresentador que fala que é outro filme dos irmãos Cohen e que é muito bom.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corta para o filme <i>Fargo</i>. Com legenda em português.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, são apresentadas imagens do filme <i>Onde os fracos não tem vez (No country for old men)</i>. Dessa vez veiculado com a legenda em português.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Encerramento:</b> Airton Ramos convida os telespectadores para acompanharem o próximo programa, que vai ao ar semana que vem, às 19:30h. São inseridas imagens do filme Tarantino's Mind.</li> </ul>

### **Categoria Outros: gênero outros - programa *Interferência***

Programa <i>Interferência</i>
Programa <i>Interferência</i> - Bloco 1
Programa <i>Interferência</i> - Bloco 1: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Abertura</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador Henrique Douglas inicia o programa batendo palmas e diz que está no ar mais um programa inédito, se apresenta e fala que o cinegrafista é o César. Em seguida, diz que é o melhor programa da TV do Piauí, que tem que acreditar e ter certeza disso. Vai falar sobre qualidade musical, informações e cinema.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta do Programa</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A vinheta é formada por uma imagem de um caleidoscópio colorido e do nome Interferência,</li> </ul>



em seguida aparece uma televisão e algumas imagens, entre elas a logo marca de Super Heroes, da boca com a língua de fora, que representa o símbolo da banda Rolling Stones e da bandeira do Piauí.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Henrique Douglas envia um abraço e um beijo para uma telespectadora e fala que o programa tem reprise aos sábados. Começa falando do filme de Jean Paul. No Brasil, o nome será <i>Memórias Secretas</i>. Em seguida, comenta que eles são sobreviventes dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial e preparam uma vingança. Diz que é hora de cinema para começar o Interferência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Entra vinheta com o nome Cinema</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Entram imagens do filme <i>Memórias Secretas</i> com legenda em português.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Depois é inserida novamente a vinheta e entra em outro trailer. Dessa vez, o nome do filme é <i>Águas Rasas</i>, que aborda um ataque de tubarões, onde a protagonista tenta se salvar. Está em inglês, mas com legenda em português.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Vinheta e trailer na sequência do filme <i>O homem das trevas</i>. Está em inglês, mas com legenda em português.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Na volta o apresentador está de costas, ao ficar de frente para a câmera mostra o símbolo do Rolling Stones, que faz parte do cenário. Diz que agora é o momento de falar sobre projetos musicais locais, reconhecer os novos artistas que vão brilhar nos palcos da cidade, e chama entrevista.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Entra vinheta Entrevista</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>O grupo formado por dois rapazes e uma moça estão no mesmo cenário que o apresentador estava. Eles aparecem tocando e cantando. A jovem é a vocalista e os jovens tocam violão e baixo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Os três são entrevistados, mas apesar de ficar claro que alguém conduz a entrevista, o entrevistador não aparece. Primeiramente, Aline Amorim fala que é vocalista do Projeto Nós e sobre o envolvimento com a música. Depois Tiago Soares diz que desde a infância se envolve com a música e que espera divulgar mais a música na nossa cidade e na nossa terra. Em seguida, João André diz que tem várias referências musicais e comenta a parceria com a banda que tem produções autorais. E cantam mais um pouco.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Volta para o apresentador que pergunta se os telespectadores gostaram dos artistas e ele mesmo afirma que gosta.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Chama clipe do Studio62 que apresenta o artista Esteban<sup>60</sup>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em seguida, entra o Clipe oficial de Domitila, da banda Lítera.<sup>61</sup></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Encerramento:</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Henrique Douglas diz que o Programa Interferência é feito por ele e por César, que é o cinegrafista.</li> </ul>

### Categoria Informação: gênero telejornal - programa *Semana Antares*

Programa <i>Semana Antares</i>
Programa <i>Semana Antares</i> - Bloco 1
Programa <i>Semana Antares</i> - Bloco 1: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>A vinheta do programa que é composta por imagens de reportagens, na maioria das vezes com a aparição de um repórter, ao lado aparece um calendário e depois forma o nome <i>Semana Antares</i>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A apresentadora Ângela Bispo diz os destaques da edição: Detran suspende carteiras; Lar da Esperança tem alimentos roubados; e ainda os malefícios do refrigerante.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A apresentadora (vivo) chama a matéria informando que o Sistema Nacional de emprego volta a emitir carteiras de trabalho em Teresina. (Conteúdo já descrito e analisado no <i>Antares Notícia</i>)</li> </ul>

<sup>60</sup> Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?v=IabWZ\\_wr2Kg](https://www.youtube.com/watch?v=IabWZ_wr2Kg)>. Acesso em 18 de julho de 2016.

<sup>61</sup> Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Ipg5KVvVBcw>>. Acesso em 18 de julho de 2016

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ângela Bispo (vivo).</b> Secretaria da Fazenda cria sistema para modernizar as atividades.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra reportagem com imagens do sistema no computador. Em seguida, Ricardson Dias, da Secretaria da Fazenda, fala que está entre os melhores sistemas do país.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depois, em <i>off</i>, o repórter diz que o novo sistema reduz a probabilidade de erro.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novamente, sonora com Ricardson que fala que a previsão de funcionamento é em janeiro de 2017 e que serão iniciados os treinamentos no último trimestre de 2016.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Próximo bloco:</b> A apresentadora chama os destaques do próximo bloco, reportagem do Detran e sobre o lar da esperança.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refis 2016</li> </ul>
Programa <i>Semana Antares</i> - Bloco 2
Programa <i>Semana Antares</i> - Bloco 2: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ângela Bispo (vivo).</b> Chama a reportagem.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entram imagens da fachada do Ministério do Trabalho e Emprego e o repórter fala sobre a Consolidação de Leis de Trabalho, ou CLT, que é um conjunto de leis trabalhistas, que por meio dela é fixada a jornada de trabalho, o direito a férias e ao décimo terceiro salário. Chama sonora com um sindicalista dizendo que de acordo com ele esses direitos estão ameaçados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora, com Paulo Bezerra- Presidente da CUT- Piauí, que fala que a CLT, ainda é o único instrumento de defesa e garantias na legislação trabalhista. Hoje tem sido postos agravantes de flexibilização desses direitos. Porque a classe patronal acha que a lucratividade vem do fruto da exploração da mão de obra e eles tentam com uma carga horária exaustiva, uma remuneração inferior. Para isso, querem flexibilizar as relações de trabalho e assim as garantias previstas na CLT. Segundo o presidente, é uma questão política deve ser feito um debate político, porque ele precisa ser barrado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com imagens da fachada da sede da Central Única dos Trabalhadores, em <i>off</i>, o repórter narra que segundo o presidente as pessoas ainda não atentaram para a relevância das mudanças que poderão ser implantadas e a importância do movimento sindical, para assegurar as garantias do trabalhador.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, novamente sonora com o presidente da CUT, fala que há uma certa dificuldade de mobilização e que é um reflexo da política dos últimos anos. O trabalhador vê com falta de credibilidade do sistema político. A discussão da redução de direitos é frequente no congresso Nacional.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ângela Bispo:</b> Detran suspende carteiras.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entram imagens de veículos trafegando em via pública e diz que uma das maiores punições do código nacional de trânsito que suspende a carteira nacional de habilitação e o condutor perde o direito de dirigir.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, entra sonora com Carlos Ferreira- Diretor de Habilitação do Detran que fala que o acúmulo de 20 pontos na carteira resulta na suspensão. Também que tem infrações que automaticamente suspendem o direito de dirigir, como conduzir veículos embriagado, rachas e não prestar socorro às vítimas em caso de acidentes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passagem do repórter Fillipe Guedes que diz que 52 carteiras de habilitação foram suspensas entre janeiro e julho Piauí, e que também existe a cassação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra novamente sonora com o diretor de habilitação, que explica que o condutor terá que fazer todo o processo novamente. E durante dois anos ele não pode dirigir nenhum veículo. O caso vale para dois procedimentos, ou dirigir com a carteira suspensa com reincidência das infrações, ou caso o infrator tenha sido condenado por delitos de trânsito.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 3</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A matéria aborda o assalto cometido contra o Lar da Esperança. O conteúdo foi descrito na análise do <i>Antares Notícia</i>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Próximo bloco:</b> A apresentadora diz que serão exibidas as reportagens sobre o uso de refrigerantes e as colônias de férias.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo:</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa das Cortinas</li> </ul>
Programa <i>Semana Antares</i> - Bloco 3
Programa <i>Semana Antares</i> - Bloco 3: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ângela Bispo (vivo). Chama a matéria sobre as mudanças no Terminal Lucídio Portela, em Teresina.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagens do terminal e comenta sobre a reclamação de um senhor que questiona a falta de uma agência bancária.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora do advogado Vicente Pereira que relata que não tem terminal bancário e fala sobre os momentos que a lotérica fica fechada.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em <i>off</i> o repórter fala que a iniciativa público-privada feita com a intenção de melhorar situação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora com a Superintendente da Supac- Viviane Moura. Ela fala que os projetos das obras foram pensados para não oferecer impactos e cita a melhoria dos banheiros.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> do repórter com imagens da rodoviária. Fala que a Sinart tem a concessão por 25 anos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora com Eduardo Portugal- Presidente da Sinart, diz que em Teresina tem muitos problemas e que no caso de Picos aguarda posicionamento da prefeitura e Floriano não tem muitas alterações.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passagem do repórter Fillipi Guedes</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entre novamente sonora com Eduardo Portugal falando que foram feitos trabalhos emergenciais para melhorar as condições na rodoviária.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em <i>off</i> o repórter fala que a Superintendência de parcerias e concessões do estado garante que os permissionários serão mantidos e com o pagamento de aluguel.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com Viviane Moura que os permissionários terão que pagar aluguel, água e energia, para arcar com as despesas do negócio.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentadora chama reportagem sobre os malefícios do refrigerante. O conteúdo foi descrito na análise do <i>Antares Notícia</i>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 3</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ângela Bispo: O período mais esperado do ano pelas crianças, as férias e as colônias de férias são oportunidades de aprendizado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A repórter Cristiane Guedes inicia com <i>off</i> dizendo que crianças de vários perfis e necessidades participam da colônia de férias.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com a terapeuta ocupacional Samara Barros que explica que unem brincadeiras tradicionais e que o projeto do dia busca valorizar as habilidades.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em <i>off</i> e com imagens dos participantes, a repórter fala que vinte crianças realizam atividades com profissionais habilitados e que cada dia elas vivenciam uma nova experiência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com um menino que fala que é preciso ter paciência, em seguida uma menina diz que é fácil, outro garoto diz que gosta de fazer.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagens dos participantes manuseando argila. E dizendo que as atividades desenvolvidas no espaço terapêutico promovem o desenvolvimento das crianças.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista com Sandra Rejane- mãe de uma participante. Ela fala que percebeu que o filho aprendeu muito e que fica bastante emocionada ao ver os avanços dele.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> dizendo que eles, em poucas semanas, estarão de volta as atividades em sala de aula.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novamente sonora com a terapeuta que fala sobre as novas experiências.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Encerramento:</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O programa <i>Semana Antares</i> fica por aqui, obrigada.</li> </ul>

## APÊNDICE VI

## GRADE ANALISADA EM JANEIRO/ 2017

Categoria Informativo: gênero telejornal - programa *Jornal Antares*

Programa <i>Jornal Antares</i>
Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 1
Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 1: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Abertura</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Escalada</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora Jeandra Portela fala os principais destaques do telejornal.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora está em uma bancada com tampo de vidro. As cores predominantes do estúdio são laranja e azul.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Entra vinheta</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A vinheta tem o mapa do Piauí projetado em um fundo na cor laranja, depois é apresentado o nome <i>Jornal Antares</i>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens da governadora em exercício Margareth Coelho cumprimentando as pessoas. A repórter fala que em funcionamento há 50 anos o Mercado Estevan Alves de Oliveira em José de Freitas teve a reforma autorizada no último fim de semana . A governadora em exercício Margareth Coelho também autorizou a reforma do Hospital estadual Nossa Senhora do Livramento . Informa que as obras serão licitadas em breve. A do mercado pela Secretaria Estadual das Cidades e do hospital pela Secretaria de estado da Saúde.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora da Governadora em exercício que fala que o mercado é um prédio histórico que está no centro da cidade, abriga muitos feirantes e que não apresenta condições para que essas pessoas fiquem. Fala que estão em uma parceria entre estado e município autorizando o projeto que busca trazer as adequações, mas mantendo as condições do espaço. Acrescenta ainda que o mesmo para o hospital que está completamente deteriorado. Estamos firmando essa parceria- Estado-Município, pela Secretaria de Saúde para elaboração de um projeto de reforma e novos serviços, como o Centro de Parto Natural.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens da governadora em exercício em pose para foto ao lado do prefeito de Deputado João de Deus e imagens cumprimentando as pessoas . A repórter diz que a parceria visa melhorar as condições do município.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora do Prefeito de José de Freitas, Roger Linhares que fala que a governadora está vendo a necessidade dessa reforma e que temos a agradecer pela vontade de contribuir com o município de José de Freitas , dando apoio não somente na campanha, mas agora depois de eleito e inclui que a presença dela é muito importante.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> dizendo que o motivo da visita e assinatura das ordens de serviço no município que serão realizadas com recursos próprios do estado foi para mostrar aos gestores estaduais a situação e a necessidade de investimentos nas estruturas públicas do município. Imagens da Governadora do Município, Prefeito e Deputado Estadual João de Deus hasteando as bandeiras do Brasil, Estado e Município. Depois, imagem do deputado e público.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora do Deputado que fala que propiciar melhores condições, para feirantes e pessoas que trazem produtos o que ajuda a movimentar a economia. O mercado está abandonado, fala ainda que a nova gestão já assume preocupada em melhorar as condições do mercado. Acrescenta que é uma demanda muito importante e que o governo do estado, com certeza vai ajudar nesse processo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra <i>off</i> com imagens da governadora assinando um documento. A repórter diz que a população de José de Freitas acredita e aposta em dias melhores para a cidade. E que para executores da obra como a SESAPI elas deverão melhorar a qualidade de vida das pessoas.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora com Telmo Mesquita- representante da SESAPI, que fala que as políticas do Secretário Francisco Costa e do Governador Wellington é justamente melhorar a qualidade de vida, principalmente no interior . Em termos de saúde na capital já estamos trabalhando bastante é a questão de melhorar o hospital de José de Freitas, melhorando o centro de cirúrgico e a sala de parto, com qualidade melhor.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O material foi produzido pela Coordenadoria de Comunicação do Governo do Estado. Não há canopla da TV Antares, apenas um microfone com a identificação do governo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em nota, a apresentadora fala que uma carga de carnes foi saqueada em Picos, após um acidente envolvendo o caminhão.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bonanza- Empresa que oferece laudos técnicos e refrigeração.</li> </ul>
Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 2
Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 2: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jeandra Portela, ao vivo, lê nota sobre as inscrições para o FIES, informando o site para as inscrições que seguem até o dia 30 de abril. E que o governo deve investir 21 bilhões.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentadora chama reportagem que mostra o projeto novos talentos que são desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça e fazenda da paz.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entram imagens de pessoas, em <i>off</i> a repórter Thracy Oliveira fala que esses cursos são oferecidos pela fazenda da paz e conta com o apoio do Tribunal de Justiça.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em seguida, entra sonora com o juiz da 7ª vara Almir Tajra que fala que os cursos vão ajudar os jovens que estão fazendo tratamento contra as drogas voltarem ao convívio social.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em <i>off</i> a repórter fala que João está fazendo o curso de marcenaria.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com o João Filho que é atendido na fazenda da paz, ele menciona a oportunidade de fazer o curso de marcenaria.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Repórter, em <i>off</i>, diz que existem oportunidades e novos cursos. Aparecem imagens da governadora em exercício Margareth Coelho.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora com o Coordenador da Fazenda da Paz, Célio Barbosa, que fala sobre a importância da parceria que visa oferecer uma formação profissional aos alunos. Para isso, são desenvolvidos brinquedos lúdicos para alunos especiais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora de Diane Pacífico- Coordenadora do Projeto. Ela fala da oportunidade de profissionalização.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em <i>Off</i> a repórter cita que o projeto é apoiado pelo Governo do Estado que parabeniza a ação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora com a governadora em exercício Margareth Coelho que fala que a fazenda da Paz tem um papel importante na sociedade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nota de concurso para formação de cadastro de reserva. As informações estão no site da Secretaria de Educação. Terá um ano, com possibilidade de prorrogar por mais um ano.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Quadro Previsão do Tempo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra vinheta da Previsão do Tempo. Em seguida, a apresentadora Jeandra Portela narra a previsão do tempo. Mostra o mapa do Piauí, em arte animada com transição da imagem do mapa do estado, com destaque ao lado com os nomes dos municípios de Floriano, Cocal dos Alves, Piripiri e Teresina, com as temperaturas máxima e mínima. Também é informada a fonte: CPTEC-INPE.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Estúdio</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista em estúdio com Marlon Rodney da Fundação Monsenhor Chaves. Ele informa que começaram os preparativos para o Corso 2017. No transcorrer da entrevista são abordadas as premiações que variam entre dois e quatro mil reais. Também que o evento</li> </ul>

<p>começará às 16h e tem um tempo previsto para chegar até a Avenida Raul Lopes. As informações também apresentam as pessoas que podem participar do evento, no caso dos carros, eles devem estar quites com todas as questões relativas ao veículo e condutor. Que os caminhões precisam atender as normas, como guarda-corpo, banheiro e normas avaliadas de segurança. Durante a edição do Corso haverá a presença de representantes do Corpo de Bombeiros, PM e STTRANS. Que o prazo é até o dia 17 fevereiro, portanto um dia antes da realização da festividade. Que as inscrições para o rei e rainha já estão abertas e que, esse ano, também serão incluídas as pessoas com deficiência. Lembra também do concurso de marchinhas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Passagem de bloco:</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A seguir o projeto praia acessível.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informe da Secretaria de Educação e Governo do Estado sobre a educação em tempo integral.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta Jornal Antares</b></li> </ul>
<p>Programa <i>Jornal Antares</i>- Bloco 3:</p>
<p>Programa <i>Jornal Antares</i> - Bloco 3: descrição</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1:</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora (ao vivo) informa que o Sine está com vagas . Em seguida, uma arte com o fundo azul informa as vagas para ajudante de obras, atendente de lanchonete. O telefone e site do SINE.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jeandra Portela chama (ao vivo) reportagem sobre as crianças autistas das APAEs de Luiz Correia, Parnaíba e Ilha Grande do Piauí que são atendidas pelo Projeto Piauí Praia Acessível.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na reportagem de Tiago Mendes. Em <i>off</i> fala que a movimentação é intensa na praia de Atalaia, principalmente no espaço do Projeto Praia Acessível que oferece para mais de 50 crianças autistas e excepcionais APAEs de Luiz Correia, Parnaíba e Ilha Grande do Piauí que aproveitaram para tomar banho no mar. São veiculadas imagens da praia e da estrutura do Projeto. É possível ver no painel que existem logomarcas da Faculdade Maurício de Nassau, Governo do Estado e Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência (Seid), em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo (Setur).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora de crianças atendidas pelo projeto que falam que a experiência é muito boa.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passagem do repórter Tiago Mendes, da TV Delta. Ele menciona que o projeto já é referência no Nordeste e que a prova disso era que a Deputada Rosinha da Adefal, Deputada Federal do Estado de Alagoas, tem visita agendada para levar para Alagoas a mesma realidade do Piauí.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com o Secretario de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência, Mauro Eduardo, que menciona o antes de depois do projeto. Que pessoas como uma senhora de 70 anos teve a oportunidade. Que veem a alegria das pessoas que tem a alegria de fazer parte. O estado do Piauí como uma referência. Oferecendo acessibilidade e levando que o Piauí garante para pessoas que visitam as praias a devida atenção.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens da Presidente da APAE e de crianças tomando banho no mar. O repórter fala que é possível para as crianças possam desenvolver atividades de lazer que antes não era possível na praia.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto do governo do Estado trouxe a oportunidade de aproveitar a praia com a acessibilidade garantida. Uma bandeira das APAEs que tenham a acessibilidade garantida em todos os espaços. E acrescenta que as pessoas que fazem parte da APAE pretendem transformar o projeto em atividade rotineira.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta Esporte</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista com o comentarista de Esporte Jota Araújo. O primeiro tema na entrevista aborda que o volante Rômulo, que é piauiense, estava atuando na Rússia, mas que está de volta ao Brasil que será apresentado no time Flamengo do Rio de Janeiro. Durante a</li> </ul>

entrevista há uma interação da apresentadora com o comentarista sobre o assunto. Abordam os times locais como o Campo Maior que aguarda recursos para iniciar os trabalhos. Em seguida, falam sobre o time do Altos que já vai para o quinto amistoso. Também trataram o time do Picos que terá um auxílio da prefeitura do município, o valor é de 400 mil reais.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2:</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A apresentadora agradece a participação do comentarista e encerra o jornal.</li> </ul>

### **Categoria Informação: gênero telejornal- programa *Antares Notícia***

Programa <i>Antares Notícia</i> - Bloco 1
Programa <i>Antares Notícia</i> - Bloco 1: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta TV Antares</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Escalada</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Murilo Lucena apresenta os destaques do telejornal .</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta Antares Notícia</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Murilo Lucena começa a edição com reportagem sobre metrô da capital que descarrilou na Avenida Noé Mendes. O fato aconteceu por volta das três e meia da tarde e a causa pode ter sido uma falha nos freios. O terminal ficou destruído.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A reportagem se inicia com a passagem da repórter Thracy Oliveira que diz que o metrô descarrilou e atingiu o terminal que fica próximo ao mercado Dirceu 2 quando o maquinista perdeu o controle do veículo. Informa que 6 passageiros estavam no metrô, mas que ninguém ficou ferido.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagens em <i>off</i> dizendo que as pessoas acompanharam o serviço de retirada do metrô.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com o usuário do metrô José Alves falando que ficaram assustados. Disse que deveria ter manutenção. E que, ainda bem, não aconteceu em horário de grande movimentação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em <i>off</i> com imagens do acidente fala que as pessoas temem que aconteça novamente.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra entrevista com uma usuária falando que fica assustada. Que é um transporte público que serve muito, custa 80 centavos diferente do ônibus que o valor é R\$ 3,30. Mas, com um fato como esse as pessoas ficam com receio de andar.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador, em nota, diz que uma perícia será realizada para saber as causas reais do acidente. Segundo Companhia Metropolitana de Transportes do Piauí, uma sindicância será aberta para investigar as causas do acidente. Diz ainda que as viagens da tarde foram comprometidas e que um veículo reserva será utilizado no dia seguinte.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador diz que 9 dias após as explosões no Detran, a sede continua com o acesso interditado. Com a interdição o serviço de entregas de carteiras foi suspenso e deslocado para outros locais. Informa os pontos de atendimento.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador chama reportagem. Na abertura fala que organizações ambientais estão preocupadas com a falta de cuidado do poder público com o meio ambiente. Que entre os temas em pauta, o funcionamento do Parque Nacional Serra da Capivara e a poluição que afeta os rios Parnaíba e Poti.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagens em <i>off</i> de rios e falando que Teresina que é conhecida como cidade verde, hoje é palco de luta de organizações não-governamentais para preservação ambiental. Que é cortada por dois rios e que é responsável pela poluição nos rios. Depois entram imagens de Juliana Guerra e fala que outro fator que agrava a poluição é a falta de saneamento básico da cidade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra entrevista de Juliana Guerra que é advogada. Ela diz que o que pode ajudar é o aumento</li> </ul>

<p>no tratamento de esgoto. Sair da taxa de 19%, até a média nacional que é de 50%. Diz que as ações giram em torno da educação ambiental .</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens de pinturas rupestres da Serra da Capivara. O repórter fala sobre o Parque Nacional que um parque arqueológico inscrito pela UNESCO na lista de patrimônio mundial. No local existem registros dos homens pré- históricos. O repórter menciona que a gestão do parque é dividida entre o Instituto Chico Mendes e a Fundação Museu do Homem Americano , que a unidade possuía 250 funcionários e que no ano passado restaram apenas 36, com salários atrasados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novamente entrevista com a advogada Juliana Guerra. Fala que tem que se unir aos trabalhadores. Eles alegam que estão bancando o parque. Procurar, por meio do coletivo auxiliá-los.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Murilo Lucena diz que uma chuva de grande intensidade na madrugada provocou vários transtornos na capital.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com imagens narradas por uma voz feminina. São inseridas fotos e vídeos da chuva projetadas em material editado, por trás de uma legenda: <i>CHUVA E TRANSTORNO Chuva com ventos fortes derrubaram árvores e atrapalharam rotas de aviões</i>. No conteúdo é mencionado que foram 7 chamados para retiradas de árvores, que em frente ao palácio de Karkak uma árvore caiu sobre uma banca de revistas e que uma casa desabou. Também que um voo teve dificuldade de pousar.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2 -</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em nota o apresentador informa que a partir de hoje foi instalada a tropa de choque da polícia militar para o Piauí. Na Casa de Custódia com 19 policiais, uma base do grupo de intervenção prisional, na penitenciária Irmão Guido com 12 agentes penitenciários. As medidas fazem parte de ações do governo do estado, para evitar ocorrências nas unidades prisionais do Piauí.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 3</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador diz, em nota, que após delação premiada de um empresário, novas ações podem acontecer na Operação Déspota que prendeu o Prefeito de Redenção do Gurguéia, e mais 15 pessoas entre secretários, servidores e empresários acusados de participar do esquema de fraudes em licitações. A delação premiada é do empresário Orlando Gonçalves da Gama que devolverá para os cofres públicos 300 mil reais é primeiro caso de devolução de dinheiro público, após delação premiada já registrada no Estado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passagem de bloco: Em instantes, Teresina ganha nova central de regulação de consultas e exames pelo Sistema Único de Saúde e em Picos, meninos e meninas serão vacinados contra o HPV.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informe do Governo do Piauí, diz que o hospitais oferecem ortopedia, obstetrícia e diagnóstico por imagem, em Floriano o primeiro tomógrafo do interior , nova UPA em Oeiras, em várias cidades mamógrafos para prevenir o câncer de mama. E o Passo à frente já entregou 500 peças ortopédicas, para encerrar uma mulher fala “Aqui tem coisa boa acontecendo com a saúde”.</li> <li>• Informe sobre a dengue. Uma mulher diz que perdeu a filha em menos de 12 horas para a dengue. Depois uma voz masculina diz que um mosquito por acabar com uma vida e fala da conscientização, material do Governo Federal.</li> <li>• Anúncio publicitário da Bonanza, uma empresa que atua no segmento de refrigeração e peças.</li> <li>• Material que encerra com a vinheta Meio Ambiente, não identificando a qual órgão pertence. Fala sobre os copos descartáveis e que demora mais de 200 anos para se decompor, ao substituir os copos você reduz a poluição</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa <i>Antares Notícia</i>- Bloco 2</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa <i>Antares Notícia</i>- Bloco 2: Descrição</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Âncora do telejornal (vivo) diz que a Escola Técnica do SUS está com inscrições abertas para 70 vagas para o curso técnico em análises clínicas, para ser oferecido nas cidades de Oeiras e São Raimundo Nonato . O curso tem duração de 2 anos e é destinado a profissionais do ensino</li> </ul>



<p>médio que atuam na área da saúde. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 26 nas secretarias municipais de saúde dos municípios.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na cabeça o repórter diz que dados da Secretaria de Estado da Saúde revelam que aqui no Piauí, ano passado, foram registrados 775 novos casos de Hanseníase. Os municípios estão sendo convocados para campanha estadual, no dia mundial de combate a doença que será entre os dias 25 e 31 desse mês.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora de Eiracema Alves- Sup. Estadual Hanseníase- SESAPI. Fala que estão lutando para acabar com a hanseníase a forma multibacilar da doença. Eles estão usando a cor roxa e que serão desenvolvidas ações em Teresina também em parceria com o MOHAN e que é preciso reduzir os indicadores com um diagnóstico rápido.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 3</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Murilo Lucena (vivo) fala que Teresina terá uma nova central de regulação de consultas por meio do Sistema Único de Saúde . O serviço começará a funcionar no mês que vem. Foi montada uma força- tarefa para fazer levantamentos , também será criada uma nova sistemática de consultas, exames e leitos por meio de uma fila única, para oferecer mais agilidade nos hospitais</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentador chama reportagem. Na cabeça diz que Secretaria Municipal da saúde de Picos através da Coordenação de Imunização passa a oferecer a vacina contra o HPV para meninos de 12 e 13 anos. Diz que a dose faz parte do calendário de vacinação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra <i>off</i> falando que meninos a partir de 12 e 13 anos também poderão receber a vacina, fala ainda que a faixa será ampliada até 2020. Durante reunião foram repassadas informações sobre a campanha. Inserem imagens da reunião.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com Valdivânia Pacheco- Coordenadora de Imunização. Ela diz que antes a vacina estava acessível apenas para as meninas de 9 a 13 anos. Em 2017 os meninos também vão entrar como população –alvo. São duas doses com o intervalo de imagens</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens de uma mão assinando o cartão de vacinação e de um jovem tomando a vacina, com o repórter dizendo de acordo com Ministério da Saúde estudos feitos em outros países revelam a importância dos meninos serem imunizados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com Tânia Alves- Enfermeira dizendo que o objetivo é prevenir o câncer de pênis e verrugas causadas pelo HPV em meninas e meninos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens da reunião e repórter fala que a vacinação serão ampliadas para homens que tem HIV entre 9 e 26 anos. Antes, só as mulheres com HIV nesta faixa etária poderiam se vacinar gratuitamente.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora da Coordenadora de Imunização que diz que para que essa população receba a vacina, é preciso uma prescrição médica. Já os portadores de HIV recebem 3 doses.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens de pessoas manuseando as seringas. O repórter diz que o HPV pode causar o câncer no colo do útero e verrugas genitais e que é altamente contagioso e que a transmissão ocorre principalmente pelo contato sexual.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passagem de bloco: O apresentador diz que o secretário da Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano já em planos para a revitalização do centro da capital. E audiência pública que trata da modernização da Central de Abastecimento do Piauí.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Chamada sobre a Hanseníase e os sinais. Alerta que o tratamento é de graça.Com o slogan, <i>Quanto mais cedo você descobrir, mais cedo você vai se curar.</i> O informe é do Ministério da Saúde.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informe da Secretaria de Educação do Governo do Estado sobre a Educação. Menciona que a rede estadual recebeu 278 mil matrículas, 60 mil a mais que em 2015. Que em toda a rede todos fazem uma educação melhor, com primeiros lugares nas olimpíadas, que o Piauí é um dos 4 estados com nota azul no IDEB. Que alunos de todos os municípios tem acesso. Sonoras de estudantes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informe publicitário da Bonanza. Empresa que atua com ferramentas elétricas e refrigeração e instalação de aparelhos de ar condicionado. Com o número de telefone de contato e endereço.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa <i>Antares Notícia</i>- Bloco 3: descrição</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 1</b></li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Murilo Lucena (vivo) diz que nesta quarta-feira (18) será realizada uma audiência pública na Central de Abastecimento do Piauí.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 1</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador diz que o secretário da Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano já em planos para a revitalização do centro da capital. Fala que ações devem melhorar a iluminação pública e o trânsito.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com Levino de Jesus da ETURB. Fala que o problema do trânsito será solucionado com os terminais de integração. Outro problema é a iluminação de Teresina de 50,60 que não clareia mais. O outro passo é a revitalização das calçadas para as pessoas com deficiência. Eu vou conversar com o Prefeito, que as pessoas devem cumprir a função social do imóvel. Caso o proprietário não cuide do imóvel ele tem que cumprir com os usos, caso não tenha condições veja uma forma. O que não pode acontecer é que a história seja demolida.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reportagem 2</b></li> </ul>
<p>O âncora chama reportagem com a cabeça que menciona que se há um ingrediente que pode representar o nosso país de Norte a Sul, este é a mandioca. E que vai conhecer mais desse ingrediente, na reportagem da nossa afiliada TV Picos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra reportagem com imagens de mulheres descascando a mandioca. O repórter fala que a mandioca é detentora de vitaminas, minerais e fibras. Mais de 5 séculos depois ela está presente em nossa mesa.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora da nutricionista Lucicleide Bezerra dizendo que mandioca apresenta vitaminas, minerais, fibras, mas ela é muito rica em carboidratos que são importantes para fornecer energia para o nosso corpo e que são importantes para o nosso organismo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens de um senhor, o repórter fala que o senhor cultivou a mandioca por mais de quatro décadas e que foram necessários 5 anos de seca para desanimar o Seu Tiago.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com o aposentado Tiago Moura que menciona vários itens que são feitos com a mandioca: a tapioca, o beiju.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com imagens do aposentado e o repórter menciona que para complementar a renda ele comercializa produtos a base da mandioca. E que o senhor deixa claro que da mandioca nada se perde.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora novamente com o aposentado falando que tudo é aproveitado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> do repórter com imagens de pessoas em uma casa de farinha e as informações de que existem dois tipos de mandioca, a brava e a mansa, que no Piauí é mais conhecida como macaxeira.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sonora novamente com a nutricionista que explica que a mandioca brava é chamada assim por causa de um ácido e para consumir é necessário que passe por processamento, diferente da mansa que tem um teor menor do ácido cianídrico.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Off</i> com a informação de que é importante para pessoas que tem intolerância a glúten.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra sonora com a nutricionista que fala que é uma opção, tanto a mandioca quanto os derivados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Notícia 2</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em nota (ao vivo), o âncora do telejornal informa que estão abertas as matrículas para cursos no palácio da música, com o valor de 40 reais por semestre. Informa o local que as pessoas podem se inscrever. As aulas serão iniciadas na primeira semana de fevereiro. E o telefone para contato que é 3215 7848</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Encerramento</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imagem da apresentador Murilo Lucena agradece em nome de toda equipe aos que acompanharam a edição, fala ainda.. a notícia em permanência na nossa página na internet <a href="http://fundacaoantares.pi.gov.br">fundacaoantares.pi.gov.br</a> . E diz que voltam a se encontrar amanhã e deseja uma boa noite.</li> </ul>

### **Categoria Informação: gênero entrevista- programa *Interpretação***

<i>Programa Interpretação- Bloco 1: descrição</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 1- Abertura</b></li> </ul>
<p>O programa é iniciado com a vinheta instrumental. Durante a exibição surge primeiramente no fundo branco, uma composição com o nome Interpretação em vermelho e caixa alta, ao mesmo tempo o nome do apresentador Sérgio Fontenele com letras em grafia normal.</p>
<p>O apresentador aparece em um cenário com várias palavras com as mesmas características dos nomes que formam a vinheta do programa. No primeiro <i>take</i> o apresentador aparece em primeiro plano. Nesse momento, Sérgio Fontenele apresenta indicadores que mostra que após 128 anos da abolição da escravidão a discriminação ainda segue firme no Brasil. Fala que o preconceito é grande e que há dificuldade nos espaços políticos. Cita que a sociedade vive regida por uma situação escravocrata e machista.</p> <p>Diz ainda que os negros representam mais da metade da população do país, o acesso a educação, a questão salarial por meio de dados do IPEA e apresenta mais dados em cartelas com o título <i>A questão do negro no Brasil e no Piauí</i>.</p> <p>Cartela que mostra que depois da Lei Áurea fala sobre a tipificação da discriminação como um crime. Cita a lei Afonso Arinos. Que transformou o preconceito de raça em contravenção. Cita a lei Alberto de Oliveira que tipificou atitudes por preconceito como crime. Fala que são avanços, mas que ainda está longe de vencer as barreiras.</p> <p>No ar o programa Interpretação, sobre a questão do negro no Brasil, por ocasião do mês da consciência negra.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 2</b></li> </ul>
<p>Entra uma vinheta que é primeiramente iniciada com uma sequência de palavras e depois surge o nome do programa e do apresentador, conforme foi mencionado anteriormente.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 3</b></li> </ul>
<p>O apresentador deseja boa tarde aos telespectadores da TV Antares e ouvintes da rádio Antares 800. Em seguida diz que a entrevistada é a professora Andreia Marreiro, formada em direito pela Universidade Estadual do Piauí, mestra em Direitos Humanos pela UNB, coordenadora de pesquisa, pós-graduação e extensão na Faculdade Ademar Rosado, e coordenadora da Pós-Graduação de direitos humanos Esperança Garcia, além de fazer parte da ciranda de juristas populares.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 4</b></li> </ul>
<p>O jornalista Sérgio Fontenele diz que ela acompanhou a abertura. E gostaria de saber da entrevistada qual a avaliação da situação do negro no Brasil?</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 5- Entrevista</b></li> </ul>
<p>A entrevistada fala que o negro vive ainda os reflexos da escravidão sofrendo bastante o preconceito.</p>
<p>O apresentador pede a análise do Piauí, em relação ao panorama nacional.</p>
<p>A convidada do programa diz que a situação no Piauí é ainda pior, que o processo no estado aconteceu com o processo de colonização e que os negros piauienses não conseguem sequer se identificar como negros. Fala que em Teresina tem espaços com nomes de brancos que exterminaram muitos negros e índios. Menciona os nomes de Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense.</p>
<p>Sérgio Fontenele comenta Domingos Jorge Velho também exterminou o quilombo de Zumbi dos Palmares.</p>

A professora confirma o que ele falou. E que após muita reivindicação o espaço localizado na Avenida Miguel Rosa recebeu o nome de Zumbi dos Palmares.
Sérgio Fontenele pergunta de que forma essa discriminação racial se manifesta hoje?
Andreia Marreiro comenta que até hoje existem dados sociais que apresentam dados de violência. Cita que o jovem negro tem 3 vezes mais chances que um jovem branco de ser assassinado.
O âncora pergunta sobre a expectativa de vida dos negros diante dos brancos.
A entrevistada fala que no mapa da violência, as mulheres brancas tiveram uma redução na violência, enquanto as negras tiveram um aumento. E questiona como o sistema de justiça está se articulando.
O apresentador pergunta sobre essa situação. Por que os índices de desigualdade não são reduzidos? O que isso pode indicar?
A professora diz que os piauienses e brasileiros precisam compreender a desigualdade, que é o primeiro passo para pensar em ações e políticas públicas para modificar a realidade.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
Propaganda da loja Terno e CIA que aluga ternos, becas e vestidos, também anúncio do Governo do Estado e investimentos voltados para a saúde.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Programa Interpretação – Bloco 2</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Programa Interpretação- Bloco 2: descrição</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 1- Entrevista</b></li> </ul>
O apresentador Sérgio Fontenele retoma que estão discutindo a questão do negro, na companhia da professora Andréia Marreiro.
O âncora fala sobre preconceito racial e questiona a professora o que há sobre a crença que há diferenças quanto ao racismo nos Estados Unidos e Brasil.
A professora fala que existe uma confusão de realidades diferentes. No Brasil, a construção do país teve a presença do negro com muita violência, com o embranquecimento da sociedade. Já nos Estados Unidos, a segregação é diferente. Comenta que o racismo no Brasil ele é silenciado. Também que foi uma política de estado brasileira trazer pessoas brancas, para que esses brancos pudessem se relacionar com as negras, muitas vezes pelo estupro para que tivéssemos um país menos negro. Há uma negação da importância do negro para a cultura, saberes e valores do povo negro.
Luciano continua a falar que o aspecto é interessante que o que aconteceu com o Brasil com a migração estava relacionado ao embranquecimento.
Andréia Marreiro comenta sobre a violência dessa política de estado adotada pelo Brasil. Negar a identidade desse povo. E é por conta dessa história que é pouco conhecida e contada, pelo silenciamento do povo negro. Menciona ainda a desigualdade.
Sérgio Fontenele pede a avaliação sobre as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, redução da discriminação, cita com avanço delegacias especializadas e até um Ministério criado nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.
A professora fala que os avanços nos últimos governos do PT são inegáveis, é preciso reconhecer para fazer a crítica. Mas não são suficientes. Pois ter uma política de cotas, sem o acolhimento do estudante negro. Não existem estudos sobre o povo negro inseridos no contexto universitário. A inserção tem que

estar acompanhada da inclusão dos saberes do povo negro.
A pesquisadora comenta que existem vários autores, como Antônio Bispo, que é um mestre quilombola piauiense que vai para UnB, mas não dá aulas em universidades do Piauí.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propaganda da loja de aluguel de roupas Terno e CIA. Informe da Secretaria de Educação e do Governo do Estado do Piauí, que fala sobre os primeiros lugares em olimpíadas do conhecimento e que tem acesso a boa educação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Programa Interpretação</i>- Bloco 3</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Programa Interpretação</i>- Bloco 3: descrição</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 1- Abertura</b></li> </ul>
Inicia com vinheta do <i>Programa Interpretação</i> e o apresentador Sérgio Fontenele que estão no terceiro e último bloco que estão com a professora Andreia Marreiro e que ela é uma estudiosa da questão do negro no Brasil.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 2- Entrevista</b></li> </ul>
O apresentador diz que voltando as políticas públicas direcionadas a igualdade racial, redução da discriminação em relação aos negros. Pede a avaliação da entrevistada do governo do Presidente Michel Temer que assumiu após esse controvertido <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff e excluiu o Ministério da Igualdade da Promoção Racial, que era considerado pelos movimentos como um avanço. E quais perspectivas para a causa negra?
Andréia Marreiro responde que esse governo só chegou ao poder por um golpe de estado, um golpe que tem uma máscara de ilegalidade , que foi permitido pelas instituições. Mas, ele é um golpe a Constituição de 1988 que foi construída por muitos movimentos, inclusive grupos negros. Menciona ainda que é um momento de extremo retrocesso que a sociedade vive com esse governo ilegítimo que é o governo de Michel Temer. Tudo que vem depois de um governo ilegítimo faz parte da construção desse golpe. Fala que o golpe foi arquitetado para não ter o desenvolvimento dessas políticas públicas que estão tocando esse processo de igualdade racial. Retrocesso perceptível desde o momento que ele toma posse, com um ministério formado por homens brancos, ausência de mulheres e pessoas negras. Em seguida a extinção de um ministério extremamente importante que era dirigido por pessoas negras. Cometa que a continuidade do golpe pode ser vista com a proposta da PEC que o congelamento dos gastos, quem vai sofrer é a população negra que dependem da saúde e da educação pública,
Sérgio Fontenele pergunta: Em relação à política de cotas que é considerado uma grande avanço dos governos do PT, embora incompleta propiciou um avanço significativo da redução da desigualdade no Brasil. Que perspectiva em relação a essa política de cotas? Por que desde o início do governo Temer a sinalização que temos é que vai haver um corte. Quais as perspectivas disso? A senhora acha que essa política de cotas está sob ameaça.
A entrevistado responde que com certeza. Todos os direitos garantidos na Constituição de 88 estão em risco com esse governo ilegítimo. Diz ainda que é impossível falar em direitos humanos em um governo como esse, com todas as medidas de retrocesso. Agora sobre essa políticas de cotas ela deve ser transitória. O questionamento é que é preciso estender para outros espaços públicos. Para que alcance essa igualdade é preciso tratar os desiguais desigualmente. É necessário tratar brancos e negros de forma diferente, para que alcance uma igualdade material. Diz que nesse momento é de celebrar o dia da consciência negra , lembrar o histórico de extrema violência, de resistência do povo negro, tanto no Brasil quanto no Piauí. Andrea Marreiro enfatiza que inclusive na OAB, tem sido feito um trabalho com a Comissão da Verdade e da Escravidão Negra, de conhecer e compartilhar a história de Esperança Garcia, que foi uma mulher negra que escreveu uma carta para o governador da capitania naquela época, denunciando os maus tratos que sofria. Fala de um dossiê que está sendo feito para investigar a história

dessa mulher, para conceder o título de primeira advogada negra brasileira para Esperança Garcia.
O apresentador da TV Antares agradece pelas contribuições sobre a questão do negro na sociedade brasileira e piauiense.
A professora agradece ao apresentador e parabeniza por oportunizar o espaço, que infelizmente a negra e o negro ainda tem um espaço reduzido na comunicação. Acrescenta que a luta é de todas e todos, uma luta por igualdade racial, com mais alegria e justiça;
O apresentador encerra o programa. Aparece uma tarja com a informação da equipe e que Sérgio Fontenele veste Terno & Cia
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Encerramento</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta com logomarca da Fundação Antares e nome do Presidente Humberto Coelho.</li> </ul>

### **Categoria Outros: gênero outros - programa *Interferência***

Programa <i>Interferência</i>
Programa <i>Interferência</i> - Bloco 1
Programa <i>Interferência</i> - Bloco 1: descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Abertura</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador Henrique Douglas inicia o programa falando que o programa será muito legal e que o jornalista Mauro Sampaio que mora em Brasília e veio para Teresina lançar o livro “De ônibus” sobre a experiência de trocar o ônibus pelo transporte coletivo. Também uma matéria sobre o trecho em frente ao Teatro 4 de setembro que pode ser reaberto por uma proposta dos lojistas, também cinema e música. Diz ainda que tudo isso é muito mais no programa <i>Interferência</i>.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta do Programa</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A vinheta é formada por uma imagem de um caleidoscópio colorido e do nome <i>Interferência</i>, em seguida aparece uma televisão e algumas imagens, entre elas a logo marca de Super Heroes, da boca com a língua de fora, que representa o símbolo da banda Rolling Stones e da bandeira do Piauí.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Henrique Douglas diz que é um prazer estar com os telespectadores. Que quer convidar a todos para domingo, no Parque da Cidadania, às 18 horas com duas bandas Modstok e a Radiofônicos, também a exibição de filme o documentário Amplo Rock. O apresentador sentado na frente de um cenário, com o pedaços do nome <i>Interferência</i>. Ele diz que vai chamar uma reportagem especial sobre a polêmica da reabertura de um trecho de rua que fica em frente do Teatro 4 de setembro e que muitas pessoas são contrárias. Diz ainda “vamos dar vez e voz as essas pessoas” e comenta para compreender o por quê de serem contrárias.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Entra vinheta com o nome <i>Interferência</i></b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador Henrique Douglas está em locação externa. Ele diz que está na praça Pedro II e que as pessoas estão fazendo uma manifestação em frente ao Teatro 4 de setembro. Porque a prefeitura quer reabrir essa rua que fica em frente ao teatro . Diz que muitas pessoas são contrárias e que vamos saber.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra entrevista, sem crédito, um senhor fala que nos dias de espetáculos a movimentação é intensa. Questiona ainda, e nós pipoqueiros vamos vender na rua?</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome <i>Interferência</i></b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Também sem crédito. Um senhor, com um violão, diz que o espaço é um lugar de respirar cultura. No momento, passa uma pessoa de moto- o cinegrafista mostra a imagem, enquanto o entrevistado segue dizendo que não é uma reivindicação somente dos artistas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome <i>Interferência</i></b></li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há o crédito na entrevista, mas por ser uma figura pública é possível saber, O secretário de cultura do estado Fábio Novo diz que o trecho é tombado em âmbito municipal, estadual e federal. E já foram feitos estudos e que a movimentação de veículos pode prejudicar o prédio que tem mais de 120 anos. Também acrescenta que a cultura está cumprindo um papel importante para o centro da cidade, pois aumenta a circulação de pessoas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome Interferência</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O entrevistado, que não está creditado, questiona como vão abrigar as pessoas que vem para os espetáculos? Fala ainda sobre a estrutura do teatro e que deve permanecer isolado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome Interferência</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retoma novamente o secretário de cultura do estado, Fábio Novo, fala que recuperara a estrutura do teatro 4 de setembro, que foram feitas ações de modernização. O complexo que envolve o Teatro Torquato Neto e o Espaço Osório Júnior. Além das obras foram retomados vários projetos, como Boca da Noite, Terças da Casa, Seis e Meia, exibição de filmes e exposição. Mais de cem mil pessoas que passaram por esse complexo. Algo que deve ser considerado para o centro. Fabio Novo comenta ainda que estão na segunda fase projeto que inclui a reforma e ampliação da Central de Artesanato que aumentará ainda o fluxo no centro. Acrescenta que estão fazendo parceria com a Prefeitura de Teresina para o Museu da Imagem e do Som, que funcionará no prédio da antiga câmara dos vereadores. Em fevereiro será a entrega da reforma e modernização do Museu do Piauí e recentemente entregamos a Biblioteca Cromwell de Carvalho. Só a biblioteca coloca 5 mil pessoas por mês no centro. A cultura está cumprindo o seu papel, mas outros segmentos tem que fazer a sua parte para tornar o centro mais atrativo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome Interferência</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Outro entrevistado, mas que já apareceu no programa. Diz que são contrários e que as pessoas são mais importantes que o tráfego.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome Interferência</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador Henrique Douglas, em estúdio, diz que será exibida uma entrevista com o jornalista Mauro Sampaio. Diz que ele veio à convite da TV Antares e que o nome do livro é “De ônibus”</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome Entrevista</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O entrevistado diz que é de Esperantina que já morou em Teresina, Belém e agora em Brasília. Diz ainda que se tornou usuário de transporte coletivo em Brasília. Comenta que reaprendeu a andar de ônibus, com isso percebi que poderia contar histórias por texto e fotografias. São inseridas imagens com fotos que estão no livro. Mauro Sampaio diz que tem imagens coloridas e em preto e branco. Diz que pediu autorização das pessoas, também que ao usar o transporte ficamos mais coletivos e mais cidadãos.</li> </ul> <p>Sobe –áudio com música e imagens das fotos que estão no livro</p> <p>Volta para o entrevistado que diz que o cidadão precisa ser respeitado na sua mobilidade . Diz que o ônibus é para todos e comenta que o sistema em Teresina precisa ser melhorado.</p> <p>Menciona os lugares onde os livros podem ser comprados.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome Entrevista</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador convida os telespectadores a curtirem uma banda, mas o nome não é mencionado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome Musical</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entra uma tela com o fundo preto e as letras dos nomes são brancas. O nome é Collective Arts / Black Box Sessions. Em preto e branco com a banda que canta em inglês.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome Musical</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apresentador diz que será exibido um trailer de um filme que deixará o telespectador com vontade de ir ao cinema.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome Cinema</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com legenda em português são exibidas cenas do filme Manchester à beira- mar. E informação que estará em breve nos cinemas.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta com o nome Cinema</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Encerramento:</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Henrique Douglas diz que o Programa Interferência está terminando e que espera que as pessoas tenham gostado, que eles voltam na sexta-feira que vem e que os telespectadores não esqueçam que amanhã, sábado 11:30 terá reprise do programa . Deseja uma boa noite e diz, eu sou Henrique Douglas e comigo César Rodrigues. Até a próxima semana, um beijo e tchau.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• São exibidas imagens da banda novamente.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta de Realização da TV Antares Canal 2.</b></li> </ul>

### **Categoria Educação : gênero instrutivo programa +Comradio**

<i>Programa + Comradio – Bloco 1</i>
<i>Programa + Comradio - Bloco 1: descrição</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 1- Abertura</b></li> </ul> <p>Abre com vinheta em com a logomarca +Comradio em letras vermelhas e fundo branco, abaixo uma frase na cor preta <i>Inspirando boas práticas para um mundo melhor</i> . Em seguida, entram imagens de vários locais e pessoas, depois novamente o nome +Comradio, dessa vez em um fundo azul.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 2</b></li> </ul> <p>O programa é iniciado com a palestra com João Martins, coordenador de programa da CARE- Brasil (PI e BA). É iniciado com o palestrante dizendo que mora há 9 anos no Piauí e que essa associação brasileira filiada a uma federação presente em 82 países e há 11 anos em três eixos temáticos. É perceptível o uso de três câmeras, duas com foco no ministrante e outra voltada para o público.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 3</b></li> </ul> <p>João Martins fala que enquanto indivíduo, coletivo e cidadão estar presente nesses espaços de governança territorial e que é a partir das discussões no meio em que vivemos que é possível contribuir com as discussões em termos globais, microrregionais e de Brasil. Aborda a importância da governança para a CARE.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 4</b></li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O palestrante diz que muitas vezes a comunicação é tratada como um elemento a parte que vai divulgar, ou apenas filmar, fotografar um espaço ou ambiente. Mas, que muitas vezes é esquecido pensar a comunicação para a educação. Ressalta ainda, como a Comradio faz , uma educação como propósito e isso nos move muito dentro da Care. Como elemento primordial para educar, como as pessoas podem se inserir, contribuir para o desenvolvimento das localidades onde vive.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 5</b></li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Depois fala sobre a problemática da água e que os agricultores ficam reféns dos grandes grupos, ressalta a importância dos movimentos estarem unidos. Cita o exemplo do projeto Jovens Produtores que é desenvolvido em Pedro II. Diz que começou em uma escola família agrícola, chamada escola Santa Ângela e começou com 120 alunos, em 2005/2006 era a primeira turma. Fala da ideia e paciência de dialogar com as famílias, escola e envolvidos e perguntaram. Quando vocês terminarem o estudo vão embora para São Paulo, Teresina, ou outro lugar?</li> <li>• Segundo o palestrante, muitos responderam que queriam ir embora, porque a agricultura familiar no Brasil e no Nordeste é visto como sub-classe.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 6-</b></li> </ul> <p>Em seguida questiona porque em outros lugares do mundo e do Brasil, como o Rio Grande do Sul é visto de forma diferente. Dia ainda que a propriedade do agricultor é um mix de várias questões. Com acesso a tecnologia e educação as pessoas podem ter produtos com outros valores.</p>



<p>Acrescenta que as pessoas podem viver dignamente pelos recursos que produzem.</p>
<p>Durante a experiência foi percebida a formação política, religiosa, social e tudo isso estava posto na região e percebemos que faltava a visão econômica. Que pode ir por várias temáticas que envolvem a economia de acordo com a realidade.</p>
<p>Inclui que o projeto é financiado pela Pfizer e explica que é uma companhia de medicamentos mundial e que no Brasil trata a saúde humana e animal.</p> <p>Menciona que fizeram um diagnóstico para compreender o que eles produziam. Fizeram um estudo de mercado para saber de onde viam os produtos feitos pelos agricultores.</p> <p>Que os jovens que são vistos como problema, para eles são vistos como solução.</p>
<p>Ó palestrante mostra em uma projeção uma reportagem que foi feita sobre o projeto. Comenta que foi inaugurado um abatedouro formado por jovens, no programa minha primeira terra. Diz que será feito o processo para comercializar. Que foram 10 páginas. João Martins fala que as pessoas podem acompanhar na página <a href="http://revistarural.com.br">revistarural.com.br</a></p>
<p>O coordenador de programa da CARE- Brasil (PI e BA) diz que se considera um sobrevivente. Que vê como um mérito chegar onde está. Pois foi muito parecido com o que mães e pais de vocês fazem. Fala que a maior esperança é ter esperança. A palestra é encerrada com o agradecimento e aplausos do público. Também uma projeção que tem o fundo branco e o nome <i>Brücke le pont- zum Suden avec le Sud</i>.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vinheta + Comradio com a informação- Estamos apresentando</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Intervalo</b></li> </ul>
<p>Durante o intervalo é veiculado um informe. Na abertura uma logomarca Comradio escola. Depois aparecem as <i>hashtags</i> #aula de drone e #parque da cidadania. Em seguida, são exibidas imagens da aula com o uso do drone. Depois entra um depoimento com legendas, a entrevistada diz que seu nome é Fátima Guimarães fala que é da turma C 16 e diz que é produtora e que tem noções e diz que gostou muito da ideia da Comradio. Em seguida, outro aluno, Luis Alves, diz que é da turma C 16 e que foi importante, desde a aula teórica e fala que o aprendizado é importante para o jornalismo. Também a entrevista com o professor André Leão, ele se apresenta diz que é professor de fotografia e menciona o drone como um novo instrumento de captação de imagem e que é uma oportunidade de garantir espaço no mercado. Mais imagens dos alunos e encerra com a logomarca Escola Comradio.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Programa + Comradio – Bloco 2</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Programa + Comradio o- Bloco 2: descrição</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 1</b></li> </ul>
<p>Mais uma vez é veiculada uma projeção que tem o fundo branco e o nome <i>Brücke le pont- zum Suden avec le Sud</i>. E logomarca Comradio do Brasil em fundo branco. Em seguida, imagens de fotos em varal com legendas referentes a seca, um balão de diálogo com fotos de várias pessoas e depois em um fundo laranja <i>#semiáridodopi</i> Seminário de Comunicação e Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Piauiense- Hortência Mendes –Secretária Regional da Cáritas do Piauí.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena -2 (( Câmeras voltadas para a palestrante))</b></li> </ul>
<p>A palestrante inicia falando sobre o semiárido, que ele tem água e chove mais que os semiáridos em outros locais do mundo. Fala também que de acordo com pesquisadores, o Piauí possui bastante água. Mas, afirma que a Cáritas tente a dizer pela experiência que são políticos e sociais. A corrupção é um grande problema, existem dados absurdos com relação a saúde e educação. O Brasil é campeão em mortalidade materna, analfabetismo. Tentaram dizer que o problema é a seca e a estiagem, mas elas são cíclicas.</p>

<p>Enfatiza que nós população brasileira e do semiárido temos que nos mobilizar, No semiárido brasileiro vive mais de 1 milhão de pessoas, menciona os recursos financeiros e que o que a Cáritas tem feito junto com a ASA, para que o povo continue aqui. O êxodo do semiárido tem sido menos.</p>
<p>Diz que quando o povo fica vai brigar por políticas públicas, respeitar o meio ambiente.</p>
<p>O programa é de formação e mobilização. Nós trabalhamos a comunicação para mobilização. Programa traz para a convivência a confiança e a soberania. Fala sobre exemplos de tecnologias. A palestrante menciona opções para armazenamento de água como as cisternas.</p>
<p>Comenta ainda que é criada uma comissão municipal. Fala do reconhecimento de conhecimentos acumulados pelos agricultores e agricultoras. Diz ainda que, se ninguém souber nada sobre isso. Cita que são feitos boletins com a história das famílias, com o que elas tem em casa (cisternas, hortas).</p>
<p>Fala que as capacitações habilitam as pessoas a aprender mais. As equipes contam com profissionais de várias áreas para auxiliar as famílias.</p>
<p>Cita exemplos como a cisterna calçadão, barragem subterrânea , tanque de pedra, bomba tubular , barreiro circular , barreiro de trincheira. Fala das dificuldades e vantagens de cada tipo de tecnologia.</p>
<p>Hortência Mendes fala sobre os eventos de avaliação que servem para rever as tecnologias aplicadas e os erros. Também para o encontro dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Faz um resumo do quantitativo de tecnologias implantadas pela Cáritas.</p>
<p>Comenta que as famílias veem de uma forma diferente que as famílias compreendem a produção de alimentos.</p>
<p>A secretária da Cáritas diz que o povo precisa trabalhar para implementar leis como a ficha limpa, para frear a corrupção e mobilizar o povo. E dessa forma, as pessoas não vão mais sair do semiárido e que as pessoas querem continuar com qualidade de vida.</p>
<p>Inseridas as logomarcas com o nome <i>Brücke le pont- zum Suden avec le Sud</i> e Comradio do Brasil em fundo branco</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Encerramento</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vinheta com imagens a inserção de vários locais, também de pessoas em movimento. Ao término o nome +Comradio em fundo azul.</li> </ul>

### **Categoria Outros : gênero Outros- programa *Fique por dentro***

<p><i>Programa Fique por dentro</i> – Bloco 1</p>
<p><i>Programa Fique por dentro</i> - Bloco 1: descrição</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cena 1- Abertura</b></li> </ul>
<p>Abre com vinheta realizada com a projeção de imagens inseridas em um centro com aspecto circular, ao término esse objeto faz um giro de 360° e se transforma em uma TV, com o nome do programa <i>Fique por dentro</i></p>
<p>O programa é iniciado com a imagem de obras com um BG, também é importante considerar que na parte inferior esquerda há um brasão do Governo do Estado. Em <i>off</i> uma voz feminina diz que em Altos está sendo construído o maior presídio do estado, com capacidade para 600 vagas e que estão sendo</p>

investidos 17 milhões de reais, 14 milhões do governo federal e 3 milhões do governo estadual.
Entra entrevista com o secretário de estado da Justiça- Daniel Oliveira – comenta a redução da superpopulação carcerária, principalmente o índice de presos provisórios.
Em <i>off</i> a informação que o novo presídio fica próximo a penitenciária Major César Oliveira com uma área de 5.500 metros quadrados, com três pavilhões, cada um com 26 celas .
O engenheiro civil Igor Denis fala em sonora que terá cela individual, coletiva, visita íntima, que é um presídio muito grande e diferenciado entre os outros.
Em seguida, em <i>off</i> , é informado que atende todas as exigências de humanização dentro das unidades prisionais, como área de tratamento para dependentes químicos e salas de aula.
Entra sonora com imagens da obra. Em seguida pode ser visualizada a engenheira civil Socorro Siebra diz que terá sala de informática, biblioteca, oficinas, uma pequena área para dependentes químicos e toda área médica, com consultório médico e gabinete odontológico, para que eles tenham assistência no presídio.
Em <i>off</i> é informado que a previsão de entrega da obra é fevereiro de 2018 e conta com 50 homens trabalhando e deverá chegar aos 150, fala ainda que é uma oportunidade para pessoas que não estavam trabalhando.
Entra sonora com o mestre de obras Raimundo Nonato. Ele fala da felicidade de trabalhar nessa obra que ofereceu oportunidades para muitas pessoas da região.
Em <i>off</i> a repórter diz que aproximadamente 50 milhões de reais devem ser investidos em obras nas penitenciárias. Imagens de agentes prisionais entrando em um espaço, também de equipamentos que verificam dentro de bolsas. Também é mencionado que esse recurso é do governo federal e do Piauí, ao mencionar o nome do estado são inseridas imagens do governador Wellington Dias em algum evento discursando.
São veiculadas imagens de um prédio em adiantada construção, em <i>off</i> a repórter diz que em Campo Maior a casa de detenção tem previsão de entrega para o primeiro semestre desse ano. Que a unidade terá 2 pavilhões e capacidade para 40 celas. Fala que a abrangência vai desde Campo Maior a Piriipiri.
Novamente entra entrevista com o secretário de estado da Justiça- Daniel Oliveira – ele diz que o objetivo é com obras e segurança manter a paz nos presídios do Piauí. Em 2018 zerar o déficit de superlotação carcerária no estado.
São inseridas imagens de obras, assim como <i>takes</i> da cidade de Oeiras. Em <i>off</i> a repórter diz que com as novas construções o Piauí terá 18 presídios e que em Oeiras será construído o Centro de Detenção Provisória.
Com imagens de pessoas atuando em construções. A repórter diz que Parnaíba receberá um presídio com as mesmas condições de Altos. Em seguida são inseridas imagens da Penitenciária Fontes Ibiapina, em <i>off</i> a repórter diz que o espaço é misto e que com a nova unidade que terá espaço para 600 presos. Haverá a separação de homens e mulheres. São exibidas imagens de mulheres e homens em sala de aula, fazendo a colheita em uma horta e uma detenta sendo maquiada.
Sonora com o secretário de estado da Justiça- Daniel Oliveira falando que no Centro- Sul há uma superpopulação carcerária, que em Oeiras será triplicada a capacidade. O secretário informa que hoje abriga 60 detentos. Cita que Parnaíba o presídio tem 400 pessoas em uma penitenciária que tem capacidade para 200. Também cita que objetivo é retirar as penitenciárias dos centros urbanos de Oeiras

e Parnaíba e colocar em um local mais seguro, com segurança. São veiculadas imagens dos prédios em construção.

Mais imagens de obras, com sobre-áudio

Vinheta de encerramento com o nome do programa Fique por Dentro saindo da parte superior e sendo projetada no centro. Na parte inferior são exibidas as logomarcas da Ouvidoria do Estado, com o número 162. COMUNICACÃO Coordenadoria de Comunicação Social/ CCOM e Brasão do Governo do Estado do Piauí. Também os símbolos do *facebook*, *twitter* e *instagram*. Assim como o site [www.piaui.pi.gov.br](http://www.piaui.pi.gov.br)

## ANEXO VII - Solicitação de informações para a direção da Fundação Antares

● Dados- Mestrado UFPI ★

---

● **Mary Landim** <mary\_landim@yahoo.com.br> Jan 26 em 5:28 PM ★  
 Para humberto.coelho@antares.pi.gov.br, Humberto Coelho Silva

Prezado Humberto. Gostaria de solicitar os dados que durante a entrevista ficaram faltando.

- Quantos funcionários existem na TV Antares?
- Quantos funcionários são servidores públicos e quantos são contratados (Dados gerais da Fundação + TV Antares )?
- Qual o valor (exato) do repasse da EBC?
- O documento do Estatuto do Conselho Consultivo e os nomes dos membros do conselho.
- Qual o percentual de anúncios na programação geral?
- Fluxograma e os nomes de pessoas que estão nos respectivos cargos da TV Antares.

Agradeço a atenção e colaboração.

Atenciosamente.  
 Mary Landim  
 Jornalista  
 Mestranda em Comunicação- PPGCOM/UFPI  
 86 9865 7154 (Tim/WhatsApp)

● Dados- Mestrado UFPI ★

---

● **Mary Landim** <mary\_landim@yahoo.com.br> Jan 31 em 2:57 PM ★  
 Para normacsales@hotmail.com, humberto.coelho@antares.pi.gov.br, Humberto Coelho Silva

Prezados Humberto e Norma . Gostaria de solicitar alguns dados para o fechamento da pesquisa de mestrado.

- Quantos funcionários existem na TV Antares?
- Quantos funcionários são servidores públicos e quantos são contratados (Dados gerais da Fundação + TV Antares )?
- Qual o valor (exato) do repasse da EBC?
- O documento do Estatuto do Conselho Consultivo e os nomes dos membros do conselho.
- Qual o percentual de anúncios na programação geral?
- Fluxograma e os nomes de pessoas que estão nos respectivos cargos da TV Antares.

Agradeço a atenção e colaboração.

Aguardo confirmação de recebimento. Também posso pegar esses documentos na sede da Antares.

Atenciosamente.  
 Mary Landim